

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SARA TUFANO

**CRISE POLÍTICA, ABERTURA DEMOCRÁTICA
E PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA DOS ANOS 1980**

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2016

SARA TUFANO

**CRISE POLÍTICA, ABERTURA DEMOCRÁTICA
E PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA DOS ANOS 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Bráilio João Sallum Júnior.

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T914c Tufano, Sara
Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980 / Sara Tufano ; orientador Brasílio João Sallum Junior. - São Paulo, 2016.
204 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Processo de Paz. 2. Democratização. 3. Crise Política. 4. Conflito Armado. 5. Colômbia. I. Sallum Junior, Brasílio João, orient. II. Título.

TUFANO, Sara. *Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data de exame da dissertação

27/04/2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Brasílio Joao Sallum Junior

Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Tullo Vigevani

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof^a. Dr^a. Maria Ligia Coelho Prado

Universidade de São Paulo (USP)

A quienes perdieron sus vidas por soñar con una Colombia en paz.

AGRADECIMENTOS

Desde a primeira intuição até a versão final de uma dissertação, há um caminho que é tudo, menos solitário. Foram muitas as pessoas que, com seu apoio, fizeram com que esta caminhada fosse mais leve.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, professor Bráilio Sallum Jr., que, desde o primeiro semestre de intercâmbio na graduação, me animou e me ajudou a formatar e fundamentar essas intuições que, naquele estágio inicial, não eram mais do que ideias vagas e dispersas. Agradeço seu apoio e rigor acadêmico, assim como as valiosas sugestões e explicações que recebi desde que comecei a elaborar meu primeiro projeto de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento essencial para a elaboração desta pesquisa de mestrado.

Aos primeiros professores que tive na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, porque foram suas aulas que me animaram a retornar para dar início ao mestrado: aos professores Sergio Adorno, Ruy Braga e Maria Helena Oliva Augusto.

À professora Maria Lígia Prado Coelho e ao professor Álvaro Comin, pelos comentários valiosos no exame de qualificação.

Aos colegas da *Plural*: Lucas, Zé, Camila, Mariana, Luiz, Monise, Gabriela e ao professor Ricardo Mariano, por me ensinarem a importância do trabalho coletivo.

Ao Gustavo, secretário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, pela sua disposição e gentileza.

Aos que fizeram de minha vida no Brasil uma experiência única. Aos *meninos*: Gustavo, Fred, Thales e Mateus. Mal cheguei ao aeroporto, eles já estavam me dando aula de história política brasileira, assim como de filosofia, literatura, arte, música, etc. Além da magnífica hospitalidade, as conversas que tivemos durante essas primeiras semanas no Brasil, já há quatro anos, quando ainda não falava português – e que continuamos tendo, ainda que, infelizmente, cada vez menos desde que comecei a pós-graduação –, foram a melhor introdução a um país que um estrangeiro poderia ter.

À Bia, amiga incondicional, extraordinária poliglota, que não titubeou em me ajudar antes mesmo de minha chegada ao Brasil: mulher corajosa, carinhosa, excepcional.

Se com os *meninos* eu conheci o Brasil, com Yara e Dani tomei conhecimento de suas particularidades mais regionais: elas me apresentaram o mundo mineiro. Ademais, foram elas as melhores companhias nesse universo *cruspiano* e *uspiano*. Espero que, mais adiante, essa

companhia saia da USP. À Yara, grande antropóloga *mineira*, pela franqueza e honestidade; pela alegria que você transmite. À Dani, pela persistência, coragem e dedicação; por ter me acompanhado no PPGS durante todo o mestrado. Obrigada!

À Carol, a quem também conheci no mesmo universo *cruspiano*, mulher linda e divertida. À Mercedes, *mujer valiente*, agradeço o apoio nesses momentos mais difíceis de dúvida e confusão. À Catalina, das poucas amigas colombianas que fiz no Brasil, agradeço os momentos que compartilhamos, já no final do mestrado. Ao Lucas, sobretudo pela preciosa ajuda na revisão, correção e formatação da versão final deste texto.

Como a fase final da pesquisa – talvez a mais difícil em termos emotivos – ocorreu na Colômbia, gostaria de agradecer em espanhol a todos aqueles que me ajudaram e apoiaram nesta última etapa do mestrado.

Al profesor Teófilo Vásquez quien, durante un curso de extensión organizado por el Departamento de Historia de la Universidad de los Andes en 2014, leyó mi proyecto inicial de investigación, me sugirió algunos cambios y me mostró importantes referencias bibliográficas. Además, el contenido mismo del curso me ayudó a entender mejor la complejidad y evolución territorial del conflicto armado colombiano.

Agradezco también a Heiner, funcionario de la Biblioteca Luis Ángel Arango por toda la ayuda brindada durante la revisión de las fuentes bibliográficas.

Quiero agradecer a Irene, quien estuvo muy presente durante esta etapa. Gracias por tu amistad incondicional y solidaridad, por todas las palabras de ánimo y los detalles cariñosos. A Natacha, quien me abrió las puertas de su casa y escuchó mis historias con mucha comprensión. A Angélica y a Lina, por recordarme que la vida no se reduce a la vida académica. A Anamaría, a pesar de la distancia en esta fase, me ha acompañado siempre, desde mucho antes que naciera el interés por este tema y que éste se volviera un trabajo de maestría.

Y, muy especialmente, a mi familia: a mis papás y a mis hermanos. Si le pude poner un punto final a este trabajo es gracias a ellos. A mis padres que me enseñaron a ser libre y me permitieron realizar todos mis sueños, así ellos no estuvieran de acuerdo. En esa convivencia de ideas diferentes, a veces antagónicas, nunca me dejaron de apoyar y siempre estuvieron dispuestos a recibirme, cuando más lo necesité. Las palabras nunca serán suficientes para expresarles mi amor. Lo mismo con mis hermanos, a quienes quiero en lo más profundo de mi alma, a quienes admiro y amo, a pesar de la distancia y de nuestras personalidades. Gracias familia, este trabajo es para ustedes.

*“We had the experience but missed the meaning,
an approach to meaning restores the experience”.*

T. S. Eliot *apud* Ricardo Piglia, *Respiración artificial*, 1980.

RESUMO

TUFANO, Sara. *Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980*. 2016. 204 p. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Já há mais de cinquenta anos, a Colômbia vem sendo palco de uma persistente luta armada. Porém, só no início dos anos 1980 foram iniciados processos de paz com as guerrilhas para tentar pôr fim ao conflito. Esta dissertação tem como objetivo comparar dois desses processos: o primeiro, durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986); o segundo, no governo posterior de Virgilio Barco (1986-1990). Partindo de uma revisão da literatura sobre o tema, tentamos apontar para as limitações da mesma e, a partir disso, propor uma interpretação alternativa para o estudo das negociações. O problema central, portanto, é entender porque esses dois governos decidiram optar pela solução política do conflito em vez da solução militar. Para tanto, parte-se da análise dos principais regimes políticos na Colômbia durante o século XX, assim como do período conhecido como *La Violencia* e do surgimento das primeiras guerrilhas revolucionárias. Trata-se de entender a crise política dos anos 1980, cuja solução implicou recuperar o monopólio estatal da violência, desmobilizar as guerrilhas e possibilitar sua transformação em partidos políticos e sua participação em contendas eleitorais. O pano de fundo do processo é o desmonte da Frente Nacional e o início da “abertura democrática” do regime político. Ao inscrever as negociações em um contexto mais amplo de democratização e disputa política, é possível identificar mudanças do regime, oferecendo, com efeito, uma análise alternativa para os estudos acerca dos processos de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de Paz; Democratização; Crise Política; Conflito Armado; Colômbia

ABSTRACT

TUFANO, Sara. *Political crisis, democratic opening and peace processes in Colombia in the 1980s*. 2016. 204 p. Dissertation (Masters' Degree) - Post Graduate Program in Sociology, Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

Armed struggle in Colombia has existed for more than fifty years but it was only at the beginning of the 1980s when, in an attempt to end the conflict, peace negotiations with guerrillas were initiated. The goal of this dissertation is to compare two of those peace processes: the first, held under President Belisario Betancur's Administration (1982-1986), and the second one, under President Virgilio Barco's Administration (1986-1990). Upon reviewing existing literature on this subject, we have tried to highlight their limitations and, consequently, to propose an alternative interpretation for the study of peace negotiations. The key issue is then to understand why both Administrations chose a political solution to the conflict rather than a military one. Thus, the starting point is an analysis of the main political regimes in Colombia during the 20th century, as well as of the period of *La Violencia* and of the emergence of the first revolutionary guerrilla groups. The matter is to understand the political crisis of the 1980s, the solution of which meant recovering the state monopoly of violence, demobilizing the guerrillas and enabling their transformation into political parties and participation in competitive elections. The background of such process is the dismantling of the political regime known as *Frente Nacional* (National Front) and the beginning of the so-called "democratic opening". By embedding the negotiations in such a broader context of democratization and political confrontation, it is possible to identify the regime's changes and alterations, thus providing an alternative reading for the study of peace processes.

Key Words: Peace Process; Democratization; Political Crisis; Armed Conflict; Colombia.

RESUMEN

TUFANO, Sara. *Crisis política, apertura democrática y procesos de paz en Colombia en los años 1980*. 2016. 204 p. Disertación (Maestría) - Programa de Pos-Grado en Sociología, Facultad de Filosofía, Letras e Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2016.

La lucha armada en Colombia viene ocurriendo hace más de cincuenta años, pero solo a inicios de 1980 se iniciaron procesos de paz con las guerrillas para intentar finalizar el conflicto. El objetivo de esta disertación es comparar dos de esos procesos. El primero, durante el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986) y el segundo, durante el gobierno de Virgilio Barco (1986-1990). A partir de una revisión de la literatura sobre el tema, intentamos destacar sus limitaciones y, con eso, proponer una interpretación alternativa para el estudio de las negociaciones. El problema central es entonces entender por qué esos dos gobiernos optaron por la solución política al conflicto en lugar de la solución militar. Por tanto, se parte de un análisis de los principales regímenes políticos en Colombia durante el siglo XX, así como del período de *La Violencia* y del surgimiento de las primeras guerrillas revolucionarias. Se trata de entender la crisis política de los años 1980 cuya solución implicó recuperar el monopolio estatal de la violencia, desmovilizar las guerrillas y permitir su transformación en partidos políticos y su participación en contiendas electorales. El trasfondo de ese proceso es el desmonte del régimen político conocido como el Frente Nacional y el inicio de la “apertura democrática”. Al inscribir las negociaciones en un contexto más amplio de democratización y de disputa política, es posible identificar los cambios y alteraciones del régimen, ofreciendo así una lectura alternativa para el estudio sobre los procesos de paz.

Palabras clave: Proceso de paz; Democratización; Crisis política; Conflicto armado; Colombia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Guerrilhas revolucionárias

ADO	<i>Movimiento de Autodefensa Obrera</i>
CGSB	<i>Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar</i>
CNG	<i>Coordinadora Nacional Guerrillera</i>
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional (1965)</i>
EPL	<i>Ejército Popular de Liberación</i>
FARC-EP	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo</i>
FMLN	<i>Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional</i>
M-19	<i>Movimiento 19 de Abril</i>
MAQL	<i>Movimiento Armado Quintín Lame</i>
MIR-PL	<i>Movimiento de Integreción Revolucionaria-Patria Libre</i>
MOEC	<i>Movimiento Obrero Estudiantil y Campesino</i>
PRT	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores de Colombia</i>

Organizações contra-revolucionárias

AMM	<i>Autodefensas del Magdalena Medio</i>
AUC	<i>Autodefensas Unidas de Colombia</i>
ACCU	<i>Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá</i>
BACRIM	<i>Bandas criminales</i>
BCB	<i>Bloque Central Bolívar</i>
MAS	<i>Muerte a Secuestradores</i>
MORENA	<i>Movimiento de Restauración Nacional</i>
MRN	<i>Muerte a Revolucionarios del Nordeste</i>
PEPES	<i>Perseguidos por Pablo Escobar</i>

Partidos políticos e organizações sociais

ADM-19	<i>Alianza Democrática Movimiento 19 de Abril (1990).</i>
ANAPO	<i>Alianza Nacional Popular</i>
ANUC	<i>Asociación Nacional de Usuarios Campesinos</i>
DNL	<i>Dirección Nacional Liberal</i>

DNC	<i>Dirección Nacional Conservadora</i>
EPL	<i>Esperanza, Paz y Libertad</i>
CRS	<i>Corriente de Renovación Socialista</i>
CRIC	<i>Consejo Regional Indígena del Cauca</i>
FUN	<i>Federación Universitaria Nacional</i>
IC	<i>Internacional Comunista</i>
JMRL	<i>Juventudes del Movimiento Revolucionario Liberal</i>
JUCO	<i>Juventudes Comunistas</i>
MB	<i>Movimiento Bolivariano por una Nueva Colombia</i>
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MOIR	<i>Movimiento Obrero Independiente Revolucionario</i>
MNC	<i>Movimiento Nacional Conservador</i>
MRL	<i>Movimiento Revolucionario Liberal</i>
MSN	<i>Movimiento de Salvación Nacional</i>
NL	<i>Nuevo Liberalismo</i>
ONIC	<i>Organización Nacional Indígena de Colombia</i>
PCCC	<i>Partido Comunista Colombiano Clandestino</i>
PCC	<i>Partido Comunista Colombiano</i>
PCC-ML	<i>Partido Comunista de Colombia-Marxista-Leninista</i>
PAN	<i>Partido Agrarista Nacional</i>
PSC	<i>Partido Social Conservador</i>
PSR	<i>Partido Socialista Revolucionario</i>
UNIR	<i>Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria</i>
UNO	<i>Unión Nacional de Oposición</i>
UP	<i>Unión Patriótica</i>

Sindicatos

CGT	<i>Confederación General de Trabajadores</i>
CSTC	<i>Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia</i>
CTC	<i>Confederación de Trabajadores de Colombia</i>
CUT	<i>Central Unitaria de Trabajadores</i>
FENSA	<i>Federación Nacional Sindical Agraria</i>
FESTRACOL	<i>Federación de Trabajadores Agrícolas de Colombia</i>

SINTAGRO	<i>Sindicato de Trabajadores Agrarios</i>
SINTRABANANO	<i>Sindicato de Trabajadores del Banano</i>
UNIBAN	<i>Unión de Bananeros de Urabá</i>
USO	<i>Unión Sindical Obrera</i>
UST	<i>Unión Sindical de Trabajadores</i>
UTC	<i>Unión de Trabajadores de Colombia</i>

Associações patronais

ACDEGAM	<i>Asociación Campesina de Ganaderos del Magdalena Medio</i>
ANDI	<i>Asociación Nacional de Industriales</i>
AUGURA	<i>Asociacion de Agricultores y Ganaderos del Urabá</i>
FEDEGAN	<i>Federación Colombiana de Ganaderos</i>
FEDECAFE	<i>Federación Nacional de Cafeteros de Colombia</i>
FENALCO	<i>Federacion Nacional de Comerciantes</i>
SAC	<i>Sociedad de Agricultores de Colombia</i>

Outros

ALALC	<i>Associação Latino-americana de Libre Comercio</i>
ANC	<i>Asamblea Nacional Constituyente</i>
BID	<i>Banco Interamericano de Desenvolvimento</i>
BM	<i>Banco Mundial</i>
CEPAL	<i>Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe</i>
CEREC	<i>Centro de Estudios de la Realidad Colombiana</i>
CHCV	<i>Comisión Histórica del Conflicto y sus Victimias</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIDH	<i>Corte Interamericana de Derechos Humanos</i>
CINEP	<i>Centro de Investigación y Educación Popular</i>
CLACSO	<i>Conselho Latino-americano de Ciências Sociais</i>
CNMH	<i>Centro Nacional de Memoria Histórica</i>
CONPES	<i>Consejo Nacional de Política Económica y Social</i>
CR	<i>Consejos de Rehabilitación</i>
CRI	<i>Comisión de Reajuste Institucional</i>
DANE	<i>Departamento Administrativo Nacional de Estadística</i>

DAS	<i>Departamento Administrativo de Seguridad</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Agency</i>
DNP	<i>Departamento Nacional de Planeación</i>
DRI	<i>Desarrollo Rural Integrado</i>
ECOPETROL	<i>Empresa Colombiana de Petróleos</i>
FMI	Fondo Monetario Internacional
FN	<i>Frente Nacional</i>
GMH	<i>Grupo de Memoria Histórica</i>
ICG	<i>International Crisis Group</i>
IEPRI	<i>Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales</i>
INCORA	<i>Instituto Colombiano de la Reforma Agraria</i>
LASO	<i>Latin American Security Operation</i>
OIC	Organização Internacional do Café
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIC	<i>Overseas Private Investment Corporation</i>
PAN	<i>Plan de Alimentación y Nutrición.</i>
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PES	<i>Plan de Economía Social</i>
PNR	<i>Plan Nacional de Rehabilitación</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
A ORDEM POLÍTICA NA COLÔMBIA DURANTE O SÉCULO XX.....	26
1.1. A democracia oligárquica.....	28
1.2. As lutas agrárias das décadas de 1920 e 1930.....	32
1.3. A quebra da democracia oligárquica e <i>La Violencia</i>	37
1.4. <i>Frente Nacional o caos</i> : um pacto político para sair da crise.....	46
1.5. O surgimento das guerrilhas revolucionárias na Colômbia.....	50
1.6. O <i>turbayismo</i> e as manifestações da crise de legitimidade do regime político.....	57
CAPÍTULO 2	
<i>LA PAZ CENTROAMERICANA ES TAMBIÉN LA PAZ NUESTRA:</i> A POLÍTICA DE PAZ DURANTE O GOVERNO DE BELISARIO BETANCUR.....	60
2.1. A inter-relação das variáveis externas e internas.....	61
2.2. <i>Non é suficiente silenciar os fuzis</i> : a política de paz do governo Betancur.....	73
2.3. Fim do processo de paz e vitória do Partido Liberal nas eleições de 1986.....	84
CAPÍTULO 3	
<i>NUESTRA GUERRA NO ES DE PALABRAS:</i> A POLÍTICA DE PAZ DURANTE O GOVERNO DE VIRGILIO BARCO.....	90
3.1. O contexto internacional e a luta contra o narcotráfico.....	91
3.2. A política de paz com a guerrilha: continuidades e renovação.....	99
3.3. A guerra suja e as eleições locais de 1988.....	107
3.4. A disseminação da violência e o esgotamento do regime político colombiano.....	117
3.5. O <i>Acuerdo de la Casa de Nariño</i> e o sequestro de Álvaro Gómez Hurtado.....	121
3.6. A <i>Iniciativa para la paz</i> e a recomposição do regime político colombiano.....	125
3.7. A virada governamental no tratamento da insurgência.....	129
3.8. As negociações com o M-19 e a arremetida contra o paramilitarismo.....	133
3.9. As eleições presidências de 1990 e as negociações com as outras guerrilhas.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXOS.....	178
ANEXO 1 – <i>Revisão da literatura</i>	178
ANEXO 2 – <i>El Caso del Guaviare</i>	201
ANEXO 3 – <i>Mapa político da Colômbia</i>	203
ANEXO 4 – <i>Regiões da Colômbia</i>	204

INTRODUÇÃO

A luta armada tem sido um meio recorrente por intermédio do qual alguns grupos, quase sempre de esquerda, tentaram assumir o poder na América Latina. Em geral, trata-se de casos limitados, no tempo e no espaço, como ocorreram em El Salvador, Nicarágua, Cuba e em diversos outros países.

Na Colômbia, contudo, a luta armada tem sido levada a cabo por diferentes grupos, com orientações políticas das mais diversas e heterogêneas. O conflito já se estende por mais de cinquenta anos. Os governos colombianos, por sua vez, tentaram várias estratégias de enfrentamento desses grupos armados, desde operações militares sistemáticas até iniciativas de negociação de paz. Assim, uma maneira de entender a persistência da luta armada na Colômbia é analisar os processos mediante os quais o governo tentou superá-la.

As atuais negociações de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP, em Havana, Cuba, iniciadas em novembro de 2012¹, por exemplo, constituem a mais recente das múltiplas tentativas ocorridas nos últimos trinta anos na Colômbia. As primeiras negociações entre um governo e uma guerrilha revolucionária na história contemporânea colombiana começaram em 1984². O chamado *Acuerdo de la Uribe*³ entre o governo do presidente conservador Belisario Betancur (1982-1986) e a guerrilha das FARC-EP fixou um precedente importante para todas as posteriores tentativas de negociação na Colômbia. Desde essa época, cada governo incorporou ou recusou várias das iniciativas dos governos anteriores, sobretudo em matéria de políticas de paz⁴.

Muitas têm sido as hipóteses sobre a longevidade do conflito armado colombiano. Obviamente, a variedade de situações encontradas ao longo desses últimos cinquenta anos não permite estabelecer uma única hipótese válida para todo o período. Por isso, a explicação de uma situação específica – nesse caso, de um processo de paz –, embora não permita dar conta da complexidade do conjunto, pode lançar luz sobre esse longo processo.

¹ A instalação formal da “mesa de conversações” se deu no dia 19 de outubro de 2012, em Oslo, Noruega. Um mês depois, iniciou-se o primeiro ciclo de negociações referente ao primeiro ponto da agenda, em Havana, Cuba.

² “Al parecer, López (1974-1978) intentó, por primera vez en la historia reciente del país, alguna aproximación a la insurgencia armada. Durante su gobierno se buscó la negociación con el ELN, pero ésta habría sido frustrada por el ejército” (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 45).

³ O acordo entre o governo de Betancur (1982-1986) e as FARC-EP foi assinado no dia 28 de março de 1984. O nome dado ao pacto foi *Acuerdo de Cese al Fuego, Tregua y Paz*, conhecido como *Acuerdo de la Uribe*. La Uribe é o nome de um município colombiano localizado no departamento do Meta, região central do país.

⁴ “La virtud del proyecto de Betancur fue haber sentado las bases para las negociaciones futuras. No sólo cambió la percepción sobre el problema guerrillero, sino que dejó en claro la urgencia de combinar el diálogo con las reformas” (LÓPEZ GUTIÉRREZ, 1999, p. 250).

Tendo isso em vista, decidimos estudar dois processos de paz ocorridos em dois governos colombianos sucessivos, sob o regime político anterior à reforma constitucional de 1991. O primeiro “fracassou”; já o segundo, hoje é possível dizer, logrou sucesso. Tais processos foram o resultado de duas políticas de paz diferentes. A primeira delas, a do presidente conservador Belisario Betancur (1982-1986), foi uma política de paz pioneira. A segunda, a do presidente liberal Virgilio Barco (1986-1990), descartou alguns dos elementos da política de paz herdada da administração anterior, vindo a desmobilizar a guerrilha do *Movimiento 19 de Abril* (M-19) e, já no final de seu mandato, possibilitar o início das negociações com o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento Armado Quintín Lame* (MAQL). Essa política de paz foi retomada pelo governo seguinte, de Gaviria (1990-1994), para culminar nas desmobilizações desses grupos. No entanto, se no governo Barco essa política de paz revelou-se muito exitosa, permitindo a desmobilização desses quatro grupos guerrilheiros, em um segundo momento, já no governo Gaviria, com os grupos guerrilheiros remanescentes da *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB)⁵ – as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo* (FARC-EP), o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e uma dissidência do *Ejército Popular de Liberación* (EPL) –, ela se revelaria completamente infrutífera.

Sobre os processos de paz na Colômbia já foram escritos diversos trabalhos. No entanto, não são muitos aqueles que analisaram, a partir de uma perspectiva comparada, os dois processos, de maneira a ressaltar suas semelhanças e diferenças, seus limites e resultados. Embora seja inevitável dizer que os estudos que descreveram ou analisaram o processo de paz durante o governo Barco tenham feito referência às tentativas de negociação do governo anterior, são poucos os trabalhos que levaram a cabo uma análise comparativa explícita entre os dois processos. Na literatura revisada, encontramos uma única pesquisa que compara de maneira substancial os dois processos: o trabalho de Ana María Bejarano (1990a).

Sobre o fracasso do primeiro processo de paz entre o governo de Betancur e as FARC-EP, o M-19 e o EPL, a autora veicula basicamente duas hipóteses: a “solidão” do presidente

⁵ Existe uma confusão entre a *Coordinadora Nacional Guerrillera* (CNG) e a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB). A primeira, a CNG, era conformada por: M-19, EPL, ELN, MAQL, PRT e a Frente Ricardo Franco, uma dissidência das FARC-EP. Foi criada no segundo semestre de 1985, quando essas organizações romperam a trégua estabelecida com o governo de Belisario Betancur. Já a CGSB, foi criada em 1987, durante o governo de Virgilio Barco; depois da ruptura da trégua que as FARC-EP haviam estabelecido durante os *Acuerdos de la Uribe*, passaram a ser membro da CGSB. A sigla CGSB é usada, sobretudo, para fazer referência às guerrilhas que participaram das negociações em Caracas (1991) e Tlaxcala (1992), durante o governo Gaviria (1990-1994): as FARC-EP, o ELN e uma dissidência do EPL. Nos textos, os termos CGSB, *Coordinadora*, *Coordinadora Guerrillera* ou FARC são usadas indistintamente por todos os autores para se referir a essas negociações. A despeito dos esforços de integração dos diferentes grupos guerrilheiros, é importante dizer que esses nunca chegaram a ter um estado-maior conjunto, em parte devido às diferenças irreconciliáveis entre eles.

Betancur, isto é, a falta de apoio por parte dos demais atores estatais envolvidos – os partidos políticos, o Congresso e as Forças Armadas – e das associações patronais; e a falta de “capacidade política” das organizações guerrilheiras, sobretudo por terem mantido, simultaneamente, uma política de guerra e outra de paz durante as negociações. Por outro lado, o sucesso das negociações no governo sucessivo, de Barco, deu-se, em última instância, graças à transformação interna do M-19, que o levou a reconsiderar a viabilidade da luta armada. A dinâmica interna do movimento, a debilidade militar, a flexibilidade de seu projeto político e, no âmbito externo, as transformações do bloco socialista incidiram nessa decisão. Além das duas principais partes negociantes, existiu o “modelo de negociação”, também ele criticado, que não conseguiu dar conta da pluralidade das guerrilhas implicadas no processo, cujos antecedentes históricos e objetivos políticos eram muito diferentes.

Em alguma medida, a análise anterior é algo que se repete em todos os demais estudos que se voltaram para ambas as negociações ou para cada uma delas de forma independente. Consideramos, porém, que as diferenças entre os autores analisados se situam em um *continuum* entre uma análise estática e outra dinâmica. Igualmente, a diferença se encontra no número de variáveis usadas em cada análise, assim como na descrição de cada um dos atores.

Nessa medida, uma das melhores análises – citada por todos os autores que descrevem o processo de paz de Betancur – é a de Ramírez e Restrepo (1989). Os autores analisam exclusivamente esse processo, e o fazem de forma a enfatizar a variável externa, especificamente a mudança na política externa do presidente Betancur, e como ela foi importante para a formulação de uma estratégia de paz desse governo. Trata-se de um estudo que capta muito mais a dinâmica do processo. No entanto, eles também chegam à conclusão de que a “solidão” do presidente Betancur é uma das razões que explica o fracasso desse processo, assim como o fato de as guerrilhas, em especial o M-19 e as FARC-EP, terem assumido a política de paz como meio para legitimar a continuação e ampliação da guerra.

Outro trabalho importante é o de Mauricio García Durán (1992), talvez o livro mais completo sobre as negociações de paz dos anos 1990 – escrito em 1992, quando as negociações com as FARC-EP em Tlaxcala, México (1992), ainda estavam em curso, com a suposição que havia grandes chances de fracasso das conversações. O estudo, inscrito na teoria da resolução de conflitos, seria uma primeira aproximação, ainda que descritiva, das negociações durante os governos de Barco e Gaviria. Para García Durán, o fim dessas negociações, que ele considerava na época próximo, evidenciava “el agotamiento⁶ del modelo

⁶ Segundo Fernán González, quem apresenta o livro de García Durán, o modelo de negociação só tem sucesso “cuando existe de antemano una decisión política de desmovilización y una convicción del agotamiento de la

de negociación que se inició en la segunda administración Barco y que logró la reinserción a la vida política del M-19, EPL, PRT y Quintín Lame” (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 12). O livro de García Durán é um trabalho muito detalhado, pois o autor usa vários jornais nacionais cujas notícias e reportagens foram previamente selecionadas e ordenadas de acordo com os seguintes temas: partidos políticos e organizações político-militares. Assim, o contexto político e econômico está, de alguma forma, pressuposto – o próprio autor afirma, na introdução, que seu trabalho é um trabalho ainda muito descritivo.

Além do conjunto de trabalhos acadêmicos, foram selecionados também um conjunto de trabalhos dos dois mais importantes conselheiros de paz do governo Barco e Gaviria: as memórias de Rafael Pardo (1996) e os ensaios de Jesús Antonio Bejarano (1992; 1993; 1994; 1998).

O livro de Rafael Pardo é um dos livros mais completos sobre o período (1986-1994). Por ter participado da comissão de paz do governo Barco, ele conseguiu traçar a evolução da política de paz tanto no governo Barco quanto no de Gaviria. Por isso, a vantagem da obra é que, ao contrário das análises precedentes que destacaram as características históricas e políticas das guerrilhas, ela consegue traçar a evolução da estratégia de paz, ligando-a com a dinâmica política interna e sublinhando, assim, alguns aspectos importantes do processo – aspectos esses que nós também consideramos relevantes e que serão retomados no terceiro capítulo. O objetivo do autor não é desenvolver uma interpretação acadêmica inovadora sobre o período, mas narrar os principais acontecimentos do ponto de vista de um funcionário do governo.

Jesús Antonio Bejarano, por sua vez, também foi um funcionário do governo; mas, ao mesmo tempo, ele era um acadêmico. Por isso, ao contrário da narrativa de Pardo, suas análises pretendem desenvolver uma nova perspectiva analítica, ligada à teoria da resolução de conflitos, para examinar as negociações de paz. Além das suas reflexões acadêmicas, Bejarano é um dos autores que mais responsabiliza as guerrilhas pelo fracasso das negociações, sobretudo durante o governo Gaviria.

As análises anteriores remetem à produção acadêmica sobre as negociações durante os anos 1980 e 1990. Ao final da década de 1990 – durante as negociações entre as FARC-EP e

lucha armada como alternativa real de cambio en el país”. Ao contrário, o modelo “parece fracasar cuando los objetivos de los grupos armados son totalizantes, dentro de un proyecto global de transformación estructural de la sociedad y de toma de poder del Estado, con cierto apoyo local y regional, así sea en zonas relativamente periféricas. Este modelo de negociación pedagógica requiere diseñar nuevas tácticas y un nuevo estilo de acercamiento a la negociación, ya que estos grupos no consideran superado todavía el camino de la lucha armada, ni están convencidos de la necesidad de redefinir su proyecto político en términos democráticos” (GONZÁLEZ *apud* GARCÍA DURÁN, 1992, p. 14). O “esgotamento” do modelo se deveu à aplicação do mesmo modelo com duas guerrilhas diferentes: no primeiro caso, ele funcionou; no segundo, fracassou.

o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) – e nos anos 2000, porém, surgiram outros trabalhos que tenderam a não fazer referência à crise política e de legitimidade dos anos 1980, e sim estabelecer as causas e fatores que incidiram na continuação da luta armada – alguns, inclusive, voltando à época de *la Violencia*, nos anos 1940. Não encontramos aí análises de conjuntura, mas tão somente análises que construíram modelos mais ou menos sofisticados no sentido de juntar vários dos fatores presentes em cada uma das negociações, desde os anos 1980. Quase nenhuma referência ao contexto internacional é feita, a não ser, novamente, ao fim da Guerra Fria e à presença de atores internacionais nas mesas de negociação.

Este mapeamento sumário dos principais estudos sobre as negociações é importante para a exposição desta pesquisa de mestrado porque permite apresentar algumas das limitações dos estudos elaborados sobre o tema até então, assim como indicar a possibilidade de uma perspectiva alternativa e mais crítica para o estudo do conflito armado colombiano⁷.

Em relação ao trabalho de Ramírez e Restrepo (1989), pode-se dizer que sua maior força é ter destacado a virada na política externa do presidente Betancur em relação ao seu antecessor; esse deslocamento permitiu, em parte, olhar para o regime político e conectar a crise política ao surgimento e à expansão das guerrilhas, bem como à solução política pensada para o conflito. Depois do trabalho de Ramírez e Restrepo, não encontramos nenhuma menção à relação entre a política interna e o contexto internacional, ou à maneira como esse último incidiria no desenvolvimento das negociações. Alguns autores destacaram o fim da Guerra Fria e a maneira como esse fato interveio na reavaliação da luta armada em algumas organizações guerrilheiras; não houve, porém, nenhuma menção à virada dos EUA em sua luta contra as drogas e o narcotráfico.

Outro ponto que vale ser mencionado é que, embora Ana María Bejarano (1990a; 1990b) destaque o papel dos partidos políticos em sua análise sobre o processo de paz durante o governo Barco, ela não destaca as diferentes fissuras e divisões em seu interior. Uma análise da dinâmica política desse período em torno dos partidos permitiria matizar afirmações categóricas e bastante consensuais, tais como a falta do respaldo do bipartidarismo aos presidentes Betancur e Barco. Com efeito, falta indicar como se expressou essa falta de respaldo. Foram, de fato, “os partidos políticos” que impediram o avanço das reformas políticas propostas pelo executivo?

Assim, de forma geral, podemos afirmar que a tendência dos estudos analisados é a de considerar os governos e as organizações guerrilheiras envolvidas como atores isolados, que

⁷ Uma revisão mais sistemática e detalhada das análises pode ser encontrada no Anexo 1 deste trabalho.

tomam decisões a partir de seus supostos atributos “naturais”. Essa tendência desconsidera a correlação de forças e a influência que cada ator tem entre si. Alguns dos estudos exploraram as negociações, mas de maneira superficial, o que contribui com que elas sejam narradas a partir de “eventos-chave”. Trata-se de uma perspectiva anedótica e pouco compreensiva, que não examina os eventos e as negociações no interior de uma correlação de forças políticas que disputam o poder no Estado e no regime político colombiano, eles mesmos em transformação.

Além disso, os estudiosos analisaram esses dois processos de maneira genérica e atribuindo o fracasso e o sucesso, principalmente, às características internas de cada uma das organizações armadas. Assim, o fracasso seria adjudicado à falta de uma vontade real, tanto do M-19 – no governo Betancur – quanto das FARC-EP – no governo Barco –, para realmente assinar um acordo de paz. No caso das FARC-EP, sua maior ambivalência como organização político-militar teria sido: “a combinação de todas as formas de luta”⁸ ou a existência de uma “defasagem” entre seus projetos estratégicos político-militares e sua posição nas negociações de paz. Por sua vez, o sucesso do processo de paz entre o governo Barco e o M-19 seria atribuído, quase que exclusivamente, ao bom senso desse grupo armado e à evidente vontade política de sua parte para se desmobilizar e, com efeito, converter-se em partido político.

Os estudiosos falam, sobretudo, do “fracasso” das negociações; isso, ao nosso ver, é uma leitura fragmentada, pois não considera as negociações de um ponto de vista processual, e sim formal, a partir da noção de “modelo”: desde o início até o fim, há uma agenda prevista que precisa ser cumprida, alguns atores determinados e com objetivo definido, que seria a desmobilização das guerrilhas. Desconhece-se, nesse sentido, que há um processo de reacomodação das forças de ambas as partes durante o período, e que as negociações são apenas um dos elementos em um emaranhado de processos maiores e dinâmicos⁹. A correlação de forças no interior do Estado muda e novas circunstâncias são criadas.

Especificamente nos trabalhos que surgiram nos anos 1980 (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989; BEJARANO, 1990a; 1990b; e CHERNICK, 1989), embora reconheçam que a vontade política dos atores não é suficiente para que uma negociação seja exitosa, e remetam às falhas estruturais, como a debilidade e fragmentação do Estado colombiano, eles não inscrevem essas negociações em um cenário mais amplo e dinâmico. Análises desse tipo são insuficientes, na medida em que refletem sobre os grupos como se esses atuassem no vazio,

⁸ Participar nas negociações de paz e, ao mesmo tempo, elaborar planos de expansão militar, com o desdobramento de unidades militares em todo o território nacional. Cf.: Pizarro (2011).

⁹ Embora nem todas as negociações tenham levado à desmobilização dos grupos guerrilheiros – objetivo principal do governo –, é no âmbito de tais negociações que, em alguns casos, os governos têm decidido levar a cabo reformas básicas e necessárias em um suposto estado de direito.

como se as conjunturas históricas não provocassem inflexões em seus *modos de operar*, enfim, como se essas mesmas conjunturas não tivessem influência sobre os planos políticos e militares das guerrilhas. Trata-se de uma leitura que naturaliza, tanto as guerrilhas quanto os regimes políticos, deixando de lado o caráter dialético e histórico do confronto. Alguns dos efeitos dessa naturalização é que os acordos finais dos processos de paz parecem ser os geradores de importantes mudanças institucionais – o que, em parte, é verdade. No entanto, tal visão omite mudanças institucionais ocorridas antes e durante um processo de paz.

Por todos esses motivos levantados, acreditamos ser necessário estabelecer uma inflexão em matéria de análise das negociações, examinando-as como um processo complexo que se dá com a intervenção de múltiplos atores e diversas condições históricas em seu contexto político mais amplo – e não apenas entre dois atores, grupos guerrilheiros de um lado e governos de outro. O presente trabalho pretende, justamente, superar esses problemas analíticos e metodológicos, estudando as negociações de paz e seu desenho como parte ativa do processo mais amplo de disputa política na Colômbia, incluindo seus condicionantes externos. Ainda que não tenham alcançado os efeitos pretendidos, as políticas de paz sempre foram parte das disputas políticas colombianas e de suas relações externas, resultando em mudanças, tanto no que diz respeito aos grupos armados como às disputas mais amplas as quais estavam inseridos, contribuindo mesmo para alterar o regime político do país.

De saída, isso impõe um desafio à esta pesquisa: tratar de forma diferenciada as negociações durante o governo de Belisario Betancur e o governo de Virgilio Barco. Isso, sobretudo, porque cada um dos governos atuava em meio a situações internacionais distintas e no interior de situações domésticas – econômicas e políticas – complexas e cambiantes.

Outra implicação importante da perspectiva escolhida para esta pesquisa é adotar uma diferenciação, ausente na literatura revisada, entre *negociações* – entendidas como processo, tensões e lutas entre governos e guerrilhas – e a *política de paz* – que molda as negociações, o conjunto de ideias e concepções sobre a guerra e a paz, e que inclui, entre outros aspectos, os critérios para o diálogo e a construção de um possível itinerário de negociação. Essa diferença é importante, justamente porque são as políticas de paz que permitem vincular o governo ao quadro político mais amplo em que se inserem as negociações.

Assim, descrever a evolução do regime político durante as negociações pode nos ajudar a desnaturalizar o regime propriamente dito, bem como seus atores e a evolução do conflito armado colombiano como um todo. Esse vínculo nos permite, ainda, entender que o desenho de cada uma das políticas de paz fora influenciado por fatores diversos, como o diagnóstico da crise política, no caso das negociações dos anos 1980, e, a partir dos anos

1990, as hipóteses sobre o prolongamento do conflito armado. Tanto o diagnóstico quanto as hipóteses mudam, diante desse cenário, de acordo com a conjuntura política e o contexto internacional. Isso dificulta um pouco analisar as negociações a partir de modelos, de alguma maneira “atemporais”, prontos para serem aplicados independentemente do contexto e da correlação de forças na qual tais negociações estão inscritas.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo desta dissertação é investigar, principalmente, dois problemas. O primeiro problema é saber o que levou os governos de Betancur e Barco a iniciar negociações nos seus respectivos mandatos. Nosso segundo problema é saber por que, durante o governo Barco, as negociações com o M-19 foram bem sucedidas, enquanto que fracassaram com as FARC-EP.

Em relação ao primeiro problema, a hipótese é que não são apenas determinados atributos ou determinadas concepções e ideias que levam um presidente a propor um diálogo com a insurgência, mas também uma conjuntura política específica. Assim, depois da revisão da literatura, tornou-se clara a conjuntura do governo Betancur; no entanto, no caso do governo Barco, todos os autores assinalavam que o início das negociações havia sido um evento chave: o sequestro de uma importante figura política. Sem desconhecer a relevância desse evento, pensamos que a crise política durante o governo Betancur não havia finalizado e que, justamente, entender sua evolução, durante o governo seguinte, podia nos oferecer uma visão mais ampla, assim como uma imagem mais complexa das razões do início das negociações durante o governo Barco.

Ao nosso segundo problema, relativo ao sucesso apenas parcial das negociações do governo Barco, corresponde outra hipótese, qual seja: a decisão do M-19 em acatar a negociação não pode ser explicada somente pela sua “lucidez” ou “clara visão política”, mas também pelo processo de mudança de regime político que, embora ainda incipiente no início do governo Barco, transitaria muito rapidamente para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que substituiu a Constituição de 1886. Isto é, nós consideramos que a possibilidade de as guerrilhas, em particular do M-19, fazerem parte desse “reajuste institucional” foi uma grande motivação que contribuiu à *dejación* das armas dessa organização, em meados de março de 1990. No caso das FARC-EP, o genocídio da União Patriótica, partido político de esquerda criado durante as negociações com o governo de Betancur, foi, de fato, uma resposta corrente à pergunta sobre por que essa organização continuou na luta armada. No entanto, o genocídio não remete exclusivamente à importação do discurso anticomunista no solo colombiano que, como veremos, seria cada vez mais

abandonado, e sim às dinâmicas locais, econômicas e políticas de algumas regiões da Colômbia.

O recorte temporal da pesquisa abarca o período compreendido entre os anos 1982 e 1990: a totalidade das administrações de Betancur (1982-1986) e Barco (1986-1990). Para a reconstrução do capítulo 1, assim como para a estruturação do capítulo 2 – o contexto político e as negociações durante o governo Betancur –, foi usada, principalmente, bibliografia secundária. Já para a análise do governo Barco, a principal fonte utilizada foi a revista *Semana*¹⁰, incluindo o último ano do governo Betancur. Foram consultadas 272 edições do periódico, abrangendo o período de janeiro de 1985 até agosto de 1990. Por intermédio da leitura da revista, traçamos a evolução da dinâmica política colombiana durante as negociações nos dois governos.

Para tanto, consideramos duas variáveis: uma externa, o fim do conflito Leste-Oeste e o impacto da política de segurança dos Estados Unidos na América Latina e, em especial, na Colômbia; e uma interna, a evolução do regime político em relação ao *desmonte* da Frente Nacional e à solução da crise política mediante o processo de abertura democrática iniciado por Betancur, bem como o esquema governo-oposição e os acordos entre os diferentes setores políticos para levar a cabo uma reforma constitucional durante o governo Barco – processo que culminou com a formulação de uma nova constituição em 1991, durante o governo Gaviria. Esta última, no entanto, não pôde ser devidamente incluída no presente trabalho.

A dissertação como um todo não pretende ser um inventário dos aspectos procedimentais das negociações, dos mecanismos de diálogo, da elaboração de agenda, etc. Trata-se de analisar a evolução do regime político colombiano durante as negociações de paz e durante a maior crise política da história recente da Colômbia.

Para responder aos problemas anteriormente mencionados, a exposição dos resultados da pesquisa foi dividida em três capítulos.

O Capítulo 1 trata de fornecer ao leitor uma breve descrição da ordem política colombiana durante o século XX. O objetivo não é descrever o processo de formação da

¹⁰ A revista *Semana* nasceu em 1946, sob direção de Alberto Lleras Camargo (Presidente liberal da Colômbia entre 1945 e 1946 e entre 1958 e 1962, além de ser um dos “arquitetos” da Frente Nacional). Em julho de 1960, Alberto Zalamea, o diretor da *Semana* naquela época, decidiu publicar um artigo sobre a Revolução Cubana, usando uma foto de Fidel Castro na capa da revista. Isso gerou uma crise que levaria à renúncia de seu diretor e ao fechamento da revista, até maio de 1982, quando ela ressurgiu, dessa vez com uma nova equipe editorial. A revista *Semana* é de marcada tendência liberal (El show de Fidel. *Semana*, Bogotá, 15 out. 1985, p. 57).

nação colombiana em seus detalhes, tampouco se debruçar detidamente sobre as razões do surgimento da luta armada na Colômbia. Acreditamos que para uma melhor compreensão do período estudado é importante indicar algumas coordenadas históricas para se compreender a preeminência da dicotomia continuidade-ruptura na análise do conflito armado no país. Busca-se, portanto, mostrar porque uma das principais hipóteses sobre a origem da luta armada revolucionária colombiana diz respeito ao problema da posse da terra. Nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo no âmbito da democracia oligárquica, desencadearam-se importantes lutas agrárias. Essas lutas foram reativadas na época de *la Violencia* (1946-1965), cujo início coincidiu com a quebra dessa democracia. O fenômeno da violência levou, então, à instauração de uma ditadura militar de curta duração, substituída pelo regime político conhecido como a Frente Nacional (1958-1974, doravante FN), um acordo negociado entre os partidos liberal e conservador para por fim à violência e impedir a reativação da ordem republicana. No entanto, embora a FN tivesse contribuído para o fim da luta partidária, ela não conseguiu findar a luta guerrilheira revolucionária. Essa seria justamente uma das principais preocupações de todos os governos pós-Frente Nacional.

O Capítulo 2 tem como intuito analisar o contexto político interno e externo do governo e das negociações durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986). Como já foi mencionado, essas negociações são consideradas precursoras em termos da busca de uma saída negociada do conflito armado. Assim, não é possível entender a mudança no desenho da política de paz do governo sucessor, o de Barco, sem conhecer, antes, as principais características do processo de paz de Betancur. Esse processo precisa ser inscrito em um contexto de crise política e de legitimidade do regime político colombiano – uma crise de legitimidade que piorou bastante durante o governo anterior, o de Julio César Turbay (1978-1982). Assim, a tentativa de diálogo durante o governo Betancur guarda uma estreita relação com a virada da política externa desse governo. Betancur decidiu negociar a partir de um determinado diagnóstico que detinha sobre a origem do conflito, relacionando a solução política desse com a necessidade de transformar o regime político.

O Capítulo 3 tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre o governo Barco. Assim, destacam-se as mudanças no contexto internacional e as principais transformações em relação à política de paz do governo anterior. Ao contrário das análises correntes consideradas na revisão da literatura, as negociações neste governo serão analisadas em um contexto maior de disputas políticas. Alguns dos fenômenos que eram apenas esboçados nas análises sobre o governo Betancur, como a eleição popular de prefeitos, a *guerra sucia*, a expansão do narcotráfico e do paramilitarismo, etc., serão situados em um

plano político mais abrangente. Será possível mostrar tanto as medidas práticas do governo Barco em relação à solução desses fenômenos quanto a evolução ou os deslocamentos das concepções governamentais e da opinião pública sobre os mesmos. A necessidade de levar adiante o processo de abertura democrática continuaria; porém, a percepção sobre a origem do conflito e a natureza das guerrilhas sofreria um deslocamento. Nesse governo, o processo de reforma constitucional e os acordos estabelecidos entre o governo e a “oposição” permitiram reformular a estratégia de paz.

Por fim, nas considerações finais, serão apresentados os principais resultados da pesquisa, assim como uma tentativa de sintetizar questões que precisariam ser aprofundadas.

CAPÍTULO 1

A ordem política na Colômbia durante o século XX: a democracia oligárquica, os anos de *La Violencia*, a Frente Nacional e o surgimento das guerrilhas revolucionárias

En cierta ocasión, en vísperas de las elecciones, don Apolinar Moscote regresó de uno de sus frecuentes viajes, preocupado por la situación política del país. Los liberales estaban decididos a lanzarse a la guerra. Como Aureliano tenía en esa época nociones muy confusas sobre las diferencias entre conservadores y liberales, su suegro le daba lecciones esquemáticas. Los liberales, le decía, eran masones; gente de mala índole, partidaria de ahorcar a los curas, de implantar el matrimonio civil y el divorcio, de reconocer iguales derechos a los hijos naturales que a los legítimos, y de despedazar al país en un sistema federal que despojara de poderes a la autoridad suprema. Los conservadores, en cambio, que habían recibido el poder directamente de Dios, propugnaban por la estabilidad del orden público y la moral familiar; eran los defensores de la fe de Cristo, del principio de autoridad, y no estaban dispuestos a permitir que el país fuera descuartizado en entidades autónomas. Por sentimientos humanitarios, Aureliano simpatizaba con la actitud liberal respecto de los derechos de los hijos naturales, pero de todos modos no entendía como se llegaba al extremo de hacer una guerra por cosas que no podían tocarse con las manos (GARCÍA MÁRQUEZ, 2007 [1967], p. 117).

Neste capítulo, trataremos de duas questões que têm sido apontadas como nucleares para se entender o conflito armado na Colômbia: a questão da terra e o fechamento do regime político. Elas serão abordadas desde um ponto de vista histórico e em conexão com o surgimento de movimentos de guerrilha revolucionária até o começo dos anos 1980.

Como já indicamos anteriormente, a questão da terra e as transformações no campo colombiano continuam sendo o principal “fator desencadeante” do conflito armado, embora suas características tenham mudado com o tempo¹¹. Alguns autores sugerem a existência de um vínculo – inclusive uma relação *causal* – entre as transformações agrárias, a consolidação das relações de produção capitalista no campo e o surgimento de importantes mobilizações agrárias durante as décadas de 1920 e 1930. Essas últimas estariam, por sua vez, ligadas às mobilizações camponesas da época de *la Violencia* (1946-1964), em cuja última fase – entre 1957 e 1964 – surgiram duas das mais importantes guerrilhas revolucionárias da Colômbia, as FARC-EP e o ELN, inaugurando assim, para alguns, uma nova fase de violência política: a da luta armada revolucionária. Existiria, nessa medida, um vínculo entre a questão agrária e o surgimento da luta armada na Colômbia¹².

¹¹ Não é fortuito que essa questão seja o primeiro ponto da agenda das atuais negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP (política de desenvolvimento agrário integral), assim como uma das demandas históricas dessa guerrilha desde a sua fundação.

¹² Outros autores não concordam com esse vínculo, ou pelo menos não acreditam que ele seja evidente (Cf. PÉCAUT, 2015). Pizarro (2011), por sua vez, estabelece tal vínculo em relação à tática da “combinação de todas as formas de luta” do PCC (Partido Comunista Colombiano). Isto é, as ações do PCC e dos grupos de autodefesa

Essa questão, ainda aberta, inscreve-se em um debate relacionado à formação do campesinato colombiano e à caracterização das fazendas cafeeiras e das relações sociais de produção ali gestadas¹³. Trata-se de um debate que, por sua vez, diz respeito ao trabalho de análise e identificação das continuidades e rupturas entre as diferentes fases ou períodos do conflito armado colombiano. Como veremos nos próximos capítulos, durante a década de 1980, assistiríamos a uma transição no conflito armado na Colômbia, não só do ponto de vista institucional, como também do ponto de vista epistemológico, na medida em que fenômenos¹⁴ antes situados em um *continuum* ideológico ou organizativo começaram a ser vistos de forma fragmentada, contribuindo, assim, para estabelecer um novo paradigma no entendimento do conflito armado que priorizasse as rupturas em detrimento das continuidades.

Todavia, além da questão agrária, a questão do “fechamento” do regime político e da impossibilidade da participação política de setores e organizações políticas diferentes aos Partidos Liberal e Conservador durante o século XX nos remete ao debate sobre as características da ordem política na Colômbia, em particular à experiência da *Frente Nacional* (1958-1974) – regime excludente que equiparou a oposição política à subversão¹⁵ e bloqueou qualquer tentativa de transformação das instituições. Esse ponto é importante, pois, como veremos nos capítulos 2 e 3, a tese do fechamento do regime político foi amplamente aceita pelas elites colombianas durante a década de 1980 e foi considerada como uma das causas, talvez a principal, da violência política durante o período¹⁶.

Assim, neste capítulo, descreveremos os principais regimes políticos na Colômbia durante o século XX: a democracia oligárquica e a Frente Nacional. Entre os dois regimes,

criados durante os conflitos agrários dos anos 1930, combinando a ação política legal e ilegal, se tornariam, nos planos políticos e militares das guerrilhas das FARC-EP, um componente estratégico para alcançar o poder.

¹³ Esse foi um tema de pesquisa relativamente explorado na década de 1970, gerando debates interessantes em torno das características da estrutura agrária colombiana no contexto latino-americano, influenciados também pelos trabalhos dos teóricos da dependência. Os anos 1980 viram o surgimento de outros temas de pesquisa. Atualmente, no marco das atuais negociações, um dos seus eixos principais vem sendo a questão agrária na Colômbia, assim, os debates dos anos 1970 estão suscitando, novamente, o interesse dos acadêmicos.

¹⁴ Refiro-me, explicitamente, ao narcotráfico, à expansão de cultivos de coca e ao aumento dos ingressos derivado dessas atividades. Consideramos que é muito difícil traçar o início e o final dos fenômenos sociais (o que não acontece com os acontecimentos); mesmo assim, alguns autores têm almejado equiparar a irrupção do narcotráfico nos anos 1980 com uma ruptura explícita. Acreditamos que tal ruptura precisaria ser aplicada a um acontecimento, e não a um fenômeno social.

¹⁵ “Y como la crítica al Frente [Nacional] implicaba atacar al conjunto de las instituciones, los límites entre crítica y subversión se hicieron borrosos” (GUTIÉRREZ, 2007, p. 102).

¹⁶ Trata-se de uma tese que seria matizada por alguns acadêmicos justamente nessa década. Em contraposição à tese que acreditava que todos os problemas do país teriam sido gerados pelas restrições impostas durante o período *frentenacionalista*, alguns pesquisadores têm se interessado pelo processo de democratização iniciado nesse período (cf. CABALLERO *et al.*, 2012). Alguns outros autores têm destacado a existência de fatores estatais, além dos problemas próprios ao regime da FN. Esse é um dos argumentos para explicar a hipótese da “democracia assediada” depois da Constituição de 1991 (Cf. PIZARRO, 2004). Daniel Pécaut é um dos autores que critica abertamente essa tese, pois, comparativamente, o regime da FN era mais aberto do que os regimes dos seus vizinhos (cabe lembrar que, em meados dos anos 1970, só Colômbia e Venezuela tinham governos civis).

ocorreu o período mais convulsionado na história colombiana e um dos fenômenos rurais mais enigmáticos no contexto latino-americano: a época conhecida como *la Violencia*. Embora não haja consenso quanto à periodização, muitos autores consideram que seu começo poderia se situar em meados da década de 1940¹⁷ e seu final em meados da década de 1960¹⁸.

1.1. A democracia oligárquica

A Colômbia, no começo do século XX, era uma sociedade predominantemente rural. Bogotá, sua capital, tinha pouco mais de 100 mil habitantes, enquanto Medellín, a segunda maior cidade, cerca de 70 mil habitantes¹⁹. Do ponto de vista do regime político, existe um consenso acadêmico na caracterização da história política da Colômbia na primeira metade do século XX: o país teria passado de uma oligarquia competitiva, em 1910, a uma democracia oligárquica, na década de 1940. O fim dessa democracia oligárquica teria se dado em novembro de 1949²⁰. Entre 1910 e 1949, a Colômbia teve eleições regulares – o presidente elegia os governadores departamentais e esses elegiam os prefeitos municipais (WILDE, 1978, p. 36)²¹. Isso se dava na contra-mão de outros países latino-americanos, com exceção

¹⁷ Alguns pesquisadores – e a opinião pública em geral – consideram o assassinato do dirigente liberal Jorge Eliécer Gaitán, no dia 9 de abril de 1948 – *el Bogotazo* ou *el 9 de abril* – como o início de *La Violencia*; outros consideram que o assassinato só agudizou o processo iniciado em 1946, quando os liberais perderam as eleições presidenciais de 1946 e os conservadores retomaram o poder depois de 16 anos: “La Violencia comienza realmente durante el segundo semestre de 1946, cuando se empiezan a presentar ataques conservadores contra los liberales en un afán de cambiar la composición del electorado con miras a las elecciones de 1947” (VALENCIA, 2012, p. 20). No livro *La Violencia en Colombia*, “Monseñor Guzmán sostiene que la violencia se origina a inicios de los años treinta, con la violencia ejercida por los liberales contra los conservadores, como consecuencia del cambio de hegemonía bipartidista. Los conservadores, desde esta perspectiva, no estarían haciendo otra cosa que respondiendo, doce años mas tarde, a la agresión liberal” (*Ibid.*, p. 26).

¹⁸ Uma vez que *La Violencia* diz respeito ao enfrentamento entre as frações armadas do Partido Liberal e do Partido Conservador, seu fim corresponderia à extinção das últimas organizações armadas desses dois partidos e ao surgimento de guerrilhas comunistas, o que inicia a confrontação armada entre essas e o Estado colombiano.

¹⁹ Além de profundamente rural, a sociedade colombiana era pouco povoada e pouco diferenciada. Quarenta anos depois, em 1951, Bogotá seria uma cidade de 650.000 e Medellín de 360.000 (WILDE, 1978, p. 41).

²⁰ O artigo de Wilde (1978) trata do processo de quebra da democracia oligárquica na Colômbia, cujo auge teria sido em 1949. O artigo, originalmente uma conferência ministrada em Yale, em 1972, e publicado na coletânea de Juan Linz e Alfred Stepan (1978), foi traduzido ao espanhol e republicado em 1982. Para este trabalho, foram usadas as duas versões, sobretudo a original. O estudo inscreve-se no contexto da virada teórica, iniciada em meados dos anos 1970 e 1980, que renovaria as análises sobre os processos políticos na América Latina, em particular sobre os regimes militares e as transformações dos regimes, sem necessariamente estarem atreladas às transformações socioeconômicas de tais regimes. Sobre isso, cf. o artigo de Pilar Gaitán Pavía (1993).

²¹ Wilde observa que a competição eleitoral circunscrivia-se aos dois partidos, Liberal e Conservador. Porém, em algumas eleições – as de 1914, 1926, 1934 e 1938 –, houve um candidato só, pois o partido opositor se recusou a participar. No entanto, esse retraimento, afirma Wilde, não pode ser interpretado como uma exclusão pela força do partido opositor e sim como a mostra de uma divisão interna ou desorganização: “*Retraimiento* represented a complex calculation by the leaders of the ‘out’ party that it would be better served by abstention than defeat” (WILDE, 1978, p. 32). O voto masculino na Colômbia foi instaurado em 1936; o feminino, só em 1957.

do Uruguai, que não sofreu nenhum golpe militar durante o período (WILDE, 1978, p. 30). Ao contrário dos regimes europeus, na Colômbia, houve uma continuidade entre um regime e outro, tanto em relação ao regime precedente, antes de 1910, quanto ao sucessivo, depois de 1949: “[t]he democratic era in Colombia can be seen as a phase of a larger, continuing political system” (WILDE, 1978, p. 33).

No caso colombiano, uma das regras mais importantes da dimensão *experiencial* foi o caráter *consociacional*²² e oligárquico da democracia, cujo mecanismo mais forte seria o governo de coalizão bipartidária. A origem da democracia oligárquica colombiana teria sido a “União Republicana” de 1909²³ (WILDE, 1978, p. 37). Rafael Reyes, presidente conservador de 1904 a 1909, permitiu o ingresso do Partido Liberal no seu governo depois da última guerra civil do século XIX: a Guerra dos Mil Dias²⁴. Os resultados dessa coalizão, em termos econômicos, sobretudo no sentido de impedir uma nova guerra, foram benéficos para o país na geração de renda proveniente da exportação do café. Em 1930, porém, acabou a denominada *Hegemonia Conservadora*²⁵ e se iniciou a chamada *República Liberal*, na qual os liberais governariam novamente o país até 1946. Enrique Olaya Herrera, presidente liberal entre 1930 e 1934, conseguiria conformar uma coalizão de “Concentração Nacional” para enfrentar a crise dessa época. O Partido Conservador não participou das eleições de 1934 e 1938; apoiaram, em vez disso, uma figura dissidente do partido opositor nas eleições de 1942. Finalmente, recuperaram o poder em 1946, com um candidato do seu próprio partido, em parte devido à profunda divisão interna dentro do Partido Liberal (HARTLYN, 1993, p. 76).

Os dois partidos são considerados a base da vida política colombiana desde suas origens, em meados do século XIX. Desde o início da República, ao contrário do que aconteceu em outros países latino-americanos, antes da consolidação do Estado, os partidos já se haviam forjado e as eleições foram fundamentais para a transferência da liderança política (WILDE, 1978). O orçamento e os recursos do Estado colombiano foram fonte de riqueza, sendo que cada um dos partidos no poder se autoproclamava seu legítimo proprietário; através

²² Hartlyn (1985, p. 130) explica como “Arend Lijphart introduced the term ‘consociational democracy’ to describe a pattern of democratic politics in countries marked by actual or potential violent conflict across the major segments of their societies. This conflict is avoided within an open political regime by means of overarching elite cooperation. One central means by which this cooperation is implemented is government by a grand coalition of political leaders of the country's major conflict groups”.

²³ Wilde destaca que houve coalizões anteriores, como em 1880 com o Partido Nacional de Rafael Nuñez. O consenso conservador fruto da coalizão foi instaurado na Constituição de 1886 (GUILLÉN MARTÍNEZ, 1986).

²⁴ Foi uma guerra civil partidária que ocorreu entre 17 de outubro de 1899 e 21 de novembro de 1902. Uma das causas foi a mudança entre a Constituição de Rionegro, de 1863 (modelo federalista), e a Constituição de 1886 (modelo centralista). Foi depois dessa guerra que os governos começaram a transformar os bandos partidários em um exército nacional (ROUQUIÉ, 1984, p. 246).

²⁵ Que foi de 1886 a 1930. Nas eleições presidenciais de 1930, os conservadores chegaram divididos. Eles haviam sido o partido hegemônico desde a década de 1880, antes como Partido Nacional (1888-1900).

do clientelismo e das relações de *padronazgo*, atribuíam-se os cargos burocráticos. Os dois partidos conseguiram mobilizar seus adeptos, tanto para fins eleitorais quanto para a guerra, gerando, com isso, uma profunda identificação partidária entre as elites e também entre as classes populares; isto é, os membros de cada partido não tinham, necessariamente, uma origem de classe comum e, por conseguinte, era muito difícil desenvolver uma solidariedade de classe²⁶. Os especialistas concordam que a formação da identidade nacional na Colômbia foi feita a partir dos dois principais partidos políticos. Foi o bipartidarismo, em vez do Estado, o fator que integrou politicamente a nação.

A ausência de um Estado forte não permitiu que o regime bipartidário pudesse se materializar institucionalmente. No nível nacional, atuavam os “chefes naturais” dos partidos; no regional, primava a ideologia ou o sentimento de pertença a um dos dois partidos: “La articulación de los gamonales locales – expresión del nivel regional – con los jefes naturales, fue la que institucionalizó la dominación en términos bipartidistas, proporcionándole contenido político nacional” (LEAL; DÁVILA, 2009, p. 57). Assim, todos os conflitos na Colômbia foram mediados por coalizões bipartidárias. A monopolização da administração do Estado por parte dos partidos não permitiu que outras forças sócias fossem incorporadas às instituições, o que, a longo prazo, geraria crescentes ondas de violência durante o século XX.

Sem considerá-la propriamente como “subcultura”, a identificação partidária foi central como elemento gerador de conflitos; já no fim do século XIX, a divisão política se refletia geograficamente. No entanto, mais do que destacar grandes divergências ideológicas entre os dois partidos, Wilde destaca um *espírito de partido* ou mística, para caracterizar a identificação por parte dos seus membros com o próprio partido (WILDE, 1978).

Se do ponto de vista do regime político encontramos, durante as primeiras décadas do século XX, uma grande estabilidade, do ponto de vista das mudanças estruturais na economia e na sociedade colombianas assistimos a profundas transformações: a duplicação do preço do

²⁶ O historiador Gonzalo Sánchez, ao diferenciar as três etapas da guerra guerrilheira colombiana, afirma que o principal objetivo das guerras civis do século XIX era o de resolver as rivalidades internas da classe dominante; assim, na primeira etapa dessa guerra, as classes dominantes não só assumiriam a direção política, como também a direção militar: “Se trataba, en últimas, de guerras entre caballeros de un mismo linaje y por eso al término de las mismas era frecuente una mutua complicidad en la preservación de sus respectivas propiedades: después de la derrota de Palonegro (una de las batallas decisivas de la Guerra de los Mil Días) liberales acaudalados pusieron sus bienes bajo la custodia de amigos conservadores” (SÁNCHEZ, 1991, p. 20). Já na segunda etapa da luta guerrilheira, no período de *La Violencia*, as classes dominantes continuariam exercendo a liderança política, mas seriam as classes populares as que dirigiriam a luta armada: “No hay un solo dirigente de la oligarquía que se haya desempeñado como jefe militar durante *la Violencia*” (*Ibid.*, p. 21). Na terceira etapa, a que ainda estamos vivendo, são as classes populares que exercem a liderança política e militar de seus respectivos exércitos, com o objetivo de transformar o regime político. No momento que escrevemos este texto, o governo ainda se encontra em conversações com as FARC-EP e com o ELN, mediante reuniões secretas que foram iniciadas já há algum tempo, estamos às vésperas de começar a fase pública das negociações.

café, nos anos 1920, produziu um aumento considerável de cultivos, o que impulsou a colonização camponesa das terras baldias e desencadeou conflitos agrários nas fazendas cafeeiras. O auge das exportações cafeeiras, o crescimento da indústria bananeira e o dinheiro da indenização de 25 milhões de dólares dos EUA pela separação do Panamá da Colômbia, caracterizaram a época da “dança dos milhões”. Estimulou-se, então, a construção de obras públicas e acelerou-se a industrialização – e, com essa, a migração da população rural para as cidades –, consolidando-se, assim, uma classe operária e seus respectivos sindicatos²⁷.

O Partido Socialista Revolucionário foi fundado em 1928 e o Partido Comunista em 1930. Foram convocadas as primeiras greves, em especial as do setor ferroviário e de navegação. A célebre e infeliz greve dos trabalhadores da *United Fruit Company* em 1928, em Ciénaga, perto da cidade de Santa Marta, no departamento de Magdalena, situado ao norte da Colômbia, converteu-se no *masacre de las bananeras*, um trágico capítulo na história do movimento sindical colombiano²⁸. Essa mobilização social e popular acompanhada do aumento da influência do ideário socialista nas organizações camponesas apoiadas pelo Partido Liberal teria, segundo Molano (2015), contribuído ao fim da hegemonia conservadora, porém desencadeando a subsequente repressão das organizações por parte dos conservadores.

²⁷ “En 1930 ya había 99 sindicatos”, segundo Molano (2015, p. 154).

²⁸ O massacre foi perpetrado por um Regimento do Exército Colombiano, em 6 de dezembro de 1928. Embora não haja consenso em relação ao número de mortos, calcula-se que foram assassinados cerca de 300 trabalhadores em greve protestando contra as péssimas condições de trabalho na *United Fruit Company*. García Márquez descreve o episódio em *Cem anos de solidão*. Mais do que isso, ele mostra como o episódio ficou no imaginário dos colombianos de uma forma *distorcida*. Há versões encontradas sobre o número dos mortos, sobre o que de fato aconteceu e, em alguns setores, há inclusive uma tendência à negação do acontecido, como sucede com outros episódios da história política colombiana. No romance, García Márquez perpetua no tempo o evento por meio da memória de José Arcadio Segundo, o único sobrevivente do massacre, que consegue saltar do trem, carregado de mortos, e voltar a Macondo. Ali, decide encerrar-se no quarto de Melquiades até que, alguns anos depois, Úrsula Iguarán (sua bisavó) consegue que ele, pelo menos, fechasse a porta sem o cadeado. Depois de anos, José Arcadio Segundo transmitiria essas lembranças para seu sobrinho, Aureliano Babilonia; entre os dois, havia se estabelecido um afeto recíproco: “Aureliano Segundo descubrió esa amistad mucho tiempo después de iniciada, cuando oyó al niño hablando de la matanza de la estación. Ocurrió un día en que alguien se lamentó en la mesa de la ruina en que se hundió el pueblo cuando lo abandonó la compañía bananera, y Aureliano lo contradujo con una madurez y una versación de persona mayor. Su punto de vista, contrario a la interpretación general, era que Macondo fue un lugar próspero y bien encaminado hasta que lo desordenó y lo corrompió y lo exprimió la compañía bananera, cuyos ingenieros provocaron el diluvio como un pretexto para eludir compromisos con los trabajadores. Hablando con tan buen criterio que a Fernanda [a avó] le pareció una parodia sacrílega de Jesús entre los doctores, el niño describió con detalles precisos y convincentes cómo el ejército ametralló a más de tres mil trabajadores acorralados en la estación, y cómo cargaron los cadáveres en un tren de doscientos vagones y los arrojaron al mar. Convencida como la mayoría de la gente de la verdad oficial de que no había pasado nada, Fernanda se escandalizó con la idea de que el niño había heredado los instintos anarquistas del coronel Aureliano Buendía, y le ordenó callarse. Aureliano Segundo, en cambio, reconoció la versión de su hermano gemelo. En realidad, a pesar de que todo el mundo lo tenía por loco, José Arcadio Segundo era en aquel tiempo el habitante más lúcido de la casa. Enseñó al pequeño Aureliano a leer y escribir, lo inició en el estudio de los pergaminos y le inculcó una interpretación tan personal de lo que significó para Macondo la compañía bananera, que muchos años después, cuando Aureliano se incorporara al mundo, había de pensarse que contaba una versión alucinada, porque era radicalmente contraria a la falsa que los historiadores habían admitido y consagrado en los textos escolares” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2007 [1967], p. 396).

1.2. As lutas agrárias das décadas de 1920 e 1930

Até o final dos anos 1960, a história agrária colombiana era interpretada como uma história *institucional*, em que as relações de produção no campo eram concebidas a partir das instituições coloniais de exploração – *encomienda*, *mita*, escravidão e *concierto agrário* – ou da sua posterior dissolução. Assim, o que se situava por fora dessas instituições, como o campesinato, os fazendeiros, os pequenos proprietários, etc., não tinha uma existência própria. Só a partir dos anos 1970 que, enfatizando a estrutura produtiva e outros aspectos, a história social conseguiu mostrar o caráter dinâmico das relações de produção no campo. Nesse sentido, tiveram papel importante os processos de expansão e de consolidação da fazenda, desde a segunda metade do século XVII (BEJARANO, 1985). A fazenda não só incorporou a mão de obra indígena, como a população mestiça também jogou um papel importante na expansão da economia fazendeira. A crise da escravidão teria dado lugar às fazendas baseadas no trabalho dos mestiços, produzindo, assim, uma mudança nas relações de produção. Porém, ainda não há clareza sobre como se produziu a servilização de uma força de trabalho diferente da indígena. Bejarano (1985, p. 18) cita Tovar Pinzón para expor a hipótese sobre o “fechamento” da economia colonial – vinculada, precariamente, ao comércio internacional – e, assim, entender o surgimento e a consolidação das relações servis no campo:

Quedan pues, numerosos problemas abiertos a la investigación, que van emergiendo a medida que se abandona una concepción puramente institucional de la economía colonial: importancia en la oferta de trabajo de grupos sociales diferentes a los indígenas y esclavos, las circunstancias que van dando paso a la emergencia de relaciones serviles en el campo, la naturaleza productiva de la hacienda colonial, los vínculos de éstos con los mercados regionales o con el mercado internacional, los ciclos regionales de prosperidad y cierre, problemas que, necesario subrayarlo, no serian comprensibles en un marco generalizado de la economía colonial y con prescindencia de sus especificidades regionales y tal vez del aislamiento del mercado internacional.

Em relação ao século XIX até o surgimento das grandes fazendas cafeeiras, as informações sobre a vida rural nesse século são menos conhecidas do que no período colonial; e isso por duas razões: a primeira é que a história econômica desse período esteve subsumida à história política, e a segunda é que as fontes são mais escassas²⁹. Ali, encontraríamos também a dissolução das instituições como causa explicativa da formação de “arrendatários,

²⁹ “Tenemos, pues, una peligrosa doble influencia del liberalismo decimonónico: la de las fuentes y la de la sobreestimación del efecto de los cambios de la estructura política del Estado sobre la economía y la sociedad y ello no deja de reflejarse en la manera como se plantean los problema de investigación, en particular en lo relativo a la formación del campesinado y a los impactos de las reformas del medio siglo y de la vinculación al mercado internacional sobre la estructura social” (BEJARANO, 1985, p. 19).

aparceros y agregados³⁰”, pois seriam as *reformas del medio siglo*³¹ as que teriam permitido o assentamento de indígenas nas zonas de exportação de tabaco³².

É a partir de 1850 que os países latino-americanos deixam de exportar recursos minerais e passam a exportar produtos agrícolas. Nesse sentido, um dos problemas mais urgentes era solucionar a escassez de mão de obra. No caso colombiano, em que não houve imigração estrangeira, foi a mão de obra nacional – notadamente, através da “transformación de colonos independientes en arrendatarios y jornaleros” (LEGRAND, 1991, p. 129) –, que supriu a demanda. Isso foi feito pela demanda de direitos de propriedade de baldios ocupados por colonos, o que originou um grande movimento de resistência no campo. Ao contrário de outros países latino-americanos, onde os habitantes das cordilheiras também subministraram a mão de obra para a agricultura de exportação localizada nas terras baixas, na Colômbia houve uma fase intermedia, constituída pela formação de um novo setor de pequenos proprietários camponeses. Para entender tal processo, é preciso analisar a estrutura da posse da terra, sobretudo a existência de terrenos baldios (em 1850, constituíam 75% do território nacional).

Depois do sucesso dos cultivos de exportação, houve um processo de expansão da fronteira e uma corrente migratória de camponeses oriundos da terra fria³³. A instalação de famílias nas terras baldias foi seguida pela construção de *caseríos*³⁴. Isso foi problemático para os grandes fazendeiros que não dispunham da mão de obra suficiente para os trabalhos nas fazendas, pois os camponeses controlavam seus próprios meios de produção³⁵. Para solucionar esse problema, os proprietários da terra aproveitaram a falta de títulos de propriedade dos camponeses para despojá-los e forçá-los a venderem sua força de trabalho³⁶.

³⁰ “En Colombia había tres clases principales de arrendatarios: 1. Los arrendatarios propiamente dichos, conocidos a veces como terrazgueros o concertados; 2. Los aparceros o agregados; 3. Los colonos a partido” (LEGRAND, 1991, p. 138).

³¹ As reformas liberais das décadas de 1850 e 1860 compreenderam, entre outras coisas, a dissolução de *resguardos* indígenas, a liberação dos escravos e a democratização dos bens da igreja (BEJARANO, *op. cit.*, p. 19; LEGRAND, 1984, p. 29).

³² “El tabaco, la quina, el añil y el algodón tuvieron cada uno su momento de auge entre 1850 y 1875; después el café y el banano se convirtieron en la fuente principal de la economía exportadora colombiana” (LEGRAND, *op. cit.*, p. 129).

³³ O tema do doutorado da historiadora canadense Catherine LeGrand foi o processo de expansão da fronteira agrícola na Colômbia. Ela afirma que a experiência da *colonización antioqueña* determinou os demais estudos sobre desenvolvimento da fronteira agrícola colombiana, pois considerava-se que essa havia impulsado uma distribuição democrática da posse da terra. No entanto, ela mostra que esse processo não foi exclusivo da região *antioqueña*, e que a privatização das terras públicas em outros lugares da Colômbia, longe de ser democrático, evidenciava um processo de despojo e exploração contra o qual os camponeses resistiram amplamente.

³⁴ Alguns *caseríos* eventualmente virariam *corregimientos* e mais adiante municípios (LEGRAND, 1984, p. 20).

³⁵ “En todo el siglo diecinueve y a comienzos del veinte, los terratenientes de las tierras templadas y calientes se quejaban continuamente de la escasez de mano de obra” (LEGRAND, 1991, p. 134).

³⁶ Ao contrário dos pequenos proprietários das terras altas, os colonos não tinham um título legal da terra; apesar da lei de 1874 reconhecer a propriedade da terra aos que a cultivam, os custos de medição para obter o título legal da terra ocupada eram desproporcionais para os camponeses.

Os camponeses, uma vez privados da terra, foram obrigados a pagar o aluguel da terra que o fazendeiro cobrava com trabalho³⁷. Foi só por meio de legislação, favorável aos colonos, que esses começaram a se opor à expropriação, notadamente através da Lei 61 de 1874 e da Lei 48 de 1882, que consagravam o princípio “de que quien cultiva la tierra baldía es su propietario legal”³⁸ (LEGRAND, 1991, p. 139). Assim, entre 1874 e 1930, os colonos contrataram advogados para frear o despojo. Os enfrentamentos entre colonos foram frequentes em regiões cafeeiras, zonas ganadeiras do interior e da costa e o enclave bananeiro da *United Fruit Company*. Nesse sentido “los campesinos mantuvieron latente la conciencia de las usurpaciones que habían padecido, hasta que los cambios estructurales de los años veinte los impulsaron a renovar la lucha contra el predominio de las grandes haciendas” (LEGRAND, 1991, p. 144).

Com as transformações e as reformas políticas da década de 1920 e o surgimento de organizações políticas favoráveis aos interesses camponeses, os camponeses quiseram recuperar suas terras. Começaram, então, com as invasões de terras, o que derivou em fortes conflitos agrários. Ao mesmo tempo, formaram-se ligas camponesas que, com o tempo, se identificariam com os principais partidos de esquerda: o *Partido Comunista Colombiano* (PCC), a *Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria* (UNIR) e o *Partido Agrarista Nacional* (PAN). No entanto, a maior organização foi, na verdade, a *Colonia Agrícola de Sumapaz*, composta por mais de 6000 camponeses. A colônia seria o antecedente da “república independente” do Sumapaz durante o período de *La Violencia*. Alguns anos mais tarde o governo promulgaria a Lei 200 de 1936, chamada *ley de tierras*³⁹, considerada a primeira lei moderna de reforma agrária na história da Colômbia (LEGRAND, 1986, p. 149).

O enfoque anteriormente mencionado, sobre o domínio da história institucional como forma de entender a história agrária começaria a ser questionado com os trabalhos sobre a economia cafeeira, pois a economia de exportação surgiria só no início do século XX com o café⁴⁰. Tal como havia sido proposto por Bejarano (1985), começaram a ter uma maior

³⁷ “Vemos pues como, en Colombia, a la vez que se desarrolló la economía exportadora, aumentó la concentración de la tenencia de la tierra a través de un proceso de desposeimiento de miles de colonos, y que, al mismo tiempo que se formaron las grandes propiedades, se creó la mano de obra para trabajar en ellas” (LEGRAND, *op. cit.*, p. 139).

³⁸ “Enfocadas especialmente a proteger a los colonos independientes, estas nuevas leyes no sólo permitían a los campesinos formar heredades en los dominios nacionales que quisieran, sino que también estipulaban que la tierra que pusieran en cultivo era legalmente de ellos y que no se les podía quitar” (LEGRAND, 1984, p. 32).

³⁹ “Dicha ley pretendió establecer un ordenamiento de la propiedad territorial que posibilitara al Estado recuperar el control de una amplia proporción de baldíos ilegalmente apropiados y sentar las bases para la construcción del catastro nacional, con todas sus implicaciones fiscales” (FAJARDO, 2008, p. 20).

⁴⁰ Segundo Bejarano (1985, p. 22), é pouco o que se sabe sobre a conformação de relações servis no campo antes do auge da fazenda cafeeira na Colômbia.

relevância os ciclos produtivos e as especificidades regionais, bem como os fatores e processos demográficos e de mestiçagem, e sua relação com o mercado internacional:

[...] no hay, ni puede haber, una línea continua de evolución de relaciones de producción más atrasadas hacia formas más desarrolladas, sino que hay ciclos, periodos de avance y retroceso de las relaciones sociales determinadas por coyunturas específicas, que no se distribuyen uniformemente en todas las regiones y que no permiten por tanto una caracterización precisa a partir de una periodización global de la sociedad global. Regiones y periodos parecen ser, entonces, los aspectos claves del análisis de las relaciones sociales en el campo (BEJARANO, 1985, p. 24)⁴¹.

A importância de considerar as especificidades regionais pode ser vista, claramente, na conformação da economia cafeeira: as fazendas se desenvolveram no oriente do país, enquanto a economia parcelaria se desenvolveu no ocidente. As fazendas colombianas se diferenciavam mais pelas variedades regionais do que pelas mudanças no tempo. No ocidente, predominou a economia parcelaria familiar, isto é, as relações de produção estavam baseadas no trabalho familiar independente, sendo formas mais próximas às relações capitalistas. Enquanto isso, no oriente, houve uma tendência em direção ao *enfeudamiento*. A expansão cafeeira não criaria novas relações sociais de produção.

Nesse sentido, a caracterização da fazenda cafeeira é importante e, ao redor dela, a própria discussão sobre o *enfeudamiento* e as relações de produção capitalistas. Tal discussão permitiria estabelecer a natureza das lutas agrárias nas fazendas cafeeiras de algumas regiões nos anos 1930, a violência dos anos 1950 e a sua relação com o surgimento das guerrilhas posteriormente. O problema historiográfico em torno à fazenda cafeeira e

[...] [l]a discusión sobre el enfeudamiento y la posibilidad de una diferenciación del campesinado arrendatario en el interior de las haciendas, no es sólo el afán académico de precisar la definición de las relaciones sociales. Este debate tiene profundas implicaciones para una comprensión cabal de las transformaciones de los años treinta, ya que como anotaremos más adelante la disolución de la hacienda, el desarrollo de las luchas agrarias de aquellos años en las haciendas cafetaleras del Tolima y Cundinamarca y aun la violencia de los años cincuenta en esas mismas zonas, se pueden abordar correctamente sólo teniendo en cuenta esta diferenciación (BEJARANO, 1985, p. 31).

Para que exista a possibilidade de estabelecer um nexo entre o *malestar rural* das décadas de 1920 e 1930 e a violência dos anos 1950, seria importante entender as lutas agrárias anteriores a esse período, isto é, as manifestações ocorridas durante a República

⁴¹ Essa também é a tese de Palacios (1980, p. 105), segunda a qual “las haciendas variaron mucho más regionalmente, que a lo largo del tiempo”. Essa ênfase no caráter regionalmente diferenciado do conflito tem sido apontada pelos recentes trabalhos do CINEP. Inclusive, essa foi, também, a proposta de Oquist (1978) para a análise de *La Violencia* (Cf. LEGRAND, 1997, p. 92).

Liberal (1930-1945). A história comparada latino-americana em relação aos movimentos camponeses sugeriria que as lutas agrárias aparecem como manifestações de crises originadas nas mudanças estruturais da economia e da sociedade: crise demográfica, crise dos ecotipos⁴² e crise de autoridade (BEJARANO, 1985, p. 34); além da maneira como a fronteira agrícola se expande. Segundo o esquema analítico proposto por Wolf (1975), retomado por Bejarano (1985, p. 37), na América Latina, as mudanças na estrutura da fazenda explicariam essas diferentes crises. Na primeira fase, de expansão, a fazenda ampliaria as fronteiras não para aumentar a produção, e sim para someter aos trabalhadores⁴³. O grau de resistência dependeria, então, do tipo de fronteiras, abertas (terras baldias) ou fechadas (terras indígenas). Na segunda fase, de consolidação e estabilização, teríamos um processo de politização devido à necessidade de organização por parte dos camponeses. O declínio da fazenda seria, portanto, a terceira fase, na qual encontraríamos diferentes formas de protesto rural.

Na Colômbia, a fase de expansão aconteceu entre meados do século XIX e o início do século XX; a fase de consolidação teve lugar em meados da década de 1920; a fase de declínio, por sua vez, depois de 1930. Na fase de consolidação houve conflitos nas regiões de Tequendama, Sumapaz e Tolima, mas não pela propriedade da terra; os conflitos giraram em torno da melhoria das condições de trabalho. A pergunta que fazem os analistas é porque a partir dos anos 1930 se passa de uma reivindicação pela melhoria das condições de trabalho a uma reivindicação pela propriedade da terra. Segundo Bejarano (1985), quiçá seja por duas razões: o esgotamento da fronteira agrícola nessa década e a escassez da mão de obra. Mesmo assim, continua sendo um mistério a maneira *como* se expande o conflito para outras áreas. Apesar da influência do PCC e do Partido Liberal, seria importante esclarecer porque os camponeses foram receptivos a esse tipo de ação política. Bejarano insistiria na importância da diferenciação do campesinato para explicar esses processos, diferenciação que, por sua vez, seria regionalmente diferenciada, aspecto pouco explorado pela literatura sobre o tema.

A partir de uma comparação entre o Sumapaz e o Tequendama, Bejarano fornece uma explicação interessante de como as diferenças nos dois lugares determinariam a natureza dos conflitos agrários. A principal diferença foi a existência de terras baldias em Sumapaz, o que fez com que o eixo do conflito tenha sido, justamente, a propriedade da terra. O conflito se inscreve, portanto, em uma perspectiva legal. Os arrendatários foram colonos e, por isso, surgiram as “ligas de colonos”. Entretanto, em Tequendama, houve, de início, uma luta pela melhoria das condições de trabalho; em seguida, sementeiras clandestinas de café, invasões de

⁴² São os sistemas principais para conseguir alimentos e excedentes do solo.

⁴³ Sobre isso, cf. a obra de LeGrand (1984; 1986).

terras; por último, uma luta pela terra. Por conseguinte, o Partido Comunista estimulou ali a organização de sindicatos e de ligas camponesas.

Nos dois casos, teríamos dois tipos diferentes de *arrendatários*, “diferenciados según las formas de apropiación de la tierra y de expansión de la frontera de la hacienda” (BEJARANO, 1985, p. 44), o que incidiria nas formas organizativas e na natureza das reivindicações. As transformações da estrutura agrária durante a República Liberal não foram muito estudadas; são conhecidos apenas os processos de declínio da fazenda e de desmobilização camponesa. Sobre a relação entre as transformações da sociedade rural e *La Violencia* nas zonas rurais a partir de 1949, não existem mais do que algumas hipóteses, como as consequências da promulgação da Lei 200 de 1936 e o programa de parcelamento das terras⁴⁴. Todavia, apesar das medidas, as tensões no campo se mantiveram⁴⁵.

1.3. A quebra de democracia oligárquica e *La Violencia*

Os antecedentes da quebra da democracia oligárquica podem ser encontrados no processo de ruptura institucional iniciado na segunda presidência do liberal Alfonso López Pumarejo (1942-1945), em cujo primeiro mandato, entre 1934 e 1938, promulgou-se a *Ley de Tierras*, como apontado. Durante esse segundo mandato, o presidente perderia cada vez mais o controle da situação política, em parte devido à forte oposição às tentativas reformistas levadas a cabo durante sua primeira presidência, conhecida como *la Revolución en Marcha*⁴⁶.

Além disso, ocorriam processos de intensa polarização política no interior de cada um dos partidos. No seio do Partido Liberal, por exemplo, existia uma disputa entre a ala moderada, liderada por Gabriel Turbay, e a ala mais radical, liderada por Jorge Eliécer Gaitán. O congresso era dominado pelos liberais de oposição, enquanto que os conservadores eram liderados por Laureano Gómez. Houve graves escândalos de corrupção na época e, em 1944,

⁴⁴ “Esta tendencia relativamente favorable a la consolidación de unidades parcelarias, que solucionaba *momentáneamente* la contradicción presente en el proceso de articulación entre el modo de producción capitalista en vías de restauración y las formas precapitalistas de explotación agraria, *no podía prolongarse excesivamente* sin atentar seriamente contra la unidad de la propiedad latifundiaria, sobre la cual había de edificarse el tipo de desarrollo capitalista rural” (MONCAYO & ROJAS *apud* BEJARANO, 1986, p. 47).

⁴⁵ Sobre a história agrária da Colômbia entre 1936 e 1948, LeGrand afirma que ainda não se conhecem os efeitos das políticas agrárias impulsadas durante o período, o que dificultaria estabelecer relações causais entre as duas fases das lutas agrárias. “Es obvia la importancia para comprender los orígenes de la violencia y, todavía más específicamente, las conexiones entre los conflictos agrarios de los años treinta y los de los años cuarenta y cincuenta de este siglo” (LEGRAND, 1986, p. 149).

⁴⁶ Denominada dessa forma porque levou a cabo importantes reformas sociais e educativas – aliás, foi a partir de onde instaurou-se o sufrágio universal masculino.

uma tentativa de golpe militar em Pasto, no sul do país (GONZÁLEZ, 2014; WILDE, 1978; HARTLYN, 1993). Essa situação levaria à renúncia do presidente López Pumarejo, que seria substituído pelo liberal Alberto Lleras Camargo, em julho de 1945. Lleras Camargo formaria, então, um gabinete de “União Nacional” que vigeria até as eleições de maio de 1946.

Jorge Eliécer Gaitán, político e advogado colombiano, era uma figura problemática para o Partido Liberal, pois era mais do que um liberal dissidente; ele representava uma corrente “antioligárquica” dentro do partido⁴⁷. Mobilizando as classes populares contra a oligarquia, Gaitán tornou-se em uma figura perigosa, tanto para o próprio Partido Liberal como para os conservadores⁴⁸. Desde o início de sua atividade acadêmica e, posteriormente, já na sua atividade profissional, esteve muito próximo do ideário socialista e da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Entre as atividades políticas mais significativas, encontra-se a denúncia feita aos acontecimentos ocorridos no massacre das bananeiras, em 1928, gerando um debate público contra o governo de Miguel Abadía Méndez⁴⁹ e contra o Exército.

Assim, as eleições presidenciais de maio de 1946 foram um divisor de águas no desenvolvimento da democracia colombiana: os liberais foram derrotados e, com isso, os conservadores retomaram o poder depois de 16 anos. Elas marcaram, também, o início da *primeira fase de la Violencia*⁵⁰, desenvolvida entre 1946 e 1949; muito embora, como mencionado anteriormente, alguns pesquisadores – e a opinião pública em geral – considerem o assassinato do dirigente liberal Jorge Eliécer Gaitán, no dia 9 de abril de 1948, como o verdadeiro início de *la Violencia*.

Os conservadores ganharam as eleições porque, ante a polarização no seio do Partido Liberal, entre Turbay – apoiado pelo oficialismo – e Gaitán – apoiado pelas classes populares –, a Direção Nacional Liberal acabaria escolhendo, em 1945, Gabriel Turbay como candidato oficial do partido. Tal divisão permitiu que as eleições de 1946 fossem vencidas pelo

⁴⁷ Antes das eleições, Gaitán havia sido prefeito de Bogotá no governo López (1934-1938), Ministro de Educação no governo Santos (1938-1942) e Ministro de Trabalho no segundo governo López (1942-1945).

⁴⁸ O *gaitanismo* foi uma transformação do Partido Liberal *desde adentro*. Alguns autores, como Daniel Pécaut, Gonzalo Sánchez e Herbert Braun, consideram que para entender a gênese de *la Violencia* é necessário entender o contexto de surgimento do *gaitanismo*, as implicações políticas do movimento e as percepções das classes populares (LEGRAND, 1997, p. 90). Sobre os debates sobre o *gaitanismo*, cf. o balanço de LeGrand (1997).

⁴⁹ Presidente entre agosto de 1926 e agosto de 1930. Era membro do Partido Conservador.

⁵⁰ Em relação às fases de *la Violencia*, também não existe um consenso inequívoco. O início e o final de cada uma das fases dependem dos fatores explicativos privilegiados por cada um dos autores. Ramsey (1973) propõe, por exemplo, uma periodização de forma a privilegiar os acontecimentos políticos ou as viradas políticas; assim, ele identifica quatro fases: a fase I, de 1946 até *el 9 de abril* de 1948; a fase II, da primeira guerra de guerrilhas, de 1948, até 1953; a fase III, da segunda guerra de guerrilhas, de 1954 a 1957, até depois de *la entrega*; a quarta e última fase, a era do “bandoleirismo endêmico”, desde o início da FN, em agosto de 1958, até 1965. Bejarano (1985), por sua vez, privilegia as mudanças nas formas de luta e o conteúdo de classe das mesmas.

conservador Mariano Ospina Pérez. Os conservadores, depois de 16 anos de liberalismo, retomam o Estado e o poder com um governo de União Nacional (WILDE, 1978, p. 38).

Na medida em que os conservadores começam a retomar o controle do aparato administrativo estatal, a violência começa a crescer em certas regiões da Colômbia. Nas eleições legislativas de março de 1947, nas quais, pela primeira vez, os senadores foram eleitos por voto direto, o Partido Liberal conseguiu a maioria, tanto no Senado quanto na Câmara⁵¹, em particular a corrente *gaitanista*. Com isso, o grande ganhador das eleições foi Gaitán, que, a partir de outubro de 1947, tornou-se chefe do partido e indiscutível candidato presidencial para as eleições de 1950. No dia 7 de fevereiro de 1948, Gaitán organizou a *Marcha del silencio*, convocando 100.000 pessoas na *Plaza de Bolívar*. Na marcha, Gaitán pronunciou a celebre *Oración por la paz* para pedir ao presidente Ospina que cessasse a perseguição política e os assassinatos contra liberais levados a cabo em algumas regiões do país. Em março de 1948, os liberais se retiraram do governo por falta de garantias.

Figura 1. *Marcha del silencio*



Fonte: banrepcultural.org

⁵¹ Senadores para o período 1947-1951 e deputados para o período 1947-1949.

No entanto, no dia 9 de abril de 1948, Jorge Eliécer Gaitán foi assassinado, o que provocou o célebre episódio conhecido como *el bogotazo*⁵², uma série de motins que levaram à destruição parcial da cidade de Bogotá.

Figura 2. *Destrozos en la Gobernación*



Fonte: banrepcultural.org

⁵² “The bogotazo which followed the act was the greatest urban riot in the history of the Western hemisphere, a revolution that died in the agonies of birth. After it, Colombian politics would never be the same” (WILDE, 1978, p. 46). Sobre esse episódio, Hobsbawm, em seu artigo *The Revolutionary Situation in Colombia* (1963), escreveria: “The history in Colombia in the past fifteen years can be understood only in terms of the failure, or rather the abortion, of a classic social revolution. From at least 1930 onwards, by a coherent historic evolution, a social revolution was in preparation in Colombia which ought logically to have produced something analogous to *Fidelism*, a populist left-wing régime working closely with the Communists. In fact, this movement reached its climax, a plainly insurrectionary situation, at a moment when the taking of power was feasible. More than this: insurrection actually broke out spontaneously in April 1948 and was freely supported by the police of Bogotá. But there was no one to direct and organize it. The populist movement of Jorge Eliécer Gaitán, being entirely unorganized, was decapitated by the assassination of its leader; the Communists did not recognize what was happening until it was too late. In consequence the country subsided into the state of disorganization, civil war, and local anarchy which has obtained during the last fifteen years” (HOBSBAWM *apud* GOTT, 1970, p. 172). Charles Bergquist, por sua vez, oferece uma leitura diferente: “El problema es que la izquierda colombiana ha querido ver La Violencia como una revolución social abortada, cuando la realidad es otra, fue una contienda tradicional entre partidos que se terminó cuando los partidos decidieron compartir el poder (Frente Nacional). Y es ahí, en la segunda mitad del siglo XX, cuando el panorama cambia radicalmente a raíz de una decisión históricamente errada por parte de la izquierda de lanzarse a la insurrección” (*apud* BRITTO CAMBRIDGE, 2014). Essa é uma visão amplamente aceita: a esquerda colombiana, naquela época, teria feito uma leitura errada da situação política. Isto é, persistem as discussões em torno dos alcances do *gaitanismo*, se esse movimento estaria liderando ou não uma revolução social incipiente; mas, em todo caso, não há dúvida de que o assassinato de Gaitán foi um divisor de águas na história colombiana e na história da esquerda latino-americana do século XX.

Com isso, tem início a crise da democracia oligárquica. Começa, então, o período político conhecido como *La Violencia*. O país entrou em colapso. Houve uma ofensiva sistemática contra os sindicatos e as classes populares urbanas. O presidente Ospina⁵³ declarou estado de sítio para enfrentar a violência. Depois da morte de Gaitán, instaurou-se uma segunda coalizão de União Nacional por meio da qual os membros do Partido Conservador designariam membros do Partido Liberal em postos-chaves da administração pública⁵⁴. Em seguida, houve uma reforma eleitoral para preparar as eleições parlamentares de junho de 1949⁵⁵. Outra reforma que precisava ser feita era a polícia; porém, o que ocorreu foi o afastamento dos liberais da polícia. Ao mesmo tempo, a violência incrementava-se nas zonas rurais com os enfrentamentos entre os *pájaros*, ou *chulavitas*⁵⁶, e os liberais.

Segundo Wilde (1978), à luz dos fatos anteriores, era evidente que a estrutura social que sustentava o regime democrático (infra-democracia) estava sofrendo mudanças importantes. Fatores estruturais, tais como a urbanização e o desenvolvimento econômico, abalaram a política tradicional⁵⁷. Assim, a quebra da democracia teria acontecido porque as elites colombianas decidiram que essa democracia não podia mais continuar funcionando da mesma maneira. Retomando as formulações teóricas de Juan Linz (1987), Wilde afirma que, ao contrário de algumas teorias da revolução que consideram os fatores econômicos mais importantes, os fatores políticos como liderança e ideologia são variáveis independentes dos fatores socioeconômicos⁵⁸. É claro que os fatores socioeconômicos têm uma influência no

⁵³ Embora Ospina fosse o presidente, Laureano Gómez era o indiscutível chefe do Partido Conservador, na medida em que ele representava a ala mais conservadora do partido.

⁵⁴ O mecanismo foi chamado *cruce* (cruzamento). Dario Echandía assumiu a liderança do Partido Liberal depois da morte de Gaitán, mas não foi capaz de exercê-la, pois o partido estava muito dividido na época, o que finalmente provocou a saída do Partido da União Nacional, em maio de 1949.

⁵⁵ Wilde afirma que, em 1947, Gaitán havia respaldado uma reforma eleitoral no congresso, mas as maiorias liberais não o apoiaram (WILDE, *op. cit.*, p. 47).

⁵⁶ Chulavita é o nome de uma *vereda* do município de Boavita, no departamento de Boyacá. Molano (2015, p. 158) conta que, no dia 10 de abril de 1948, o governador de Boyacá, Jesús María Villareal, armou e transportou para Bogotá 200 camponeses dessa *vereda*. A palavra foi usada, depois, para nomear as *quadrilhas* conservadoras que lutariam contra os liberais durante a Restauração Conservadora (1946-1953).

⁵⁷ O processo de modernização na Colômbia foi iniciado nos anos 1920, tardiamente em relação aos outros países latino-americanos (WILDE, *op. cit.*, p. 40).

⁵⁸ “En estos análisis, los científicos sociales, principalmente los sociólogos (y en especial los que tienen una orientación marxista) tienden a destacar las características estructurales de las sociedades, las infraestructuras socioeconómicas que actúan como condiciones restringentes, limitando la elección de los actores políticos. Dirigen su atención a los conflictos sociales yacientes, especialmente los conflictos de clase que en su opinión hacen difícil, si no imposible, la estabilidad de las instituciones democráticas liberales. Sostienen que el proceso de derrumbamiento está suficientemente explicado por las grandes desigualdades sociales y económicas, la concentración de poder económico, la dependencia económica de otros países, la amenaza al orden socioeconómico existente planteada por la movilización de las masas y la inevitable y rígida defensa de los privilegios que terminan con las instituciones democráticas que permiten esta movilización. Seríamos los últimos en negar la importancia de estos factores y su considerable efecto en casos concretos. Pero aun asumiendo que estos análisis sociológicos o los basados en el carácter cultural nacional o en variables psicológicas pudieran explicar *por qué* tiene lugar la caída de un régimen, habría que preguntarse *cómo*” (LINZ, 1987, p. 14).

sistema político, porém é mais uma interação do que uma determinação: “The Colombian case is one in which political factors clearly made an important and independent contribution to breakdown”⁵⁹ (WILDE, 1978, p. 40).

Essas mudanças estruturais produziram múltiplas greves gerais e o aumento da violência rural e urbana nos anos 1940, sobretudo no final da década. Segundo Wilde (1978), essa violência seria o reflexo de processos relacionados com o aumento das demandas no sistema político. No entanto, afirma o autor, o sistema político também estava mudando. É preciso uma análise dinâmica do processo para entender que, nos períodos de crise e de ruptura e quebra, algumas dessas mudanças ficariam mais evidentes. As mudanças estruturais no sistema político diziam respeito, sobretudo, ao desenvolvimento de um estado moderno e à ascensão da política populista na Colômbia.

É possível afirmar que foi o presidente Alfonso Lopez Pumarejo (1934-1938) quem iniciou a construção do Estado moderno. Isso significou um processo de diferenciação cada vez maior e um incremento das funções do Estado em termos da organização do trabalho, organização eleitoral, relação de propriedade agrícola, etc. (WILDE, 1978). É interessante destacar, no entanto, que não houve crise fiscal no momento da quebra; muito pelo contrário, os recursos provenientes dos impostos aumentaram significativamente nos anos 1940⁶⁰. Wilde destaca, nessa medida, o surgimento de novos atores, como as associações patronais. Embora seu maior impacto fosse no desenho das políticas públicas durante os governos da Frente Nacional, já nos anos 1940 apareceram algumas organizações cujas demandas haviam sido historicamente canalizadas pelos partidos políticos. Ademais, a participação nas contendas eleitorais também aumentou consideravelmente.

O caso dos sindicatos mostra esse desafio do populismo à democracia oligárquica. A *Confederación de Trabajadores de Colombia* (CTC), inicialmente associada ao Partido Liberal, desde sua fundação, em 1936, começou a perder o apoio do partido quando as elites perceberam que suas lutas estavam pondo em risco sua estabilidade. Os sindicatos contribuíram para a quebra da democracia oligárquica pelo seu caráter conflitivo. O populismo veio acompanhado, também, por uma polarização ideológica introduzida pela *Revolución en marcha* de Pumarejo. O Partido Liberal, após ter retomado o poder depois de

⁵⁹ Ao contrário de alguns autores, Wilde considera que uma análise em termos de classe para dar conta da quebra da democracia não é satisfatória: para aqueles que considerariam a quebra de 1949 como resultado da mobilização das classes populares, cujas demandas não estariam sendo consideradas no âmbito de uma democracia oligárquica e que viram no assassinato da Gaitán a impossibilidade da materialização das reformas sociais e econômicas almejadas, *la Violencia* seria, de fato, o resultado de uma ampla frustração social. Assim, a quebra seria a incapacidade e o fracasso das classes dirigentes de se unirem para proteger seus interesses. Wilde diz que isso seria plausível se a quebra tivesse ocorrido em 1948, depois do *bogotazo*, e não em 1949.

⁶⁰ “The collapse of 1949 was not economic but political” (WILDE, 1978, p. 51).

30 anos de hegemonia conservadora, vinha crescendo nos centros urbanos. Sua influência era indiscutível, e o Partido Conservador temia ser excluído definitivamente do jogo do poder. Isto é, segundo o autor, as mudanças estruturais estavam abalando o “suporte” do caráter consociacional da democracia: a fé. Wilde também descreve o papel da igreja depois da quebra, já que ela se aliou ao Partido Conservador e, nas zonas rurais, chegou a chamar os liberais de comunistas⁶¹, ordenando a população a não votar pelo Partido Liberal.

Maio de 1949 marcou o final do processo de quebra: os liberais abandonaram a União Nacional e, por meio de uma reforma eleitoral, anteciparam as eleições presidenciais para novembro de 1949⁶². Finalmente, as eleições foram marcadas para o dia 27 de novembro.

Contudo, no dia 9 de novembro de 1949, Ospina declarou estado de sitio, fechou o congresso e as assembleias provinciais, interditou as reuniões públicas e instaurou a censura da imprensa. Com isso, acabava em termos formais a democracia oligárquica (WILDE, 1978). As eleições foram realizadas, mas em circunstâncias que beneficiaram o Partido Conservador. Darío Echandía, candidato presidencial do Partido Liberal, retirou sua candidatura no início de 1949 devido ao assassinato de seu irmão e à falta de garantias. Assim, Laureano Gómez, o chefe e candidato do Partido Conservador, foi candidato único nessas eleições.

Laureano Gómez governou até 5 de novembro de 1951, quando sofreu um ataque cardíaco. Roberto Urdaneta Arbeláez, o vice-presidente (nessa época, falava-se em designado), assumiu o cargo até 1953, quando o general Gustavo Rojas Pinilla tomou o poder e instaurou uma ditadura⁶³.

A pergunta que faz Wilde em seu texto é: por que as elites não conseguiram chegar a um acordo? O problema, segundo ele, foi o “fracciosismo”. Como mencionado anteriormente, Laureano Gómez era o indiscutível chefe do Partido Conservador. Nesse sentido, por que Ospina, o presidente, não conseguiu controlar o Partido Conservador?

Aside from personal factors, the answer is in part that he could *not* command all the resources of the presidency. Liberal control of Congress and many of the provincial and local assemblies would not allow him to be as partisan as he might otherwise have wished. He chose a strategy of conciliation and coalition. What this meant in very concrete terms was that Liberals demanded and received much of the patronage available at all levels. Ospina could not deliver the administrative spoils that parties were accustomed to receiving upon conquest of the executive. He faced continuous pressure from within his own ranks. He was undermined as party leader by his position as coalition president. (WILDE, 1978, p. 57).

⁶¹ O PCC foi declarado ilegal depois da morte de Gaitán, e assim o ficou até 1958.

⁶² Elas deviam realizar-se em junho de 1950.

⁶³ Laureano Gómez partiu em exílio para a Espanha, de onde seguiria liderando o Partido Conservador.

Segundo Wilde, a ruptura em 1949, pode ser explicada pelo tipo de mecanismo sobre o qual estava “assentada” a democracia, um mecanismo muito informal e personalista. Uma vez que as instituições não proporcionaram uma solução para a crise, as lideranças dos dois partidos deviam criar um consenso *ad hoc*. Esse mecanismo tipicamente oligárquico funcionava em uma sociedade menos diferenciada. Isso foi o que aconteceu em três ocasiões antes da ruptura: em agosto de 1947, em abril de 1948 e em abril de 1949; mas nenhum desses pactos teve efeito durável (WILDE, 1978).

Bagley (1984), no entanto, tem outra visão dos fatos. Ele explica que o colapso da “democracia oligárquica” se deu em função de um conflito no interior da classe dirigente em relação à direção da modernização política. Uma facção era liderada pelo conservador Laureano Gómez, que representava os interesses dos latifundiários e que pretendia implantar um sistema político autoritário baseado no modelo da Espanha franquista. Uma segunda facção era liderada pelos liberais Alfonso López Pumarejo e Jorge Eliecer Gaitán, que pretendiam estimular a indústria a partir de reformas populistas e democráticas. Foi o conflito entre essas duas facções, além de um aparato estatal frágil, que levou ao *bogotazo*, ou ao “colapso parcial da autoridade do Estado” (OQUIST, 1978), dando início à *La Violencia*⁶⁴.

Se cada uma das facções representava diferentes interesses de classe, como foi possível o acordo? Bagley explica olhando para as transformações-econômicas da sociedade colombiana, em particular aquelas produzidas na agricultura capitalista. Alguns latifundiários estavam se convertendo em empresários capitalistas ou agricultores comerciais. À luz dessa transformação, o velho antagonismo entre capitalistas e latifundiários perdeu relevância e propiciou a cooperação baseada no objetivo comum de um rápido desenvolvimento capitalista. Em paralelo a tal processo econômico, durante a época de *La Violencia*, algumas facções do campesinato foram se autonomizando das lideranças partidárias e começaram a enxergar o conflito como sendo de classes. Temendo uma possível revolução camponesa, as diferentes facções da classe dirigente não duvidaram em associar-se para frear tal processo.

⁶⁴ Assim começa o artigo de Ramsey (1973, p. 3): “*La violencia* in Colombia, from 1946 to 1965, the largest armed conflict in the western hemisphere since the Mexican Revolution, was one of the world's most extensive and complex internal wars of this century. The study of the *violencia* strains at the limits of all the social sciences”. A caracterização do período, ainda hoje, é objeto de múltiplas interpretações. Essa grande mobilização armada camponesa foi uma guerra civil, uma revolução incipiente, um instrumento da repressão das classes dominantes, uma manifestação da subversão comunista? Bejarano (1985, p. 49) afirma que apesar das manifestações particulares, em termos de regiões e fases, existiu de fato uma convergência no tempo; com isso, retoma Oquist (1978), dizendo que seria necessário explicar a “*regionalización de la violencia y su periodización*”, bem como os elementos comuns que explicariam essa convergência. Uma das teses mais conhecidas, e que seria refutada posteriormente por vários trabalhos, é a tese da progressiva erosão do estado ou *derrumbe parcial do Estado*, de Oquist (1978). Pécaut, por sua vez, explicaria o fenômeno a partir da dissociação entre o campo social e o campo político. Outros, ainda, associariam a violência com o desenvolvimento capitalista da agricultura (BEJARANO, 1985, p. 53).

Assim, depois da quebra de democracia oligárquica, a *segunda fase* de *La Violencia* corresponderia ao período entre 1949 e 1953, chamada por Ramsey “a era da primeira guerra de guerrilhas”. A fase também é chamada como o período da “Grande Violência”. Nessa fase, a violência começaria a se estender para as zonas rurais. Seriam formadas, então, as guerrilhas liberais para enfrentar o aparato repressivo do Partido Conservador⁶⁵. Ocorreu aí a chamada *revancha terratenente*⁶⁶ – a expulsão massiva de camponeses da terra – nos *llanos* orientais e nas zonas cafeeiras. Por sua vez, a fase poderia se dividir em três subfases: na primeira, a resistência camponesa foi uma resistência entre partidos, uma guerra civil. Embora a maioria das guerrilhas fossem liberais, na segunda subfase veríamos a irrupção do Partido Comunista Colombiano (PCC) orientando alguns núcleos de autodefesa camponesa que se tornaram guerrilhas móveis nos anos seguintes (Tolima, Sumapaz, Viotá e os *Llanos*). Ou seja, de uma guerra civil passou-se a uma luta de classes em poucos anos. No final, na terceira subfase, em 1953, teríamos um projeto nacional de resistência armada, o que significou uma mudança em termos organizativos: a unificação camponesa e guerrilheira em torno de um projeto político.

Na *terceira fase*, entre 1953 e 1957, ocorreu uma segunda onda de violência, ou “segunda guerra de guerrilhas”; porém, agora, em um contexto político diferente, sob uma ditadura militar. Segundo Bagley (1984), a instauração da ditadura militar de Rojas Pinilla, em junho de 1953, foi a primeira tentativa de união das diferentes facções da classe dirigente⁶⁷. Nesse período, levou-se a cabo uma política de pacificação e de anistia: *la entrega*, decretada por Rojas Pinilla, conseguiu a desmobilização dos camponeses no que se refere às armas. Além disso, houve operações militares contra os camponeses organizados nos focos liberais e comunistas de Tolima, Sumapaz e *Llanos*.

Entretanto, as políticas implementadas durante seu governo foram em direção oposta às aspirações das facções da classe capitalista em ascensão, pois Rojas Pinilla promoveu, com suas tendências populistas, uma base política independente dos partidos tradicionais, o que acabou causando sua destituição, em maio de 1957, por uma junta militar provisória.

Com isso, a *quarta e última fase*, entre 1957 e 1964, corresponde à destituição de Rojas Pinilla pela Junta Militar, que iria governar o país de maio de 1957 até agosto de 1958, e à identificação dos setores populares carentes de direção com o bloco bipartidário. Restou,

⁶⁵ “No obstante, en contraste con todas las guerras civiles anteriores, *ni una sola* figura política liberal a nivel nacional participó activamente en las campañas durante *la Violencia*” (HARTLYN, 1993).

⁶⁶ A noção de *revancha terratenente* foi proposta por Pierre Gilhodès (1974). Cf. também Pizarro (2011, p. 31) e Medina (1991 [1986], p. 312).

⁶⁷ Vale ressaltar que a instauração da ditadura teve apoio dos setores não *laureanistas* do conservadorismo e dos setores não exilados do liberalismo. Estava-se vivendo uma divisão no seio do partido conservador, cujo eixo principal estava entre *ospinistas* e *laureanistas*, sendo que o setor *laureanista* aparecia como a ala mais conservadora e reacionária do partido (DÁVILA, 2002, p. 54).

portanto, o “bandoleirismo endêmico” (RAMSEY, 1981), em que o “guerrilheiro” depunha as armas e o “bandoleiro” as conservava:

Una gran parte de la “ideología” de la reconstrucción nacional se centró entonces en la lucha contra el bandidismo; ella ciertamente buscaba liquidar las cuadrillas pero fundamentalmente su propósito era político: cortar de raíz las posibilidades de insurgencia armada revolucionaria. En la campaña contra “los violentos” cayeron entonces bajo el fuego oficial, junto con algunos delincuentes comunes, cientos de dirigentes populares [...] (FAJARDO *apud* BEJARANO, 1985, p. 59).

Se sob a ditadura militar de Rojas o alvo militar eram as autodefesas camponesas, como no caso da “guerra de Villarrica⁶⁸”, em 1955, sob a Frente Nacional, o alvo também seriam as regiões agrárias de autodefesa, como a região a Marquetalia⁶⁹, alvo de um histórico ataque em maio de 1964, momento fundador das FARC-EP.

Assim, a conclusão é que houve uma efetiva diminuição da violência e uma convergência em direção a formas mais específicas de luta social e de projetos políticos de classe. As contradições não foram semelhantes em todas as regiões e o que permitiu uma convergência foi, justamente, a dissolução do Estado ou a sua “destruição parcial”. Embora existam controvérsias em relação às consequências de *La Violencia* no plano econômico, no plano político há um consenso, no sentido de que o campesinato ganhou consciência política e organizativa, chegando a ser um verdadeiro e persistente desafio para as classes dominantes:

[...] la historia de las luchas agrarias del siglo XX es eso, la convocatoria del campesinado como objeto político y su rápida conversión en sujeto político que provoca permanentemente la reunificación de las clases dominantes para conjurar el desborde. En adelante, y durante todo el frente nacional, los sectores dominantes se encerrarán sobre sí mismos, negándose a la aventura de la movilización social para dirimir sus disputas (BEJARANO, 1985, p. 64).

1.4. Frente Nacional o caos: um pacto político para sair da crise

A Frente Nacional é geralmente descrita como uma estratégia política ou um acordo desenhado pelos dois partidos, o Liberal e o Conservador, para por fim à violência anteriormente descrita e para substituir a ditadura militar do geral Gustavo Rojas Pinilla, que governou o país de 1953 a 1957⁷⁰. O plebiscito de dezembro de 1957, aprovado amplamente

⁶⁸ Villarrica situava-se na *Colonia Agrícola del Sumapaz*, organização camponesa dirigida por Erasmo Valencia, fundador do *Partido Agrario Nacional* (PAN). A organização questionava o sistema político bipartidário.

⁶⁹ Bejarano afirma que “este período aún carece de un estudio sistemático pero se constituye en tránsito obligado para el desarrollo de las luchas guerrilleras de los años sesenta” (BEJARANO, 1985, p. 59).

⁷⁰ Manifestações estudantis massivas e uma greve nacional levaram à destituição de Rojas, em 10 de maio de 1957. Em seguida, uma Junta Militar interina governou o país, de 10 de maio de 1957 até 7 de agosto de 1958.

pelos eleitores⁷¹, seria incorporado à Constituição de 1886 e deixaria aberto o caminho para a instalação da Frente Nacional por 16 anos, até 1974⁷². Considerando que a confrontação bipartidária havia se originado na exclusão de um dos dois partidos da vida política colombiana, fazia-se necessário dividir equitativamente todos os cargos burocráticos e administrativos do Estado, estabelecendo uma fórmula de paridade nos três ramos do poder público, tanto no nível nacional quanto nos níveis regional e municipal, bem como a alternância de liberais e conservadores na Presidência da República, a partir de 1958. Isso foi inicialmente pactuado por 12 anos (até 1970), mas, como o primeiro presidente da Frente acabou sendo um liberal e não um conservador, como havia sido previamente acordado no plebiscito, ela foi estendida para 16 anos (até 1974). A reforma constitucional de 1968 estabeleceria a chamada “participação adequada e equitativa”⁷³. Assim, o acordo só seria “desmontado” com a reforma constitucional de 1991, que derogou o artigo 120 da Constituição. Para a aprovação de grande parte dos projetos e de toda decisão pública dos corpos colegiados, era preciso maioria de dois terços dos votos. A paridade burocrática estabelecida pela Frente Nacional impulsionou a formação de novas instituições estatais que integraram, na sua administração, uma parte da população que, nesse momento, passava por um importante processo de crescimento demográfico. A rigidez estrutural do acordo, inscrita na Constituição, tornou-se mais evidente com as múltiplas tentativas de reforma constitucional ocorridas no período. Foi necessária, portanto, uma via *extra-constitucional* para levar a cabo seu “desmonte” definitivo⁷⁴, pelo menos do ponto de vista formal.

O trecho pode ser tido como resumo largamente aceito da Frente Nacional. Porém, há outra forma de defini-la: uma conjuntura crítica de mudança político-institucional, assimilável a uma transição democrática⁷⁵. A conjuntura estaria compreendida entre 1956, início da oposição civil à ditadura de Rojas Pinilla, e março de 1960⁷⁶, eleições para corpos colegiados:

⁷¹ O plebiscito, no dia 1º de dezembro, foi aprovado por 95% dos votantes (BAGLEY, 1984, p. 151).

⁷² Quatro governos se alternaram durante a Frente Nacional: os liberais Alberto Lleras (1958-1962) e Carlos Lleras (1966-1970), e os conservadores Guillermo León Valencia (1962-1966) e Misael Pastrana (1970-1974).

⁷³ A reforma constitucional de 1968 inauguraria o “desmonte” da FN.

⁷⁴ Parte desse processo de “desmonte” será descrito no terceiro capítulo desta dissertação.

⁷⁵ Gutiérrez destaca que, além de ser uma transição democrática, a FN foi também um pacto de paz e uma proposta de desenvolvimento nacional: “[...] el Frente era una propuesta de desarrollo, que se ligaría de manera natural a un ‘sistema de gobernabilidad internacional’ [...], la Alianza para el Progreso (creada en 1961). Ahora bien, tanto la Alianza como la verbalización de los propósitos del FN implicaban alguna clase de esfuerzo reformista” (GUTIÉRREZ, 2007, p. 83). Mais adiante, Gutiérrez afirma: “Los arquitectos del FN estaban convencidos de que la violencia y la subversión encontraban su caldo natural de cultivo en la desigualdad, la pobreza y la ausencia del Estado [...] males éstos que el desarrollo iría paulatinamente eliminando” (*Ibid.*, p. 85).

⁷⁶ Andrés Dávila vê o pacto da Frente Nacional como fenômeno político, “desde la arena política”, e não como um produto de uma grave crise socioeconômica. Da mesma forma, o acordo, eminentemente político, não teve efeitos substanciais sobre problemas econômicos e sociais do período (DÁVILA, 2012, p. 26); daí o surgimento

“[e]n él se transita de un régimen cívico-militar a una democracia limitada, especialmente en términos de las cláusulas rígidas para la repartición del poder entre los dos partidos” (DÁVILA, 2002, p. xxxii). Aqui, tem-se a Declaração de Benidorm⁷⁷, o Pacto de Março⁷⁸, a instalação da Junta Militar⁷⁹, o Pacto de Sitges⁸⁰ e o plebiscito de dezembro de 1957.

Wilde (1978) considera a Frente Nacional uma “versão renovada”, ou ainda uma “notável reencarnação” da democracia oligárquica⁸¹. Como explicar essa “reencarnação”? Segundo esse autor, a Violência seria a explicação. Ou melhor, as implicações desse fenômeno na vida política nacional: os partidos políticos não puderam controlá-la. Tanto os líderes revolucionários quanto os líderes dos dois Partidos tradicionais, acreditaram que se estava diante de uma situação revolucionária. Essa foi a razão pela qual o General Rojas Pinilla decretou uma anistia que beneficiou algumas das guerrilhas liberais e cujos líderes, uns anos depois, foram assassinados⁸². Para as elites, as medidas repressivas do General Rojas Pinilla não desativaram a violência, ao contrário, a impulsionaram. Assim, “[t]he return to oligarchical democracy was in part the result of the failure of other kinds of government to solve the fundamental social problem of the era” (WILDE, 1978, 59). A Frente Nacional

[...] gave institutional substance, to what, in the previous infra-democracy, had depended upon personal relationships. It represented a solution to one critical problem of the old oligarchical democracy, that of guaranteeing that neither party would be excluded from the stakes available in the state. What was most remarkable was that it represented little more than that. It was essentially an institutionalized elaboration of the old system, despite all the changes that had taken place in the

de um “hiato” entre as transformações das regras do jogo político e as relações políticas reais (*Id.*, 2002, p. xxxiv).

⁷⁷ Declaração assinada por Laureano Gómez (Partido Conservador) e por Alberto Lleras (Partido Liberal), em 24 de julho de 1956, em Benidorm (Espanha). Nessa, afirmavam: “[s]eria insensato reabrir imediatamente la lucha por el poder entre conservadores y liberales. Se encuentra necesario y enteramente posible crear una sucesión de gobiernos de coalición amplia de los dos partidos, hasta tanto, que recreadas las instituciones y afianzadas por el decidido respaldo de los ciudadanos tengan fortaleza bastante para que la lucha cívica se ejercite sin temor a los golpes de Estado” (*Acuerdo de Benidorm* citado em GUTIÉRREZ, 2007, p. 76).

⁷⁸ No dia 20 de março de 1957, foi assinado o Pacto de Março, um Manifesto conjunto dos partidos Liberal e Conservador. Nesse manifesto, o Partido Liberal aceitou que o primeiro presidente da FN fosse do Partido Conservador. No entanto, os conservadores nunca chegaram a um consenso – o que evidenciaria a divisão no interior do partido já nas primeiras eleições parlamentares da FN –, e então Laureano Gómez propôs o nome de um liberal, Alberto Lleras. Gutiérrez (2007, p. 87; 2009, p. 7) destaca que o fato do primeiro presidente ter sido liberal, e não conservador, como havia sido acordado, fez com que fossem introduzidos ulteriores ajustes institucionais – por exemplo, a alternância presidencial tornou-se forçosa.

⁷⁹ Em 10 de maio de 1957, assumiu a Junta Militar criando a *Comisión Paritaria de Ajuste Institucional* até o dia 7 de agosto de 1958, quando assumiu o primeiro governo da FN: o governo liberal de Alberto Lleras Camargo.

⁸⁰ Pacto assinado em julho de 1957. Nele foi estabelecido o funcionamento do Congresso: a fórmula de paridade no Executivo, Legislativo e Judiciário e a paridade nos órgãos eletivos: Congresso, Concelho e Assembleias.

⁸¹ Diferente é a visão de Dávila: “[e]llo no obsta para advertir que el Frente Nacional tuvo un claro sabor de restauración del régimen preexistente antes del gobierno militar, pero la propia gramática del Pacto llevó a que su configuración y funcionamiento difirieran substancialmente de lo que hasta entonces se había dado en la contienda política bipartidista en Colombia” (DÁVILA, 2002, p. xxxiii).

⁸² História de Guadalupe Salcedo, *el general de las guerrillas del Llano*, que deixou as armas em julho de 1953 e foi assassinado em junho de 1957.

society and the economy. The structural changes had unsettled politics and contributed to breakdown, but they never found the leadership or the organization to force a fundamental transformation. Those who aspired to channel the new currents in society fell before the combined forces of the oligarchical parties (WILDE, 1978, p. 62).

Os analistas concordam em afirmar que o pacto da FN, pela sua natureza, embora tivesse posto fim à violência bipartidária, acabaria gerando alguns efeitos colaterais, consequências *não planejadas*, resultados inesperados ou desfechos não previstos. Um dos mais destacados resultados do acordo foi o enfraquecimento dos partidos e das identidades partidárias, pois, durante esse período, esfumaram-se as diferenças substantivas entre os dois partidos⁸³. A paridade em todos os ramos do poder público apagaria as eventuais diferenças ideológicas e programáticas, desmobilizando, assim, os seguidores de cada partido e contribuindo para o aumento da abstenção eleitoral⁸⁴. A luta partidária transformou-se, então, em uma *luta* por cargos burocráticos. Se, por um lado, a FN propiciou a ausência de competição *interpartidária*, ela incentivou o conflito *intrapartidário*. O “fracciosismo” intrapartidário reduziu a disputa ideológica na arena política e obrigou o presidente de turno a reconstruir constantemente sua coalizão de governo, já que a alternância presidencial significava que ambos os partidos deviam concordar na escolha da candidatura oficial: no seu respectivo turno, um dos partidos escolhia seu candidato, enquanto o outro dava-lhe aval. Os opositores de cada candidato eram os dissidentes dentro do seu mesmo partido, assim como os que se opunham de forma geral à FN. As eleições parlamentares – chamadas de *mitaca* – eram um claro indicador das forças no interior de cada um dos partidos e tinham uma influência na nomeação dos candidatos.

O “fracciosismo” surgiu no interior de cada partido à medida que as elites regionais disputavam o poder burocrático e o acesso à formulação das políticas públicas (BAGLEY, 1984, p. 131), o que debilitaria ainda mais os partidos no nível regional. Os arquitetos da FN

[...] abrieron la competencia *intrapartidista*, es decir, la posibilidad de que listas distintas de cada partido compitieran por el favor de los electores de *ese partido específico* (dado que cada uno de ellos tenía la mitad de cada cuerpo colegiado la lucha *interpartidista* no era importante en el reparto de las curules) (GUTIÉRREZ, 2007, p. 92).

Apesar da redução do presidencialismo ser um dos objetivos da FN, assim como a eliminação do estado de sitio, o uso indiscriminado da exceção virou uma prática constante.

⁸³ Gutierrez destaca que é falsa a ideia de que a FN não encontrou nenhuma oposição entre as elites; na verdade, desde seu início, o pacto foi sempre questionado (GUTIÉRREZ, 2007, p. 88).

⁸⁴ O que difere da participação eleitoral nos anos 1940, sobretudo nos últimos anos dessa década (cf. WILDE, 1978, p. 44; HARTLYN, 1993, p. 58). “A abstenção eleitoral atingiu 60% nas eleições presidenciais de 1978 e, nas grandes cidades, a participação do povo não ultrapassou 25% dos inscritos” (ROQUIÉ, 1984, p. 246).

Além de restringir as liberdades, ela servia, também, para outorgar ao Presidente poderes legislativos especiais (HARTLYN, 2012), tendo em vista que, como consequência da rigidez do acordo, a legislação precisava ser aprovada por dois terços do Congresso, algo muito difícil de alcançar. Assim, o Congresso caracterizava-se pela sua imobilidade. Aliás, a FN foi uma fórmula para a imobilidade política: “it guaranteed that the pace of social and economic reform could proceed no faster than the conservative elements of the traditional Liberal-Conservative party leadership would permit” (BAGLEY, 1984, p. 144).

A fórmula de paridade partidária foi desmontada parcialmente na reforma constitucional de 1968, com uma grande oposição dos conservadores. A reforma estabelecia que a paridade desapareceria a partir de 1974, quando se introduziria o modelo de “participação adequada e equitativa” para o partido que ficasse em segundo lugar nas eleições presidenciais. A reforma constitucional apresentada durante o governo de Lleras Restrepo teve que superar vários obstáculos até ser aprovada:

[...] pero a costa de institucionalizar los auxilios parlamentarios y las “partidas regionales”, que ofrecían a los congresistas montos para invertir en sus regiones a nombre del ‘fomento al desarrollo’ [...] Los auxilios se volverían una fuente inacabable de corrupción y escándalos, pero un aspecto que rara vez se destaca es que le ofreció nuevas herramientas a los políticos en las regiones para promover su emancipación del centro partidista [...] (GUTIERREZ, 2007, p. 113).

A reforma constitucional, nessa medida, originaria uma fratura entre técnica e política. Depois das reformas de 1968, é interessante notar que o Congresso virou secundário na implementação da política econômica. A tecnificação das políticas públicas diminuía a importância ao Congresso e fortalecia o presidente. O Congresso acabaria, portanto, sendo “la arena donde se discutían transacciones de minucias clientelistas” (WILLS, 2015, p. 29).

1.5. O surgimento das guerrilhas revolucionárias na Colômbia

Durante um período de aproximadamente duas décadas em que dominou a Frente Nacional, o país conheceu as mais importantes mudanças do século XX, e a sociedade foi praticamente reestruturada. Os rápidos processos de modernização econômica e urbanização diversificaram as classes – o país deixou de ser fundamentalmente agrário. Tratou-se da transformação política mais importante da Colômbia durante o século XX. No entanto, é importante, também, ligar a Frente Nacional ao desenvolvimento de um estado capitalista e de uma ideologia empresarial e estatal forjada uma década antes (PALACIOS, 1995). Nesse

contexto, a Guerra Fria foi fundamental para que, entre outras decisões, tivessem sido criados o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização Internacional do Café.

No início da FN, Colômbia era um país com uma economia basicamente agrícola e cuja população ainda morava no campo. O mercado interno era limitado, sendo o café o principal produto de exportação. As duas primeiras administrações da FN, a do liberal Alberto Lleras Camargo (1958-1962) e a do conservador Guillermo Leon Valencia (1962-1966), levaram a cabo políticas de industrialização via substituição de importações. Em meados dos anos 1960, devido em parte à queda dos preços do café, o intercâmbio exterior diminuiu, reduziu a demanda interna e o país ficou com um excesso de capacidade industrial. Isso somado, ainda, a uma supervalorização do peso, o que dificultou a exportação por parte dos industriais dos seus produtos. Tudo isso fez que com o crescimento econômico fosse excessivamente lento. Em relação ao setor agrícola, as políticas do governo foram mais eficientes. Considerando o atraso na produção agrícola e o fato de o país depender excessivamente do café, a administração Lleras Camargo tentou implementar uma reforma agrária para diversificar e modernizar a produção agrícola⁸⁵. O objetivo era aumentar o acesso dos camponeses à terra e ao crédito. Porém, a lei nunca foi implementada por conta da resistência por parte da *Sociedad de Agricultores de Colombia* (SAC), da *Federación Colombiana de Ganaderos* (FEDEGAN) e, em geral, dos latifundiários. Só alguns aspectos conseguiram serem implementados, o que permitiu que a produção total agrícola e a “renda agrícola” aumentassem a despeito da “estagnação” dos preços do café no mercado internacional. Porém, tudo isso produziu profundas tensões no campo. Ademais, o setor industrial teve que lidar com vários outros problemas, como a importação de máquinas e novas tecnologias e o baixo poder aquisitivo da maioria da população nacional. Foram criados acordos comerciais entre os países latino-americanos, tais quais: a Associação Latino-americana de Libre Comercio (ALALC), em 1960, e o Pacto Andino, em 1969.

Na estrutura do Estado, o processo modernizador incarnou-se em uma elite burocrática, cuja figura principal era o “economista-administrador”. Segundo Palacios, essa *modernización por arriba* privilegiou um estilo de pensamento racionalista tido como superior à tradição ou ao costume e, por conseguinte, capaz de dominar as vontades e as paixões que haviam prevalecido na época anterior e que teriam originado o devastador episódio de violência (PALACIOS, 1995, p. 244).

⁸⁵ Trata-se da Lei 135 de 1961.

Devido às grandes mudanças sócio-demográficas daquela época – um nível mais alto de escolaridade, maior participação feminina no mercado de trabalho, queda da industrialização intensiva, entre outras transformações da estrutura social –, os movimentos sindicais constituídos pela classe média conheceram altos índices de radicalização⁸⁶. A classe média conheceu uma expansão acelerada e a Frente Nacional dedicou muitos dos seus recursos ao desenho de políticas de educação, saúde e habitação dirigidas a essa classe.

Foi nesse contexto social e econômico que surgiram as primeiras guerrilhas revolucionárias na Colômbia. O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, os processos de liberação na Ásia e os movimentos anticoloniais na África seriam um estímulo para o surgimento e a expansão de grupos guerrilheiros na América Latina. Esses processos também implicaram a perda de hegemonia do Partido Comunista Colombiano (PCC) dentro do cenário da esquerda nacional, marcado pelos debates entre a esquerda tradicional e a nova esquerda. A organização precursora dessa divergência em relação ao PCC foi o *Movimiento Obrero Estudiantil y Campesino 7 de enero* (MOEC7 de enero)⁸⁷, denominado assim pelas greves do dia 7 de janeiro de 1959 contra o aumento das tarifas de transporte urbano em Bogotá, que começariam a reger nesse dia (DIAZ JARAMILLO, 2010, p. 31).

Considerada a primeira expressão da nova esquerda pós-revolução cubana, ao contrário do PPC – que promulgava a autodefesa camponesa para proteger seus militantes nas suas zonas de influência –, o MOEC foi um dos promotores da luta armada para a tomada do poder. Seria o primeiro antecedente das guerrilhas da primeira geração: as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC-EP)⁸⁸, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e o *Ejército Popular de Liberación* (EPL).

No entanto, como vimos, muito antes da Revolução Cubana a tradição guerrilheira já estava enraizada na Colômbia. Como foi mencionado anteriormente, o fato da guerra de guerrilhas ser uma forma de luta amplamente usada pela esquerda colombiana – ao contrário dos outros países na América Latina – deveu-se ao fato da guerra irregular ou tática guerrilheira ter sido uma modalidade de guerra desde o início do século XX, muito embora, no início, tivesse sido vista com despreço pelos dirigentes dos partidos liberal e conservador

⁸⁶ “Según las estadísticas, de 1959 a 1965 los sindicalizados pasaron de 250.000 a 700.000 y las tasas de sindicalización (en relación con toda la población ocupada) subieron del 5,5% al 13,4%, el pico de toda su historia” (PALACIOS, 1995, p. 249).

⁸⁷ Surgiu inicialmente como MOE 7 de janeiro, inspirado no movimento 26 de julho cubano. A incorporação do “C” deu-se na segunda metade de 1959 (DIAZ JARAMILLO, 2010, p. 69), vindo a se extinguir em 1966.

⁸⁸ Existem muitos trabalhos sobre as principais guerrilhas colombianas: as FARC-EP, o ELN, o EPL e o M-19. Sobre as FARC-EP, em especial, remetemos à tese de doutorado do professor Medina Gallego (2009). O primeiro capítulo da tese é um balanço dos principais trabalhos sobre essa organização guerrilheira.

(JARAMILLO, 1991). Inclusive, alguns de seus antigos integrantes seriam recrutados para as guerrilhas comunistas.

As FARC-EP, por sua vez, constituem uma exceção à regra, pois, embora tenham sido influenciadas por essa efervescência revolucionária, e tenham surgido no âmbito dessa “onda revolucionária”, dispunham de sólidas bases camponesas no momento de sua constituição oficial, em 1964. Assim, é possível dizer que as FARC-EP nasceram das “entranhas de *la Violencia*” (MEDINA GALLEGU, 2009), cujo embrião seriam os núcleos de resistência camponesa que se transformaram em grupos de autodefesa comunista no início da ditadura de Rojas Pinilla, e que, por sua vez, tornaram-se guerrilhas móveis depois da guerra de Villarrica. Com o início da FN, essas guerrilhas constituíram-se novamente em movimentos de autodefesa até o ataque a Marquetalia, lugar onde encontravam-se alguns ex-guerrilheiros, entre eles Manuel Marulanda Vélez, o histórico fundador e dirigente das FARC-EP⁸⁹. O ataque a Marquetalia, no dia 27 de maio de 1964, é considerado o evento fundacional das FARC-EP.

Figura 3. Ataque a Marquetalia



Fonte: Arquivo *El Espectador*

⁸⁹ No início de *la Violencia*, Marulanda lutou nas guerrilhas liberais, porém, com o tempo, começou a enxergar a luta entre liberais e conservadores como luta de classes. A partir desse reconhecimento, decidiu continuar sua luta nas guerrilhas comunistas. Pizarro (2011, p. 17) afirma que “Manuel Marulanda Vélez ingresó a las guerrillas comunistas en el año de 1952 – siete años antes de la entrada triunfal del Movimiento 26 de Julio a la Habana –, y al Comité Central del Partido Comunista de Colombia (PCC) en el año de 1962. Dos años antes del cerco militar a Marquetalia y al nacimiento de las futuras FARC”.

Figuras, regiones y tradiciones del período de la Violencia incidieron, pues, en la constitución [...] de los primeros grupos guerrilleros posrevolución cubana en el país. La ruptura se presentó en relación con los objetivos de una y otra guerrilla, pero la continuidad entre una y otra etapa tuvo más puentes de los que normalmente se señalan [...] muchas regiones en las cuales hoy en día [o autor escreve em 2011] se viven intensos combates con frentes de las FARC, ya eran zonas de influencia del PCC o de las autodefensas o guerrillas comunistas desde mediados del siglo pasado: el sur del Tolima, la región del Sumapaz, el norte del Cauca o la Serranía de la Macarena (PIZARRO, 2011, p. 20).

A organização mais influenciada pela Revolução Cubana seria o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Na verdade, ele foi fundado por um grupo de estudantes que havia viajado a Cuba em 1964, a convite de Fidel Castro, e havia voltado a Colômbia com a intenção de formar um *foco* guerrilheiro. Seus fundadores foram Fabio Vásquez Castaño, ex-líder das *Juventudes del Movimiento Revolucionario Liberal* (JMRL), Victor Medina Morda, membro do PCC, e Eriberto Espitia. Membros do movimento estudantil universitário também ajudaram na sua formação: Eduardo Lara Posada, Jaime Arenas, Juan de Dios Aguilera. No início da sua atividade guerrilheira, o grupo contou, também, com a presença do clérigo Camilo Torres Restrepo⁹⁰. O ELN nasceu, oficialmente, no dia 4 de julho de 1964 em Magdalena Medio. Mas foi a “Toma de Simacota” (Santander), em 7 de janeiro de 1965, a ação que marcaria, formalmente, o início de suas atividades militares. A organização foi praticamente dizimada em 1973, depois da Operação Anorí, de onde só treze de seus membros sobreviveram. Porém, retomou as ações militares no final dos anos 1970.

Em fevereiro de 1967, devido à cisão do Partido Comunista que originou o Partido Comunista Colombiano Marxista-Leninista (PCCML), surgiria o *Ejército Popular de Liberación* (EPL), organização guerrilheira de tendência maoísta, cuja tese era a da guerra popular prolongada. Em 17 dezembro de 1967, estabeleceram sua primeira unidade no sul do departamento de Córdoba – também se instalaram no noroeste *antioqueño*.

Nos anos 1970, essas guerrilhas conheceram uma expansão lenta, em um processo cheio de avanços e recuos. No entanto, a proliferação das guerrilhas junto a uma crescente mobilização popular fez com que, no final dos anos 1960 e durante os anos 1970, nas últimas administrações da Frente Nacional e nas primeiras do período pós-Frente Nacional, fossem feitas algumas tentativas de reforma para impulsar o desenvolvimento econômico e a democratização política. Assim, Lleras Restrepo (1966-1970) tentou acelerar as reformas no âmbito rural criando, em 1969, a *Asociación Nacional de Usuarios Campesinos* (ANUC),

⁹⁰ Camilo Torres foi um padre católico, sociólogo e revolucionário colombiano. Conhecido como *el cura guerrillero*, ingressou ao ELN em 1966. Morreu 6 meses depois de seu ingresso.

organização que teve seu maior impacto nos departamentos do Atlântico colombiano⁹¹. A ANUC teve um papel importante na formulação de novos modelos políticos e econômicos que considerassem as necessidades dos camponeses. Porém, as invasões de terras levadas a cabo por uma ANUC cada vez mais radicalizada, mais autônoma e próxima das organizações guerrilheiras levaram o governo conservador de Misael Pastrana (1970-1974) a retroceder em termos de legislação agrária. Finalmente, o *Acuerdo de Chicoral*⁹² entre o governo e os senadores, muitos deles representando os interesses dos latifundiários⁹³, abortaria qualquer nova tentativa de reforma:

[...] impulsar reformas sociales ponía en peligro el delicado sistema de equilibrios tanto de la transición democrática como del acuerdo de paz, y quizás eso explique, mejor que nada, por qué Colombia no pudo promover una reforma agraria seria, pese a la voluntad política de un sector significativo de las elites bipartidistas, y de tener junto con ella, democracia y anuencia norteamericana (GUTIÉRREZ, 2007, p. 97).

Em relação à política de redistribuição da terra levada a cabo por Lleras Restrepo, o governo conservador de Misael Pastrana Borrero e os governos liberais pós-FN adotariam uma estratégia de desenvolvimento rural voltada ao aumento da produtividade e melhoramento das condições de vida das populações rurais, porém sem reformar a posse da terra. Para isso, foram criados vários programas, como o *Plan de Alimentación y Nutrición* (PAN) e o *Desarrollo Rural Integrado* (DRI) que, com efeito, ajudaram algumas frações mais favorecidas do campesinato – provocando um êxodo do campo para a cidade durante os anos 1970 e o início dos anos 1980.

Segundo Bagley (1984) a decisão do governo de Pastrana de por fim às tentativas de reforma agrária foi um divisor de águas político e econômico em termos de políticas de desenvolvimento no país. No plano econômico, significou adotar uma estratégia de modernização agrícola sem pensar na redistribuição; no nível político, mostrava o poder

⁹¹ A tese de doutorado de José Antonio Figueroa, *Realismo mágico, vallenato y violencia política en el Caribe colombiano*, propõe uma releitura da obra de García Márquez, *Cien años de soledad*, em diálogo com o movimento do realismo mágico e a tradição sociológica dos anos 1970. A elite do partido liberal teria se apropriado dessa obra e contribuído na divulgação de imagens exóticas da sociedade caribenha, descrevendo-a como tranquila e pacífica, enquanto camponeses viviam uma grande mobilização contra o Estado e o latifúndio.

⁹² Chicoral é o nome de uma localidade no departamento de Tolima. Nessa reunião, em janeiro de 1972, a ANUC e os pequenos agricultores não tiveram nenhuma representação, e o acordo, basicamente, foi uma série de concessões por parte do governo aos latifundiários. A expropriação só seria levada a cabo com o consentimento do proprietário e, além disso, criou um sistema de indenizações para o proprietário. Esse bloqueio em termos de representação política do campesinato é uma das razões da persistência do conflito armado, segundo Wills (2015) e Gutiérrez (2015).

⁹³ Para Hartlyn (1985, p. 123), “[...] landed interests have been strongly represented in the Colombian congress. Numerous congressmen have had extensive ties with agricultural and livestock associations, and landed interests have more readily employed congressmen to apply political pressure on the executive branch than have other producer groups”.

político dos latifundiários e de seus aliados. A consequência disso foi um aumento do descontentamento nas áreas rurais, reprimido violentamente durante a administração de Pastrana e as administrações pós-FN.

A partir de 1974, com o fim formal da FN, e durante os governos liberais sucessivos, a violência guerrilheira intensificou-se ainda mais, devido, em parte, ao surgimento de uma nova organização guerrilheira: o *Movimiento 19 de Abril* (M-19). O nome do grupo correspondia ao dia das eleições de 1970: 19 de abril. Nessas eleições, o conservador Misael Pastrana⁹⁴, candidato oficial da Frente Nacional, venceu, por uma estreita margem, Rojas Pinilla e seu movimento *Alianza Nacional Popular* (ANAPO)⁹⁵:

En la noche de las elecciones presidenciales de 1970 parecía incontrovertible la victoria rojista. Súbitamente, el gobierno canceló la transmisión de resultados parciales y a la mañana siguiente, llegadas las informaciones de los distritos rurales, anunció el triunfo del candidato oficial, Misael Pastrana (PALACIOS, 1995, p. 262).

Foram as únicas eleições em que um candidato externo à Frente Nacional esteve muito próximo da vitória. Assim, essas eleições, consideradas fraudulentas, seriam um dos motivos para o surgimento do grupo guerrilheiro M-19, em 1974, considerada a primeira guerrilha urbana colombiana. Mas seria somente durante o governo de Turbay (1978-1982) que essa guerrilha, de fato, incrementaria sua atividade militar.

Cabe destacar, por fim, que, além do aumento do descontentamento nas zonas rurais, como consequência direta do fracasso da reforma agrária, também as áreas urbanas se viram afetadas por essa agitação; mostra disso foi o *paro cívico nacional* (a greve nacional) no dia 14 de setembro 1977⁹⁶: “un signo mayor de la crisis política del régimen” (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989 p. 45). Qualificada como “pequeno 9 de abril” pelo presidente López Michelsen (PÉCAUT, 2015; WILLS, 2015; GONZÁLEZ, 2014), a greve teve massivo respaldo popular, causando um número indeterminado de mortos, o que levou à renúncia do

⁹⁴ Foi Ministro de Governo durante o mandato de Carlos Lleras (1966-1970).

⁹⁵ A ANAPO foi o movimento do ex-ditador Gustavo Rojas Pinilla. Durante a Frente Nacional, chegou a ser a força eleitoral conservadora mais importante do país. “Anapo se creó para restaurar el honor del general Rojas, juzgado y condenado en juicio político por el Senado (1958-59). El movimiento apareció en 1962 y tomó fuerza una vez que la Corte Suprema anulara el juicio en el Congreso, y devolviera al caudillo sus derechos políticos. Detenido cada vez que había una amenaza de ‘complot militar’, fue convirtiéndose en héroe a los ojos del pueblo en relación directamente proporcional al desprestigio del FN” (PALACIOS, 1995, p. 262).

⁹⁶ Nessa greve, os maiores sindicatos do país, a *Confederación de Trabajadores de Colombia* (CTC) e a *Unión de Trabajadores de Colombia* (UTC), uniram-se à *Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia* (CSTC) e à *Confederación General de Trabajadores* (CGT). Para Jacobo Arenas, dirigente do PCC e, mais adiante, ideólogo das FARC-EP, essa greve teria tido “asomos de una situación insurreccional”.

ex-Ministro de Governo, Rafael Pardo Buelvas⁹⁷, ao desprestígio do governo López Michelsen e a uma maior intervenção das forças armadas no governo seguinte, de Turbay.

1.6. O *turbayismo* e as manifestações da crise de legitimidade do regime político

Depois de quase duas décadas, as eleições de 1974 foram as primeiras eleições competitivas desde o início da FN. A designação de López Michelsen como candidato oficial do Partido Liberal não pode ser entendida sem, antes, considerarmos a grande influência e poder de Julio César Turbay Ayala, que foi, a um só tempo, dirigente nacional do liberalismo e designado à presidência (vice-presidente)⁹⁸. Porém, só seria somente nas eleições seguintes que a classe política tradicional colombiana entenderia a força e o poder que havia alcançado o *turbayismo*. Turbay era o exemplo da “mobilidade social ascendente através da política” (GUTIERREZ, 2007, p. 134).

Como o Partido Liberal estava dividido e precisava chegar unido às eleições de 1978, aceitou-se separar as eleições parlamentares das eleições presidenciais como uma maneira de consulta interna do partido. Assim, no dia 21 de setembro de 1976, diferentes setores do partido firmaram o que seria conhecido como o *Consenso de San Carlos*. Nas eleições parlamentares de fevereiro de 1978, o *turbayismo* venceu com ampla margem. O Partido Liberal foi, sem dúvida, a força mais importante da FN e, também, da pós-FN, e Turbay, por sua vez, o indiscutível ganhador no interior desse partido. Em termos da dinâmica política do regime colombiano, o *turbayismo* evidenciou a importância que tomariam os intermediários regionais e locais em detrimento do centro partidário e dos *notables* de Bogotá. Tratou-se de um fenômeno de ascensão e predomínio dos caciques regionais.

A ênfase da estratégia econômica do governo Turbay foi direcionada aos setores de transporte, comunicações, mineração e energia, mais do que em programas sociais (BAGLEY, 1984). No entanto, não foi possível reativar a economia devido à profunda recessão internacional. Nessa medida, em 1981, o país cairia também em recessão.

Bagley (1984) afirma que, apesar da crise, comparativamente, a Colômbia, no início dos anos 1980, estava muito melhor do que outros países latino-americanos. Isso explica-se por vários motivos: uma base agrícola e uma economia diversificadas, sendo que a maior

⁹⁷ Ele foi assassinado um ano depois, no dia 12 de setembro, por um comando do *Movimiento de Autodefensa Obrera* (ADO). Era considerado o responsável direto do “massacre de 14 de setembro”, de 1977.

⁹⁸ A denominação do cargo de vice-presidente era “designado à presidência” antes da Constituição de 1991.

exportação da Colômbia era o café, o que fez com que o país se mantivesse longe das oscilações da economia internacional. Também graças à FN o regime político conseguiu uma estabilidade que outros países não conseguiram, sobretudo em função das intervenções militares e populares. As elites tecnocráticas colombianas conseguiram, então, implementar políticas macroeconômicas que animaram a inversão e o crescimento econômico. E, por último, o rápido crescimento nos anos 1970, combinado com um declínio na taxa de natalidade, permitiu ao país criar novos empregos.

Seria, aliás, nesse governo que as ações do M-19, principalmente urbanas, teriam um grande impacto. O período coincidiu com uma conjuntura internacional favorável: o triunfo da revolução sandinista, em 1979, e os conflitos na América Central. Turbay respondeu ao descontento social com uma forte repressão militar; prova disso foi a promulgação, no início de seu governo, do Estatuto Nacional de Segurança⁹⁹. Vale ressaltar, também, as medidas repressivas tomadas como resposta ao roubo de 5.000 armas do *Cantón Norte*, no dia 1º de Janeiro de 1979, por parte do M-19¹⁰⁰.

Assim, no final dos anos 1970, a luta guerrilheira parecia ser o único canal de expressão. Falava-se em *bordaberrización*¹⁰¹ do regime (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 47). Segundo Bagley (1984), se a FN caracterizou-se no início por ser um regime “autoritário includente”, nos anos 1970, ela teria se caracterizado por ser “autoritário excludente”¹⁰².

Mas a crise de legitimidade do regime tornou-se muito clara no dia 27 de fevereiro de 1980, quando o comando Jorge Marcos Zambrano, do M-19, tomou a embaixada da

⁹⁹ “O decreto 1923, de 6 de setembro de 1978, chamado de ‘estatuto de segurança’, destina-se a combater a delinquência comum, e também a política, além de tornar ilegal o direito de greve (artigo 4), limitar a liberdade de imprensa e de organização (artigo 13), e submeter à justiça militar os casos de perturbação da ordem pública. Desde sua promulgação, multiplicaram-se as prisões arbitrárias de contestadores ou intelectuais dissidentes; os tribunais militares são utilizados inclusive contra os índios que reclamam por suas terras, e numerosos casos de torturas de prisioneiros políticos foram denunciados por autoridades totalmente insuspeitas” (ROUQUIÉ, 1984, p. 254).

¹⁰⁰ A *Operación ballena azul* foi o roubo de mais de 5.000 armas do depósito de armas do *Cantón Norte* em Bogotá. Depois dessa operação, foram presos muitos dos seus integrantes e simpatizantes. Todavia, eles foram liberados na administração seguinte, a de Betancur, por intermédio de uma anistia.

¹⁰¹ A militarização do regime uruguaio por parte do seu presidente, Juan María Bordaberry.

¹⁰² Muitos analistas não duvidam em caracterizar a democracia durante a FN com algum tipo de adjetivo, considerando as claras restrições que a FN instaurou durante o período em termos de participação política de partidos ou movimentos diferentes aos partidos Liberal e Conservador, assim como pelo uso irrestrito do estado de sítio. A coleção de adjetivos que acompanham a palavra “democracia” inclui: pactuada, restrita, controlada, limitada, oligárquica, elitista, elitista-pluralista, consociacional, etc. (BAGLEY, 1984, p. 125). Álvaro Echeverri Uruburu titula seu livro *Elites y proceso político en Colombia: una democracia principesca y endogámica*. “Quienes con el primer término cerca al de Democracia completan el binomio con adjetivos tales como ‘bloqueada’, ‘limitada’, ‘restringida’, ‘elitista’, etc. Quienes inician el binomio con un término próximo al de Dictadura, adicionan luego otro que limita drásticamente al primero. Por ejemplo es conocida la expresión, no es seguro que sea un concepto, de ‘autoritarismo incluyente’. Por su parte Hartlyn ofrece su propia propuesta: ‘democracia consociacionista y limitada’” (MEDINA, 1993, p. 108).

República Dominicana¹⁰³ e, através dessa ação, lançou sua proposta de paz: “anistia, cessar-fogo e diálogo” (BEJARANO, 1991, p. 57; CHERNICK, 1989, p. 60). Isso “catapultaria” o M-19: “la reacción de la opinión revela que tenía un respaldo más que marginal; uno de los pocos momentos en que tenemos evidencias de apoyo popular más o menos amplio y genuino a una guerrilla en Colombia” (GUTIERREZ, 2007, p. 145).

Em março de 1981, Turbay decretaria a primeira lei de anistia da história recente do país. A Lei 37 estipulava que todo guerrilheiro seria anistiado se ele depusesse as armas nos quatro meses seguintes à promulgação da lei, sem perspectiva de diálogo ou negociação. Tal anistia fora rejeitada pelas guerrilhas. Turbay também tentou enfrentar a crise mediante reforma constitucional capaz de fortalecer a justiça, mas ela foi declarada inexecutável já em novembro de 1981. Nesse contexto, a campanha presidencial para as eleições presidenciais de 1982 esteve marcada pelo discurso da paz e da possibilidade do diálogo. Os candidatos para essas eleições foram: Alfonso López Michelsen, pelo Partido Liberal, Luis Carlos Galán, pelo Novo Liberalismo – uma dissidência do Partido Liberal –, Gerardo Molina, da Frente Democrática, e Belisario Betancur, pelo Movimento Nacional¹⁰⁴. Betancur ganharia as eleições com a mais alta votação até aquele momento: 3.134.962 de votos, uma margem de 476.265 votos sobre seu oponente, Alfonso López Michelsen¹⁰⁵.

Betancur viu-se, assim, com uma vitória tão nítida e diante da possibilidade de dar uma virada radical na maneira como o conflito armado havia sido entendido até então. A leitura que faria o governo de Betancur em relação à crise de legitimidade do regime político e à maneira de solucioná-la serão expostos no capítulo seguinte.

¹⁰³ Entre os dias 27 de fevereiro e 27 de abril de 1980.

¹⁰⁴ Betancur era considerado um conservador com tendências populistas. No início de sua carreira, foi seguidor de Laureano Gómez, um *caudillo* da extrema direita do Partido Conservador. Foi representante na Câmara pelo departamento de Antioquia, em 1951. Durante a ditadura de Rojas Pinilla, fez parte da oposição, razão pela qual foi encarcerado várias vezes. Foi senador em 1958 e Ministro de Trabalho durante o governo de Guillermo León Valencia (1962-1966). Apesar da sua proximidade com o grupo *laureanista-alvarista*, após a morte de Laureano Gómez, Betancur começou a distanciar-se desse legado. Em 1970, foi candidato à presidência como conservador independente em algumas eleições consideradas fraudulentas – como foi anteriormente mencionado. Após exercer o cargo de Embaixador na Espanha (1975-1976), foi o candidato oficial do Partido Conservador nas eleições de 1978. Porém, foi o candidato liberal, Turbay Ayala, quem ganhou as eleições. Em novembro de 1981, Betancur consegue ser o candidato oficial do Partido Conservador com 429 votos, diante dos 296 de Álvaro Gómez (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 57). Fez sua campanha em nome de um “Movimento Nacional” para atrair eleitores diferentes aos do Partido Conservador. Nas eleições de 1982, com um Partido Liberal dividido e um forte apoio por parte dos conservadores e independentes, conseguiu a vitória com bastante facilidade (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987).

¹⁰⁵ “Por lo tanto el triunfo de Belisario, en 1982, fue la primera victoria conservadora sobre los liberales en elecciones completamente competitivas desde que Mariano Ospina Pérez venciera en 1946” (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 176).

CAPÍTULO 2

La paz centroamericana es también la paz nuestra: a política de paz durante o governo de Belisario Betancur

El problema de la paz no se va a acabar con este gobierno. Eso es claro. Se lo va a encontrar el que venga. De todas maneras, si esta paz se hace ahora o después, se le debe a Belisario (GARCÍA MÁRQUEZ *apud* SAMPER, 1985, p. 26)

Belisario Betancur Cuartas¹⁰⁶ (1982-1986) levou a cabo as primeiras negociações de paz entre um governo colombiano e uma organização guerrilheira na história contemporânea do país. Embora a tentativa de paz acabou sendo mais simbólica do que real, como será demonstrado adiante, ele foi pioneiro no processo de formulação de uma política de paz e, mais importante ainda, na necessidade de suprimir os “fatores objetivos” da violência a partir de uma reforma política ou de uma *apertura democrática* do sistema político colombiano.

Essa tentativa de paz não pode ser apreendida sem olharmos para o contexto político e econômico mais amplo dos anos 1980, em particular para a política externa dos Estados Unidos. Embora tal política estivesse marcada pelo conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, como veremos mais a seguir, ela também esteve marcada pela inclusão, na agenda norte-americana, da questão de segurança na América Central. As implicações geopolíticas dessa agenda incidiram, claramente, na política interna colombiana. Na construção dessa nova agenda geopolítica, seria determinante a figura de Lewis Arthur Tambs¹⁰⁷, embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, entre 1983 e 1985.

Embora os acadêmicos considerem a luta guerrilheira como fenômeno mediado pelas mudanças no sistema internacional, eles também a consideram como um fenômeno “interno,

¹⁰⁶ Betancur apresentou-se diante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, em abril de 1985, assim: “Soy Belisario Betancur, elegido popularmente la cuarta vez que pretendí serlo, Presidente de un país suramericano llamado Colombia, con un territorio equivalente al de Francia, Alemania Federal y Japón sumados; y con una población cercana a los 30 millones de habitantes, distribuidos en las Costas Caribe, la Costa Pacífica, la Zona Andina, la Orinoquia y la Amazonia. Sin exagerar, podría tomárseme como expresión latinoamericana, pues soy el segundo hijo de una familia campesina semi-analfabeta de 22 hijos de los mismos padre y madre, 17 de los cuales murieron de una grave enfermedad: el subdesarrollo. Luchando contra él, fui el único de mi vereda que pudo estudiar, durmiendo en parques, haciendo toda clase de oficios desde coger café y trabajar en bares, hasta escribir en periódicos y ser profesor universitario” (Betancur vs. Reagan. *Semana*, Bogotá, 9 abr. 1985, p. 23). Ramírez e Restrepo (1989, p. 55) afirmariam: “A diferencia de sus antecesores, Belisario Betancur aparecía como una personalidad informal, de origen campesino. Era Belisario a secas. Rompía así con criterios fundamentales a los que solían responder los candidatos. Desde el Palacio de Nariño, impondría un estilo que acercaba su gobierno al hombre de la calle y al sentir común, actitud tanto más notable cuanto contrastaba agudamente con la figura hierática y distante de su antecesor”.

¹⁰⁷ Lewis Arthur Tambs havia sido rejeitado como Embaixador em Panamá e na Venezuela antes de chegar na Colômbia, em abril de 1983. Em 1985 ele seria nomeado Embaixador em Costa Rica.

idiossincrático e singular” (PALACIOS, 2000, p. 16). E por quais razões? Ora, principalmente porque não foi tão amplo o apoio de Cuba e da União Soviética aos grupos insurgentes. É interessante destacar que na literatura a influência ou não da dimensão internacional sempre esteve ligada aos grupos insurgentes, e não ao governo. Caberia perguntar, então: qual foi a influência da política externa estadunidense¹⁰⁸ na construção da política de paz colombiana?

De fato, há interdependência entre política internacional e política interna, ainda que esse fato não seja sublinhado usualmente pela literatura acadêmica na análise das negociações de paz e na construção da política de paz de cada um dos governos¹⁰⁹. Como se mostrará mais adiante, essa falta de ênfase na dimensão internacional também impactou no modo como o fenômeno da violência política seria posteriormente analisado¹¹⁰.

Na próxima seção mostraremos, justamente, como a política externa estadunidense influenciou nas políticas externa e interna colombianas. Na sequência, examinaremos o diagnóstico e a solução proposta pelo governo Betancur para enfrentar a crise política do regime e levar a cabo as negociações que ocorreram durante seu governo. Finalmente, concluiremos com a descrição do cenário econômico e político colombiano antes do Partido Liberal chegar novamente ao poder, em 1986, com o governo de Virgilio Barco.

2.1. A inter-relação das variáveis externas e internas

A política externa colombiana, pelo menos desde o segundo pós-guerra até a posse de Betancur, em 1982, seguiu as diretrizes das políticas estadunidenses. Com o início do governo de Reagan nos EUA, em 1981, essa identificação aprofundou-se de tal maneira que Julio César Turbay, presidente colombiano liberal de 1978 a 1982, converteu-se em um dos principais aliados desse país na bacia do Caribe (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987). Isso significou, sobretudo, uma postura mais ativa em relação aos assuntos de segurança na América Central e no Caribe, através, por exemplo, de fortes críticas à revolução sandinista¹¹¹. Tal proximidade só será interrompida no início do governo Betancur.

¹⁰⁸ Impossível não citar essa relação se considerarmos o desenvolvimento do narcotráfico no governo Betancur.

¹⁰⁹ Essa afirmação é válida, sobretudo, para os processos de paz levados a cabo depois do governo de Betancur. Isto é, veremos como nas análises sobre as negociações de paz no governo Betancur tal relação é destacada. No entanto, no governo seguinte, no governo Barco, ela vai ser apagada das análises.

¹¹⁰ Vale dizer que a origem do termo *narcoguerrilla*, difundido durante o governo Betancur, não pode estar desvinculada do contexto internacional e das pretensões geopolíticas da era Reagan.

¹¹¹ Além das críticas aos sandinistas e a oposição às atividades do *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* e da *Frente Democrático Revolucionario* (FMLN/FDR), em El Salvador, sob a presidência de Turbay,

Além de determinar a política externa colombiana, os Estados Unidos incidiram também no conteúdo da política econômica do país. Nos anos 1980, a despeito da diversificação de seus parceiros comerciais, a Colômbia continuava exportando principalmente produtos primários, sendo que seu maior importador eram os próprios Estados Unidos¹¹².

Além da dependência econômica, haveria, segundo Bagley e Tokatlian (1987, p. 156), quatro fatores que explicariam o maior apoio por parte do governo colombiano à política exterior estadunidense:

[...] el resurgimiento de los reclamos nicaragüenses sobre el archipiélago de San Andrés, luego del triunfo de la Revolución Sandinista en julio de 1979; las nuevas denuncias sobre el apoyo cubano al movimiento guerrillero del M-19 en marzo de 1981; el creciente aislamiento diplomático de Colombia en América Latina entre 1980 y 1982 y la recesión mundial del período 1981-1982.

Existiriam, também, algumas considerações internas que poderiam explicar o apoio mais retumbante à política externa dos EUA:

[...] el desarrollo de la crisis de legitimidad política colombiana, los crecientes niveles de violencia interna; la búsqueda del país por un mayor reconocimiento y prestigio internacional y la propia orientación ideológica del presidente Turbay, anti-comunista y pro-norteamericana.

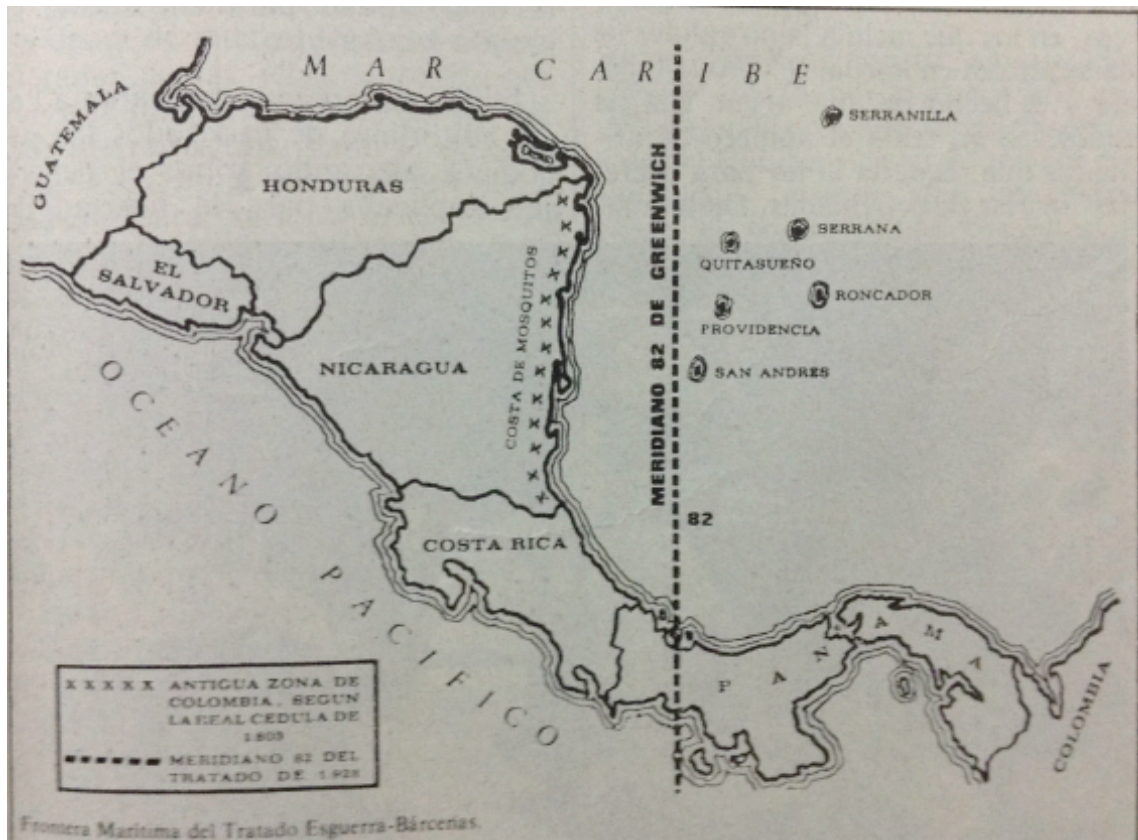
A Colômbia apoiou a revolução sandinista até o final dos anos 1970. Todavia, o distanciamento entre os dois países se iniciou após a vitória dos sandinistas, em 19 de julho de 1979, devido à reivindicação dos sandinistas do Arquipélago de San Andrés e Providência. Isso implicou o congelamento das relações bilaterais, facilitando uma maior aproximação entre os Estados Unidos e a Colômbia. Essa aproximação significou a renúncia das pretensões de soberania dos Estados Unidos sobre os recifes de Roncador, Serrana e Quitasueño, em troca do compromisso por parte do governo colombiano de enviar tropas ao Sinai¹¹³.

“Colombia atacó públicamente la declaración franco-mexicana de 1981 que instaba a un acuerdo negociado para la resolución del conflicto salvadoreño” (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 152).

¹¹² “No se trata aquí de que Colombia no haya diversificado su economía más allá de los socios tradicionales como Estados Unidos y Europa; por el contrario, sí lo ha hecho. En 1950, por ejemplo, Estados Unidos absorbía el 80% del total de las exportaciones colombianas (principalmente café), mientras que en 1980 concentraba sólo el 30%. En contraste, los países andinos absorbían sólo el 1% de las exportaciones colombianas totales en 1950, mientras que a finales de la década del 70 el porcentaje ascendió al 18% aproximadamente. En 1950, Europa concentraba alrededor del 24% de las exportaciones, mientras que hacia fines de la década del 70 representaba el 18%”. Apesar dessa tentativa de diversificação, a recessão mundial entre 1981 e 1982 não permitiu que novos laços comerciais fossem criados com o Brasil e os demais países caribenhos (*Ibid.*, p. 166).

¹¹³ Através do tratado Vásquez-Saccio, os EUA reconheciam a soberania colombiana sobre os recifes de Roncador, Serrana e Quitasueño, no arquipélago de San Andrés e Providencia. Muito embora assinado no dia 8 de setembro de 1972, o acordo só entraria em vigor no dia 17 de setembro de 1981 (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 158).

Figura 4. Fronteira Marítima do Tratado Esguerra-Bárcenas (1928)



Fonte: Revista *Semana*

A aproximação entre os Estados Unidos e a Colômbia também foi facilitada pela ajuda militar cubana à organização guerrilheira M-19 na “invasão do sul” da Colômbia, em março de 1981, o que levou à suspensão das relações diplomáticas com esse país, em 23 de março do mesmo ano. No entanto, o conflito entre os dois países começara antes, no dia 26 de outubro de 1979, quando a Colômbia não permitiu que Cuba se tornasse representante latino-americano no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹¹⁴. Por conta das “ameaças cubana e nicaraguense”, o presidente Turbay optou por pedir ajuda militar aos Estados Unidos e adiantar, junto ao governo de Pinochet, manobras navais conjuntas no mar do Caribe.

Essa aproximação dos Estados Unidos resultou em um isolamento da Colômbia em relação ao resto dos países latino-americanos. As tensões no interior dos países membros do Pacto Andino¹¹⁵ não permitiram que a organização tivesse uma posição compacta em termos de política externa. Exemplo disso foi a ameaça da Bolívia de se retirar da organização em

¹¹⁴ “La insistencia colombiana de presentar su candidatura (sin posibilidades reales de ganar) fue apoyada por Estados Unidos en un esfuerzo por obstaculizar el intento cubano y con el objetivo de desacreditar a Fidel Castro como líder de las naciones no alineadas” (*Ibid.*, p. 162).

¹¹⁵ Pacto surgido em 1969. Estava composto pela Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru.

função da condenação, por outros países membros, do golpe militar do general boliviano Luis García Meza Tejada, em 1980.

A situação econômica mundial entre 1981 e 1982 também criou as condições para uma maior aproximação entre os EUA e a Colômbia, pois essa última não tinha, em comparação à Venezuela e ao México, por exemplo, reservas petrolíferas para se proteger das oscilações da economia mundial. Assim, com o objetivo de preservar seus interesses econômicos, a Colômbia ofereceu um maior apoio às políticas econômicas estadunidenses.

Contudo, esses fatores externos não teriam tido muita incidência na situação política e econômica nacional se ela não tivesse sido cenário de múltiplas crises. Uma delas foi a deterioração de legitimidade do regime político colombiano, pois, embora a Frente Nacional tivesse acabado formalmente em 1978, a fórmula de “participação adequada e equitativa” continuou até 1991, quando foi promulgada a nova constituição. Com isso, continuava o acordo político entre os dois partidos, o que levou à “imobilidade política”:

[...] garantizó que el ritmo de las reformas sociales y económicas en el país no superaría los límites impuestos por los elementos más conservadores del liderazgo liberal-conservador. Además, con la división equitativa de todos los cargos políticos entre estos dos partidos y la exclusión de la vida política de la nación de todos los demás grupos y partidos, el Frente redujo las elecciones a ejercicios simbólicos vacíos y a los partidos políticos a meras instituciones clientelistas sin ideologías ni programas (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 169).

Como apontado no capítulo anterior, um sinal da perda de legitimidade do regime foi que, no governo de Julio César Turbay (1978-1982), houve um aumento da violência política por parte das guerrilhas e, mais ainda, por parte das forças militares colombianas. Com efeito, viu-se uma priorização de políticas repressivas para fazer frente à escalada da violência guerrilheira, como foi o caso da prática da tortura. Tal prática começaria no final de 1978, depois do assassinato do ex-ministro de governo Rafael Pardo Buelvas, no dia 12 de setembro. Uma semana antes, amparado por estado de sítio, o governo decretou, no dia 6 de setembro de 1978, o Estatuto de Segurança Nacional¹¹⁶. As acusações de tortura contra o governo de Turbay começaram em 1979, embora somente seis anos depois, no dia 27 de junho de 1985, os responsáveis começaram a ser julgados¹¹⁷.

¹¹⁶ “Basado en legislación similar adoptada por las dictaduras militares en Argentina, Chile y Uruguay, el Estatuto de Seguridad Nacional del presidente Turbay amplió el rol de los militares colombianos en el manejo del gobierno. Por ejemplo, se suspendió el Derecho de Habeas Corpus y se permitió que las fuerzas armadas arrestaran civiles sin sentencia de las cortes civiles. También se efectuaron juicios a civiles acusados de crímenes contra la ‘seguridad nacional’ en consejos verbales de guerra. Finalmente, se establecieron alcaldes militares y otras autoridades de las fuerzas armadas en lugar de civiles en las zonas de conflicto del país” (*Ibid.*, p. 171).

¹¹⁷ Foi o caso da sentença do Conselho de Estado condenando a nação a indenizar a doutora Olga López de Roldán pelas torturas físicas e psicológicas sofridas durante sua detenção na Brigada de Institutos Militares, em

Em relação à luta contra o narcotráfico, houve grande cooperação entre a Colômbia e os Estados Unidos. Nesse sentido, é importante destacar a assinatura do Tratado de Extradicação, em 14 de setembro de 1979¹¹⁸. Os esforços de Turbay para difundir uma melhor imagem do país nesse contexto de violência política e guerra às drogas se traduziriam em uma postura anticomunista no contexto internacional, permitindo a transformação do país em uma potência regional: a entrada ao grupo de “Nassau four¹¹⁹” foi o resultado do ativismo de Turbay (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 174). É evidente que tal postura fez com que Turbay concebesse o conflito interno e a crise centro-americana como produto do conflito Leste-Oeste e da ameaça soviética.

Por isso, causou surpresa quando, em 1982, o novo presidente conservador, Belisario Betancur, deu uma virada “contudente” à política externa colombiana, distanciando-se das políticas e dos interesses estadunidenses. Anunciando, no seu discurso inaugural, o respeito pelos princípios de autodeterminação, não-intervenção e soberania nacional, Betancur começou, em seguida, a ter posições diametralmente opostas às do seu predecessor¹²⁰.

janeiro de 1979. O comandante da Brigada, o general Miguel Vega Uribe, era Ministro de Defesa do governo de Betancur quando foi acusado de ser o responsável direto das torturas. Essa acusação contra um Ministro de Defesa em exercício foi uma das razões pelas quais o processo de paz seria sempre posto em dúvida. A sentença era histórica, pois era a primeira vez na história da Colômbia que um alto Tribunal de Justiça reconhecia a existência de torturas e responsabilizava um presidente e seus mais altos funcionários civis e militares. Em relação à sentença, Alfredo Vásquez Carrizosa, ex-chanceler da República e presidente do Comité Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos desde sua fundação, em 1979, disse: “Este fallo implica una rectificación del concepto de estado de sitio como ‘arma secreta’ de todos los gobiernos desde el Frente Nacional: no se resuelven los problemas, sino que se acude al estado de sitio para sepultarlos. El fallo indica que hay que devolverle al estado de sitio los límites que tenía cuando fue concebido: para situaciones excepcionales, con causas definidas y por un tiempo indefinido. No como sustituto permanente de la Constitución. El Consejo de Estado llama la atención sobre que los métodos del gobierno, y llegado el caso los métodos de la represión, no pueden salirse del marco constitucional. Por eso en el fallo no hay solamente el concepto de reparación a los perjudicados (Olga López de Roldán y su hija Olga Helena), sino el de incumplimiento de la Constitución por los llamados a defenderla” (Vega Uribe en el banquillo. *Semana*, Bogotá, 9 jul. 1985, p. 23).

¹¹⁸ O tratado de extradição Barco-Vance, foi estabelecido por Virgílio Barco, Embaixador da Colômbia nos Estados Unidos, durante o governo de Julio César Turbay, e aprovado pelo congresso como Lei 27 de 1980. Embora constitucional, o tratado foi criticado por não respeitar a soberania nacional.

¹¹⁹ “El grupo de Nassau reunió a los cuatro países donantes principales operando en América Central y el Caribe: Estados Unidos, Canadá, México y Venezuela. El grupo adoptó ese nombre en razón del sitio original de reunión de dichos países en Nassau, Bahamas, en julio de 1981. La iniciativa fue adelantada por la Casa Blanca y el entonces secretario de Estado, Alexander Heig, en un esfuerzo por lograr una mayor coordinación en la asistencia de los cuatro países hacia la Cuenca del Caribe. Con la inclusión de Colombia en el grupo luego de una reunión realizada en Nueva York en marzo de 1982, los 4 de Nassau se convirtieron en los 5 de Nueva York” (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 175).

¹²⁰ Transcrevemos um trecho do seu discurso inaugural no dia 7 de agosto de 1982: “Levanto ante el pueblo entero de Colombia una alta y blanca bandera de paz: la levanto ante los oprimidos, la levanto ante los perseguidos, la levanto ante los alzados en armas, levanto la blanca bandera de la paz ante mis compatriotas de todos los partidos y de los sin partido, de todas las regiones, de todas las procedencias. No quiero que se derrame una sola gota más de sangre colombiana de nuestros soldados abnegados ni de nuestros campesinos inocentes, ni de los obcecados, ni una gota más de sangre humana. Ni una gota más” (BETANCUR *apud* VÁSQUEZ CARRIZOSA, 1985, p. 46).

O modelo de industrialização por “substituição de importações” permitiu que a América Latina experimentasse relativa estabilidade até o final dos anos 1970. Colômbia, em particular, viveu uma bonança agrícola durante a década. No entanto, o aumento dos preços do petróleo, primeiro em 1973 e depois em 1979, e a recessão econômica internacional, entre 1981 e 1983, inaugurariam a “crise da dívida” latino-americana. Com efeito, o início da crise – México decretando a moratória da sua dívida¹²¹, em agosto de 1982 – alterou a estabilidade do sistema financeiro mundial e teve como consequência o fechamento de créditos externos para todos os países da região, inclusive a Colômbia, embora sua dívida – não sendo uma das mais altas no contexto latino-americano – a deixava em uma posição privilegiada¹²².

A Colômbia enfrentou essa crise com medidas estritas de ajuste fiscal, convertendo-se, assim, em um modelo regional em termos de estabilização econômica. No entanto, apesar da estabilização, o país não deixou de enfrentar vários problemas na área fiscal, em particular durante o ano de 1984, um dos mais difíceis da história econômica colombiana¹²³. Isso teve repercussões em algumas das empresas, as quais se viram obrigadas a despedir massivamente seus empregados¹²⁴. O governo, embora visse as políticas de estabilização do FMI como “inadequadas” para resolver a crise, decidiu, no final de 1984, seguir estritos programas de ajuste econômico, assim como aplicar uma política de restrição às importações e fazer *lobby* nos Estados Unidos, para que o país tivesse acesso aos créditos externos. Esses créditos eram cruciais, já que deles dependia que a Colômbia não mergulhasse em uma recessão aguda, o que significaria mais demissões de trabalhadores, eliminação de subsídios, maior restrição às importações e, eventualmente, um acordo com o FMI. O governo sabia que as “receitas” do FMI melhorariam, eventualmente, as finanças públicas; porém, tal melhoria não deixaria de ter consequências nefastas para a sociedade colombiana, na medida em que agravaria tensões e desigualdades sociais – como se evidenciava em outros países latino-americanos.

A crise econômica regional mostrou, então, o grau de dependência estrutural dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à economia internacional. Porém, o fato da economia colombiana estar em melhores condições permitiu ao presidente Betancur tomar uma posição de liderança em relação a vários temas, bem como uma posição mais crítica *vis-à-vis* às políticas econômicas estadunidenses, o que, porventura, aumentaria seu

¹²¹ 90 mil milhões de dólares.

¹²² No início de 1985, especialistas diziam: “Los cimientos tradicionales que sustentaron la fortaleza del sector externo durante el decenio de los setenta parecen haberse resquebrajado. El país no puede seguir dándose el lujo de vivir de impredecibles bonanzas externas” (Cuota de incertidumbre. *Semana*, Bogotá, 8 jan. 1985, p. 35).

¹²³ Isso contrastava com as expectativas para o ano de 1986, quando começariam a entrar os ingressos provenientes das exportações de carvão e petróleo (*Ibid.*, p. 36).

¹²⁴ Em dezembro de 1983, o índice de desemprego era de 12,7%; três meses mais tarde, de 13,8%.

poder de negociação, não só com os EUA, mas também com outros países capitalistas *desenvolvidos* (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 187). Em termos de política externa, foi decisivo o ingresso da Colômbia como membro do Movimento dos Não Alinhados, em março de 1983¹²⁵. Em relação a Cuba, houve aproximações, mas sem o restabelecimento formal das relações diplomáticas. Em relação ao conflito nas Malvinas, Betancur apoiou a soberania argentina. E, finalmente, sobre a questão da dívida externa latino-americana, o presidente Betancur posicionou-se como um porta-voz regional¹²⁶.

No entanto, uma das iniciativas mais importantes, determinante para a busca da paz na Colômbia, seria a criação, em janeiro de 1983, do “Grupo de Contadora”¹²⁷, composto por Colômbia, México, Venezuela e Panamá. Durante seu mandato, Betancur foi o principal porta-voz do grupo, em parte porque as tensões com o governo sandinista haviam sido atenuadas. A principal função do grupo era explorar a possibilidade de criar uma iniciativa conjunta de paz para a América Central. Para Betancur, era indispensável a busca de soluções para o conflito centro-americano, e isso dependeria em parte da estabilidade política interna¹²⁸.

Pelos pronunciamentos realizados durante suas viagens, podemos entender quais eram os posicionamentos de Contadora e sua relação com os Estados Unidos¹²⁹. Assim, na sua viagem ao México, em dezembro de 1984, Betancur defendeu a autodeterminação dos povos

¹²⁵ Formalizou a solicitação em 18 de janeiro de 1983, aceita em 7 de março de 1983, em Nueva Delhi.

¹²⁶ Cf. a criação, em junho de 1984, do Consenso de Cartagena. O documento produto dessa *Cumbre de países deudores* defendia a formulação de uma solução regional ao problema da dívida latino-americana – o que contrastaria com o conteúdo dos Planos Baker e Brady propostos pelos Estados Unidos para a solução da crise da dívida. Sobre o Plano Baker: “Mr. Baker introduced the plan last Oct. 8 [1985] at a meeting in Seoul, South Korea, of the World Bank and the International Monetary Fund. He urged that commercial banks and the World Bank lend 15 major debtors (10 in Latin America and five elsewhere) \$29 billion over three years - \$9 billion from the World Bank and \$20 billion from American, European and Japanese commercial banks - with longer payments and easier terms than those then in effect. In return, the debtors would agree to adopt growth-oriented economic policies, reduce government spending, cut their budget deficits, slow inflation and turn many state-owned businesses over to the private sector. Many Applauded Proposal” (Oil slump delays ‘Baker Plan’. *The New York Times*, New York, 25 feb. 1986).

¹²⁷ Contadora é o nome da ilha panamenha onde foi realizada a primeira reunião.

¹²⁸ Cf. o artigo de Socorro Ramírez (1997). Ramírez é a autora de um importante livro sobre as negociações durante o governo Betancur, incluído no balanço. Depois desse livro, que foi sua dissertação de mestrado, ela especializou-se cada vez mais na política externa do governo Betancur (DEA em Relações Internacionais, Doutorado em Ciência Política e pós-doutorado). Assim, ela destaca que a política externa de Betancur, relativamente autônoma em relação à do seu predecessor, foi eclipsada pelos eventos no âmbito interno. O governo sucessivo, de Virgilio Barco, também tomaria distância em relação à política externa do seu predecessor, pois Betancur “[...] habría politizado las relaciones exteriores al articular las políticas internas y externas en torno a la solución negociada al conflicto armado” (RAMÍREZ, 1997, p. 161). Essa é, talvez, mais uma razão para pensar o porque das análises das negociações de paz dos governos posteriores não consideraram a variável externa ou, então, não problematizaram essa omissão.

¹²⁹ São conhecidas as tentativas dos EUA de boicotar e deslegitimar os esforços de Contadora. Vários documentos confidenciais da administração Reagan, filtrados pelo *Washington Post*, no final de 1985, mostram como eles preferiam o “colapso” de Contadora a “um mal acuerdo” de paz. “Un mal acuerdo” significava um acordo que não contemplasse os interesses dos Estados Unidos, como a continuação das manobras militares e a manutenção de assessores militares na região (Un paso adelante, dos atrás. *Semana*, Bogotá, 17 set. 1985).

centro-americanos e a necessidade de uma reestruturação profunda da ordem econômica mundial. O presidente colombiano deixou claro que os

latinoamericanos no queremos ser pasajeros de tercera clase en el tren de la historia [...] estamos históricamente condenados a la originalidad, no a la imitación o reproducción de recetas que no encajan en nuestras realidades, ni con la realidad del mundo que nos asedia¹³⁰.

Trata-se de clara alusão à política externa promulgada por Ronald Reagan¹³¹, que continuava insistindo no financiamento dos *contras* na Nicarágua.

Foi devido a tal postura crítica que, em uma das viagens de Betancur aos Estados Unidos, Reagan não permitiu que o presidente colombiano falasse no Congresso sobre o processo de paz na América Central¹³², pois estava sendo definida a aprovação de uma ajuda de 14 milhões de dólares destinados à compra de armas para os *contras* na Nicarágua. Reagan então aproveitou a visita do presidente colombiano para lançar uma nova proposta: congelar essa ajuda econômica por 60 dias e iniciar um “diálogo nacional” entre os *contras* e o governo sandinista, sob a supervisão da Igreja Católica, com o intuito de convocar novas eleições com a participação da oposição. Betancur, surpreso com a proposta, que à primeira vista parecia ser razoável, considerou-a “positiva”; no entanto, a proposta, na verdade, deslegitimava a revolução e as eleições que tinham levado ao poder os sandinistas¹³³. Reagan pensava em enganar o presidente Betancur e a opinião pública em geral, pois ela continha uma cláusula que conduzia ao refinanciamento militar dos *contras*¹³⁴.

Apesar dos esforços de Betancur em transformar sua política externa e criar certa distância com os Estados Unidos, a influência desses nos assuntos internos colombianos ainda manteve-se muito marcante. Lewis Arthur Tambs, embaixador dos EUA na Colômbia de 1983 a 1985, foi determinante na “formulação teórica” do vínculo entre a guerrilha e o narcotráfico. Ele é principalmente conhecido por ter forjado o termo *narcoguerrilla*. Assim pode ser lido nas notícias da época. Quando apresenta a entrevista do narcotraficante Carlos Lehder¹³⁵, em fevereiro de 1985, a jornalista Maria Luisa Mejía afirma que: “Se trata de un

¹³⁰ Segundo Betancur, a paz não era simplesmente a ausência de guerra; ela devia assentar-se em uma ordem mundial mais justa e autônoma (Gavilán o Paloma. *Semana*, Bogotá, 11 dez. 1984).

¹³¹ Para Reagan, Nicarágua fazia parte, junto com Irã, Líbia, Coreia do Norte e Cuba, de uma Confederação de Estados Terroristas, “dedicados a cometer atos de guerra contra o governo e o povo dos Estados Unidos” (Los chicos malos. *Semana*, Bogotá, 16 jul. 1985, p. 35).

¹³² Betancur pôde falar somente diante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos EUA. Um trecho dessa fala foi reproduzido no início deste capítulo.

¹³³ Betancur vs. Reagan. *Semana*, Bogotá, 9 abr. 1985.

¹³⁴ Valle de lágrimas. *Semana*, Bogotá, 23 abr. 1985.

¹³⁵ Importante narcotraficante colombiano, um dos fundadores do *Cartel de Medellín*. Foi capturado em 4 de fevereiro de 1987 e o governo colombiano não hesitou em extraditá-lo aos EUA horas depois de sua captura.

personaje clave del narcotráfico que hace declaraciones sobre un controvertido tema, puesto de moda por el ex embajador Tambs y que sigue sin aclararse: el de la ‘narco-guerrilla’¹³⁶, o posible alianza entre guerrilleros y narcotraficantes”¹³⁷.

O termo *narcoguerrilla* foi “criado” depois do descobrimento e registro de *Tranquilandia*, no Yará, o maior centro de processamento de cocaína na América Latina, em março de 1984. O laboratório era controlado pelo Cartel de Medellín, mas, supostamente, custodiado por guerrilheiros das FARC-EP. Por isso, Tambs, nesse momento embaixador dos EUA na Colômbia, cunhou o termo. Abriu-se, nesse sentido, um debate sobre a veracidade do termo, que duraria até mais ou menos 1989, quando percebeu-se que tal associação era ilógica. Desde então, começou a difusão da segunda acepção do termo, o da guerrilha como terceiro cartel do narcotráfico – depois do Cartel de Medellín e do Cartel de Cali –, como veremos no próximo capítulo.

Vejamos, agora, o que diziam os comandantes das FARC-EP sobre a associação entre narcotraficantes e guerrilheiros. Manuel Marulanda Vélez, máximo comandante das FARC-EP, rebateu as acusações sobre a guerrilha ter vínculos com o narcotráfico:

[...] otra cosa es el invento que hizo el embajador norteamericano sobre la ‘narcoguerrilla’. Pero precisamente es que ese señor estaba interesado en que no se consolidara este proceso de paz, y por eso ese pronunciamiento lo hizo en los momentos en que se estaban firmando los acuerdos. Con el pretexto de reprimir el narcotráfico, lo que quería era que no se adelantara una autentica política de paz en este país¹³⁸ (MARULANDA VÉLEZ *apud* CABALLERO, 1986b, p. 26).

¹³⁶ Sobre o termo: “Otro incidente significativo de las dificultades que hemos debido enfrentar en el curso de este proceso tuvo lugar cuando el Embajador de Estados Unidos, señor Tambs resolvió lanzar uno de los más graves torpedos: la acusación de narcoguerrilla, sindicando muy especialmente a las Farc, e incluso al Partido Comunista, de semejante delito. Era obvio que la Comisión de Paz, y a través de ella el gobierno, no podía firmar acuerdos con narcoguerrilleros. Acostumbrados durante largos años a secundar las operaciones políticas de los gobiernos norteamericanos, algunos altos oficiales adoptaron de inmediato la consigna del embajador imperial que coincidía con la no oculta oposición de los altos mandos a las modalidades asumidas por la política de paz. Fue una ostensible intervención extranjera en un aspecto crucial de la política colombiana, escandalosamente coreada por oficiales del ejército. Hecho que pone de bulto la interferencia de los intereses planetarios de los Estados Unidos sobre las Fuerzas Armadas Colombianas” (ROJAS PUYO, 1985, p. 72).

¹³⁷ Rejas y regaños. *Semana*, 12 fev. 1985, p. 23.

¹³⁸ Em 1987, veremos que, mais do que reprimir o narcotráfico, o ex-embaixador Tambs o estimulou, no famoso caso conhecido como o *Iran-Contra-coca gate*, durante sua permanência na Costa Rica, onde havia chegado como Embaixador, em julho de 1985: “Para quienes recuerdan la gestión del embajador norteamericano Lewis Tambs en Colombia, resulta difícil no vincularla al término ‘narco-guerrilla’. Su informe a Washington después del descubrimiento de los laboratorios de cocaína en el Yará, asegurando que los narcotraficantes contaban con la ‘protección comunista’, fue prácticamente el que dio pie para que la tesis de la narco-guerrilla hiciera una carrera vertiginosa dentro y fuera del país” (Contacto en San José. *Semana*, Bogotá, 27 jan. 1987, p. 30). Cf., também: BRINKLEY, Joel. *The New York Times*. An ex-ambassador says U.S. ordered aid for Contras. May 3rd 1987. Finalmente, em julho de 1989, um relatório do parlamento costarricense acusaria formalmente Tambs de tráfico de drogas, declarando-o pessoa *non grata* (El embajador de la coca. *Semana*, Bogotá, 25 jul. 1989, p. 40). O descobrimento do laboratório de *Tranquilandia* foi quase simultâneo ao início dos diálogos de paz durante o governo de Betancur.

Já no início do governo seguinte, o de Barco, Jacobo Arenas, comandante e ideólogo das FARC-EP, responderia às acusações da seguinte maneira:

Ahora, qué es lo que ocurre en realidad, y eso si tiene que saberlo la opinión. Las FARC tienen muchos frentes en las áreas de cultivo de coca, por lo menos diez o más. Pero nosotros hacemos una diferencia entre el cultivador que es también una persona explotada, el platero, que es el que da el dinero, el dueño de las matas que recoge la cosecha y medio la procesa o vende las hojas por kilos o por arrobas... Hacemos una diferenciación entre estas personas que participan en la producción y unos comerciantes, que son los intermediarios, que van a las regiones y compran la hoja de coca o la pasta, y se la venden a otros comerciantes de mayor cuantía, que llevan el producto a los laboratorios. El dueño del laboratorio es ya un gran mafioso. Pero hay otros que tienen el monopolio del transporte aéreo: aquí entran aviones – DC 6, etc. – a llevar la droga no sólo a los EE.UU., sino a Europa. Por ejemplo, el viaje de un DC 6 a los EE.UU. vale dos millones y medio de dólares y lleva mil kilos de cocaína. Entonces para que digan por ejemplo que Jacobo Arenas es el más grande mafioso del mundo tendría que tener yo por lo menos una flota de 200 aviones cargando para todas partes, trayendo la pasta del Perú o de Bolivia, y sería el dueño de los laboratorios, y no la persona ocupada aquí de la cuestión política y militar de las FARC. Yo creo francamente que eso no tiene fuerza, acusarme de semejante tontería. Que a un país que me conoce desde hace medio siglo en una lucha tenaz por las transformaciones de la sociedad colombiana venga ahora un mecanismo de inteligencia de los Estados Unidos a decirle que Jacobo Arenas es un narco... eso no lo cree la opinión colombiana. Es el montaje de la vagabundería, el montaje antirrevolucionario, antipueblo, del fascismo que encarna exactamente la CIA de los Estados Unidos¹³⁹.

A retaliação por parte do Cartel de Medellín pelo descobrimento e confisco de *Tranquilandia* foi o assassinato do Ministro de Justiça Rodrigo Lara Bonilla, no dia 30 de abril de 1984¹⁴⁰. Se em um primeiro momento Betancur foi contrário ao tratado de extradição por convicções “nacionalistas”, o assassinato do Ministro de Justiça Rodrigo Lara Bonilla – que vinha promovendo uma investigação sobre os vínculos de políticos com o narcotráfico – o obrigaria a rever sua posição e dar luz verde à extradição de sete colombianos, gerando uma onda de atentados em Bogotá, em particular o atentado contra a Embaixada dos Estados Unidos, em dezembro de 1984, o que provocou a fuga do embaixador Lewis Tambs.

Gabriel García Márquez, um dos mais ativos apoiadores do processo de paz, disse, em uma entrevista memorável, que as diferenças em termos de política de paz entre ele e o presidente Belisario Betancur eram basicamente três: a extradição “indigna” de nacionais, a tendência autoritária do governo no tratamento dos assuntos da paz depois da trégua, iniciada em março de 1984, e a questão dos militares. Sobre a extradição, García Márquez afirmou que se tratava, basicamente, de um acordo unilateral, pois jamais existiria o caso de um norte-americano extraditado para a Colômbia; muito pelo contrário, haveria:

¹³⁹ Jacobo Arenas habla sobre Lehder. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 22.

¹⁴⁰ O evento marcou a história política do país, pois nunca um ministro em exercício havia sido assassinado antes, assim como marcou o novo rumo da luta contra o narcotráfico – reimplantou-se, então, o estado de sítio.

[...] una complicidad de las autoridades norteamericanas que son las que permiten el narcotráfico. El gobierno de los Estados Unidos realiza campañas antinarcóticos en América Latina, porque eso se ha convertido en un estupendo canal nuevo de intervención política. Acuñaron la palabra ‘narcoguerrilla’ y han tratado de demostrar a toda costa que en Colombia existe una colaboración estrecha entre guerrilla y narcotráfico (GARCÍA MÁRQUEZ *apud* SAMPER, 1985, p. 26).

Graças às extradições e à política contra o narcotráfico, a Colômbia conseguiria se aproximar novamente dos Estados Unidos, uma aproximação que não existiu durante os dois primeiros anos do governo de Betancur. Tal aproximação coincidiu com um período de instabilidade econômica; e isso, pensava Betancur na época, poderia facilitar a emissão de um crédito externo por parte dos bancos internacionais.

Lewis Tambs foi a figura chave do Comité Santa Fe, cujas diretrizes haviam orientado a política externa estadunidense durante a primeira administração de Reagan¹⁴¹. Em 1983, Ronald Reagan criou uma comissão presidida por Henry Kissinger com o fim de analisar a questão de segurança na América Central e desenhar uma estratégia tanto política quanto econômica para superar a crise na região. Nos últimos anos da década dos anos 1970, o Partido Republicano começou a desenhar uma agenda em termos de política externa e econômica, e é nesse contexto que o trabalho de Tambs seria fundamental.

Tambs estudou engenharia industrial e trabalhou como engenheiro de petróleo na Venezuela antes de voltar à academia e tornar-se um especialista em história da América Latina. Em Berkeley, fez um doutorado sobre as implicações geopolíticas da expansão do Brasil para o oeste, interessando-se pela dimensão geográfica dos tratados entre a coroa espanhola e a portuguesa. De certa maneira, os argumentos de Tambs, que inspirariam a Nova Direita estadunidense, superestimariam os aspectos geográficos em detrimento da dinâmica interna dos Estados: “A história passa, mas a geografia continua”, afirmava Tambs (*apud* HEPPLÉ, 2011, p. 5). Também não se tratava de um determinismo geográfico¹⁴², mas da importância de considerar o contexto geopolítico que o governo estadunidense estava negligenciando, em particular depois do governo Carter (1977-1981).

¹⁴¹ No plano internacional, não podemos omitir o significado político das viagens do Papa Karol Wojtyła aos países latinoamericanos e a ofensiva contra a Teologia da Libertação, com a suspensão das funções sacerdotais de Ernesto e Fernando Cardenal. A União Soviética também daria uma virada na sua política interna, com a nomeação de Gorbachev, o “favorito de ocidente”, em março de 1985, como secretário geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, dando início, depois de 18 anos da era Brezhnev, à etapa da transição.

¹⁴² “The Brazilians have proven their excellence in the mastery of space over and over in Amazonia through their indirect methods of conquest... The issue as to who will emerge as a victory in this race for territory and energy sources through colonization and settlement is as yet not completely clear, but recalling that geopolitics includes and even emphasizes heroics, and that men, not mountains or rivers, make history, the odds favor the Brazilians” (TAMBS *apud* HEPPLÉ, 2011, p. 6).

Com um evidente enfoque anticomunista, Tambs introduziria, no ideário da Nova Direita, suas preocupações sobre a interferência soviética na América Latina, em particular sobre a penetração soviética no Caribe. Tambs converteu-se em um dos membros do Conselho de Diretores do *Council for Inter-American Security* (CIS), em 1980 (HEPPLE, 2011, p. 13). O grupo chegou a ser conhecido como Comitê Santa Fé; um dos documentos mais significativos produzidos *A New Inter-American Policy for the Eighties*. Nesse documento, seus autores afirmavam que a política externa da administração Carter excluiu a América Latina dos interesses dos EUA, por isso fazia-se necessário reverter os anos Carter:

[...] Carter's Ibero-American policies... are the culmination of this accommodation process whereby Latin America is excluded from U.S. strategic concerns and independent Latin American regimes are abandoned to the extracontinental attacks by the international Communist movement (TAMBS *apud* HEPPLE, 2011, p. 13).

A redefinição da política externa colombiana foi acompanhada de uma reformulação da política interna. Betancur percebeu uma clara relação entre as duas políticas: a interna e a externa. Mudando a política externa, diferenciando-a da política do seu predecessor, ele poderia contribuir para dar legitimidade ao seu governo (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 186). Essa mudança implicaria pensar, também, a guerrilha já não como uma “importação” da União Soviética, mas como um fenômeno profundamente enraizado na sociedade colombiana. Assim, Betancur introduziu uma “nova filosofia política”:

[...] opuesta a la enunciada en los programas de su propio partido [o Conservador], a la desarrollada por el gobierno saliente y a la predicada por la administración norteamericana. Y lo que no era menos importante, opuesta a la concepción predominante en las Fuerzas Armadas de Colombia (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 63).

Foi, justamente, o reconhecimento desse *enraizamento* que levou o presidente Betancur a afirmar a existência de “causas objetivas e subjetivas” da violência e, por conseguinte, a insistir na necessidade de levar a cabo reformas sociais e políticas que permitiram a erradicação dessas causas. Essas reformas faziam parte das iniciativas governamentais que deram início ao processo de paz:

[...] una política exterior independiente, la convocatoria a la cumbre política para discutir las reformas del régimen, la creación de una comisión de paz pluralista, la promulgación de una amplia ley de amnistía y el adelanto del diálogo y las negociaciones con los alzados en armas (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 64).

2.2. Não é suficiente silenciar os fuzis: a política de paz do governo Betancur

Antes de entrar nos detalhes da política de paz do governo Betancur e das negociações levadas a cabo nesse governo, é importante entendermos qual era o diagnóstico e a leitura que a classe política colombiana fazia da crise de legitimidade do regime. A esse respeito, temos o livro de Santamaría e Silva (1984). Suas teses mais importantes foram reproduzidas pelo Ministro de Governo, Jaime Castro, durante o debate sobre o Indulto na Câmara de Deputados e no Senado nos dias 2 e 23 de maio de 1985¹⁴³; o que significa que a leitura oficial do governo era bastante homogênea e sustentada também no âmbito acadêmico.

É uma leitura que aponta para a defasagem entre a evolução socioeconômica da sociedade e a evolução das instituições políticas. Tal leitura responsabilizaria o caráter restrito e, de certa maneira, estático da Frente Nacional no que tange à crise de legitimidade do regime político. Ao contrário das mudanças na estrutura socioeconômica – como a crescente urbanização da população colombiana, o rápido crescimento econômico, a formação de uma classe média, a ampliação da educação, a participação das mulheres na esfera política, etc. –, o sistema político-institucional teria permanecido estático. Essa defasagem teria propiciado o aumento de uma prática *desinstitucionalizada* da política, cujas manifestações seriam: a abstenção eleitoral, as greves gerais e a luta armada.

Era necessário mudar, então, o sistema político. Tal era o convite do Ministro de Governo, Jaime Castro, aos partidos políticos:

Decía, pues, que es esta una política de paz que no busca solamente reducir su acción a las manifestaciones externas de la confrontación, sino que va al fondo del problema, removiendo sus causas, que a mi juicio las más graves son de carácter político. Porque tenemos limitaciones en esa materia; somos un sistema democrático restringido, limitado. El 60% de la opinión ciudadana no se expresa por los canales que la democracia colombiana ha creado. Los sociólogos políticos han establecido que ese 60% se expresa a través del Paro Cívico, de la guerrilla o de la abstención. Y no es sano un sistema democrático que vive esa situación, que no legitima su acción, su presencia en la vida pública con un respaldo mayoritario (CASTRO *apud* DE LA TORRE, 1985, p. 22).

Para isso, era necessário uma reforma política que considerasse os seguintes aspectos: a eleição popular de prefeitos, a reforma do Congresso, a institucionalização dos partidos

¹⁴³ Debate reproduzido em De La Torre (1985, p. 15-43). Ramírez e Restrepo (1989) também tomam como referência o livro de Santamaría e Silva (1984) para explicar as reformas políticas do governo de Betancur – embora eles digam que tomam distância de algumas das expressões usadas nesse texto. Eles destacam o vínculo entre a abertura democrática e política de paz e, mais importante ainda, a forma como as demandas dos insurgentes passam a fazer parte da agenda política nacional. Nós acreditamos que boa parte das reformas feitas desde os anos 1980 foram “inspiradas”, em boa medida, nas demandas da insurgência. Os autores pensam que isso, de fato, é um reconhecimento à legitimidade da política desinstitucionalizada; porém, tal reconhecimento não legitima a prática desinstitucionalizada, isto é, a luta armada, ao contrário do que pensam Santamaría e Silva.

políticos, a reforma eleitoral, as reformas departamental e municipal, sempre em prol de uma descentralização fiscal e administrativa, e, sobretudo, uma reforma agrária¹⁴⁴. Sem crer que a solução dos problemas da miséria e do abandono em algumas regiões do país pudesse por fim à luta guerrilheira, o governo considerava que esses lugares eram “caldo de cultura” para a guerrilha: “Es que los mapas de la subversión, se interponen con los mapas del atraso y del abandono” (CASTRO *apud* DE LA TORRE, 1985, p. 26). Para isso, o governo havia desenhado, e vinha executando, desde 1983, o *Plan Nacional de Rehabilitación*¹⁴⁵ (PNR).

Mas como se traduziu, na prática, essa vontade política do governo de Betancur? A primeira medida tomada pelo presidente para superar a crise de legitimidade do sistema político foi se distanciar das políticas de Turbay e propor, assim, uma anistia – a Lei 35 de 1982¹⁴⁶ – para todos os prisioneiros políticos e insurgentes; em um segundo momento, ele propôs um diálogo com as organizações guerrilheiras¹⁴⁷ que levasse a uma negociação de um cessar-fogo e, eventualmente, até mesmo a uma trégua e a um acordo de paz.

Além de realizar algumas medidas no âmbito social, como programas de moradia popular, também quis aprovar no Congresso um “pacote de reformas políticas” ou “abertura democrática” do sistema colombiano¹⁴⁸. Algumas das reformas eram:

[...] la elección popular de alcaldes, referéndum y democracia locales, bases constitucionales para la descentralización fiscal, reformas del Congreso y de la administración de la Justicia, publicidad de los documentos oficiales, financiación de las campañas políticas, institucionalización de los partidos y acceso de los mismos a los medios de comunicación, reforma electoral que modernice el sistema y asegure la presencia de partidos distintos de los tradicionales¹⁴⁹.

Cabe destacar, ainda, que não se tratava de reformas radicais, tampouco era o interesse de Betancur mobilizar as classes populares:

¹⁴⁴ “Falta la reforma agraria que tanto nos preocupó en la década de los 60, o la fiebre de la reforma agraria en toda la América Latina. No se quería que se cundiera el ejemplo de Cuba. Y entonces, con entusiasmo, y decisión, expedimos las leyes, creamos las instituciones administrativas, pero dejamos marchitar los procesos, los dejamos morir. Y hay regiones del país en las cuales los problemas de orden público son inseparables de los que hay en materia de tenencia y explotación de la tierra. Para citar un solo caso, el del Cauca con las comunidades indígenas” (CASTRO *apud* DE LA TORRE, 1985, p. 26).

¹⁴⁵ Os especialistas concordam em dizer que, embora o governo de Betancur tivesse desenhado e começado a executar o PNR, ele só teria um lugar destacado dentro da política de paz nos dois governos seguintes: o governo de Barco e o governo de Gaviria.

¹⁴⁶ “La Ley 35 de 1982 precisaba, además, condiciones de reincorporación a la vida civil y política que no solo dependían de la actitud de los excombatientes sino de las instituciones” (PALACIOS, 2012, p. 143).

¹⁴⁷ Vale ressaltar que Betancur acolheu, basicamente, a proposta do M-19, lançada depois da tomada da embaixada da República Dominicana em 1980, durante o governo de Turbay.

¹⁴⁸ O acordo com as guerrilhas incluía um grande número de reformas políticas e sociais; no entanto, o ponto nevrálgico da abertura democrática foi a “eleição popular de prefeitos”: projeto “cuya historia se remonta al siglo pasado y que hoy puede llegar a desbaratar la columna vertebral del sistema centralista impuesto desde 1886 por la Constitución de Rafael Nuñez” (¡Los ministros también lloran! *Semana*, Bogotá, 27 nov. 1984, p. 22).

¹⁴⁹ Se rompió la tregua. *Semana*, Bogotá, 19 mar. 1985, p. 24.

La alternativa belisarista era y es esencialmente un elemento de modernización política moderada destinada a incrementar la legitimidad del sistema sin realizar reformas económicas fundamentales: una estrategia de “cambio profundo” sin “reformas significativas” (BAGLEY; TOKATLIAN, 1987, p. 185).

É importante destacar que, antes da assinatura dos acordos com as principais organizações guerrilheiras do país, o governo havia estabelecido diferentes canais de comunicação com cada uma delas, refletindo tanto a estratégia de dividir as guerrilhas quanto a heterogeneidade das organizações em termos de posicionamentos políticos (CHERNICK, 1989, p. 67). Isto é, a cúpula do M-19 já havia começado a dialogar diretamente com o presidente Betancur, quando, no dia 28 de março de 1984, a Comissão de Paz e as FARC-EP assinaram o *Acuerdo de Cese al Fuego, Tregua y Paz*, mais conhecido como os *Acuerdos de la Uribe*¹⁵⁰ – pois foram assinados no município de La Uribe (departamento do Meta).

Figura 5. Reunião em *La Uribe*



Fonte: radiomacondo.fm

¹⁵⁰ Assim conta Jacobo Arenas, principal ideólogo das FARC-EP, como chegou-se aos *Acuerdos*: “El proceso de negociación de la tregua comenzó inmediatamente fue promulgada la amnistía por el gobierno Betancur. El gobierno, por decreto, creó la Comisión de Paz. En los días finales de enero de 1983, el Estado Mayor de las FARC y la Comisión de Paz realizaron su primera reunión que culminó con aquella declaración conjunta que conmocionó al país. Luego vino un periodo de 14 meses de elaboración mancomunada de lo que serían luego los acuerdos de la Uribe. El Estado Mayor de las FARC produjo en el curso de aquellos 14 meses un documento de inmenso valor político y militar titulado ‘Formula de cese del fuego, tregua y paz, apertura democrática y reforma política’. La esencia de aquella formula se concreta en los acuerdos de la Uribe” (ARENAS *apud* ALAPE, 1985, p. 495). Ler também o interessante testemunho de John Agudelo Ríos (1985), membro da Comissão de Paz do governo Betancur. Sobre esse primeiro encontro Agudelo afirmou: “Me formé una opinión muy favorable sobre ellos. Gente seria, organizada y con una fuerte raigambre colombiana, no estaba tratando con gente cuyo pensamiento estuviera manejado desde otra parte, son muy colombianos en todo y se les siente un inmenso amor por su patria, por su gente. Muy convencidos de lo que están haciendo, forman un movimiento muy colombiano en todas sus manifestaciones” (AGUDELO RÍOS, 1985, p. 320).

Esse acordo não foi bem visto pelas demais organizações revolucionárias, pois um acordo coletivo lhes teria proporcionado uma margem mais ampla de manobra do que um acordo negociado de forma independente. Segundo Álvaro Fayad, líder do M-19, as FARC-EP, nessa ocasião, tiveram uma “visão coletiva estreita” (FAYAD *apud* CHERNICK, 1989, p. 68). No dia 28 de maio de 1984¹⁵¹, entrou em vigor o cessar-fogo e, no dia seguinte, criou-se a Comissão Nacional de Verificação. Depois de seis meses de cessar-fogo, no dia 1º de dezembro de 1984, essa Comissão decretaria o início da trégua ou período de prova de um ano, durante o qual a organização das FARC-EP podia organizar-se politicamente.

Apesar do assassinato de uma das figuras mais destacadas do M-19, o médico Carlos Toledo Plata, em 10 de agosto de 1984, e a retaliação do M-19, com a tomada do município de Yumbo, nos arredores da cidade de Cali, a Comissão de Paz e o M-19 assinaram os acordos de trégua no dia 24 de agosto, no departamento de Cauca¹⁵². O *Ejército Popular de Liberación* (EPL) também aderiu à proposta do M-19¹⁵³ e assinou os acordos em Medellín, no dia 23 de agosto, assim como o fez o *Movimiento de Autodefensa Obrera* (ADO)¹⁵⁴, em Bogotá. Depois de ordenar o cessar-fogo das suas unidades a partir do dia 30 de agosto de 1984, a ADO se integraria à UP.

Os acordos de trégua estabeleciam, em princípio, que seriam as atividades e não as organizações dos guerrilheiros que desapareceriam. Essas permaneceriam como “garantia armada” até que as reformas políticas, econômicas e sócias pactuadas com o governo fossem levadas a cabo. Um dos objetivos dos acordos era que os membros das guerrilhas desmobilizadas pudessem participar nas eleições de 1986. A discussão girava em torno da entrega das armas: quando levá-la a cabo? Segundo as guerrilhas, não podia ser antes da abertura democrática, ou seja, antes de levar a cabo as reformas prometidas¹⁵⁵. Já para o

¹⁵¹ No dia do vigésimo aniversário da fundação das FARC-EP.

¹⁵² Em outubro de 1983, Betancur se havia reunido com os comandantes do M-19, Álvaro Fayad e Iván Marino Ospina, em Madrid, Espanha (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 160). A reunião, que deveria ter sido secreta, foi divulgada na imprensa colombiana e foi muito criticada, pois Betancur estava dando ao M-19 um protagonismo desnecessário e, inclusive, status de força beligerante. Três meses depois da assinatura da trégua, o comandante do M-19, Iván Marino, se reuniria novamente com Betancur, desta vez no México. A intenção do M-19 era levar o governo a romper com os demais atores do Estado (*Ibid.*, p. 164).

¹⁵³ Além da proposta do M-19 sobre a necessidade de um diálogo nacional, o EPL propunha uma Assembleia Nacional Constituinte (*Ibid.*, p. 171). Ao contrário dos outros grupos, o EPL não usou a trégua para fortalecer-se militarmente, e sim para entrar no cenário político legal (*Ibid.*, p. 173).

¹⁵⁴ A ADO, *Movimiento de Autodefensa Obrera*, era uma guerrilha urbana, muito pequena, fundada em 1976, por um exilado brasileiro. A organização é mais conhecida pelo assassinato do ex-Ministro de Governo Rafael Pardo Buelvas, em setembro de 1978 (CHERNICK, 1989, p. 59).

¹⁵⁵ Sobre os acordos, John Agudelo Ríos (1985, p. 324) afirmou: “Tanto el Acuerdo de La Uribe como los que se firmaron después en El Hobo, Corinto, Bogotá y Medellín se lograron porque teníamos ideas muy claras sobre el problema de la entrega de armas. Esto no era producto de consideraciones íntimas sino de expresiones muy claras de los propios grupos alzados en armas, de que sobre la base de la entrega de armas no podíamos ni siquiera iniciar los contactos [...] Hay gente que piensa que no tenemos imaginación para una cosa tan obvia

governo, a entrega devia ser realizada durante a trégua, no máximo, no momento da incorporação à vida civil. Essa tensão entre a desmobilização e as reformas seria o tema candente do processo de paz¹⁵⁶. Vale ressaltar, ainda, que os acordos não receberam o beneplácito nem das Forças Armadas, nem do Congresso – cuja composição não era muito diferente a do presidente Turbay –, tampouco das associações patronais ou dos dirigentes políticos; todos eles atacaram os acordos com veemência (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989). Em junho de 1984, havia sido nomeado Jaime Castro como novo Ministro de Governo. Desde sua nomeação, a política de paz começaria a mudar de rumo, cada vez mais relacionada à simples desmobilização das guerrilhas e ao estabelecimento de prazos bem definidos.

Uma das maiores críticas ao processo de paz foi a criação de um grande número de comissões que não tinham suficiente autoridade para resolver os obstáculos que surgiram ao longo da trégua. Diante dessa crise, Gabriel García Márquez afirmou

[El] Presidente debe prescindir de tantas comisiones, subcomisiones, supercomisiones, de tantos intermediarios y de tantos mediadores. Si no, esto no se aclara. Creo que la única manera de sacarlo adelante a estas alturas consiste en que el Presidente asuma personalmente el manejo del proceso de paz, ponga en eso todo el peso de su autoridad y lo maneje él solo. Y si resulta, resulta, y si no, no¹⁵⁷.

Chernick (1989, p. 77) também afirmava que sob Betancur: “commissions proliferated, yet never were the parameters of reform defined by the actors in conflict”. O M-19 pensava da mesma forma: as comissões de verificação mais do que ajudar no processo,

como la de la entrega de armas y que piensa que fue una escandalosa inadvertencia de la comisión [...] El país no nos hubiera perdonado nunca no haber intentado la paz, por supeditarla a la entrega de armas; era un riesgo que había que correr necesariamente. Además las armas no son lo que produce la guerra, si se quitan las tensiones sociales por las cuales las armas se accionan, entonces no habrá quien las utilice”.

¹⁵⁶ Jacobo Arenas, em uma entrevista para o *Semanario Voz*, revista do PCC, reproduzida na *Semana*, disse: “¡Esto es asombroso! En ningún momento de las históricas discusiones de La Uribe que condujeron a los acuerdos que abrieron la puerta para la etapa por la que estamos discutiendo, el gobierno del presidente Belisario Betancur hizo semejante estafalaria petición. O se quiere la paz, y entonces se pacta el alto al fuego y la tregua con el movimiento armado, como en efecto se ha hecho... o se quiere la guerra y entonces se exige la rendición incondicional como es lo que parece desear el actual ministro de Gobierno. Del lado de las FARC no se ha hablado de entrega de armas, de lo que se ha hablado es de las grandes reformas que el gobierno del presidente Betancur anunció y que hasta hoy estamos esperando” (El tire y afloje de los fusiles. *Semana*, Bogotá, 5 mar. 1985, p. 27).

¹⁵⁷ Valle de lágrimas. *Semana*, Bogotá, 23 abr. 1985, p. 25. Ainda em outra entrevista: “Lo que pasa es que para que salga adelante tiene que haber un proceso de clarificación. Porque con todas las comisiones, subcomisiones, delegados, subdelegados, amigos que ayudan, gente que hace los mandados, guerrilleros que quieren hablar, guerrilleros que nos son guerrilleros, sino delincuentes comunes, delincuentes comunes que no son delincuentes comunes sino guerrilleros [...] Ya no se sabe realmente quien está manejando la paz, ni en qué punto está” (GARCÍA MÁRQUEZ *apud* SAMPER, 1985, p. 27). Além da Comissão de Paz, haviam sido criadas as seguintes comissões: a Comissão de Verificação (40 membros); a Comissão de Diálogo (40 membros), dividida em 10 subcomissões para tratar os seguintes temas: Desenvolvimento Econômico, Reforma Agrária, Reforma Constitucional, Reforma Laboral, Problemas Urbanos, Serviços Públicos, Problemas da Educação, da Justiça e a Universidade; as Comissões Regionais de Diálogo Nacional (Medellín, Barracabermeja, Montería e Barranquilla) e os Altos Comissionados de Paz (VÁSQUEZ CARRIZOSA, 1985, p. 52).

atrapalhavam-no: “La vez pasada, cuando los choques de la Pradera en Semana Santa, la comisión pedida no acudió; y cuando por fin fue, los militares no la dejaron pasar. Por eso es necesario que la verificación la haga alguien que tenga más autoridad”¹⁵⁸.

Desde o final de 1984 e o início de 1985, o M-19 seria alvo de ataques militares no seu acampamento principal, no *páramo*¹⁵⁹ de San Pablo, em Corinto, no departamento de Cauca. De fato, a situação de ordem pública era a mais complicada na região fronteira, entre os departamentos de Valle e Cauca. A “Operação Garfio” foi uma das operações militares que demonstraria que a trégua bilateral fora um acordo só de papel. Novamente, foi a Comissão Verificadora da trégua, presidida por John Agudelo Rios, que pôs fim aos combates. Com o pretexto de combater supostas “repúblicas independentes”, as Forças Armadas obrigaram os guerrilheiros a trasladar-se a outro acampamento, em *Los Robles*, localizado a quatro quilômetros de distancia de *Yarumales*, o acampamento principal. O M-19 continuava, assim, a operar desde a segunda região mais estratégica do país, a escassos quilômetros de distância da cidade de Cali. Além disso, a Operação militar mostrou que o M-19 era capaz de sustentar uma ofensiva militar sem abandonar o território; era, então, “la primera vez que en Colombia la guerrilla se atrinchera en vez de abandonar el terreno”¹⁶⁰.

Se, por um lado, o M-19 perdia cada vez mais a credibilidade em relação ao desejo de paz por conta da ofensiva militar, as FARC-EP eram apresentadas como as máximas defensoras da trégua, pois, aparentemente, elas não coordenavam nenhum ataque desde seu acampamento principal em *La Uribe*, no departamento de Meta¹⁶¹. Com efeito, os enfrentamentos armados com esse grupo haviam diminuído; entretanto, os ataques contra o M-19 não haviam cessado: primeiro, foi o assassinato de Carlos Toledo Plata, em agosto de 1984, antes de assinar a trégua; depois, o atentado contra os membros do M-19, em Cali, que quase acabou com a vida de Antônio Navarro Wolff¹⁶². Em agosto de 1985, na cidade de

¹⁵⁸ La guerra llega a los barrios. *Semana*, Bogotá, 21 maio 1985, p. 28.

¹⁵⁹ Terreno ermo e inóspito de clima muito frio e seco e vegetação escassa.

¹⁶⁰ “Se ha llegado así casi a una guerra de posiciones ‘al estilo de la guerra de Corea’, según dijo un informante militar” (1984: saldo en rojo. *Semana*, Bogotá, 25 dez. 1984, p. 46). Em termos militares podemos observar que só o fato da guerrilha ter defendido seu lugar, ter se mantido no terreno durante uma operação militar, é uma mostra da correlação de forças militares desse momento. Na época se falava em “combate de posições” e “guerra de posições”, uma situação inimaginável hoje em dia. Além disso contrasta com algumas versões que afirmam que nessa época a guerrilha do M-19 não era militarmente forte. Sobre os combates entre o Exército e o recém-criado *Batallón América* no Cauca no início de 1986: “6 batallones del ejército se esfuerzan por cercar a una columna guerrillera de entre 400 y mil hombres. En la historia de la guerrilla colombiana nunca se había dado una tal concentración de fuerza guerrillera, respaldada además en trincheras y fortificaciones” (1986: ¿guerra total? *Semana*, Bogotá, 4 fev. 1986, p. 24).

¹⁶¹ O Geral Vega Uribe, em uma entrevista afirmava que “las Farc han cumplido más que el M-19 con la letra de los acuerdos” (La metamorfosis de Vega Uribe. *Semana*, Bogotá, 15 jan. 1985, p. 25).

¹⁶² Antonio Navarro Wolff foi um dos mais importantes dirigentes do M-19. Depois da *dejación de armas* do M-19, em março de 1990, e da morte de Carlos Pizarro, em abril do mesmo ano, Navarro assumiu a candidatura

Cali, e no contexto da Operação *Oiga, caleño, vea*¹⁶³, foi assassinado Iván Marino Ospina, terceiro dirigente que o M-19 perderia em dois anos.

Outra polêmica surgida durante a trégua foi a dos “acampamentos políticos” do M-19¹⁶⁴, que, para alguns, eram sedes políticas localizadas nos bairros periféricos das principais cidades destinadas a preservar a continuidade do projeto político, além das conjunturas eleitorais. Os acampamentos eram uma maneira de exercer pressão sobre o governo para que se levasse a cabo as reformas. Os críticos dos acampamentos diziam que, na verdade, eram mais usados para os treinamentos das milícias urbanas¹⁶⁵.

Enquanto isso, em maio de 1985, um ano depois do início do cessar-fogo, as FARC-EP lançaram seu próprio partido político: a União Patriótica (UP)¹⁶⁶. Considerava-se, nesse momento, que a criação desse partido explicava-se pelo fato das FARC-EP terem entendido que a via armada não os levaria ao poder: sinal de uma convicção histórica mais do que um sinal de derrota¹⁶⁷. Considerada uma “conversão” da organização armada a partido político, o governo esperava que as outras organizações armadas seguissem o mesmo exemplo, assim como acontecera com a trégua.

presidencial nas eleições de 1990, na qual a *Alianza Democrática M-19* (ADM-19) – o partido que surgiu do M-19 – obteve o terceiro lugar. Foi um dos três presidentes da Assembleia Nacional Constituinte, em 1991; foi, também, Ministro de Saúde (1990), candidato à presidência nas eleições de 1994, prefeito da cidade de Pasto (1995-1997), deputado (1998-2002), senador (2002-2006), governador do departamento de Nariño (2008-2011) e, atualmente, senador (2014-2018).

¹⁶³ *Caleño* é o gentílico de Cali, terceira cidade mais importante da Colômbia. A expressão traduziria: “Ouça, calenho, veja”.

¹⁶⁴ Além dessa polêmica, existia também, a das chamadas “repúblicas independentes”. Enquanto o M-19 dizia necessitar de um espaço físico, “dado que, según los acuerdos de tregua, la guerrilla no se ha disuelto ni ha desaparecido, y en consecuencia necesita campamentos (como las que en otras zonas menos conflictivas del país, y sobre todo más alejadas de las grandes ciudades, tienen por ejemplo las FARC). Un sitio en donde guindar sus hamacas, hacer ejercicio, recibir con rellena regada con aguepanela a las comisiones visitantes”, o Exército, seguindo o texto da Constituição, dizia não ser possível esse tipo de espaço (Cuota de incertidumbre, *Semana*, Bogotá, 8 jan. 1985, p. 35). Tratava-se de um problema político, não de linguagem, pois os acordos de Corinto permitiam “en la práctica todo eso, puesto que parten del supuesto de que lo desaparece no son los grupos insurrectos, sino sus actividades subversivas. Y los grupos como tales permanecen en calidad de ‘garantía armada’ de que serán cumplidos los compromisos políticos, económicos y sociales asumidos por el gobierno. Vagos compromisos, además: diálogo nacional, apertura democrática, reformas, ayuda económica a las regiones azotadas por la violencia” (*Ibidem*). Em uma entrevista ao Geral Vega Uribe, ele afirmava, sobre a violação da trégua em Corinto, Cauca: “Eso no es cierto. La solución que se dio al problema y el traslado del campamento entrañan un profundo reconocimiento de que no puede haber lugares vedados para la fuerza pública. Quienes están en estos acuerdos deben estar preparados para la paz y no para la guerra” (La metamorfosis de Vega Uribe. *Semana*, Bogotá, 15 jan. 1985, p. 25).

¹⁶⁵ O decreto 1560, assinado no dia 6 de junho de 1985, alguns dias antes da ruptura da trégua com o M-19, ordenou o fechamento desses acampamentos (RAMÍREZ; RESTREPO, *op. cit.*, p. 233-234).

¹⁶⁶ Segundo o parecer de Álvaro Uribe Rueda, pré-candidato liberal à presidência, a UP tinha um lado negativo, que era a de ser interpretada como agência de uma potência estrangeira.

¹⁶⁷ Em 1982, deu-se a 7ª Conferência das FARC-EP. Nela, foram desenhados vários planos políticos e militares. Cabe destacar o plano de criar um exército revolucionário para a tomada do poder. Isto é, no início dos anos 1980, a capacidade militar das FARC-EP era superior à força militar do exército. Alguns afirmam que o processo de paz no governo de Betancur serviu para deter esses planos militares. Uma situação semelhante aconteceria no processo de paz durante o governo de Pastrana, entre 1999 e 2002.

Porém, o que aconteceu foi, na realidade, o oposto¹⁶⁸: foram criados outros movimentos armados¹⁶⁹, como o *Movimiento Armado Quintín Lame*¹⁷⁰ (MAQL), inicialmente considerado o “braço indígena” do M-19 – já que, aparentemente, operavam de maneira conjunta no departamento de Cauca. *Patria Libre* apareceu, também, pela primeira vez em um conflito trabalhista de *Fabricato*, uma fábrica de tecidos em Bello (Antioquia), e depois passou a atuar em zonas da Costa Atlântica, afirmando que sua base era a classe operaria e que o princípio de sua luta era o leninista de “armar o proletariado para vencer”. Embora sua origem não seja clara, alguns afirmam que nasceu a partir de alguns grupos maoístas que desapareceram na década de 1970. O *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) deu-se a conhecer em julho de 1984. O grupo apareceu nos municípios de Yondó e Remedios, no departamento de Antioquia, e também tinha bastante força nos assentamentos populares de Popayán (Cauca). Também se incrementaram as lutas inter-guerrilheiras durante esse período, em especial entre as FARC-EP e sua dissidência, a Coluna Ricardo Franco, a quem consideravam “traidores da paz” por não terem aceitado a trégua. O *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) foi outra organização que também não aceitou a trégua.

Com isso, enquanto as FARC-EP se preparavam para participar na arena política legal, não houve surpresa com o comunicado, em 20 de junho de 1985, de Carlos Pizarro, dirigente do M-19, anunciando a ruptura da trégua. Velhos e novos grupos revolucionários (exceto as FARC-EP) – as que romperam a trégua, as que nunca a haviam aceitado e as novas organizações – tinham constituído, um mês antes, no dia 25 de maio de 1985, a *Coordinadora Nacional Guerrillera* (CNG), cujos membros eram: o M-19, o EPL, o ELN, o MAQL, o PRT, *Patria Libre*, e a Frente Ricardo Franco (dissidência das FARC-EP). Além da tentativa de construção da “unidade revolucionária colombiana” para superar as frustrações causadas pelo fracasso do diálogo com o governo Betancur, o propósito da *Coordinadora* era o de levar a cabo operações militares conjuntas e chegar unidos a uma futura mesa de negociação.

Assim, depois da ruptura da trégua com o M-19, veio a tomada do povoado de Genova, no sul do departamento de Quindío. Sobre as razões da ruptura, Gerardo Ardila, membro do Comando Superior do M-19, afirmou:

¹⁶⁸ Nessa época, alguns grupos armados afirmavam que a política de paz de Belisario Betancur havia piorado as divergências entre os distintos setores da guerrilha.

¹⁶⁹ Sobre o crescimento da guerrilha, segundo o Geral Vega Uribe: “Se afirma que la guerrilla en Colombia ha crecido porque se han creado más frentes de las Farc. No soy muy experto en cuestiones bíblicas, pero es que uno de un pan puede sacar dos panes, simplemente partiéndolo. La guerrilla en Colombia no ha crecido tanto como se quiere hacer aparecer” (La metamorfosis de Vega Uribe. *Semana*, Bogotá, 15 jan. 1985, p. 25).

¹⁷⁰ O Movimento Armado *Quintín Lame* (MAQL) foi criado por indígenas do departamento de Cauca. O nome se refere a Manuel Quintín Lame Chantre, indígena da etnia Paez que, em maio de 1927, em Ortega (Tolima), organizou uma marcha de mais de 14 mil indígenas. O movimento surgiu, pela primeira vez, em janeiro de 1985.

No hubo sinceridad. La tregua sólo podía salvarse en la medida en que comenzara la paz, y esa paz son las reformas. Nosotros no pedimos, ni esperamos, grandes reformas: conocemos la situación económica del país y la fuerza de la reacción. Pero es que no se ha hecho nada. Como dice Fayad, que los gestos se conviertan en hechos¹⁷¹.

Em setembro de 1985, as FARC-EP enviariam uma proposta a John Agudelo Rios, presidente da Comissão de Paz, sobre a prorrogação da trégua por mais um ano: até o dia 20 de setembro de 1986:

La propuesta de las FARC encierra además otros elementos dirigidos a hacer más eficaz la marcha del proceso de paz. Que se simplifique el criticado problema de la “comisionitis” fundiendo en una sola las actuales Comisiones de Paz y de Verificación; que se integren a ella varios ministros, empezando por el de Defensa, para reforzar la participación directa del gobierno; y que tengan también presencia allí delegados de las fuerzas militares para que éstas no sigan siendo el “convidado de piedra” de la paz¹⁷².

Ao mesmo tempo, as FARC-EP continuariam fortalecendo seu projeto político, cada vez mais amplo e com mais seguidores.

No entanto, no dia 6 de novembro de 1985, o M-19 atacou o Palácio de Justiça, no centro da capital colombiana. O objetivo do M-19 era, com isso, realizar um julgamento público do presidente Betancur e da sua política de paz. O julgamento seria presidido pela Corte Suprema de Justiça.

Esse fato se tornou o grande símbolo do fracasso da estratégia de acordo negociado no sentido de acabar com o conflito armado, bem como o ápice da ruptura das negociações no governo de Betancur¹⁷³.

¹⁷¹ Con los fierros otra vez. *Semana*, Bogotá, 2 jul. 1985, p. 24.

¹⁷² Paz o guerra, o lo contrario. *Semana*, Bogotá, 10 set. 1985, p. 24.

¹⁷³ A descrição do assalto mereceria um capítulo à parte, tamanha sua complexidade. É preciso dizer que, ainda hoje, os fatos não foram totalmente esclarecidos, e as versões seguem sendo ambíguas. Uma semana depois do ataque, a revista *Semana* publicou um “Informe especial”. Nele, encontramos os detalhes da operação de forma mais ou menos detalhada. A operação *Antonio Nariño por los Derechos del Hombre* havia sido desenhada para ser levada a cabo algumas semanas antes, no dia 17 de outubro, o dia da visita do presidente francês François Mitterrand. Porém, os planos foram descobertos; pensava-se que o M-19 desistiria da operação. Não foi o que aconteceu. No dia 6 de novembro, um comando do M-19 ocupou as instalações do Palácio de Justiça. A edificação, fortificada, tinha só duas entradas e era de muito difícil acesso pelas janelas; assim, quem estivesse dentro teria uma clara vantagem militar. A operação durou mais de 24 horas. Depois do ataque, o M-19 enviou algumas petições ao governo de Betancur para iniciar as negociações. O presidente Betancur não quis negociar e o exército teve total autonomia para realizar a operação de resgate. Acontece que a operação militar de resgate se converteu em um verdadeiro massacre: mais de 24 horas de combate, vários *rockets* e um incêndio deixaram um saldo de 14 militares, 35 guerrilheiros e 46 civis mortos (11 magistrados titulares e 6 auxiliares). Muitos falam da intervenção do narcotráfico nessa operação, na medida em que os arquivos do Palácio foram queimados pelo incêndio (28 horas de terror. *Semana*, Bogotá, 12 nov. 1985). O fato é que, depois desse ataque, o termo *narcoguerrilla* começaria a ser amplamente utilizado.

Figura 6. Ataque ao Palácio de Justiça



Fonte: *Informe ¡BASTA YA!*, p. 196

O ataque ao Palácio foi um evento trágico que não só deslegitimou ao M-19 perante a opinião pública – como o responsável pelo ataque – como também o governo, pois o presidente não teria tido a autoridade suficiente para comandar a operação de resgate¹⁷⁴.

[O ataque] [m]uestra que sus dirigentes ignoraban aún en qué medida habían perdido ya el prestigio conquistado en la época de Turbay y sobrestimaban el respaldo con el que podían contar. Su acción le hizo perder, por lo menos en amplias capas medias urbanas e intelectuales, la última legitimidad y simpatía con la que hubiera podido contar alguna vez, no sólo el M-19, sino el movimiento guerrillero en su conjunto. Porque, así como el Movimiento 19 de Abril se había convertido en vocero del conjunto del movimiento armado en sus épocas de fortuna, de igual modo arrastró consigo al abismo a las demás organizaciones, y estimuló el sentimiento de cansancio, de exasperación y de fastidio de amplias capas sociales ante una violencia estéril [...] Si fuera de algún modo lícito considerar el proceso de paz como un duelo prolongado entre el presidente Betancur y los dirigentes del M-19 por arrebatarse el uno al otro la bandera de la legitimad, se puede afirmar que, en el Palacio de Justicia, el triunfo de ambos contendores fue su derrota recíproca: cada uno había

¹⁷⁴ Uma semana depois, no dia 14 de novembro de 1984, a cidade de Armero foi destruída pela erupção do vulcão *Nevado del Ruiz* (um dos maiores vulcões da Colômbia, situado na fronteira dos departamentos de Caldas e Tolima). A erupção deixou 25.000 mortos, a pior catástrofe natural ocorrida na história recente da Colômbia. Os especialistas não hesitaram em dizer que, depois desses dois eventos, o ataque ao Palácio e a erupção do vulcão, o governo de Betancur ficou com uma reduzida margem de manobra política para levar adiante o processo de paz e as reformas políticas. A erupção do vulcão, inclusive, ganhou relevância política porque já tinha havido um pré-aviso, há muito tempo, sobre a possível erupção, sem que o presidente tivesse mandado evacuar a cidade. A única reforma significativa durante o governo de Betancur foi a eleição popular de prefeitos. Mesmo assim, ela passou com grande dificuldade no Congresso, posto que tanto os liberais quanto os conservadores consideravam que, em muitos municípios, eles não seriam eleitos, e sim os candidatos da esquerda, sobretudo da União Patriótica (Alcaldes: populares, pero impotentes. *Semana*, Bogotá, 5 nov. 1985).

conducido a su opositor hasta la muerte política (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 243).

Alguns dias depois, em 20 de novembro de 1985, foi assassinado Oscar William Calvo, líder do EPL. Esse seria o fim formal da trégua com essa organização. No mesmo mês, soube-se da notícia dos assassinatos do chefe da Frente Ricardo Franco, Javier Delgado, também conhecido como “El Monstruo de los Andes”. Delgado havia sido expulso das FARC-EP durante sua VII Conferencia, em 1982, em razão do “divisionismo”. Ele havia ordenado assassinar 164 guerrilheiros, todos dessa mesma Frente, acusados de serem infiltrados do exército. As FARC-EP diriam depois que Delgado era, ele mesmo, um infiltrado. Após esse massacre, conhecido como o “massacre de Tacueyó”, a Frente Ricardo Franco foi expulsa da CNG. Sobre esse acontecimento, Eduardo Pizarro afirmou:

En Tacueyó no murieron solamente decenas de colombianos: murió la guerrilla como proyecto histórico de Colombia... Si no basta con el hastío colectivo ante la violencia secular, la sensibilidad generalizada en el país con respecto a la paz y la reconciliación nacional, los hechos del Palacio de Justicia y el genocidio de Tacueyó deben tener menos la virtud de mostrar los límites de la experiencia guerrillera (PIZARRO *apud* RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 250).

Para alguns, tratou-se do fim de uma era. Após o ataque ao Palácio, viria o assassinato do comandante do M-19, Álvaro Fayad, em 13 de março de 1986 – Carlos Pizarro foi, então, nomeado o novo comandante. Dias depois, o Ministro de Governo, Jaime Castro, foi alvo de atentado em Bogotá¹⁷⁵. Em abril, as Forças Armadas lançaram uma grande ofensiva contra o M-19, sem precedentes na luta contrainsurgente no país¹⁷⁶. No final do governo Betancur, as violações aos direitos humanos foram cada vez mais frequentes. Enquanto isso, as FARC-EP e o governo concordaram, em março de 1986, em prorrogar a trégua indefinidamente – era a única organização que continuava em trégua no final do governo Betancur.

2.3. Fim do processo de paz e a vitória do Partido Liberal nas eleições de 1986

O país viveu, naquele período, uma difícil situação política; além disso, a situação econômica desastrosa era outro pretexto para não se levar a cabo as reformas políticas propostas em troca da desmobilização armada. Além dos acordos com as entidades

¹⁷⁵ O M-19 considerava que a paz de Jaime Castro, nomeado Ministro de Governo em junho de 1985, havia sido uma “paz tramposa”. Sua nomeação marcou o início da reorientação da política de paz durante o governo Betancur.

¹⁷⁶ La gran ofensiva. *Semana*, Bogotá, 1 abr. 1986, p. 22.

financeiras, as missões internacionais pareciam ser outra medida usada para contrabalançar a crise. Durante o governo Betancur, instalou-se uma missão para o emprego liderada por Hollis B. Chenery, ex-vice-presidente do Banco Mundial, conhecido por obras sobre economia do desenvolvimento – ele devia entregar suas recomendações em meados de 1986¹⁷⁷.

Algumas das medidas que o governo devia adotar para que os bancos internacionais lhe concedessem os créditos eram: redução do déficit fiscal, correção do desequilíbrio do setor externo mediante uma mais rápida desvalorização da moeda colombiana, redução de subsídios, aumento das tarifas dos serviços públicos e do preço da gasolina, desmonte gradual do controle às importações e desmonte dos subsídios às exportações¹⁷⁸. Tais “receitas” implicavam mudanças consideráveis no rumo da política econômica que realizava o governo, o que não deixava de causar temores, pois podia suscitar um maior descontentamento social.

A despeito das múltiplas pressões para estabelecer um acordo formal com o FMI, o país acabaria negociando os termos de uma “monitoria”, estratégia do Ministro de Fazenda bastante discutida. O temor ante a subscrição de um acordo com o FMI não deixava de ter uma razão política, pois o governo sabia dos efeitos em termos de problemas sociais que tal acordo poderia causar. Porém, a ideia era estabelecer um *acuerdo de caballeros* mediante o qual o FMI não teria poder formal sobre a economia colombiana, mas realizaria uma “monitoria”¹⁷⁹, liderada pelo então Ministro de Fazenda, Roberto Junguito, com a finalidade de tranquilizar as instituições creditícias. No início de 1986, os prognósticos eram positivos:

Se acepta a todos los niveles que el ajuste ha sido exitoso. Las metas de desempeño acordadas con el FMI se han cumplido con creces y Colombia se ha convertido en el país modelo del tercer mundo a los ojos de los países industrializados y de la comunidad financiera internacional¹⁸⁰.

Dentro desse “receituário”, estaria também o ingresso do país ao OPIC (*Overseas Private Investment Corporation*), o que gerou uma grande polêmica, pois os términos do acordo estabeleciam que, no caso de apresentar-se um conflito entre investidores norte-americanos e entidades estatais colombianas, a controvérsia devia dirimir-se entre os dois governos em um lapso de três meses. Se isso não sucedesse por iniciativa de uma das duas partes, o caso seria submetido a um Tribunal de Arbitragem. Logo, o que deveria ser resolvido à luz do direito privado tornava-se, então, um problema entre dois governos,

¹⁷⁷ ¿Misión imposible? *Semana*, Bogotá, 18 jun. 1985, p. 35; 1985: regular, gracias. *Semana*, Bogotá, 31 dez. 1985, p. 51.

¹⁷⁸ La pasión según el FMI. *Semana*, Bogotá, 2 abr. 1985.

¹⁷⁹ A monitoria foi considerada, nas notícias da época, como o abandono pelo FMI de esquemas mais rígidos, para tentar, depois de 40 anos, uma nova fórmula (1985: regular, gracias. *Semana*, Bogotá, 31 dez. 1985, p. 51).

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 50.

devendo ser resolvido segundo as normas do direito público internacional. O acordo violava, ainda, a Decisão 24 do Pacto Andino, segundo a qual os países membros do Acordo de Cartagena deviam rejeitar acordos que subtraíam os conflitos com as companhias investidoras das respectivas jurisdições nacionais¹⁸¹.

Embora o governo estivesse atravessando uma crise fiscal, no setor energético o país passava por uma das melhores épocas da história recente colombiana. O empréstimo dos Bancos privados¹⁸² estava destinado aos projetos de Carbocol, Ecopetrol, financiamento de importações e capitalização do sistema financeiro¹⁸³. O desenvolvimento, tanto do setor petrolífero quanto do mineiro, dependia do crédito externo.

No entanto, em fevereiro de 1985, doze anos após o chamado choque petrolífero, os preços do petróleo começaram a baixar. Na época, as novas descobertas no Mar do Norte e no Mar Báltico incentivaram a queda do preço por barril: de US\$ 29 por barril, em 1984, a US\$ 28, em janeiro de 1985. O que contrastou com o sucedido durante os anos 1970, quando a OPEP elevou o preço do barril de petróleo de US\$ 1.50, em 1973, a US\$ 34, em 1979¹⁸⁴.

Houve, nessa época, importantes transações no setor petrolífero. Em 1985, a venda de 50% dos interesses da multinacional norte-americana *Occidental Petroleum*, em Cravo Norte, à holandesa *Royal Dutch Shell*, a segunda maior petrolífera depois da *Exxon*. A *Royal* também propôs a compra de entre 10% e 20% da produção de Carbocol, em El Cerrejón, Guajira, departamento situado no extremo norte da Colômbia, assim como a possibilidade de adquirir uma parte das ações da empresa estatal em El Cerrejón. Em 1985, o projeto mineiro mais caro na história da Colômbia, de Cerrejón Zona Norte, iniciava as exportações.

Em relação à agricultura, algumas das medidas tomadas durante o governo Betancur visaram facilitar as condições de crédito aos produtores e distribuidores de alimentos. É claro que nenhuma das medidas visou uma melhoria na distribuição da terra, mas tratava-se de oferecer créditos cujas taxas de interesse fossem subsidiadas e cujos prazos de pagamento fossem favoráveis, além do aumento do pressuposto das importações de bens de capital e, concretamente, de maquinaria agrícola. O salário mínimo urbano foi unificado com o rural, o que levou à aceitação de condições laborais análogas para ambos os setores.

Em março de 1985 Betancur levaria a cabo um “ajuste ministerial”. No Ministério de Agricultura, chegaria Hernán Vallejo Mejía, um dos grandes responsáveis pelo acordo do

¹⁸¹ Valle de lágrimas. *Semana*, Bogotá, 23 abr. 1985.

¹⁸² Que foi finalmente concedido: 914 milhões de dólares durante 1985 e 1986.

¹⁸³ Valle de lágrimas. *Semana*, 23 abr. 1985.

¹⁸⁴ Sacándose el clavo *Semana*, 5 fev. 1985, p. 32.

Chicoral¹⁸⁵, que Betancur queria justamente desmontar no marco da política de paz. No último “ajuste ministerial” do governo de Betancur, foi designado Jorge Carrillo, um sindicalista líder da central operária *Unión de Trabajadores de Colombia* (UTC), como Ministro do Trabalho. Alguns disseram que era uma maneira de acabar com a oposição por parte dos operários à política de austeridade e sacrifícios exigidas pelo acordo com o FMI. Diante do segundo “ajuste” no Ministério de Agricultura – seu predecessor durou só quatro meses –, a Revista *Semana* afirmou: “[...] y ese record de corta duración implica la reiteración del desdén por el tema agrícola que siente no solo este, sino en general todos los gobiernos, quizás porque los réditos del agro en el mercado electoral son a un plazo demasiado largo”¹⁸⁶.

As iniciativas de paz do governo Betancur ocorreram não só em uma situação econômica difícil, mas também em meio a uma mudança importante na política institucional colombiana. Havia surgido, no seio do Partido Liberal, adversário direto do partido do presidente, uma disputa pela figura do dissidente liberal Luis Carlos Galán¹⁸⁷ e seu movimento: o Novo Liberalismo (NL)¹⁸⁸, fundado em 1979. Alguns o culpariam por ter causado a divisão e a derrota do liberalismo, em 1982. O NL era o desafio mais sério que enfrentaria o bipartidarismo desde os tempos de Rojas Pinilla e seu movimento *Alianza Nacional Popular* (ANAPO). Para alguns, ideologicamente, esse não se diferenciaria muito do oficialismo liberal, na medida em que várias das suas demandas seriam as mesmas do Partido Liberal: abertura democrática, reforma agrária, não alinhamento internacional e pagamento da dívida com renegociação das condições. Com isso, a diferença não estaria pautada nos programas, mas na vontade política de levar a cabo o conteúdo desses programas.

A discussão sobre o Novo Liberalismo giraria em torno das chamadas “terceiras forças”, as forças fora dos partidos tradicionais que, historicamente, tiveram uma vida curta, como o republicanismo de Carlos E. Restrepo, a UNIR de Gaitán, a ANAPO de Rojas Pinilla,

¹⁸⁵ O *Pacto de Chicoral* marcou o início de uma contrarreforma agrária. Em 1972, uma comissão bipartidária composta por famílias latifundiárias modificou vários pontos da reforma agrária que o governo iria apresentar ao congresso. Sobre isso, cf. nota 92.

¹⁸⁶ La pasión según el FMI. *Semana*, Bogotá, 2 abr. 1985.

¹⁸⁷ Em 1970, aos 27 anos, Galán foi Ministro de Educação no governo de Misael Pastrana. Em seguida, foi Embaixador da Colômbia em Roma. Co-direcionou a *Revista Nueva Frontera*. Foi senador, em 1978, e vereador de Bogotá, em 1980. Em 1979, junto com Rodrigo Lara e outros parlamentares *antiturbayistas*, fundou o Novo Liberalismo (El reto de Galán. *Semana*, Bogotá, 6 ago. 1985).

¹⁸⁸ Sobre as acusações contra ele de dividir o Partido Liberal, afirma: “El tema de la responsabilidad que pueda darse, porque el Partido Liberal no gane las elecciones del año entrante, es un tema vinculado a muchos episodios y a muchos antecedentes. Ni siquiera al conflicto de ahora, sino a un conflicto que tiene más de 10 años. Está planteado desde entonces, y es la incapacidad del Partido Liberal para reorganizarse, para establecer un pluralismo interno. O sea, que las distintas tendencias puedan articular coaliciones periódicas, entendidas a la manera como se dan en los partidos modernos cuando tienen más allá de una determinada votación. El que gana tiene liderazgo en la línea del partido, pero no el monopolio de su representación” (El reto de Galán. *Semana*, Bogotá, 6 ago. 1985).

e o Movimento Nacional de Betancur. O que quase sempre funcionou foram as “dissidências” liberais, ou os “rebeldes do partido”, os que “dan la batalla por fuera para eventualmente quedarse por dentro”, como Jorge Eliecer Gaitán ou, ainda, Alfonso López Michelsen, que se impuseram dentro de seu próprio partido.

O Novo Liberalismo era dividido em três tendências: uma linha moderada, uma linha mais radical e intransigente com o oficialismo, e uma terceira, a “democrática radical”, a mais intransigente de todas. Em junho de 1985, os militantes do Novo Liberalismo acordaram um programa de abertura democrática, pois diziam que na Colômbia vivia-se uma “democracia restrita”. Isso, de fato, significava uma ruptura com o ex-presidente Carlos Lleras e o Partido Liberal como um todo, que não concordavam com essa ideia¹⁸⁹.

A prova de que a paridade burocrática da Frente Nacional ainda estava vigente nesse período foi uma declaração de Ernesto Samper¹⁹⁰, na época deputado e membro da Direção Nacional Liberal:

[...] finalmente se tocó el tema de la paridad política en la burocracia, sobre la base de un documento elaborado por la [Direção Nacional Liberal] DNL según el cual el 62.64% de los puestos de Comando del gobierno, incluyendo Ministerios, Institutos, Direcciones, Fondos, Bancos y Superintendencias, estaba en manos de los conservadores. Según el estudio, de 91 puestos claves de la administración, 56 estarían en manos de conservadores, 24 en manos de liberales oficialistas y 3 del nuevo liberalismo. Samper le reprochaba que los puestos estuvieran repartidos de manera poco equitativa¹⁹¹.

Outra opção política que surgia com força era a União Patriótica, o partido político criado durante o processo de paz com as FARC-EP. Em algumas regiões, pelo menos em cinco departamentos, a UP havia se aliado com setores oficialistas para a confecção de listas conjuntas de candidatos com vistas às próximas eleições legislativas de março de 1986¹⁹². Sobre essas alianças, Jaime Pardo Leal¹⁹³ afirmou:

¹⁸⁹ O ex-presidente Lleras “[...] se escandalizó de que se hablara de ‘apertura democrática’ cuando, según él, la democracia colombiana ha sido siempre abierta” (1984: saldo en rojo. *Semana*, Bogotá, 25 dez. 1984, p. 46).

¹⁹⁰ Ernesto Samper seria presidente da Colômbia, de 1994 a 1998.

¹⁹¹ Bojote arma un despelote. *Semana*, Bogotá, 28 jan. 1985, p. 23. Como foi mencionado no Capítulo 1 desta dissertação, em 1968, a elite bipartidária prorrogou o sistema da Frente Nacional até o dia 7 de agosto de 1978, isto é, por mais quatro anos. Depois desse ano, as elites asseguraram a continuidade do sistema mediante a inclusão de um parágrafo no Artigo 120 da Constituição de 1886, conhecida como a fórmula de “participação adequada e equitativa”, na qual o segundo partido que obtivesse mais votos em cada eleição teria direito a uma participação na gestão do Estado (RESTREPO PIEDRAHÍTA, 1979).

¹⁹² “En cierto modo, Galán tiene razón cuando califica las alianzas de ‘mecánicas’. Mas alla de los comunicados y la búsqueda de plataformas minimas conjuntas, lo cierto es que solo un interés electoral parece haber llevado a los dirigentes oficialistas Guillermo Plazas, Guillermo Alfonso Jaramillo, Félix Tovar, Alvaro Uribe Vélez y Victor Renán Barco a negociar con la UP” (Dime con quien andas... *Semana*, Bogotá, 28 jan. 1986, p. 24).

¹⁹³ Advogado e dirigente da UP. Foi, por 23 anos, Juiz da República. Fundador e presidente durante 12 anos da *Asociacion Nacional de Empleados Judiciales*. Candidato presidencial pela UP durante as eleições de 1986. Foi

Semana: ¿está usted de acuerdo con las alianzas de la UP con representantes de los partidos tradicionales en diferentes partes del país?

Jaime Pardo Leal: esas alianzas han sido estudiadas muy cuidadosamente y corresponden a nuestra idea de ampliar la cobertura de la democracia en el país; además se inscriben dentro del marco de una manera más racional de hacer política.

Semana: ¿pero no son estos políticos los que ustedes han fustigado toda la vida y han combatido?

Jaime Pardo Leal: nosotros no hacemos alianzas con aquellos con los cuales discrepamos radicalmente. Básicamente aquellos que son partidarios de la democracia y de reformas sociales y que están contra el militarismo son nuestros aliados¹⁹⁴.

Nas eleições legislativas do dia 9 de março de 1986, o grande perdedor seria o *galanismo*, que esperava 1 milhão de votos, mas só obteve 600.000. Em termos porcentuais, isso representava apenas 7%, contra os 37% dos votos obtido pelos conservadores e 48% pelos liberais. Também a UP não teve um bom resultado nessas eleições¹⁹⁵.

O fracasso de Luis Carlos Galán nas eleições legislativas fez com que o líder do Novo Liberalismo se retirasse da disputa eleitoral pela Presidência da República, travada em maio do mesmo ano¹⁹⁶, muito embora ele não tivesse convidado seus eleitores a votarem no candidato do oficialismo, Virgilio Barco Vargas.

Virgilio Barco, aliás, que até as eleições legislativas era visto como uma figura pouco mediática e carismática, começou a ser considerado o grande ganhador das eleições presidenciais¹⁹⁷. Barco disputou essas eleições contra o candidato do Partido Conservador, Álvaro Gómez Hurtado¹⁹⁸, e o candidato da União Patriótica, Jaime Pardo Leal. As eleições presidenciais também evidenciaram uma simpatia pelo candidato da UP e um significativo avanço em relação às anteriores candidaturas da esquerda¹⁹⁹. De fato, nessas mesmas eleições, a União Patriótica obteve resultados significativos, considerando-se que se tratava de um

assassinado em outubro de 1987. Seu assassinato ficou na impunidade, assim como as mortes de outros membros da UP durante os últimos 30 anos.

¹⁹⁴ Jaime Pardo Leal. *Semana*, Bogotá, 18 fev. 1986, p. 32.

¹⁹⁵ Barco a toda maquinaria. *Semana*, Bogotá, 11 mar. 1986, p. 32.

¹⁹⁶ Em agosto de 1985, Barco havia sido designado candidato oficial do Partido Liberal para as eleições de 1986.

¹⁹⁷ “El hombre tímido, que no sabe hablar y que es ajeno a la idiosincrasia del pueblo colombiano, se ha convertido en el gran fenómeno carismático de la política contemporánea y está a punto de ser elegido Presidente de la República por la mayor votación en la historia de Colombia” (Barco superstar. *Semana*, Bogotá, 13 maio 1986, p. 22).

¹⁹⁸ Filho de Laureano Gómez. Foi assassinado em 1995, por motivos desconhecidos.

¹⁹⁹ “El 3.9% de la votación obtenido por el casi desconocido Pardo Leal representa una duplicación de casos anteriores: en 1974 el PC y el entonces activo MOIR, unidos en UNO y con la candidatura de Hernando Echeverry Mejía, obtuvieron un 1.7%. En 1978 tres candidatos (Pernía por el PC, Piedrahita por el MOIR y Socorro Ramírez por los sectores trotskistas) sumaron solamente un 1.9%. Y en 1982 la candidatura única del venerable profesor socialista Gerardo Molina llegó apenas al 1.4%” (Barco tiene la palabra. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 27).

partido que havia sido criado apenas um ano antes. As eleições demonstraram que a UP tinha “existência própria”²⁰⁰, isto é, havia conseguido um grande apoio popular em pouco tempo.

In the May 1986 presidential elections, the UP received almost 400,000 votes, or approximately 4% of the national vote, and emerged as the principal political force in the national territories of Arauca and Guaviare [...] The founding of the UP and its participation in the 1986 elections was the one concrete success of Colombia's democratic opening (CHERNICK, 1989, p. 75-76).

Nessa medida, tal como se havia previsto, no dia 25 de maio de 1986, Barco²⁰¹ ganha as eleições com 58.3% dos votos, isto é, 4.214.510 votos²⁰², convertendo-se, assim, no candidato mais votado da história da Colômbia, superando por 1.600.000 de votos o candidato da oposição Álvaro Gómez, segundo mais votado, com votação bem maior do que os 3.200.000 votos obtidos por Belisario Betancur nas eleições de 1982²⁰³.

²⁰⁰ Nos municípios de Segovia e Remedios (*Alto Nordeste Antioqueño*), a UP havia triunfado nos conselhos municipais: de 10 conselheiros, 6 eram da UP (Las dos caras de la verdad. *Semana*, Bogotá, 20 maio 1986).

²⁰¹ Barco pertenceu à geração liberal de 1947. Todos os cargos ocupados por ele haviam sido cargos públicos: foi secretário de Obras Públicas do Norte de Santander, secretario geral do Ministério de Correios e Telégrafos (com apenas 24 anos). Em 1946, foi conselheiro do município de Durania (Norte de Santander) e, em seguida, conselheiro da cidade de Cúcuta (como suplente de Jorge Eliécer Gaitán), deputado na Câmara por Norte de Santander e senador por Cundinamarca. Ele era chefe do *gaitanismo* em Norte de Santander. Sob a Junta Militar, foi membro do Comitê Bipartidário de Assuntos Econômicos. Durante o governo de Alberto Lleras Camargo (1958-1962), foi Ministro de Obras Públicas e, também, participou no processo de pacificação realizado durante esse governo (o primeiro governo da Frente Nacional). Durante o governo de Guillermo León Valencia (1962-1966), foi Ministro de Agricultura. Além disso, presidiu o Conselho Diretivo do Centro Internacional do Melhoramento do Milho e do Trigo, foi membro do Conselho de Diretores do Banco Mundial. Exerceu a função de embaixador nos EUA durante duas administrações sucessivas: no governo de López Michelsen e no governo de Turbay Ayala, administração durante a qual assinou-se o polêmico tratado de extradição entre a Colômbia e os EUA. Foi pré-candidato liberal para o período 1982-1985, ocasião em que os liberais, no fim das contas, preferiram reeleger López Michelsen (Quién es el verdadero Barco. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 28). Em sua juventude, foi estudante de engenharia civil no MIT, de 1940 a 1943.

²⁰² Álvaro Gómez obteria 36%, ou seja, 2.588.050 de votos; Jaime Pardo Leal, candidato da UP, apenas 4.5%, com 328.752 votos.

²⁰³ Barco tiene la palabra. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 23.

CAPÍTULO 3

Nuestra guerra no es de palabras: a política de paz durante o governo de Virgilio Barco

En Colombia se habla de apertura democrática pero se le teme a la conformación de una verdadera oposición. Nos preciamos de ser la democracia más antigua y más estable de Latinoamérica, pero tenemos que aceptar con sinceridad que mientras uno de los dos grandes partidos, por lo menos, no tome a su cargo dicha función, no podríamos ostentar la continuidad del expresado juicio. La nuestra es una democracia con exagerado acento en lo formal, pero débil e imperfecta en su ejercicio real. Por eso crece el número de los que se decepcionan de ella, como medio para participar en una empresa de cambio verdadero [...] La falta de una verdadera oposición democrática conduce a la oposición armada (BARCO, 1986, p. 24).

Neste capítulo, abordaremos os principais acontecimentos ocorridos durante o governo de Virgilio Barco (1986-1990). Porém, ao contrário das análises correntes sobre os processos de paz, iremos situar tais eventos em um cenário político interno e externo mais amplo. Veremos como, nesse período, mais do que nítidas rupturas, tivemos vários pontos de inflexão.

Do ponto de vista do regime político, com a eleição popular de prefeitos e o esquema governo-oposição, assistimos à continuação do processo de abertura democrática iniciado no governo Betancur. As reformas políticas concertadas com a insurgência durante os diálogos de paz do governo precedente foram relegadas ao segundo plano, e os esforços do governo concentraram-se na aprovação da reforma constitucional e na solução da crise da justiça evidenciada nos assassinatos de membros do poder judiciário – com altas doses de impunidade – e na polêmica em torno da extradição. Foram levadas a cabo, também, as negociações com o M-19 e, já no final do governo, com outras organizações guerrilheiras, o que desembocaria na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1991. Enquanto o governo dialogava com essas guerrilhas, ele mantinha ao mesmo tempo uma guerra contra os grupos armados remanescentes reunidos na *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB). O diagnóstico sobre a natureza da crise política e, por conseguinte, sobre a origem do conflito armado por parte do governo Barco continuou sendo a mesma do governo Betancur, a saber: a de fechamento do regime político, muito embora, ao longo do tempo, essa leitura tenha sofrido algumas mudanças, influenciadas, de alguma maneira, pela participação de um grupo de acadêmicos que considerou o estudo da violência política como secundário e priorizou o estudo de outras violências, e pela *guerra sucia* que propiciou uma leitura do paramilitarismo e da guerrilha como “problemas” – naturalizando, assim, a origem de ambos

os fenômenos²⁰⁴. É interessante dizer que, no cenário internacional, ocorreu uma mudança radical nas políticas externas dos EUA e da URSS. Os EUA substituíram o discurso anticomunista pelo da guerra contra as drogas – isso, em um quadro de maior campanha de extermínio contra um partido político de esquerda na Colômbia e na América Latina, como um todo, e no âmbito da maior crise política da história colombiana contemporânea.

3.1. O contexto internacional e a luta contra o narcotráfico

O governo Barco atuou em um cenário internacional muito diferente do enfrentado por Betancur. Cabe destacar, sobretudo, a aproximação entre os governos de Reagan e o de Gorbachev em um contexto de profundas transformações na União Soviética. Neste país, foram criadas medidas tendentes à “modernização econômica”, mais conhecidas como *perestroika*. A política do *glasnost* (transparência) foi introduzida no discurso de Gorbachev diante do PCUS, em janeiro de 1987, o que significou, entre outras coisas, a ampliação da democracia interna do partido.

Um assunto que ocupou boa parte das agendas políticas estadunidense e soviética no período final do governo Reagan (1987-1989) foi a discussão em torno do desarmamento na Europa. Uma das propostas nesse sentido foi lançada em março de 1987: eliminar os mísseis de alcance médio nesse continente²⁰⁵.

Poderíamos dizer que essa aproximação entre os EUA e a URSS, além de ter sido facilitada pelas mudanças concretas que ocorriam no interior da União Soviética, também o

²⁰⁴ Isso significa que a origem de ambos os fenômenos já não estaria vinculada ao regime político – como fizeram o governo Betancur e, em menor medida, o governo Barco –, mas se tornariam fenômenos independentes, com existência própria. A matriz discursiva do conflito armado colombiano está constituída por um conjunto de termos – narcoguerrilha, narcoparamilitarismo, subversão de direita e, mais recentemente, terrorista, narcoterrorista etc. – cuja gênese precisa ser revelada. Faz-se necessário, então, retornar aos momentos históricos que permitiram o surgimento desses termos para entender esse discurso naturalizador que tem, entre outras, as seguintes características: desconhece as particularidades geográficas, sociais, econômicas e políticas de cada uma das regiões da Colômbia; ou, então, usa categorias dicotômicas, como regiões ricas e regiões pobres, desconsiderando as relações de produção específicas que existem em cada uma delas. Longe de apresentar-se como processo homogêneo, em algumas regiões, houve processos organizativos que a UP consolidaria, permitindo-lhe ganhar um número significativo de cargos políticos nas eleições locais de 1988. Cf. NOIRIEL, Gérard. L’immigration : naissance d’un « problème » (1881-1883), *Revue Agone*, n. 40, 2008.

²⁰⁵ A proposta dizia: “que las dos potencias eliminen, en el curso de 5 años, todos los misiles de alcance medio que tienen sembrados en territorio europeo, incluida la región europea de la Unión Soviética” (Gorbachev destapa sus cartas. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 38). No final de setembro de 1987, estabeleceram-se as bases para um acordo de desarmamento. No dia 24 de novembro, as duas potências ultimaram em Genebra os detalhes sobre o primeiro tratado de desarmamento nuclear da década. O tratado sobre a redução do arsenal nuclear foi assinado no dia 8 de dezembro (Conteo regressivo. *Semana*, Bogotá, 1 dez. 1987, p. 50; El Gorbashow. *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 52. *Acuerdo de reduccion de misiles de alcance intermedio*).

foi pelos acontecimentos ocorridos durante o escândalo do Irán-*contra-gate*²⁰⁶, que haviam abalado severamente o prestígio do governo Reagan²⁰⁷. Ao escândalo do *Irangate*²⁰⁸, em novembro de 1986, somou-se o *Contra-Irangate*²⁰⁹, o maior escândalo político durante os seis anos do governo Reagan. O apoio de Reagan aos *contras* continuou sendo o mesmo durante o quadriênio 1986-1990; no entanto, em meio a tal crise de desprestígio e com um Congresso cada vez mais oposto a suas políticas, a ajuda tornou-se cada vez mais clandestina. Com o objetivo de impedir que a Nicarágua se tornasse uma “base militar soviética”, Reagan conseguiu, em junho de 1986, que a Câmara aprovasse a ajuda de 100 milhões de dólares para os *contras* nicaraguenses, depois da mesma ter rejeitado a ajuda em março²¹⁰. A aprovação desse auxílio oficializou o que foi conhecido como a “Doutrina Reagan”. Contudo, no final de seu mandato, esse apoio se viu enfraquecido. Apesar da interdição por parte do Congresso dos EUA de subministrar com armas e provisões os *contras*, o governo de Reagan e as diferentes agências mantiveram operações encobertas com a ajuda de mercenários e de outros governos centro-americanos²¹¹. Em outubro de 1986 foram descobertos os casos de envio de armas dos Estados Unidos para os *contras* nicaraguenses de forma clandestina. O fato do Partido Democrata ter ganhado as eleições legislativas no dia 4 de novembro de 1986 – consolidando-se, assim, como força majoritária no Congresso dos EUA – não foi um impedimento para que Reagan continuasse ajudando os *contras* de forma ilegal. A ajuda continuou mesmo apesar das tentativas de paz de Contadora, primeiro, e do Acordo de Esquipulas, depois. Após a *cumbre* de chanceleres no início de abril de 1986, no Panamá, e seu fracasso, o grupo de Contadora²¹² perdeu cada vez mais margem de manobra, em parte devido à persistência do governo Reagan em financiar os *contras*²¹³.

²⁰⁶ Os Estados Unidos vendiam armas aos israelenses. Os israelenses, por sua vez, vendiam essas armas aos iranianos por uma soma maior. O dinheiro que os EUA acertavam com os israelenses era enviado para uma conta bancária na Suíça. Os comerciantes israelenses ficavam com uma porcentagem, sendo que o resto seguia para uma conta na Suíça em nome dos *contras* (La embarrada de Reagan. *Semana*, Bogotá, 2 dez. 1986, p. 53).

²⁰⁷ Haciendo las paces. *Semana*, Bogotá, 5 maio 1987, p. 30. “Debilitado por el Irán-*contra-gate*, presionado por un Congreso de mayoría democrática y apabullado por la debacle del Wall Street y el espectro de una nueva recesión mundial, Ronald Reagan necesita algo para mostrar al término de su mandato y en opinión de los soviéticos está dispuesto a ‘pagar’ por un resultado” (Gorbachov a la Casa Blanca. *Semana*, Bogotá, 3 nov. 1987, p. 40).

²⁰⁸ Empieza Cristo a padecer. *Semana*, Bogotá, 25 nov. 1986, p. 60; La embarrada de Reagan. *Semana*, Bogotá, 2 dez. 1986, p. 53.

²⁰⁹ Ver, também: The Iran-Contra Report; Key Sections of Document: The Making of a Political Crisis. *The New York Times*, New York, 19 nov. 1987.

²¹⁰ La constancia vence... *Semana*, Bogotá, 1 jul. 1986, p. 42.

²¹¹ Todos los caminos conducen a Washington. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 68. Os *contras* continuariam suas atividades de desestabilização até, aproximadamente, agosto de 1989 (Los últimos días de la *contra*. *Semana*, Bogotá, 15 ago. 1989).

²¹² Acta de defunción. *Semana*, Bogotá, 10 jun. 1986, p. 40.

²¹³ Por la gracia de Dios. *Semana*, Bogotá, 22 set. 1987, p. 39.

Como se isso não tivesse sido suficiente, em abril de 1987, foi descoberta a chamada conexão narco-*contra*-CIA²¹⁴, ou escândalo do *Coca-gate*. Os aviões que deixavam ilegalmente armas e provisões para os *contras* nicaraguenses, no regresso, eram usados para transportar droga para os EUA²¹⁵. Tudo isso, em um momento em que nos EUA aumentavam exponencialmente os consumidores de drogas (maconha, cocaína, heroína e *crack*). No final de novembro de 1986, apareceu na revista *Semana* a reprodução de um artigo da revista estadunidense *Fortune*, cujo título era: “50 chefes da máfia”. Nele, a revista constatava que a máfia estava perdendo terreno nos EUA devido, entre outras coisas, à competência da máfia colombiana. Nesse momento, a revista afirmava que um dos narcotraficantes mais poderosos era Carlos Lehder, cujas vendas semanais de cocaína podiam oscilar entre 500 e 1.000 quilos, o que significava um lucro semanal entre 160 e 320 milhões de dólares²¹⁶. No início de 1987, o Cartel de Medellín²¹⁷ chegaria a abastecer cerca de 80% da cocaína consumida nos Estados Unidos²¹⁸.

A ajuda do governo Reagan aos *contras* nicaraguenses e a luta contra as drogas marcaram o debate em torno da soberania nacional das nações latino-americanas. Vimos no capítulo precedente que, com a chegada de Reagan à presidência dos EUA, em 1981, a política externa dos EUA em relação à América Latina sofreu uma mudança²¹⁹. Nesse contexto, desenvolveu-se a operação *Blast Furnace* na Bolívia, em julho de 1986, assim como outras intervenções – ou invasões – que os Estados Unidos fariam nos países latino-americanos para ajudar a controlar o problema das drogas²²⁰.

Na Colômbia, a luta contra o narcotráfico ocupou as primeiras páginas dos jornais desde o início do governo Barco. Os narcotraficantes haviam iniciado uma luta contra o Estado, em parte devido à lei de extradição – pelo menos esse parecia ser um dos eixos da

²¹⁴ “Que un presidente cuya prioridad es la lucha contra el terrorismo negocie en secreto armas por rehenes, es de por si bastante grave. Pero si a esto se suma que, siendo su otra prioridad la lucha contra el narcotráfico, sus subalternos participan en el trafico de drogas, la cosa es devastadora” (El coca-gate. *Semana*, Bogotá, 14 abr. 1987, p. 35).

²¹⁵ “Si el *Irangate* puede ser considerado un error político y el *Contragate* una maniobra ilegal, el ‘Coca-gate’, de comprobarse íntegramente, puede llegar a ser una acción abiertamente criminal” (El coca-gate. *Semana*, Bogotá, 14 abr. 1987, p. 28).

²¹⁶ US\$ 6.000,00 por quilo (El crimen sí paga. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 111).

²¹⁷ O Cartel de Medellín era composto pelos maiores narcotraficantes colombianos: Pablo Escobar, os irmãos Ochoa Vásquez, Carlos Lehder e José González Rodríguez Gacha. Pablo Escobar era considerado o braço político do Cartel, e Rodríguez Gacha seu braço armado. Depois da morte do último, em novembro de 1989, surgiu uma nova figura, Fidel Castaño, que substituiu Gacha. Fidel Castaño, e mais adiante seus irmãos, Vicente e Carlos Castaño, formaram o maior exército paramilitar da história da Colômbia.

²¹⁸ Uns 8 mil milhões de dólares por ano (Los carteles de la coca. *Semana*, Bogotá, 17 fev. 1987, p. 28).

²¹⁹ Um dos principais erros dos EUA, segundo Reagan, foi ter cedido a zona do canal do Panamá (El canal de la discordia. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 64).

²²⁰ A invasão a Panamá, no dia 20 dezembro de 1989, constituiu também uma grave violação da soberania panamenha (¡Invasión! *Semana*, Bogotá, 26 dez. 1989, p. 22).

luta. Os assassinatos não pararam: foram assassinados policiais, militares, políticos, militantes e todos os que se interpuseram no caminho²²¹. No dia 17 de novembro de 1986, foi assassinado o coronel Jaime Ramírez, um sinal de alerta para o governo, pois ele era uma das figuras mais importantes na luta contra as drogas²²². Por tal motivo, quando foi apresentado ao Congresso, o projeto de lei contra a extradição, como uma maneira de parar os assassinatos, o governo não soube como reagir²²³. Reconhecia-se que, embora o tratado de extradição violasse os mais elementares direitos dos extraditados e, ao mesmo tempo, a soberania nacional, essa era a maneira mais eficaz de enfrentar o narcotráfico. Contudo, não foi possível levar adiante a proposta do senador Nader, já que, em 12 de dezembro de 1986, a Corte Suprema declarou inexecutável a lei que havia aprovado o Tratado de Extradicação entre a Colômbia e os Estados Unidos (Lei 27 de 1980²²⁴). Ainda assim, dois dias depois, no dia 14 mais precisamente, o presidente Virgilio Barco sancionou a Lei 27 e restabeleceu a extradição, por meio da Lei 68 de 1986. Esse primeiro embate em torno da lei de extradição no início do governo Barco evidenciou uma tensão que perdurou ao longo do seu governo: a tensão entre o Executivo e o Judiciário.

O assassinato do diretor do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano²²⁵, três dias depois, em 17 de dezembro de 1986, comoveu o país; vários protagonistas da vida política nacional afirmaram, então, que a luta contra o narcotráfico devia ser a maior preocupação nacional. No entanto, o presidente Barco não podia recorrer ao estado de sitio porque o país já estava mergulhado na exceção desde o assassinato do Ministro de Justiça Rodrigo Lara Bonilla, no dia 30 de abril de 1984, início formal da guerra contra o narcotráfico. Fazia-se necessário, portanto, recorrer a medidas não convencionais. O extermínio dos funcionários da justiça por parte do narcotráfico fazia o governo pensar que talvez fosse necessário criar outros tribunais de justiça com medidas de segurança e capacidades jurídicas diferentes. As dificuldades na

²²¹ As redes do narcotráfico eram tão sistemáticas e organizadas que, no dia 13 de janeiro de 1987, Enrique Parejo González, Embaixador da Colômbia na Hungria, seria alvo de um ataque na cidade de Budapeste (La guerra llega a Budapest. *Semana*, Bogotá, 20 jan. 1987, p. 24).

²²² Alguns dias depois, apareceu um comunicado de *Los extraditables*, cujo lema era: “Preferimos una tumba en Colombia a un calabozo en los Estados Unidos”. Na carta, afirmavam que: “Prometemos en forma solemne, ante la Iglesia Católica y ante el pueblo colombiano, que prohibiéndose jurídicamente la extradición de nacionales, suspenderemos de manera inmediata nuestras acciones militares contra los extraditadores” (La guerra es a muerte. *Semana*, Bogotá, 25 nov. 1986, p. 31).

²²³ O projeto foi proposto pelo Senador Jorge Elias Nader. Segundo um comentário da revista *Semana*: “Aprobarlo significa hacerle el juego a la mafia y no hacerlo, volverse su enemigo” (La papa caliente. *Semana*, Bogotá, 2 dic. 1986, p. 27).

²²⁴ Trata-se do tratado subscrito entre Colômbia e EUA no dia 14 de setembro de 1979 (Tratado Barco-Vance) e aprovado por intermédio da Lei 2 de 1980: “No se trataba de un tratado más de extradición, sino del primero que rompía la tradición jurídica del país que, desde los comienzos mismos de la República, prohibía la entrega de ciudadanos a gobiernos extranjeros” (Cómo se cayó la extradición. *Semana*, Bogotá, 16 dez. 1986, p. 34).

²²⁵ Foi um dos primeiros de uma série de assassinatos durante o governo Barco (¡De pie! *Semana*, Bogotá, 23 dez. 1986, p. 31).

luta contra o narcotráfico residiam, também, ao que parece, na existência de nexos entre a Polícia de Antioquia e os narcotraficantes. Frente a essa realidade, pensava-se que uma solução seria a criação e o treinamento de uma força especial, com melhores salários e melhor armamento, tomando como exemplo o caso italiano na sua luta contra a máfia²²⁶.

No entanto, para o governo, ficava claro que não se tratava mais de uma guerra convencional; tratava-se, isso sim, de 27 milhões de colombianos contra alguns poucos narcotraficantes que não contavam com nenhum tipo de representação. A partir desse momento, o governo tomou medidas para superar a incapacidade da justiça ordinária para enfrentar tais situações. Uma delas foi o Decreto 3671 de 1986²²⁷, que transferiu os delitos relacionados ao narcotráfico à justiça penal militar.

Já vimos como o contundente triunfo do liberalismo nas eleições legislativas e presidenciais de 1986 permitiram que, ao contrário do acontecido com Belisario Betancur, o *barquismo* se consolidasse como força sólida desde o início do governo. Estabeleceu-se como uma potência no Congresso com a eleição do Presidente da Câmara, o senador liberal de Guajira, Román Gómez Ovalle, e a reeleição do Controlador Geral da República, Rodolfo González García²²⁸. Assim, Barco contou com a maioria no Congresso, teve mais recursos econômicos e maior liberdade para definir o programa de governo. A composição do gabinete deu lugar a várias especulações; finalmente, desde o início do seu governo, percebeu-se que o gabinete seria mais tecnocrático do que político.

Com o objetivo de modernizar a forma de fazer política, desde o início do seu mandato, o presidente Barco instaurou um estilo de governo radicalmente diferente do ex-presidente Betancur. O estilo de Barco esteve mais caracterizado pelo silêncio, pelo mistério,

²²⁶ El dossier de Medellín. *Semana*, Bogotá, 27 jan. 1987, p. 26.

²²⁷ Também os Decretos 3664, 3665, 3667, 3668, 3669, 3788 e 3673 (Mucho ruido y poco ‘capo’. *Semana*, Bogotá, 13 jan. 1987, p. 26). A Corte Suprema declarou inconstitucional o decreto 3671, no dia 5 de março de 1987: “[l]a Corte conceptuó que no hay razón para que los militares juzguen a los civiles en ninguna circunstancia, ni en tiempo de paz ni en tiempo de guerra, ni bajo estado de sitio ni fuera de él” (El porrazo. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 27). Sobre a relação entre guerra e justiça na análise do conflito colombiano, em particular durante a crise da justiça entre 1987 e 1992, cf. o Capítulo III do *Informe ¡BASTA YA! “Guerra y justicia en la sociedad colombiana”*. Nesse capítulo, explica-se a declaração de inconstitucionalidade de alguns decretos por parte da Corte Suprema de Justiça no contexto de um recrudescimento da guerra interna, a partir do assassinato de Lara Bonilla, no dia 30 de abril de 1984. Depois desse assassinato, Betancur declarou o estado de exceção e expediu alguns decretos para que a justiça penal militar pudesse julgar os delitos relacionados ao narcotráfico. Nesse sentido, o narcotráfico começou a ser considerado como problema de ordem pública, da mesma forma como a luta guerrilheira. “En cierto sentido, la guerra contra el narcotráfico rehabilitó y fortaleció mecanismos excepcionales de control del orden público – que se entendía turbado por las disidencias políticas – en un contexto de recrudescimiento de la guerra sucia” (p. 211). A sentença do dia 5 de março de 1987 seria uma das primeiras expressões da independência judicial que, por muito tempo, havia sido subordinada à jurisdição castrense (p. 204).

²²⁸ Considerava-se que o fato de o Controlador ser um liberal podia ser uma vantagem em termos de gestão econômica, o que havia sido um obstáculo no governo de Betancur (Las brisas de pamplonita. *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 47).

pela distância em relação aos ex-presidentes e pela consulta permanente a algumas pessoas-chaves de seu entorno: um grupo de conselheiros conhecido como o *Sanedrín*²²⁹ de Barco. No governo, houve uma alta presença de funcionários formados pela *Universidad de Los Andes*²³⁰, entre eles quatro ministros, César Gaviria, Fernando Cepeda, Guillermo Perry e Miguel Alfonso Merino. Assim, começou a perfilar-se uma mudança ideológica²³¹, pois a *Universidad de Los Andes* caracterizava-se por formar tecnocratas²³².

Em matéria econômica, Barco continuou, pelo menos nos últimos meses de 1986, na senda econômica traçada por Belisario Betancur. Como mencionamos no capítulo anterior, no final desse governo e depois de 12 meses de análise, em julho de 1986, foram conhecidos os resultados da missão Chenery²³³ sobre emprego na Colômbia. Sua recomendação mais geral era a seguinte: para diminuir a taxa de desemprego era necessário um maior crescimento econômico²³⁴. O que significava, em termos numéricos, gerar cerca de 440 mil empregos por ano, até 1990²³⁵. A política macroeconômica devia estar apoiada em três elementos: a geração de divisas para estimular o setor externo da economia, combinando uma política de substituição de importações e promoção das exportações; a elevação das taxas de inversão e poupança; e a redistribuição do gasto público para setores que requeriam mais mão-de-obra, como as obras de infraestrutura. Mais do que em reformas da legislação trabalhista, a solução ao problema do desemprego estava na redefinição das políticas macroeconômicas globais.

A dívida externa durante o governo de Virgilio Barco continuou sendo um tema central de discussão. No entanto, a Colômbia virou o país modelo em termos da aplicação do Plano Baker²³⁶, plano desenhado para solucionar o problema da dívida externa na América

²²⁹ “Según [Mario] Latorre el alma de ese consejo era Gustavo Vasco. Además de Vasco y Latorre, figuraban en él Fernando Cepeda, Rafael Rivas, Juan José Turbay, César Gaviria, Eduardo Mestre y el contralor Rodolfo González” (¿Qué es el Sanedrín? *Semana*, Bogotá, 21 out. 1986, p. 35). Em abril de 1988, o *Sanedrín* seria substituído por Fernando Cepeda (El cependín. *Semana*, Bogotá, 5 abr. 1988, p. 22). Já no final do governo de Barco, falava-se no “Kinder de Barco” ou *Barco-boys*, grupo de assessores muito jovens: “casi todos bordeando los 30 años, casi todos del Gimnasio Moderno, casi todos de [la Universidad] los Andes, casi todos con master y casi todos pupilos de Cepeda”. Seus integrantes eram: Gabriel Silva, Rodrigo Pardo, Rafael Pardo, Manuel Cepeda, Enrique Peñalosa Jr. e Eduardo Wills (El Barco-boy. *Semana*, Bogotá, 16 maio 1989, p. 40).

²³⁰ A cota da *Universidad de Los Andes* não foi a única; também o jornal *El Tiempo* pôs sua cota, pois alguns dos mais importantes colunistas colaboraram com o governo (Confidencial, *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 25).

²³¹ Nos governos anteriores, houve uma preponderância de funcionários formados pela *Universidad Javeriana*, caracterizada por formar políticos profissionais.

²³² Los Andes al poder. *Semana*, Bogotá, 2 set. 1986, p. 24.

²³³ Do nome do coordenador do estudo: Hollis Chenery da Universidade de Harvard (Misión difícil. *Semana*, Bogotá, 22 jul. 1986, p. 28).

²³⁴ Com uma taxa de desemprego de 15,1% em 1986, a cifra mais alta na história da Colômbia, a única solução, diziam os expertos, era o crescimento econômico.

²³⁵ Crecer o morir. *Semana*, Bogotá, 29 jul. 1986, p. 34.

²³⁶ O Plano Baker foi lançado por James Baker em Seul em 1985. “La idea consistía en aumentar los recursos del Banco Mundial y prestárselos a los países en desarrollo, con fondos adicionales proveídos por la banca privada y con la participación policívica del FMI, el cual influiría sobre el diseño de las políticas macroeconómicas globales.

Latina²³⁷. Embora o governo de Virgilio Barco fosse constantemente pressionado a negociar a dívida externa de forma conjunta com outros países da região – como em maio de 1987 –, Barco sempre considerou que a Colômbia encontrava-se em ótimas condições para negociar de forma independente²³⁸. Colômbia foi a exceção, *una buena casa en un mal vecindario*²³⁹:

Pero la realidad es que casi ningún país del Tercer Mundo ha manejado con tanta responsabilidad, con tanta continuidad administrativa de personajes y políticas, su desarrollo económico como Colombia. Y sobre todo, ninguno lo ha hecho manteniendo el sistema democrático, con todo y lo imperfecto que pueda ser el colombiano²⁴⁰.

Com a nomeação do novo gabinete, em agosto de 1986, os analistas não duvidaram em afirmar que estavam por chegar novas tendências em matéria econômica, sobretudo nos seguintes temas, considerados mais urgentes: a reorientação do gasto público para áreas sociais; o problema do desemprego; a nova reforma tributária; a reforma urbana e a reforma agrária²⁴¹. O objetivo da reforma agrária não era a redistribuição das terras, mas garantir os mecanismos de mercado, melhorar a infraestrutura e facilitar as condições de crédito.

Aunque contó con el respaldo de los gobiernos más poderosos, ningún banco ha apoyado explícitamente el plan Baker hasta ahora. Tal vez la única nación que lo puso en práctica sin quererlo fue Colombia” (De Colombia viene un Barco... *Semana*, Bogotá, 23 set. 1986, p. 39). A “participación policiva” do FMI diz respeito à polémica monitoria trimestral do FMI iniciada no governo Betancur e finalizada em 31 de dezembro de 1986. A política econômica colombiana dependia em grande medida do conteúdo dos relatórios do FMI.

²³⁷ Depois do Plano Baker, no dia 10 de março de 1989, chegaria o Plano Brady. Nicholas Brady era o secretário do Tesouro dos EUA. “Como se sabe la iniciativa consiste, en términos globales, en promover los esquemas de reducción de la deuda que han utilizado países como Bolivia o Chile, aprovechando los descuentos que se ofrecen en el mercado internacional de pagarés” (El camino es culebrero. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 36). Em uma entrevista, Rudiger Dornbusch, professor do MIT, dizia: “La respuesta es el Plan Brady que me recuerda la historia del senador al cual le preguntaron qué debían hacer los Estados Unidos en Vietnam. El senador respondió que había que ‘declarar la victoria y salirse’, y yo pienso que eso es exactamente el Plan Brady, una retirada estratégica de los Estados Unidos. O sea: no es que Washington haya decidido hacerle un favor al resto del mundo, sino que se está saliendo de una situación muy difícil, dejándole a los países deudores la tarea de defenderse por sí solos” (“El Plan Brady no es un regalo de navidad”. Entrevista a Rudiger Dornbusch. *Semana*, Bogotá, 4 abr. 1989, p. 42).

²³⁸ Essa poderia ser quicá uma das maiores diferenças com o governo de Belisario Betancur, que esteve sempre disposto a negociar a dívida de forma conjunta (Todos a una. *Semana*, Bogotá, 12 maio. 1987, p. 34).

²³⁹ Más Concorde que Jumbo. *Semana*, Bogotá, 28 jul. 1987, p. 47. Em 1987, uma quarta parte do pressuposto estava destinado ao pagamento da dívida (A dónde va la plata. *Semana*, Bogotá, 11 ago. 1987, p. 37). No final de 1987, chegaria o empréstimo Concorde (1 bilhão de dólares): “De los US\$ 1.000 millones, un total de US\$ 600 millones se destinarán al programa de economía social de la administración Barco, especialmente el Plan Nacional de Rehabilitación; US\$ 200 millones para Carbocol (El Cerrejón) y US\$ 200 millones para la Financiera Eléctrica Nacional que irán a la vez hacia empresas del sector eléctrico que sigue desajustado y que requiere no sólo unos US\$ 150 millones extras sino someterse a otro plan de ajuste, porque el que está en aplicación no se cumplió” (Aterrizó el “Concorde”. *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 44). Uma das cláusulas dizia que o crédito seria declarado vencido se a Colômbia renegociasse sua dívida externa. “Expertos en el sector externo explican que Colombia se dejó atar las manos y que el manejo soberano de su política de endeudamiento fue entregado sin vacilación al extranjero” (*Ibidem*, p. 49).

²⁴⁰ La nueva Colombia. *Semana*, Bogotá, 27 set. 1988, p. 36.

²⁴¹ Las brisas de pamplonita. *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 47. A reforma urbana seria aprovada no período legislativo de 1988.

Já em matéria política, as prioridades eram as seguintes: regulamentar a eleição popular de prefeitos²⁴²; reformar o célebre artigo 120 da Constituição²⁴³, que “estendeu” o espírito da Frente Nacional, e também o artigo 121 relativo ao Estado de Sítio; e criar a circunscrição nacional que garantisse a presença de grupos minoritários no Congresso²⁴⁴.

A primeira das reformas e a mais prioritária foi a reforma tributária. Tratou-se de um dos grandes triunfos do Ministro de Fazenda, César Gaviria. Alguns, como o ex-presidente Misael Pastrana, não duvidaram em comparar a reforma com o projeto que havia sido aprovado pelo Congresso dos EUA nesses dias²⁴⁵.

Em relação à reforma agrária, é interessante destacar as críticas feitas contra o projeto. Eram tantas as pressões dos proprietários agrários que a maneira como foi feita a reforma para que a mesma não fosse bloqueada foi pagando o valor comercial dos prédios – no caso de uma reforma urbana ou “expropriação de prédios urbanos” – e da terra – no caso de uma reforma agrária ou “expropriação de prédios rurais”. Bem diferente, portanto, do que deveria ser o objetivo de uma reforma agrária: a transformação profunda da estrutura da posse da terra²⁴⁶. O projeto de reforma agrária foi finalmente aprovado em dezembro de 1987²⁴⁷.

²⁴² Regulamentar o Ato Legislativo n. 1 de 9 de janeiro de 1986 que reformava o artigo 171 da Constituição. Com o transcurso dos eventos – a continuação do plano de extermínio contra a UP e o incremento dos massacres –, uma das principais prioridades do governo foi a de reformar o aparato judicial, tanto em termos de dotá-lo de mais recursos, quanto de reformá-lo para que esse fosse mais eficiente.

²⁴³ “Para preservar [...] con carácter permanente el espíritu nacional en la rama ejecutiva [...] el nombramiento (de ministros y altos funcionarios) se hará en forma tal que se de **participación adecuada y equitativa** al partido mayoritario distinto al del Presidente de la República” (¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 22, grifo nosso). As disposições desse artículo estavam vigentes desde o dia 7 de agosto de 1978.

²⁴⁴ Comienza la luna de miel. *Semana*, Bogotá, 19 ago. 1986, p. 23.

²⁴⁵ Interessante a resposta à pergunta sobre se a reforma tinha sido copiada de outros países: “Estamos convencidos de que lo nuestro es una coincidencia intelectual con cosas que están ocurriendo en muchos otros países del mundo, entre ellos los Estados Unidos, que es con el que comparan porque es donde han logrado sacar adelante el proyecto. Lo que pasa es que hay un clima a nivel mundial que tiende hacia lo que se está buscando aquí” (“Estamos en plan de simplificar”. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 43). Ainda mais categórico foi Richard Musgrave, economista estadunidense e diretor da proposta de reforma tributaria, finalmente aplicada em 1974 na Colômbia, dizendo que: “la propuesta colombiana es más ambiciosa al plantear el desmonte de la doble tributación, que en Estados Unidos se conserva y la posibilidad de reajustar ciertas rentas por los índices de inflación. En cambio, una de las cosas que me molesta es que aquí parece que al público se le ha pedido que acepte la reforma sin darle información sobre el impacto que esta va a tener. La impresión que yo tengo es que si se dan datos, se vería que en Colombia las personas de altos ingresos se beneficiarían más que las de ingresos medios. Si eso es bueno o malo, queda para discusión. Yo creo que para este país, con la distribución del ingreso que tiene, eso no es bueno” (“La reforma colombiana es más ambiciosa que la norteamericana” Entrevista a Richard Musgrave. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 51). Essa impressão seria confirmada em março de 1990, quando Gaviria é eleito candidato oficial do Partido Liberal para as eleições de maio de 1990: “Otro golpe donde su audacia política quedó evidenciada fue el manejo que le dio a la reforma tributaria en la legislatura de 1986. Siguiendo los vientos del mundo en ese momento, comenzando por los de Reagan, Gaviria, entonces Ministro de Hacienda, presentó una reforma tributaria de derecha: inspirado mas en Gómez Hurtado que en Gaitán, la carta del gobierno era que dándole un alivio a los ricos, el ponqué se agrandaba y todos podían comer de él” (La revolución de marzo. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 27). A reforma teve o apoio dos principais grêmios do país, como a ANDI e FENALCO (A César lo que es de César. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 37).

²⁴⁶ “A pesar de que la controversia es la marca de fábrica del Parlamento, el tema de la tenencia de la tierra en Colombia es uno de los que más levanta ‘ampolla’. Y eso que ya han pasado más de 55 años desde que los

Crescimento econômico e desenvolvimento social seriam duas estratégias centrais do governo Barco para gerar ingressos. O desenvolvimento social tinha três ferramentas ou componentes básicos: a erradicação da pobreza absoluta, o *Plan Nacional de Rehabilitación* (PNR) e o desenvolvimento camponês²⁴⁸. Cabe destacar a interligação entre a estratégia econômica e a estratégia política, o que dificultaria ainda mais a cisão entre o modelo de negociação e a dinâmica política colombiana:

La aplicación del Plan [PES] exige un cambio político, según el presidente Barco, pues requiere “no sólo que se establezcan relaciones diferentes entre la ciudadanía y el Estado y entre los partidos políticos y la administración, sino además, que se modifiquen las formas y las metas de intervención del Estado”. El esquema gobierno-oposición se justifica dentro de esta óptica, así como los cambios políticos dirigidos a ampliar las bases de una democracia participativa²⁴⁹.

Esta breve descrição do contexto político e econômico no início do governo Barco nos permite entender melhor, agora, o redesenho da política de paz com os grupos armados.

3.2. A política de paz com a guerrilha: continuidades e renovação

Como já mencionado, a política de paz do governo Barco distanciou-se da política do governo anterior. Mas, qual seria a crítica fundamental desse governo em relação ao modelo anterior? Ora, a crítica continuou operando, tal qual a política de Betancur, na chave da crise de legitimidade do regime político; mas se distanciou dela na medida em que considerou que o governo anterior não efetuaría uma abertura democrática suficiente para legitimar o processo de paz. O governo Barco reconhecia, como o de Betancur, as “causas objetivas” da violência; mas distanciava-se dele em função do modo como combater essas causas, pois Betancur legitimou a insurgência reconhecendo a exclusão histórica e política de setores sociais dos quais a guerrilha era porta-voz. Assim, ao mesmo tempo em que reconhecia as “causas objetivas” que haviam de alguma forma propiciado o levantamento armado, a política de paz do governo Barco as incorporava dentro de uma política de governo mais ampla, chamada *Plan Nacional de Rehabilitación* (PNR), que não era outra coisa que a expansão dos deveres e tarefas do Estado de bem-estar nas regiões e territórios mais afastados.

partidos tradicionales se dieron cuenta de que el desequilibrio de la propiedad existente en el sector rural fue uno de los factores determinantes de ‘la violencia’” (¡¡Tierra, tierra...!! *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 48).

²⁴⁷ Pistola al aire. *Semana*, Bogotá, 22 dez. 1987, p. 26.

²⁴⁸ En el mismo Plan. *Semana*, Bogotá, 1 set. 1987, p. 34. O plano de desenvolvimento do governo de Virgilio Barco chamava-se: *Plan de Economía Social* (PES).

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 35.

Nessa redefinição da política de paz, havia alguns objetivos muito claros que precisavam ser retomados: o principal deles era recuperar a credibilidade na necessidade do diálogo com a insurgência – nesse sentido, o problema da multiplicação das comissões precisava ser resolvido²⁵⁰. Assim, a primeira medida foi eliminar as comissões e produzir uma mudança semântica, de modo a substituir a palavra paz – muito associada aos diálogos do governo precedente – por três conceitos, *reconciliação*, *normalização* e *reabilitação*, criando com isso um organismo que dependesse diretamente do Presidente e que estaria encarregado da normalização e da reabilitação das zonas de violência: a *Consejería Presidencial para la Reconciliación, Normalización y Rehabilitación*. Carlos Ossa Escobar²⁵¹ foi nomeado *Consejero Presidencial para la paz*.

Essas três palavras continham a essência das ações do governo: a palavra *reconciliação* significava incluir no diálogo outros setores sociais do país, sobretudo os setores que moravam nas regiões mais afastadas do território nacional. Isto é, significava que a guerrilha não representava nenhum setor social. A segunda palavra, *normalização*, significava reivindicar a democracia e os canais institucionais para resolver a violência e, de maneira mais geral, os protestos e as inconformidades sociais. A terceira palavra, *reabilitação*, estava atrelada à ativação do PNR, cujo objetivo era levar o investimento às zonas de violência (PARDO, 1996).

Outro objetivo era manter a trégua com as FARC-EP, um dos três principais acordos de trégua estabelecidos em 1984; os outros dois, com o EPL e com o M-19, haviam sido rompidos em meados de 1985. Em relação a esse tema, a opinião generalizada era a de que, a despeito das dificuldades durante os últimos meses do governo Betancur, as FARC-EP haviam respeitado a trégua²⁵².

Mas o que significava essa trégua, em termos práticos? Eis como era descrita a trégua com as FARC-EP um pouco antes do início do governo Barco:

[...] que canten gallos y que paran yeguas, que los periodistas hayan atravesado toda la cordillera sin encontrar un soldado para llegar hasta allá, que el avión militar, en

²⁵⁰ Como vimos no capítulo anterior, a criação de comissões *ad hoc* como mediadoras entre o governo e a insurgência havia sido o alvo de múltiplas críticas durante o governo Betancur. Elas não tinham um vínculo direto com o Executivo, o que fez com que as comissões fossem vistas como “rodas soltas” sem nenhum poder decisório, tampouco representação política.

²⁵¹ *Consejero Presidencial para la Reconciliación, Normalización y Rehabilitación*. Isso significava que ao contrário de John Agudelo Ríos, membro da anterior Comissão de Paz, Ossa Escobar não era um intermediário, mas sim um representante direto do Presidente. Nessa medida, o novo estilo “superará las instancias interinas (léase comisiones de paz y verificación) carentes de la suficiente fuerza constitucional y legal para proceder a la institucionalización definitiva de la paz” (Empalme en La Uribe. *Semana*, Bogotá, 23 set. 1986, p. 30). Foi substituído por Rafael Pardo em dezembro de 1987.

²⁵² Na época (junho de 1986), as FARC-EP detinham 27 frentes. Falava-se em 45 frentes em novembro de 1988.

vez de bombardear el campamento como hace veinte años bombardeó Marquetalia, haya pasado simplemente mirando. Se oyen risas de guerrilleras, incongruentes en ese campamento guerrillero como muchachas en flor de Marcel Proust. No se habla de combates sino, como en toda Colombia, de elecciones (CABALLERO, 1986a, p. 22).

Assim caracterizava o “ambiente” da trégua o jornalista Antonio Caballero, em uma entrevista concedida a Manuel Marulanda e Jacobo Arenas, em La Uribe. Além desse ambiente *pastoril* que acompanha a crônica e a entrevista de Caballero, cabe destacar os pronunciamentos daqueles que eram, nessa época, dirigentes máximos das FARC-EP. À pergunta sobre se a guerra iria durar para sempre, eles responderiam: não. No entanto, consideravam que

[...] el reconocimiento histórico que hizo Belisario Betancur de que en Colombia existe la guerrilla por razones sociales y políticas no puede echarse atrás sin el peligro de que el país reviente por todas las costuras. ¿Qué quieren ellos? Unas cuantas reformas. Garantías verdaderas para que hagan política: para que don Jacobo estrene su vestido cruzado de candidato presidencial y don Manuel sea elegido a un concejo, o tal vez al Congreso. Que se disuelvan los grupos paramilitares, que en seis meses de campaña de la Unión Patriótica les cobraron la vida de 165 militantes. Que dejen a la gente en paz: “*Que no la jodan tanto*”, dice don Manuel. Y si no, están dispuestos a seguir la guerra²⁵³.

Cabe destacar, também, quais eram as perspectivas da insurgência em relação ao processo de paz no governo Barco. Estavam dispostos a continuar negociando sob a base dos *Acuerdos de la Uribe*; aceitavam o fato do presidente Barco criar uma nova Comissão de Paz, tendo em vista as críticas feitas à política de Betancur; no entanto, dizia Marulanda, eles consideravam que essa nova Comissão devia incluir alguns dos Comissionados pertencentes à antiga Comissão: “porque son personas que tienen pleno conocimiento de como ha venido desarrollándose esta política, y no se puede entrar a improvisar” (*apud* CABALLERO, 1986b, p. 25). Marulanda mostrava, também, uma resistência à entrega das armas expressada em termos de um “ultimatum ao movimento revolucionário”. Marulanda introduz uma dimensão temporal importante, a da simultaneidade: a desmobilização se daria *à medida que* as reformas políticas e sociais fossem implementadas. Segundo ele, o paramilitarismo – como expressão da falta de garantias por parte do governo para a insurgência exercer a atividade política sem o temor de ser assassinada – podia eventualmente levar a uma ruptura do processo de paz.

²⁵³ *Ibid.*, p. 23.

Figura 7. O *consejero presidencial*, seus assistentes²⁵⁴ e as FARC-EP



Fonte: *Fundación Ideas para la Paz*

Um pouco depois do início do governo Barco, em setembro de 1986, a política de paz foi definida como *Una política de cambio para la reconciliación, rehabilitación y normalización*. No dia 18 de setembro, o *Consejero presidencial*, Carlos Ossa, reuniu-se em *Casa Verde*, em La Uribe, com as FARC-EP, inaugurando, com isso, a nova etapa do processo. Nessa reunião, Ossa Escobar apresentou o documento que continha os fundamentos da política de paz do novo governo²⁵⁵. A segunda reunião ocorreu dois meses depois, em novembro, quando o governo expôs a nova concepção do PNR formulada a partir das ideias do governo Barco.

Oficialmente, o novo PNR foi apresentado por Virgilio Barco em 5 de novembro de 1986. O objetivo era obter um financiamento por parte do Banco Mundial. No entanto, segundo Pardo: “el fuerte contenido político del plan, y su objetivo implícito de quitarle piso a la guerrilla, de alguna forma asustó a los expertos del Banco Mundial y poco a poco se fue esfumando la posibilidad de financiación externa del PNR como un paquete global” (PARDO, 1996, p. 35). A cobertura geográfica do PNR passou, entre 1986 e 1989, de 178 municípios a 311 municípios:

²⁵⁴ De esquerda à direita: Jesús Bejarano, Rafael Pardo, os comandantes Alfonso Cano e Manuel Marulanda, Carlos Ossa Escobar e Jacobo Arenas.

²⁵⁵ “Las FARC recibieron como un baldado de agua fría que el representante del Presidente se hubiera aparecido en La Uribe con un folleto contentivo de la posición del gobierno, que no tenía cara de propuesta sino de decisión tomada” (Empalme en La Uribe. *Semana*, Bogotá, 23 set. 1986, p. 29).

[...] casi el 50% de la superficie del territorio nacional, donde habitaban algo más de cinco millones de personas, equivalente al 15% de la población [...] Realmente el PNR estaba, con excepción de la costa pacífica, en todas las regiones más pobres y también, sin excepción, en las zonas de mayor violencia del país (PARDO, 1996, p. 37).

Um dos eixos do Plano era o desenho de um modelo de participação popular: os chamados *Consejos de rehabilitación*. Em suma, foi uma “aula de democracia” nos lugares onde a presença do Estado havia sido mínima ou nula. Por intermédio dos Conselhos de reabilitação, os habitantes aprendiam o significado dos mecanismos da democracia local participativa²⁵⁶; e por intermédio do fortalecimento da democracia local, o governo Barco converteu o PNR em um verdadeiro projeto político, na coluna vertebral da sua política de paz e, de maneira mais geral, no principal eixo de uma clara estratégia contra-insurgente, cujo reverso seriam as Forças Armadas²⁵⁷ (PARDO, 1996). De fato, até dezembro de 1987, quando Rafael Pardo foi nomeado *Consejero presidencial*, substituindo Carlos Ossa Escobar, o principal sucesso da política de paz de Barco foi ter contribuído para a recuperação da legitimidade do Estado nas regiões periféricas.

Bejarano (2011, p. 65) também afirma que, se no governo Betancur, o PNR foi simplesmente um programa de investimento, no governo de Barco, o Plano adquiriu uma conotação política, com o objetivo de “no solamente restar protagonismo a la guerrilla, sino reafirmar el interés del gobierno por tomar la iniciativa tanto social como política, quitándole con ello base social y legitimidad a la lucha guerrillera”. E, mais adiante, segue dizendo:

Del conjunto de iniciativas de la política de paz de la administración Barco, no cabe duda que el PNR fue prácticamente el que logró los mayores alcances tanto en sus objetivos de inversión como en la creación de condiciones favorables para deslegitimar el recurso a la violencia en buena parte de las regiones apartadas del país, al punto que aún hoy, y no obstante su considerable debilitamiento, se conserva como el programa presidencial de mayor prestigio y credibilidad (BEJARANO, 2011, p. 67).

Assim, o PNR deixava de ser um programa de investimento econômico para adquirir dimensão mais política como meio de legitimação do Estado e deslegitimação da guerrilha.

²⁵⁶ “Más que el Plan, fueron los mecanismos de participación, que sin ser nuevos ni originales, dieron a las gentes posibilidades y esperanzas. Fueron estos lo que le quitaron el espacio que venía ganando paso a paso la guerrilla y los que sirvieron como ejemplo práctico a la nueva Constitución que estableció la participación comunitaria como un principio básico del Estado [...] lo fundamental fue el compromiso [...] de los funcionarios del PNR que le dieron un aire renovador y lo tomaron, más que como un plan de inversión, como un proyecto político para dar legitimidad a un Estado que no la tenía en esas regiones” (PARDO, 1996, p. 38).

²⁵⁷ “El PNR era una cabeza visible del Estado en las zonas de conflicto y el Ejército era la otra. En cada visita a una región, cada reunión de un consejo de rehabilitación, cada problema de orden público o de orden social que se presentaba en alguna zona, siempre tomaba yo contacto, personal o telefónico con el comandante militar del área, a veces un suboficial subalterno, para conocer su punto de vista” (*Ibid.*, p. 322).

Se, no governo de Betancur, o reconhecimento e a solução das “causas objetivas” da violência fazia-se por meio das demandas das guerrilhas consideradas, de certa forma, representantes de determinados setores sociais assentados nas regiões mais afastadas do território nacional, no governo de Barco, a solução desses problemas passaria pelo *reconhecimento* por parte do Estado. Há, nesse sentido, um deslocamento na maneira como se estabeleceria o diagnóstico das “causas objetivas”.

Sendo um dos objetivos da política de paz do governo Barco eliminar qualquer tipo de representação popular por parte da guerrilha, seria normal, então, que o protesto social e popular começasse a ser visto como fenômeno totalmente diferente ao fenômeno guerrilheiro. Durante o primeiro ano do governo Barco, o país foi cenário de múltiplas greves cívicas, em que aproximadamente 70% dos municípios – 726, na verdade – foram afetados (PARDO, 1996, p. 44). O governo decidiu que devia dialogar diretamente com cada um dos movimentos. No entanto, com o tempo – em meados de 1987 –, a mobilização social começaria a ser considerada como parte de uma estratégia da guerrilha para minar a *legitimidade* do Estado. O governo considerou que a guerrilha estava explorando e canalizando a inconformidade popular manifestada nas zonas rurais. Isto é, considerou-se que o único vínculo que podia existir entre o movimento social e o movimento guerrilheiro era um vínculo instrumental.

Depois da reunião de novembro de 1986 entre Carlos Ossa e as FARC-EP, o governo sentiu-se estimulado a retomar as negociações em função de um assalto e uma emboscada ao Exército ocorridos em Antioquia e Santander²⁵⁸ – que o governo não titubeou em atribuir às FARC-EP. No dia 1º de fevereiro de 1987, houve uma nova reunião em *Casa Verde*, a terceira. O governo anunciou, então, a criação de um *Consejo nacional de vigilancia y normalización*, uma espécie de comissão de paz, como a que as FARC-EP vinham pedindo havia já algum tempo. Também percebia-se a vontade das FARC-EP de diferenciar-se da *Unión Patriótica* (UP); essa separação permitia que, diante de uma eventual ruptura da trégua, a UP não perderia o espaço político amplamente adquirido – e que se consolidaria com a eleição municipal de 1988. Nesse sentido, estava em vias de ser reconhecido algo muito importante: a presença de um *outro* poder nos territórios marginalizados

Las realizaciones prácticas son las que contempla el Plan de Rehabilitación: su objetivo es el de cortarle la hierba bajo los pies a la subversión, dando a las comunidades la atención que el Estado les ha negado durante décadas y recuperándolas de ese modo para “el sistema”. Plan, desde luego, inobjetable. Pero que tiene un problema. El de que las regiones abandonadas por el Estado lo han sido

²⁵⁸ Tanto va el cántaro al agua... *Semana*, Bogotá, 3 fev. 1987, p. 30.

también por los partidos tradicionales, y en consecuencia no hay allí quien pueda recoger, como se dice en el billar, las bolas que el Estado ponga ahora. Salvo la UP o las propias organizaciones guerrilleras²⁵⁹.

Assim, os debates em fevereiro de 1987 giravam em torno das contradições da trégua de Belisario Betancur. Segundo vários ex-presidentes da República, como Carlos Lleras e Alfonso López, os membros das Forças Armadas e algumas associações patronais, como a *Federación Colombiana de Ganaderos* (FEDEGAN), a trégua foi rompida em função das múltiplas emboscadas e ataques da guerrilha às unidades das Forças Armadas²⁶⁰. Ao mesmo tempo, como já mencionado, insistia-se na necessidade de diferenciar as FARC-EP, uma organização armada, da *Unión Patriótica* (UP), uma organização eminentemente política. Embora fossem evidentes as confluências ideológicas entre as duas organizações, seus procedimentos eram diferentes²⁶¹. Reconhecia-se que existia uma crise profunda da trégua, mas existia também a vontade de evitar a confrontação armada e alimentar as tendências guerreiras que existiam – e ainda persistem – no país.

Depois dessa terceira reunião com o Secretariado das FARC-EP, em fevereiro de 1987, houve uma “estagnação” nos diálogos; assim, considerou-se oportuno iniciar um diálogo de forma separada, com cada uma das Frentes das FARC-EP. Logo, houve uma aproximação com as Frentes 14 e 15, em Caquetá, no sul do país; porém, no dia 16 de junho de 1987, essas mesmas Frentes emboscaram dois caminhões do Exército em Caquetá: 27 mortos e 42 feridos foi o resultado²⁶². Foi, também, o fim formal da trégua, inicialmente,

²⁵⁹ Cara y sello de las FARC. *Semana*, Bogotá, 10 fev. 1987, p. 33. No mesmo artigo, os autores mostram essa realidade em San José del Guaviare, região histórica da guerrilha. Com o objetivo de explicitar tal realidade, decidimos transcrever a parte final do artigo (Cf. Anexo 2).

²⁶⁰ Ni paz ni guerra, sino todo lo contrario. *Semana*, Bogotá, 24 fev. 1986, p. 22.

²⁶¹ Isso ficaria evidenciado no V *pleno* da UP, nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 1987. Entre as propostas, estavam: promover alianças entre liberais e conservadores para as eleições de prefeitos; pedir a convocatória de sessões extra do Congresso; e a depuração das Forças Armadas. O objetivo também foi o de reivindicar sua autonomia e independência em relação às FARC-EP: “No somos ni hemos sido el brazo político de las FARC. Afirmer eso es una falacia, un montaje que busca quitarnos el espacio político que hemos ganado”, disse Jaime Pardo Leal. Álvaro Leyva, senador conservador, diria nesse momento que a declaração de independência da UP significava o fracasso do processo de paz, pois a criação da UP era a maneira por meio da qual as FARC-EP entrariam na vida política legal (Independencia grita. *Semana*, Bogotá, 3 mar. 1987, p. 24).

²⁶² “La emboscada del Caquetá puso los acuerdos de La Uribe en una crisis gradual sin retorno. En adelante, la situación no dejó de deteriorarse. Las razones de la emboscada que produjo esta coyuntura son aún hoy un misterio” (PARDO, 1996, p. 30) Uma das hipóteses é a de que o Secretariado não queria que suas Frentes negociassem com o governo de forma autônoma. É interessante destacar, aqui, as palavras de Rafael Pardo, pois elas demonstram que as tréguas, em geral, não são aproveitadas só pela guerrilha. As duas partes, iniciando uma trégua, beneficiam-se dessa medida; nesse caso, o benefício bilateral da trégua era evidente: “El gobierno, por su parte, también estaba interesado en mantener el mayor tiempo posible el *statu quo*, pues ello le permitía ganar tiempo en el fortalecimiento del Ejército y en el desarrollo del Plan Nacional de Rehabilitación para quitarle espacio a la guerrilla. Temporalmente, tanto el gobierno como las Farc, coincidían en su interés de prorrogar la tregua, ambos para acumular fuerzas (*Ibid.*, p. 30).

nesse departamento, e, posteriormente, em todo o território nacional²⁶³. Depois desta reunião só houve mais uma com o Secretariado das FARC-EP em novembro de 1987 na qual não se chegou a qualquer acordo.

Em relação à ruptura da trégua, o deputado Iván Márquez e o membro da *Coordinadora*, Iván Salazar, denunciaram que era o exército quem violava a trégua e que o deputado liberal Hernando Turbay aticava a ruptura ao propor suspender as eleições de prefeitos nas regiões nas quais a UP tinha possibilidade de vencer²⁶⁴. Diante dessas afirmações, a *Consejería Presidencial* respondeu que o Exército não havia violado a trégua; o que aconteceu era que:

[...] en la medida que a través del Plan de Rehabilitación el Estado recupera su presencia en zonas como el Caquetá, con él llega también el Ejército – que efectivamente sólo solía hacer apariciones esporádicas y fugaces por allí. El gobierno – subraya Ossa Escobar – no reconoce a las FARC “*la extraterritorialidad*” (lo que algunos llaman “*repúblicas independientes*”); insiste en que la verificación de la tregua sea “*institucional*” (por parte de la Procuraduría y los jueces, y no mediante una comisión *ad hoc*); y mantiene su decisión de no discutir con las guerrillas sino sobre su reincorporación a la vida civil, **sin reconocerles personería de la comunidad para tratar en su nombre de otros temas**. Todo eso, por supuesto, quita a las FARC piso político y control militar, al tiempo que lo devuelve al Estado y al Ejército²⁶⁵.

Depois da ruptura da trégua, o chefe das FARC-EP, Manuel Marulanda Véles, afirmou que não havia sido uma emboscada, mas sim um “choque militar”. Iniciou-se, então, uma discussão em torno do desarmamento: “Ni en la letra ni el espíritu de los acuerdos de la Uribe hay mención a la entrega de armas ni la desmovilización de la guerrilla [...] Eso es hablar por hablar creyendo que las FARC son un pequeño grupo que ya está cansado”²⁶⁶. Seguem algumas declarações sobre a ruptura da trégua por parte de Jacobo Arenas e Alfonso Cano, comandantes das FARC-EP:

Hace año y medio, por ejemplo, nosotros sufrimos un golpe muy fuerte con una compañía del V Frente a la que el Ejército le tendió una emboscada donde murieron 22 compañeros. Sin embargo nosotros no hicimos el escándalo que hizo el gobierno ahora, ni dijimos que por eso rompíamos la tregua: porque nos parece que acontecimientos de ese género se presentan en toda tregua, aquí en Colombia y en cualquier parte del mundo. Porque las treguas se hacen entre grupos armados, entre ejércitos, para buscar un acuerdo posterior que conduzca a la paz, pero la tregua no es la paz, sino sólo el cese de los operativos militares. Sin embargo el Ejército

²⁶³ Depois do ataque, Virgilio Barco anunciou a ruptura da trégua, afirmando: “en cualquier parte donde la fuerza pública sea atacada el gobierno entenderá que en esa zona ha terminado el cese al fuego” (El pulso de la nación. *Semana*, Bogotá, 30 jun. 1987, p. 22).

²⁶⁴ Vientos de guerra. *Semana*, Bogotá, 23 jun. 1987, p. 31.

²⁶⁵ *Ibidem* (Grifo nosso).

²⁶⁶ Don Manuel es muy zorro. *Semana*, Bogotá, 14 jul. 1987, p. 22.

colombiano no ha cesado sus operativos desde que se firmaron los acuerdos de La Uribe [em 1984], y por eso hay problemas²⁶⁷.

Por outro lado, foi desta forma que se posicionaram o governo e o Ministro de Governo César Gaviria:

El Presidente había advertido que la tregua se consideraría rota en dondequiera que los subversivos atacaran al Ejército. El ministro Gaviria va más lejos, anunciando que si los subversivos no se desmovilizan de una vez, "lo único que el gobierno puede hacer es derrotarlos desde el punto de vista militar, así se tomen muchos años o entrañen muchas dificultades"²⁶⁸.

Mostramos, no capítulo anterior, como as organizações que romperam a trégua e as organizações que decidiram não aceitá-la durante o governo Betancur formaram, juntas, a *Coordinadora Nacional Guerrillera* (CNG). O fim da trégua com as FARC-EP marcaria, nessa medida, a inclusão dessas na CNG, cuja denominação mudaria para *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB)²⁶⁹, formada pela *reunião de cúpula* de grupos guerrilheiros, em setembro de 1987²⁷⁰. Depois da criação da CGSB, de seu “debut em sociedade” com o assassinato de Pablo Emilio Guarín Vera e do ataque e explosão da planta de cimento em Ríoclaro, Antioquia, começou-se a falar cada vez mais em terrorismo²⁷¹.

3.3. A guerra suja e as eleições locais de 1988

Soprariam, então, os ventos de guerra: a discussão em torno da trégua, pouco a pouco, seria substituída pela discussão em torno da natureza do conflito. Depois da emboscada a onze militares em Necoclí (Urabá *antioqueño*), a pergunta era: estamos ou não em estado de guerra? Segundo um editorial do jornal *El Tiempo*: “Lo que empieza a diseñarse en Colombia no admite ya el nombre de guerra de guerrillas. Es una guerra, que nuestras Fuerzas Armadas libran en condiciones desventajosas”²⁷². Mas não todos concordavam com isso: falava-se da multiplicidade de atores e regiões, cada uma com problemas diferentes, a partir de onde começavam a ser identificadas as problemáticas de cada um dos territórios. Em Guaviare, com a problemática da queda dos preços do quilo de *pasta de cocaína*, o que geraria um

²⁶⁷ Hablan las FARC. *Semana*, Bogotá, 21 jul. 1987, p. 22.

²⁶⁸ Política y busetas. *Semana*, Bogotá, 29 set. 1987, p. 33.

²⁶⁹ Cf. nota 5.

²⁷⁰ Reunión para la guerra. *Semana*, Bogotá, 6 out. 1987, p. 24.

²⁷¹ Terror revolucionario. *Semana*, Bogotá, 24 nov. 1987, p. 36.

²⁷² Las mil y una guerras. *Semana*, Bogotá, 17 jun. 1987, p. 22.

trauma para os habitantes desse território (cf. o Anexo 2); em Arauca, com a presença do ELN, e os ingressos da extração petroleira; em Urabá, com o enfrentamento entre os Sindicatos das FARC-EP e do EPL²⁷³; em Magdalena Medio, continuavam os assassinatos da UP; no Meta, além de assassinar os militantes da UP, também assassinavam os liberais e conservadores; o Cauca, ao contrário, já não era uma região de violência, não porque havia sido pacificado, mas porque foi o único departamento onde houve uma tímida distribuição de terras no governo de Betancur. Além do reconhecimento dessa heterogeneidade geográfica e social, havia o reconhecimento da chegada dos grupos armados em lugares onde não havia presença do Estado; no entanto, isso não significava que fossem territórios vazios, pois, no caso de Arauca e Urabá, chegaram primeiro o *boom* petroleiro e a bonança bananeira, respectivamente, e em seguida chegou o Estado. Nesse contexto, as Forças Armadas propunham criar uma economia de guerra e, com efeito, deixar de investir nas zonas de reabilitação e começar a equipar e dotar as Forças Armadas.

É importante mencionar, também, o incremento dos *paros cívicos* (greves gerais), no ano de 1987. Uma das explicações do incremento das greves foi a excessiva centralização exercida durante a Frente Nacional, que fez com que o poder central recebesse 85% dos ingressos tributários, o que seria uma das razões da criação de medidas de descentralização iniciadas com a eleição popular de prefeitos. Além disso, o processo de urbanização fez com que a classe operaria aumentasse. É preciso mencionar, ademais, a mobilização política da UP e o surgimento de líderes, não necessariamente de esquerda, que, afastando-se dos caciques regionais liberais e conservadores, mobilizavam seu eleitorado com a finalidade de ganhar as eleições locais de 1988²⁷⁴.

Com efeito, nesse contexto de preparação e mobilização popular com vistas às eleições locais de 1988, e com a adesão de novos militantes à União Patriótica, começou a generalizar-se o que seria, e ainda é, conhecido como a *guerra sucia*²⁷⁵, provocando o terrível genocídio

²⁷³ Em Urabá, chegou primeiro o EPL; depois, formaram-se os dois maiores sindicatos, SINTAGRO (do EPL) e SINTRABANANO (das FARC-EP), sendo que os dois enfrentaram os empresários e depois os sindicatos se enfrentaram entre si (Banana republic. *Semana*, Bogotá, 21 abr. 1987, p. 22).

²⁷⁴ Yo paro, tú paras. *Semana*, Bogotá, 9 jun. 1987, p. 27.

²⁷⁵ No contexto dessa guerra suja, é importante mencionar o papel dos *asesinos de la moto* ou *sicários*, quase todos jovens, alguns de não mais de 15 anos, provenientes de bairros marginalizados das grandes cidades, em particular da cidade de Medellín. Há uma literatura considerável sobre a violência juvenil e urbana que, durante esse período, ocupou grande parte do debate nacional. Entre os filmes e os livros que apontam para essa realidade, temos: “Rodrigo D, no futuro” (filmado em 1990), “No nacimos pa’ semilla” (Alonso Salazar, 1990), “La virgen de los sicarios” (Fernando Vallejo, 1994), “Rosario Tijeras” (Jorge Franco, 1999), entre outros. O dia 10 de agosto de 1984 é considerada a data oficial do início da *guerra sucia*. Nesse dia, o M-19 devia assinar os pactos da trégua, mas, por conta do assassinato de Carlos Toledo Plata – médico, ex-parlamentar e cofundador do M-19, anistiado em 1982 –, os acordos da trégua só foram assinados duas semanas depois (La guerra sucia. *Semana*, Bogotá, 1 set. 1987, p. 23). “Sin embargo, la cosa designada por la expresión ‘guerra sucia’ en su doble

da UP – ainda hoje em total impunidade. Na verdade, isso começou desde o nascimento da União Patriótica, em 1985, e com mais força em 1986. Não só caíram assassinados os militantes da UP e da esquerda democrática em geral, mas também políticos e ativistas de direitos humanos. Nos dias 30 de agosto e 1º de setembro de 1986, foram assassinados dois congressistas da UP: o deputado Leonardo Posada Pedraza e o senador Pedro Nel Jiménez, respectivamente. O deputado Braulio Herrera disse, nesse momento:

Se busca aniquilar un experimento muy importante que puede abrir un canal distinto al de la guerra. Pero, además, sabemos claramente que hay un plan definido de aniquilamiento físico que se llama ‘Baile Rojo’ en donde está comprometido, les voy a decir el nombre de uno de ellos, el general Landazábal Reyes²⁷⁶.

Mal os jornais acabavam de fazer um balanço dos mortos da UP, e já saía a notícia de novos mortos. Em agosto de 1986, a UP havia perdido 33 membros nos últimos quatro meses: um senador, um deputado, cinco conselheiros municipais e vinte e cinco ativistas²⁷⁷. Em dezembro de 1986, já eram 350 os mortos da UP²⁷⁸. No dia 14 de dezembro, foi assassinado o terceiro parlamentar da UP²⁷⁹. Em agosto de 1987, falava-se de 450 militantes da UP assassinados²⁸⁰. Dois anos depois, em agosto de 1989, já se dizia haver 800 militantes assassinados²⁸¹.

Era tal a onda de extermínio que, no dia 10 de novembro de 1986, os parlamentares da UP – seis deputados e quatro senadores – decidiram retirar-se do Congresso em sinal de

acepción – los atentados, las desapariciones, los asesinatos misteriosos, las torturas, y la información, contrainformación y propaganda al respecto – tiene ya por lo menos una década de existencia en Colombia. La primera desaparición forzada de personas a manos de las autoridades (establecida luego por la propia Procuraduría delegada para las Fuerzas Militares, pero negada durante muchos años), fue la de Omaira Montoya y Mauricio Trujillo, militantes del MOIR, que se remonta a septiembre de 1977. Las primeras torturas sistemáticas de detenidos (establecidas por el Consejo de Estado) son de 1979, en los tiempos del estatuto de seguridad del presidente Turbay” (*Ibid.*, p. 22).

²⁷⁶ La guerra sucia. *Semana*, Bogotá, 9 set. 1986, p. 26. Sobre o plano ‘Baile Rojo’ cf. o documentário “El Baile Rojo: memoria de los silenciados” (Yesid Campos, 2003).

²⁷⁷ Durante a campanha, Barco havia prometido nomear os prefeitos de acordo com os resultados obtidos em cada um dos municípios nas eleições legislativas. A UP havia alcançado a “victoria en 30 municipios de los mil quince que tiene el país, sólo ha recibido los suyos en 24 de ellos, y reclama los restantes. Tiene seis en Antioquia, seis en el Meta, tres en Arauca, uno en el Tolima, uno en Nariño, uno en el Cesar, dos en Santander, dos en Cundinamarca y uno en el Guaviare” (Alcaldes a paso de tortuga. *Semana*, Bogotá, 11 nov. 1986, p. 34).

²⁷⁸ “Desde el 26 de mayo de 1985 hasta el 20 de abril de 1987, la UP registra una aterradora cifra de muertos en sus filas: 268 entre activistas, militantes, concejales, diputados y congresistas” (La desbarrancada. *Semana*, Bogotá, 28 abr. 1987, p. 28).

²⁷⁹ Deputado suplente da Câmara, Octavio Vargas, em San José del Guaviare. Também sobre o ambiente de desconfiança durante a trégua: “hay factores, como la lentitud de las investigaciones sobre los asesinatos de los miembros de la UP, que contribuyen a a aumentar ese grado de desconfianza y en los que el gobierno podría, sin duda, emprender una acción mas decisiva” (Tanto va el cántaro al agua... *Semana*, Bogotá, 3 fev. 1986, p. 31).

²⁸⁰ Caballero (1987, p. 25); “A 453 asciende la cifra de muertos de la UP [...] En 535 días de vida de la UP, sus parlamentarios han asistido a más entierros que a sesiones del congreso” (Dos tumbas más. *Semana*, Bogotá, 25 ago. 1987, p. 49).

²⁸¹ La guerra es total. *Semana*, Bogotá, 22 ago. 1989, p. 22.

protesto²⁸². Os representantes do governo, liderados pelo Ministro de Governo, Fernando Cepeda, não deram importância ao acontecido. O ex-candidato conservador Álvaro Gómez Hurtado minimizou o assunto dizendo que ninguém sabia quem estava perseguindo os membros da UP. O jornal *El Espectador* afirmou, ainda, que os inimigos da UP não eram da direita, como eles estavam assegurando, e sim da esquerda: os grupos guerrilheiros que não concordavam com o processo de paz. Os inimigos, dizia a UP, eram os grupos paramilitares.

No dia 22 de abril de 1987, houve um atentado contra oito membros da UP em Barrancabermeja²⁸³. Três dias depois, Virgilio Barco anunciou a criação de um Tribunal Especial – mediante o decreto 750 –, cuja finalidade era investigar os crimes considerados “políticos”: dos delitos “que causan una especial conmoción social, de modo tal que agravan la perturbación del orden público y dificultan su restablecimiento”²⁸⁴. Foi o primeiro decreto destinado a solucionar ou esclarecer os crimes políticos contra a UP, que, nos quatro primeiros meses de 1987, contava já com 33 vítimas. A polémica girou em torno do suposto efeito discriminador do decreto, pois ao considerar que só os casos *que causam uma especial comoção social* seriam investigados se estaria incorrendo no erro de diferenciar entre assassinatos importantes e não importantes, aceitando, assim, a inoperância da justiça.

Em maio de 1987, Jaime Pardo Leal acusou alguns militares de serem os autores materiais e intelectuais de alguns dos assassinatos contra os dirigentes da UP²⁸⁵. Em agosto de 1987, foi assassinado o médico *antioqueño* Hector Abad Gómez; depois desse assassinato, começaram a serem divulgadas as *listas de la muerte*, e muitos jornalistas e líderes políticos seguiram para o exílio.

Além da medida do Tribunal Especial anteriormente mencionada, o Ministro de Governo, Fernando Cepeda, contratou um grupo de acadêmicos para elaborar um diagnóstico da situação da violência a qual vivia o país naquele momento e, assim, poder fornecer eventuais recomendações²⁸⁶. O objetivo era analisar as diversas formas de violência que atuavam no país, as quais as pessoas haviam circunscrito apenas à violência da guerrilha e do narcotráfico. Com efeito, o redesenho da política de paz do presidente Barco não teria sido

²⁸² “Mientras no se den efectivas garantías para la vida y la actividad política de los dirigentes de la UP debemos, por simple medida de seguridad, retirarnos de esta corporación” (Re-tiros. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 26).

²⁸³ La desbarrancada. *Semana*, Bogotá, 28 abr. 1987, p. 28.

²⁸⁴ Un tribunal muy especial. *Semana*, Bogotá, 5 maio 1987, p. 22.

²⁸⁵ El tête-à-tête. *Semana*, Bogotá, 19 maio 1987, p. 22.

²⁸⁶ Todos os acadêmicos eram provenientes da universidade pública, sendo que o estudo foi coordenado pelo historiador Gonzalo Sánchez. Os demais professores foram: Jaime Arocha, Álvaro Camacho G., Darío Fajardo M., Álvaro Guzmán B., Carlos Eduardo Jaramillo, Carlos Miguel Ortiz S., Santiago Peláez V., Eduardo Pizarro L. e o Geral (r) Luis Alberto Andrade A. (Nadie se salva. *Semana*, Bogotá, 12 maio 1987, p. 22).

viável sem o diagnóstico realizado pela Comissão de Especialistas de 1987²⁸⁷. Tal comissão, também conhecida como *Comisión de Violentólogos*, publicou os resultados da pesquisa em um livro chamado “Colombia: violencia y democracia”²⁸⁸.

Os antecedentes dessa comissão podem ser encontrados em vários eventos, como o I Simpósio Internacional sobre a Violência, realizado em Bogotá, entre os dias 24 e 30 de junho de 1984, assim como a criação do *Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales* (IEPRI), da *Universidad Nacional de Colombia*, em julho de 1986²⁸⁹. Gonzalo Sánchez e Eduardo Pizarro, membros do Instituto, foram também membros da Comissão de Especialistas (JARAMILLO, 2014). As preocupações acadêmicas desse período giravam em torno do aumento da violência urbana, da expansão do narcotráfico e do paramilitarismo, da transformação das guerrilhas, etc. A Comissão seria um ponto de inflexão no estudo da violência, na medida e que logrou renovar as interpretações sobre violência no país. Segundo LeGrand (1997), a comissão mudou o foco de análise: do estudo da violência dos anos 1950 para o estudo da violência do tempo presente.

“Dentro de las víctimas de la violencia actual en Colombia, los caídos por motivos estrictamente políticos (soldado o guerrilleros muertos en combate, dirigentes políticos asesinados) no representan mas que un diez por ciento”²⁹⁰. Essa constatação – entre outras – justificou o fato da violência política ter sido deixada de lado nesse estudo. Embora reconheçamos que em termos analíticos tal enfoque fosse necessário para historicizar outras violências que eram analisadas através da *matriz de lo político* (ORTIZ, 1994, p. 421), pensamos que é um fato interessante que os intelectuais tenham se afastado do estudo da violência política e, por isso, optado pelo estudo de violências consideradas mais “banais”, em

²⁸⁷ “Virgilio Barco, más que creer en los intelectuales, los necesitaba, porque, al menos así se deduce de su lacónica visión del país, podían generar diagnósticos técnicos del estado de la nación. Barco necesitaba a los intelectuales de manera urgente, pues tenía que lidiar con un diálogo de paz casi moribundo y con indicadores de seguridad preocupantes. En ese marco [...] surgió la Comisión de Expertos” (JARAMILLO, 2014, p. 124).

²⁸⁸ “La multiplicidad de agentes y formas de violencia presentes en la sociedad colombiana a mediados de los ochenta fue uno de los hallazgos de esta investigación que ayudó a dar luces, no sólo para entender el fenómeno, sino también para afrontarlo a través de políticas que estuvieran enfocadas a los problemas reales. La claridad, tanto en los conceptos sobre la violencia como el conocimiento concreto de las expresiones del crimen y sus formas de entrelazarse, fueron el primer paso para intentar una salida” (PARDO, 1996, p. 67). Vemos ali uma clara relação entre o conhecimento acadêmico, “científico”, e o desenho de políticas públicas. Para uma crítica à legitimação de algumas políticas públicas por meio de um discurso científico, na França e nos EUA, cf. Wacquant (2007) e Bourgois (1995). No primeiro caso, usou-se a categoria de *underclass* para responsabilizar os habitantes dos *ghettos* estadunidenses da sua própria sorte, excluindo da análise, assim, a estrutura político-social geradora de espacialidades excludentes.

²⁸⁹ A revista do IEPRI, *Análisis Político*, foi criada em agosto de 1987.

²⁹⁰ Justicia Privada. *Semana*, Bogotá, 16 jun. 1987, p. 27. O mesmo Pizarro, um dos membros da Comissão, escreveu, em recente trabalho, que os números do relatório foram posteriormente questionados, considerando as altas taxas de impunidade: “Por ello, la cifra de los ‘violentólogos’, al tomar en consideración exclusivamente las muertes que tienen un origen político evidente (guerrilleros o soldados muertos en combate, asesinatos políticos selectivos, etc.), minimiza el impacto de la violencia política” (PIZARRO, 2004, p. 54).

um momento onde aquela mais foi exercida: no momento auge do genocídio da UP. Mas por que a violência política fora deixada de lado naquele período? Não estaríamos diante do surgimento de um novo paradigma para explicar a origem e persistência da violência? A violência política era precisamente um dos maiores problemas do país²⁹¹. A tese da *cultura de la violencia* foi um dos fatores explicativos, assim como a tese da “multiplicidade de violências”:

Es necesario fomentar una cultura de los derechos humanos que se oponga a la cultura de la violencia y la intolerancia que ha venido apoderándose del país. Para esto hay que empezar por distinguir que no toda la violencia tiene un contenido inmediatamente político. Una proviene de la delincuencia común, otra procede del narcotráfico contra la sociedad y el Estado y, otra más, de las guerrillas y los grupos terroristas. La sociedad colombiana está totalmente parcializada, cada vez que ocurre un acto violento ya se le tiene dueño. Un sector se lo achaca todo a la izquierda y el otro, le atribuye la responsabilidad al gobierno y a los militares²⁹².

Catherine LeGrand (1994, p. 426), historiadora canadense, descreve a influência que teve essa comissão:

La forma en que los historiadores conceptualizan la violencia es, por lo tanto, una forma de representación que tiene un efecto cierto [...] en la política gubernamental. Esto da a los historiadores-violentólogos un campo de influencia que va más allá de la universidad. Junto con esta influencia, muchos sienten también la carga de la responsabilidad. “Tenemos que hacer algo antes de que se apague la luz”, fue el comentario que se escuchó repetidamente en los foros por la paz y los derechos humanos de finales de los ochenta. Al llegar a Colombia, el extranjero se sorprende ante la convicción local de que a través de la recolección de datos sobre la violencia y a través de la interpretación, con base en un análisis detallado del pasado y del presente, los historiadores pueden desempeñar un rol principal en la conformación de percepciones acerca de la realidad actual, así como las alternativas futuras.

Consideramos que parte do recrudescimento da violência política deveu-se às tímidas tentativas de democratização que, embora insuficientes, marcavam uma ruptura com a “democracia restrita” da Frente Nacional²⁹³. Antes de entrar nos detalhes da primeira eleição popular de prefeitos, seria necessário, então, olharmos para as medidas propriamente políticas que o governo Barco pretendia levar a cabo para paliar os efeitos da crise.

²⁹¹ “Y en el caso de Colombia, en estos tiempos en que soplan vientos de guerra, ningún atlas del país se debería considerar completo si no incluyera datos sobre el que, para muchos, es el más grave problema del país: la violencia política” (El atlas de la violencia. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 28).

²⁹² Tirado al ruedo. *Semana*, Bogotá, 8 dez. 1987, p. 41.

²⁹³ A versão oficial, ou pelo menos a versão generalizada, afirma que a expansão da *guerra sucia* deveu-se, em parte, à ambígua situação da UP. O propósito dessa organização era atuar no âmbito político legal enquanto as FARC-EP decidiam às condições da sua desmobilização; mas isso nunca aconteceu. Essa ambiguidade, a chamada tática da “combinação de todas as formas de luta”, explicaria os assassinatos de militantes da UP por parte de paramilitares (Cf. PIZARRO, 2011).

Nesses anos, acreditava-se que, de uma violência partidária, o país havia passado para uma violência classista²⁹⁴ – afirmação coerente com o diagnóstico sobre a crise política durante os anos 1980. Por conseguinte, uma das discussões mais importantes depois das eleições presidenciais girou em torno do *desmonte* do artigo 120 da Constituição²⁹⁵, discussão gerada a partir do programa de governo de Barco²⁹⁶ e por alguns comentários que viram no seu triunfo uma possível “Segunda República Liberal”²⁹⁷. Barco considerou a ampla margem de vitória nas eleições como um referendo para *desmontar* o artigo 120²⁹⁸. Em tal artigo, havia uma disposição constitucional introduzida com a reforma constitucional de 1968 que entrou em vigor no dia 7 de agosto de 1978, no fim formal da Frente Nacional. A “paridade” da Frente Nacional havia sido, então, substituída pela “participação adequada e equitativa”²⁹⁹. Era esse artigo que impedia o exercício da oposição.

Aunque subsistiera una escenografía de democracia, cada vez se volvía mas difícil negar la acusación de que los dos partidos tradicionales se habían confundido en uno solo. Colombia se estaba convirtiendo, como México, en un régimen unipartidista, con la diferencia de que en el país azteca se aceptaba esto de frente sin ninguna pretensión de disimularlo, mientras que aquí, el teatro de que había posibilidades de alternación en el partido de gobierno, comenzaba a dejar una sensación de engaño³⁰⁰.

Assim, o governo Barco seria o primeiro governo, desde 1958, a governar com um “programa de partido”³⁰¹. A posição dos conservadores, pelo menos no início do governo, foi

²⁹⁴ Fin de una era. *Semana*, Bogotá, 25 out. 1988, p. 34.

²⁹⁵ “Para preservar [...] con carácter permanente el espíritu nacional en la rama ejecutiva [...] el nombramiento (de ministros y altos funcionarios) se hará en forma tal que se de **participación adecuada y equitativa** al partido mayoritario distinto al del Presidente de la República” (¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 22, grifo nosso).

²⁹⁶ Seu programa de governo pode ser encontrado em: Barco Vargas (1986). Na primeira parte do livro, “El cambio hacia una nueva sociedad”, encontramos as reformas institucionais, entre elas a “Eliminação do parágrafo 1º do artigo 120 da Constituição”. Segundo Barco, havendo superado a Frente Nacional, as instituições de compromisso interpartidário não seriam mais necessárias e não deveriam ser necessárias, pois os resultados em termos da ação de Estado teriam sido insuficientes: “Ello se ha debido a que los defensores de las tesis de avanzada social deben someterse a transacciones con el conservadurismo político, en las grandes decisiones del Estado que afectan a toda la población colombiana por acción y, sobre todo, por omisión. La colaboración basada en tal procedimiento produce letargo y aniquilamiento de los partidos, los cuales deben permanecer en un estado de indiferenciación estructural, peligroso para la supervivencia de la democracia – particularmente en las actuales circunstancias – y letal para el sano ejercicio ciudadano de una genuina vida política” (BARCO VARGAS, 1986, p. 23).

²⁹⁷ Referência à década de 1930, quando os liberais retomam o poder do Estado, pondo fim à *hegemonia conservadora*.

²⁹⁸ ¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 24.

²⁹⁹ “Esto produjo absurdos tales como que Alfonso López Michelsen [1974-1978] obtuvo una mayoría abrumadora, en parte para evitar que Álvaro Gómez llegara al poder, y acabó cogobernando con él, por cumplir el precepto constitucional sobre la paridad” (¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 23).

³⁰⁰ ¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 23.

³⁰¹ Nos seguintes termos, definiu o Presidente Barco um governo de partido: “El país ha superado la coyuntura que determinó el surgimiento del Frente Nacional, y por lo tanto, el mantenimiento de nuestra civilización política no depende ahora de que persistan instituciones de compromiso interpartidario. Bien sabido es que éstas han conducido a escuálidos y condescendientes programas de gobierno, que llevan al estancamiento en la acción

ambígua. Misael Pastrana, chefe do Partido Conservador, levou a cabo o que ele denominou de “oposição reflexiva”, isto é, o conservadorismo não aceitou a “participação adequada e equitativa” que o presidente Barco estava obrigado a oferecer ao Partido Conservador por conta do artigo 120 da Constituição, pois, devido à sua contundente vitória, o Partido Liberal ficou com as *governaciones* deixando ao Partido Conservador os cargos menos valorizados politicamente. Se, no início, o Partido Conservador mostrou-se não disposto a aceitar cargos burocráticos, com o tempo isso mudou. No entanto, havendo rejeitado desde o início a participação no executivo, Barco conformou um gabinete notadamente liberal.

O funcionamento da democracia parlamentar na Colômbia tinha como base as quotas burocráticas e os auxílios parlamentários³⁰². Logo, uma maneira de passar de uma democracia restrita para uma democracia plena era a eleição popular de prefeitos³⁰³, a aplicação da carreira administrativa para as futuras nomeações e a incorporação massiva à mesma dos atuais funcionários³⁰⁴.

Acreditava-se que as vantagens institucionais da instauração do “binômio governo-oposição” eram gigantescas, já que, pela primeira vez depois de 28 anos, uma parte da classe dirigente não seria a responsável pela totalidade das ações do governo, sendo susceptível de constituir-se como alternativa política legítima: “Hasta ahora, por estar toda la clase dirigente participando de la piñata, **esa autoridad no la tienen sino los alzados en armas** que, para el ciudadano raso, son los únicos que no tienen nada que ver con lo que han hecho los gobiernos desde 1958”³⁰⁵. Cabe destacar, nessa medida, que, no início do governo Barco, o *desmonte* do parágrafo foi considerado medida histórica³⁰⁶: “[s]i no creamos un clima favorable al ejercicio

potencial del Estado en términos del bien común y la justicia” (El día que me quieras. *Semana*, Bogotá, 1 jul. 1986, p. 22).

³⁰² O orçamento que o Ministério de Fazenda entregava anualmente aos parlamentares. “La figura jurídica de los auxilios parlamentarios nació en medio de grandes controversias. Se ha dicho que fue la forma como el gobierno del presidente Carlos Lleras Restrepo negoció con el Parlamento el paso de la reforma constitucional de 1968” (Auxilio, socorro. *Semana*, Bogotá, 14 out. 1986, p. 39).

³⁰³ Para alguém alheio às atividades políticas, não é fácil imaginar todas as implicações que determinada lei ou ato legislativo poderia ter. A eleição popular de prefeitos, mesmo depois de ter sido aprovada, seria objeto de múltiplas discussões. Durante sua regulamentação, no final de 1986, foram muitos os aspectos questionados. Cabe destacar alguns deles de caráter mais político, em particular a relação entre o prefeito e as comunidades que pretende representar e dirigir. Enquanto a UP considerava que o fato do prefeito apoiar eventuais movimentos cívicos populares da sua comunidade constituía uma das suas funções, outros a consideravam como uma atividade *ilegal* e, por conseguinte, como motivo de destituição ou suspensão do cargo (Alcaldes a paso de tortuga. *Semana*, Bogotá, 11 nov. 1986, p. 33).

³⁰⁴ ¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 28.

³⁰⁵ ¡Dále, rojo, dále! *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 35 (Grifo nosso).

³⁰⁶ “Haga lo que haga de ahora en adelante Virgilio Barco, su primer acto de gobierno le ha asegurado un puesto en la historia, por haber sido el Presidente que dio un paso de gran trascendencia en lo que se refiere a las costumbres políticas del país: la restauración del binomio gobierno-oposición, que había desaparecido desde la caída de la dictadura del general Gustavo Rojas Pinilla” (¡Dále, rojo, dále! *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 34).

de la oposición, estamos poniendo en peligro las instituciones”³⁰⁷. O binômio governo-oposição não deixou, portanto, de ser uma formalidade, haja vista que nas regiões, principalmente durante os preparativos para as eleições municipais, em algumas cidades do Atlântico, por exemplo em Barranquilla, houve coligações bipartidárias³⁰⁸.

Assim, a primeira eleição popular de prefeitos na história colombiana, ou melhor, a nova dinâmica política local que tal evento criou, foi realmente importante. A política nacional girou em torno dessas eleições realizadas em março de 1988. A abertura democrática, a descentralização política, a mudança na correlação de forças no nível local, a possibilidade de organizações políticas diferentes das tradicionais incidirem na organização das comunidades, etc., foi, de fato, evento maior na história política contemporânea da Colômbia³⁰⁹. Os resultados das eleições seriam a demonstração de que, em alguns territórios do país, havia processos políticos alternativos já em curso, alguns deles já bem consolidados.

Em relação à prefeitura de Bogotá – o segundo cargo mais importante depois da Presidência da República –, enquanto o Partido Social Conservador³¹⁰ chegava com um candidato único, no seio do Partido Liberal, começou a evidenciar-se uma divisão na escolha do candidato. Com efeito, a união entre o senador liberal, Ernesto Samper, o senador do Novo Liberalismo, Luis Carlos Galán, e o prefeito de Bogotá, Julio César Sánchez³¹¹, *versus* a união entre os senadores liberais, Hernando Durán Dussán e Alberto Santofimio, gerou uma disputa entre *galanistas* e oficialistas. Finalmente, a aliança Samper-Galán impôs o engenheiro Eduardo Aldana Valdés como candidato; a escolha de Durán e Santofimio foi Juan Martín

³⁰⁷ “No estoy casando peleas”. Entrevista al presidente Virgilio Barco. *Semana*, Bogotá, 4 ago. 1987, p. 24. No entanto, consideramos que o diagnóstico do governo de Virgilio Barco foi contraditório. Considerava-se que a falta de um canal de expressão para a oposição fez com que essa se expressasse do lado de fora do marco institucional. No entanto, Virgilio Barco concentrou sua energia em consolidar uma oposição institucional com o partido que já fazia parte da institucionalidade, enquanto foi descuidada e menosprezada a oposição daquele setor que sempre havia sido excluído.

³⁰⁸ Sancocho Costeño. *Semana*, Bogotá, 24 nov. 1987, p. 41. “Unos y otros, no importa el nombre que le den, sostienen que, al menos en el Atlántico, el esquema gobierno-oposición impuesto por el gobierno Barco, es apenas eso, un esquema, que no están ni remotamente interesados en respetar”. Justamente, a eleição popular de prefeitos gerou em muitas regiões do país coligações bipartidárias, coligações de tipo *frentenacionalista*. Era como se os grupos políticos preferissem o triunfo do outro partido ao do rival no seio de seu mesmo partido.

³⁰⁹ “Por otra parte, también los grupos guerrilleros en guerra están, según ha podido saber SEMANA, reconsiderando su posición y buscando nuevamente una salida política al conflicto. Ese fue el tema de las reuniones que mantuvieron recientemente en La Habana los dirigentes de la Coordinadora Nacional Guerrillera: el de buscar otra vez (y en especial en vista de la ya inminente elección popular de alcaldes) la posibilidad de hacer política, y no la guerra pura y simple” (Ni paz ni guerra, sino todo lo contrario. *Semana*, Bogotá, 24 fev. 1987, p. 22).

³¹⁰ No final de julho de 1987, o Partido Conservador mudaria seu nome para Partido Social Conservador.

³¹¹ Conhecido como o “Pacto SAGASA” (El “Pacto SAGASA”. *Semana*, Bogotá, 13 out. 1987, p. 22).

Caicedo³¹². No entanto, Aldana teve de renunciar e, por fim, foi escolhido Carlos Ossa Escobar, que havia renunciado à *consejería presidencial* e, em seguida, substituído por Rafael Pardo, em dezembro de 1987.

Mas o que impulsaria radicalmente a vitória de Pastrana em Bogotá³¹³ seria seu sequestro, ordenado por Pablo Escobar, entre os dias 18 e 25 de janeiro³¹⁴ de 1988. Durante seu resgate, foi assassinado o Procurador Geral da Colômbia, Carlos Mauro Hoyos. Por isso, o ambiente no início de 1988 era de uma guerra generalizada. Pastrana adquiriu fama nacional incontestável; e nesse cenário de guerra generalizada uma das propostas foi a de se constituir um governo de emergência nacional, o que teria significado renunciar ao esquema governo-oposição, principal bandeira do governo Barco. Ali, encontra-se um dos maiores paradoxos desse governo: desmontar o esquema governo-oposição para afrontar e superar a violência era, no final das contas, o que fez a Frente Nacional, regime que, por sua vez, foi a causa do fechamento do sistema político e um dos fatores explicativos da luta revolucionária na Colômbia. Nos anos 1980, aceitava-se que a democracia restrita³¹⁵ fosse, em parte, a responsável desse caos social e político.

Precisamente, no dia 4 de março de 1988, dez dias antes da eleição popular de prefeitos, ocorreu o massacre de Curralao (Antioquia). Os massacres começaram a aumentar cada vez mais. Três regiões foram as mais afetadas: Urabá, Córdoba e os *Llanos*. Considerado como plano para desestabilizar as eleições municipais, a grave situação de ordem pública permitia ao presidente nomear prefeitos militares³¹⁶.

³¹² Foi quem introduz no país as ideias do economista peruano Hernando de Soto em relação à economia informal. Reeleito por três vezes consecutivas como presidente da *Federación Nacional de Comerciantes* (FENALCO) (A la caza de votos. *Semana*, Bogotá, 17 nov. 1987, p. 37).

³¹³ Pastrana finalmente ganhou as eleições com 324.275 votos, no dia 13 de março de 1988. Houve 56% de abstenção (Quién ganó y quién perdió. *Semana*, Bogotá, 15 mar. 1988, p. 22).

³¹⁴ El reto de la mafia. *Semana*, Bogotá, 26 jan. 1988, p. 22.

³¹⁵ “Para ellos [o Presidente e seus assessores], y no les falta razón, muchos de los males que está viviendo el país, tiene su origen en la circunstancia de que, desde la creación del Frente Nacional hace 30 años, los colombianos no han tenido canales institucionales para ejercer la oposición y por eso han recurrido a la bala. Además de ser esta una posición valerosa y audaz, constituye el cumplimiento, en los términos ofrecidos, de la principal promesa de la campaña de Barco. Peor aún, su desmonte significaría reconocer el fracaso de una de las pocas cosas de mostrar que le está quedando a la administración” (Un país en jaque. *Semana*, Bogotá, 26 jan. 1988, p. 34).

³¹⁶ “Según las últimas estadísticas, en el mes de febrero se han duplicado los asesinatos de líderes políticos y se ha generalizado la guerra sucia, que respondería a un plan desestabilizador para perturbar, si no impedir, la elección popular de alcaldes”. E mais importante ainda: “Lo que no queda muy claro es por qué en Urabá, donde hoy por hoy hay una gran concentración de efectivos militares – es la sede de X Brigada con 5 batallones de cerca de mil hombres cada uno – no se ha logrado el control de la zona y la violencia aumenta día a día. En varias oportunidades, los dirigentes de la UP han denunciado la complicidad de militares con los asesinatos de trabajadores y líderes del movimiento, y aunque nada se ha podido comprobar, lo cierto es que o el Ejército es ineficiente para garantizar la vida, honra y bienes de los habitantes de Urabá, o se está haciendo el de la vista gorda” (La masacre de Urabá. *Semana*, Bogotá, 8 mar. 1988, p. 23).

Os resultados das eleições, no dia 13 de março de 1988, evidenciaram um empate entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. No entanto, em algumas regiões, as eleições criaram um novo equilíbrio político. A UP irrompeu como nova e poderosa força política, já materializada nas eleições de 1986 e, sobretudo, nas eleições de 1988, transformando, assim, o cenário político regional e local.

A despeito da grave situação, a UP conseguiu, ainda, 19 deputados para as assembleias departamentais (15 principais e 4 suplentes), 17 prefeituras próprias e 108 através de coligações³¹⁷. Surgiu, então, uma nova correlação de forças e uma incipiente nova estrutura do poder que, por um lado, obrigou o estabelecimento de alianças entre as velhas forças políticas – isto é, entre o Partido Liberal, o Partido Conservador e a UP –, mas, por outro lado, gerou tanta necessidade de reacomodar o poder político que alguns, recusando o novo cenário, optaram pela supressão física dos representantes dessa nova força política. A sensação era a de que o espectro político estava virando à direita³¹⁸. Com efeito, depois das eleições gerais agravou-se ainda mais a chamada *guerra sucia*³¹⁹.

3.4. A disseminação da violência e o esgotamento do regime político colombiano

Em abril de 1988, ocorreu o massacre do *caserio* Mejor Esquinas³²⁰ no departamento de Córdoba, ocasião em que trinta e seis camponeses foram mortos. Isso deu origem a um novo tipo de conflito entre proprietários de terra e camponeses da região: o *narco-paramilitarismo*. Os narcotraficantes começaram, então, a impulsar a criação de grupos de

³¹⁷ Victoria o derrota. *Semana*, Bogotá, 22 mar. 1988, p. 34.

³¹⁸ As eleições municipais deixaram a sensação de que foi devido às coligações que os novos prefeitos deram participação aos grupos que atuavam nas regiões. Meses depois: “Se está viviendo en el país, un creciente sentimiento hacia la derecha, hacia el orden y hacia la defensa del sistema. Durante la administración Betancur, se llegó a pensar que tanto los que defendían el sistema, como los que le hacían oposición, tenían parte de razón. Hoy en día, después del palacio de justicia, las emboscadas de Santander y Caquetá, y el asalto a Saiza, con secuestro de 22 soldados y policías, más y más gente comienza a creer que aunque las instituciones son regulares, mas vale malo conocido que bueno por conocer” (El jefe. *Semana*, Bogotá, 20 set. 1988, p. 24).

³¹⁹ “Marzo ha sido, como ningún otro mes en la historia reciente, el de la guerra sucia. Las cifras son aterradoras: 41 asesinatos políticos entre el 1º y el 15 de marzo, casi 3 por día” (Historia de nunca acabar. *Semana*, Bogotá, 22 mar. 1988, p. 33).

³²⁰ Municipio de Buenavista (Córdoba). Depois do massacre, foi veiculada a tese segundo a qual os assassinos haviam errado seu alvo, pois Buenavista foi o único município em Córdoba onde a UP não conseguiu nenhum voto; muito pelo contrário, pois ali triunfou o Partido Social Conservador (En pocas palabras: ¿Victimas conservadoras? *Semana*, Bogotá, 10 maio 1988, p. 3).

autodefesa, uma aliança entre narcotraficantes e ganaderos. Foi então que começou a ficar conhecido Fidel Castaño³²¹, o *rambo criollo*³²².

É importante mencionar uma das teses – a tese hegemônica durante o período estudado – que explicava a origem do paramilitarismo em algumas regiões do país. A revista *Semana* nunca questionou tal tese; ao contrário, ela explicitamente a veiculou com a criação dos grupos de autodefesa ou dos grupos paramilitares (pois não faz distinção), devido às extorsões e *vacunas* (vacinas, “impostos revolucionários”) da guerrilha³²³. A resposta do colunista Jorge Child³²⁴, em uma entrevista onde explica seu exílio de seis meses e seu regresso ao país, em abril de 1988, se dá desta forma:

Semana: Esa es su interpretación, pero sin ningún ánimo de defender a nadie, se ha escuchado otra según la cual se trata de que los terratenientes, narcotraficantes o no, se cansaron de ser extorsionados, pagar vacunas, que les roben el ganado y ser ellos los desalojados. Lo que se decidió sería entonces defenderse aunque fuera a sangre y fuego. ¿Qué le parece esta interpretación?

Jorge Child: Esa es la interpretación del señor gerente de UNIBAN [*Unión de Bananeros de Urabá*], quien declaró en la televisión que, sin poder probarlo científicamente, se sospechaba una conexión entre los sindicatos bananeros de Urabá y la guerrilla. La pregunta que se está planteando es si el nuevo capital agrario puede en Colombia, en esas regiones, reproducirse ordenadamente, o tiene que recurrir a la violencia para hacerlo. Parece que está recurriendo a la violencia. Para mí, de esas dos interpretaciones, la más viable no es la de la legítima defensa de los terratenientes, sino su estrategia de enriquecimiento primitivo eliminando presiones redistributivas y, de paso, abaratando las tierras abandonadas en venta en las regiones aterrizadas³²⁵.

³²¹ Os irmãos Castaño, Fidel, Vicente e Carlos, foram os criadores do maior exército paramilitar na Colômbia: as *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC).

³²² Masacre. *Semana*, Bogotá, 12 abr. 1988, p. 36.

³²³ Esse seria o *leitmotiv* da guerra suja: “En su cruzada a muerte [de Rodríguez Gacha] contra el comunismo, cuyo propósito final es eliminar a las FARC, ha sido respaldado por hacendados no narcotraficantes de todo el país, que han sido víctimas de años y años de boleteo, secuestro y extorsión por parte de la subversión” (La guerra es total. *Semana*, Bogotá, 22 ago. 1989, p. 22). *Vacuna* [vacina] é o nome comum para referir-se ao imposto revolucionário exigido por alguns grupos guerrilheiros. O *boleteo* seria o meio pelo qual efetuavam-se as *vacunas* (envia-se uma *boleta* [fatura] para cobrar o dinheiro). Essa é a visão oficial, pois, segundo Pardo, a multiplicação de organizações paramilitares se deveu, principalmente, a três causas: a primeira foi a existência de grupos de camponeses que optaram por se defender das ações da guerrilha no final dos anos 1970; a segunda causa foi a organização de grupos de autodefesa por parte de narcotraficantes e pecuaristas durante a trégua decretada no governo de Betancur, pois o exército retirou-se de muitos lugares e a guerrilha aproveitou para deslocar-se a outros lugares do território nacional: “Así, sólo las Farc pasaron de 1600 a 3600 hombres entre 1984 e 1986” (PARDO, 1996, p. 55). A terceira causa foi um acontecimento: o sequestro de Martha Nieves Ochoa, irmã de membros do Cartel de Medellín, por parte do M-19. Esse episódio motivou a organização, sobretudo por parte de alguns narcotraficantes, de um grupo chamado *Muerte a Secuestradores* (MAS), tornado público no dia 2 de dezembro de 1981 (*Ibid.*, pp. 54-55).

³²⁴ Foram muitos os jornalistas, acadêmicos e intelectuais ameaçados que se viram obrigados a sair do país.

³²⁵ Jorge Child “El país se está libanizando”. *Semana*, Bogotá, 19 abr. 1988, p. 24. Como veremos essa tese é muito homogeneizante. Omite o fato do conflito armado ter se expandido de maneira geográfica, especial e temporalmente diferenciada. Isto é, não negamos que em algumas regiões do país a chegada do paramilitarismo tenha sido propiciada pelas ações da guerrilha contra latifundiários e pecuaristas. No entanto, em outras regiões, existem evidências de processos diferentes.

A partir de 1988, os massacres ocuparam cada vez mais os títulos dos jornais³²⁶. O Urabá foi uma das regiões mais afetadas. O termo *narcoguerrilla* começaria, então, a ser substituído por *narcoparamilitarismo*, pois

[...] [e]l narcotráfico, en un comienzo, utilizó como aliados a algunos grupos guerrilleros que, como él, se encontraban en la ilegalidad. Pero una alianza entre grupos con intereses tan opuestos tenía que ser pasajera. Una cosa es tener laboratorios escondidos en la selva, con protección guerrillera y otra muy distinta, tener grandes extensiones de tierras con problemas de guerrilla. Los narcos, convertidos ahora en grandes propietarios en diferentes zonas rurales del país, no quieren saber nada de grupos guerrilleros. Y no sólo no quieren saber nada, sino que están dispuestos, como lo han demostrado ya, a buscarles y ganarles la pelea. En ese proceso se explica la ola de matanzas.

Conformou-se, nesse sentido, uma *triade* de narcotraficantes, paramilitares e latifundiários, sem nenhuma referência às relações de poder ou às relações de produção nas regiões conflituosas. Mais precisamente, uma das promessas do governo Barco em relação à política de paz havia sido a conservação da gestão civil da ordem pública; no entanto, nos casos de alguns departamentos, como o de Caquetá e Urabá, os militares tomaram as rédeas da situação³²⁷. Para enfrentar a violência em Urabá, Virgilio Barco nomeou um chefe militar com plenos poderes³²⁸, o geral Jesús Armando Arias Cabrales³²⁹, que impôs a *carnetización* obrigatória para controlar a presença de pessoas que não trabalhavam nas plantações, o que produziu uma importante greve em outubro de 1988³³⁰.

Duas edições da revista *Semana*, a do dia 3 de maio e a de 17 de maio de 1988, foram dedicadas a explicar a difícil situação nessa região. Na primeira edição, foram sugeridos possíveis vínculos entre membros das Forças Armadas colombianas e os perpetradores dos massacres em Urabá. O conflito *urabeño* teria origem, nesse raciocínio, em uma rivalidade entre o setor sindical e o setor empresarial. A segunda edição levou como título “A contrarrevolução em Urabá”. Contra o sindicalismo armado, propiciado pelos diálogos de paz durante o governo de Betancur, a prioridade dos proprietários era recuperar suas terras. O conflito era considerado como enfrentamento entre a democracia e o comunismo. Ao

³²⁶ “Las palabras masacre y matanza que se habían ganado un lugar en los relatos de la historia contemporánea de América Latina, y que sólo eran asociadas a hechos como el de la matanza de Santa María de Iquique ocurrida en Chile en 1907, o el de la masacre de las bananeras ocurrida en Colombia en 1928, han entrado a hacer parte de la familiaridad cotidiana de los editores de los diarios en Colombia” (Pura sangre. *Semana*, Bogotá, 19 abr. 1988, p. 28). O ano de 1988 foi conhecido como o ano dos massacres (¿Tocó fondo? *Semana*, Bogotá, 1 dez. 1987, p. 38).

³²⁷ Con el sol a la espalda. *Semana*, Bogotá, 2 ago. 1988, p. 31.

³²⁸ Decretos 678 e 769 dos dias 14 e 20 de abril de 1988.

³²⁹ Era o comandante da Brigada 13 de Bogotá no dia 6 de novembro de 1985, dia do assalto ao Palácio de Justiça.

³³⁰ “El gremio bananero afirma que lo que está ocurriendo en Urabá tiene visos de insurrección” (Semana de pasión. *Semana*, Bogotá, 27 set. 1988, p. 57).

contrário da zona cafeeira ou da zona açucareira, os empresários bananeiros não privilegiaram a solução das questões de ordem social e de infraestrutura. Assim, a produção bananeira desenvolveu-se com muitas carências e dificuldades, o que explicou a expansão de um forte movimento sindical: primeiro, com a criação do sindicato SINTRABANANO (influenciado pelas FARC-EP); segundo, com a criação do SINTAGRO (influenciado pelo EPL). Posteriormente, iniciou-se, ainda, um enfrentamento entre os dois sindicatos³³¹, tudo em um contexto de marchas camponesas em todo o território nacional.

De alguma maneira, o cenário descrito anteriormente significaria relativizar a ideia que mostra o conflito guerrilheiro como fenômeno próprio das zonas marginais, sem nenhum valor estratégico para a economia nacional. No entanto, com a presença da guerrilha nos departamentos de Arauca e Urabá, notamos que elas estabeleceram sua presença em zonas cujas atividades econômicas geravam grande margem de lucro. A pergunta seria: quais foram os processos que explicaram a forte presença da UP nessas regiões? Essa, evidentemente, é uma resposta que a revista *Semana* não oferece e precisa ser encontrada em outras fontes³³².

Também houve massacres nas zonas mineiras em Antioquia³³³, em que os assassinados foram todos dirigentes da UP. Continuando com o plano sistemático de extermínio, no dia domingo 11 de outubro de 1987, na parte da tarde, foi assassinado Jaime

³³¹ La contrarevolución en Urabá. *Semana*, Bogotá, 17 maio 1988, p. 30.

³³² A maioria das análises, jornalísticas ou acadêmicas, começa com a atividade dos atores armados nas regiões. Isto é, o primeiro ato é sempre a extorsão ou sequestro dos empresários, pecuaristas ou caciques políticos da região por parte das guerrilhas, como parte da sua “economia de guerra”. Alguns trabalhos acadêmicos fazem referência aos *factores explicativos* que possibilitaram o surgimento do paramilitarismo (ou “subversão de direita”, como era chamada nos anos 1980), às relações de produção que permitiram a expansão de um forte movimento sindical e à mobilização social e posterior influência de grupos políticos de esquerda considerados uma ameaça pelos setores políticos tradicionais. Assim, por exemplo, o trabalho do *Centro Nacional de Memoria Histórica* (CNMH) sobre os massacres de Remedios e Segovia, no *Alto Nordeste Antioqueño*, faz referência à exploração industrial do ouro por parte da companhia estrangeira *Frontino Gold Mines* na região, o que permitiu importante mobilização social desde o início do século XX. Nos anos 1960, o PCC exerceu forte influência na região e, desde meados dos anos 1980, foi a UP quem liderou a mobilização social. No entanto, essa história política e social, pelo menos antes do surgimento da UP como alternativa política e eleitoral, é pouco explorada. Outro exemplo: o livro de Alonso Sánchez Baute, *Libranos del bien*. Embora não seja um trabalho acadêmico, é uma tentativa de explorar o surgimento da violência no departamento do Cesar que, nos anos 1980, ainda era considerado um *remanso de paz*. A versão de Josefina Palmera, que representava a elite do departamento, cuja riqueza originou-se na bonança algodoeira, contrastava com a versão do sindicalista, Tulio Villa: “Vino luego la etapa de la violencia [...] Llegó con la bonanza del algodón. Es que los señores algodoneros trataban muy mal a los obreros. Los trataban demasiado mal, para ser sincero [...] Hubo un maltrato constante contra esta gente: los ponían a dormir en los sardineles de sus casas; doblaban el precio de los artículos que vendían en los comisariatos de sus fincas; a los peones que tenían en las fincas los ponían a dormir en establos sobre trojas de tablas; en ocasiones no pagaban lo acordado [...] Y apareció la guerrilla. Es falsa esa tesis de que los guerrilleros se asomaron por estas tierras buscando el dinero de los millonarios ganaderos. Ellos llegaron invitados por los peones de sus fincas que los buscaron para hacerse respetar. Ésta es la pura verdad, no hay otra. La guerrilla enviaba cartas a los empleadores a manera de presión. Algunos pagaban. Otros no [...] Por eso la Unión Patriótica tuvo tanto auge por estos lados [...]” (SÁNCHEZ BAUTE, 2010).

³³³ A machete. *Semana*, Bogotá, 28 jun. 1988, p. 52.

Pardo Leal³³⁴. Depois desse assassinato, a UP exigiu ao presidente Barco a nomeação de um Ministro de Defesa Civil, a dissolução dos grupos paramilitares e o castigo a seus financiadores, o traslado da polícia judicial à procuradoria, o fim do estado de sítio e o diálogo imediato como a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB)³³⁵.

3.5. O *Acuerdo de la Casa de Nariño* e o sequestro de Álvaro Gómez

Nesse cenário de violência e impunidade generalizadas, a solução negociada para o conflito não foi a única ação que o governo tomou para superar a crise política. Pelo menos desde o fim formal da Frente Nacional, em 1968, as elites colombianas consideravam necessário realizar uma reforma constitucional para poder transformar a estrutura do Estado e o regime político colombiano à luz das mudanças sociais e políticas desse período.

Barco também tentou seguir esse caminho, que tinha sido “travado” pelo artigo 218 da Constituição de 1886, e que não permitia elaborar uma reforma constitucional sem passar pelo Congresso. O problema residia na dificuldade de revogar o artigo 13 aprovado no plebiscito de 1º dezembro de 1957³³⁶. Essa era uma iniciativa que já havia sido proposta pelo presidente Alfonso López Michelsen (1974-1978) a partir da convocação a uma Assembleia Constituinte, que foi declarada inconstitucional em 1977. O governo seguinte, o de Turbay (1978-1982), também proporia, em 1979, reforma constitucional, que foi também declarada inconstitucional em 1981. Já no início de 1988, a proposta de levar a cabo uma reforma constitucional foi apoiada por muitos setores políticos e sociais. O objetivo foi estabelecer um

³³⁴ “El asesinato de Jaime Pardo Leal es lo peor que le podía pasar a la UP. Muchos piensan que ahora sí, al país se lo llevó el diablo. La razón es que la UP es lo único que queda de la controvertida apertura democrática que inició Belisario Betancur hace 5 años” (p. 30). O artigo acrescentaria uma pergunta de grande atualidade: “Si el proceso de paz, impulsado por Betancur, tenía como meta final la incorporación de los guerrilleros al sistema, después de una serie de instancias, ¿a quien se le ocurre hoy que un guerrillero quiera desmovilizarse, cuando un simple simpatizante de la izquierda no tiene garantizada su seguridad personal? Si en Colombia asesinaron a Héctor Abad Gómez y a Jaime Pardo Leal, ¿cómo puede esperarse que un Jacobo Arenas o un Carlos Pizarro lleguen al Congreso? ¿Quien considera factible volver a ver a Braulio Herrera haciendo debates desde su curul?” (Así fue el asesinato de Pardo. *Semana*, Bogotá, 20 out. 1987, p. 27).

³³⁵ Barco tiende la mano. *Semana*, Bogotá, 3 nov. 1987, p. 22.

³³⁶ “En 1957 se realizó un plebiscito, con carácter de enmienda constitucional, con el fin de consultar al pueblo sobre la estructura del Frente Nacional. Incluía una expresa prohibición de realizar en adelante nuevos plebiscitos para reformar la Constitución. Este artículo, que se incorporó a la Constitución como el 218, era la clave que impedía una reforma expedita a la Carta Política” (PARDO, 1996, p. 77). O artigo 13 dizia: “En adelante las reformas constitucionales sólo podrán hacerse por el Congreso en la forma establecida por el artículo 218 de la Constitución”. Como um dos objetivos era reformar o próprio Congresso, fazia-se necessário procurar outra via (CEPEDA, 1993, p. 174).

mecanismo para reformar a Constituição sem, no entanto, passar pelo crivo do Congresso e que não fosse declarada inconstitucional³³⁷.

Os editoriais do jornal *El Espectador*³³⁸ são a prova cabal de que havia um consenso entre as diferentes facções da elite colombiana em torno da necessidade de uma reforma constitucional como saída da crise política. Foi o sequestro de Andrés Pastrana e o assassinato do Procurador Geral da nação, Carlos Mauro Hoyos, no dia 18 e 25 de janeiro de 1988, respectivamente, que motivaram o presidente Virgilio Barco a tomar algumas atitudes: 1) lançar o *Estatuto para la Defensa de la Democracia*³³⁹, também conhecido como Estatuto antiterrorista³⁴⁰; 2) retomar o diálogo com a oposição; e, por fim, 3) acolher a proposta de *El Espectador* no sentido de realizar um plebiscito – a ser realizado no dia 13 de março, no mesmo dia da eleição popular de prefeitos³⁴¹ –, para agilizar as reformas constitucionais³⁴², que foi o processo de reforma constitucional mais importante da segunda metade do século XX colombiano³⁴³.

³³⁷ Em novembro de 1987, o Ministro de Governo, César Gaviria, e o Ministro de Comunicações, Fernando Cepeda Ulloa, haviam solicitado a Manuel Cepeda, assessor do presidente para assuntos constitucionais, a preparação de um documento que tratava dos possíveis caminhos jurídicos para uma eventual reforma constitucional por intermédio de um referendo ou da convocação de uma Assembleia Constituinte. Usando quatro sentenças sobre reformas constitucionais pouco conhecidas da Corte Suprema, Cepeda tentou achar um caminho jurídico viável para uma Assembleia Constitucional. O memorando foi finalmente apresentado ao presidente Barco, em 1988. “Se concluyó que lo menos arriesgado jurídicamente era acudir directamente al Pueblo como constituyente primario o soberano sin pasar por el congreso” (*Ibid.*, p. 175). Cf. “Memorando sobre la convocatoria del plebiscito de 1988” (CEPEDA, 1993, p. 213-214). Manuel José Cepeda Espinosa, filho de Fernando Cepeda Ulloa, primeiro Ministro de Governo de Barco, também foi assessor para a reforma constitucional durante o governo de Gaviria e participou, ativamente, do desenho de um caminho jurídico para a convocação da Assembleia Constituinte. Participou, também, da elaboração do texto de reforma apresentado pelo governo Gaviria. Além disso, foi magistrado da Corte Constitucional colombiana entre 2001 e 2009. Ele é um dos assessores jurídicos do governo Santos nas atuais negociações com as FARC-EP, em Havana, Cuba.

³³⁸ Cf. Editoriais dos dias 18, 20, 21, 23, 28 e 30 de janeiro. O jornal *El Espectador* lançou uma proposta de plebiscito nacional, acolhida pelo presidente no final de janeiro de 1988.

³³⁹ Permitia, entre outras coisas: “el arresto, el allanamiento, el registro y la interceptación de teléfonos, sin necesidad de que medie orden judicial ni de autoridad alguna” (¡A la carga! *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 30).

³⁴⁰ Decreto n° 180 de janeiro 27 de 1988 (PARDO, 1996, p. 61).

³⁴¹ Realizar um plebiscito para eliminar o artigo 13 de 1957, que havia suplantado a possibilidade de realizar plebiscitos posteriores; isto é, as reformas constitucionais somente podiam ser realizadas pelo Congresso, isso depois dos fracassos das reformas constitucionais de 1977 e 1979 (Mingobierno explica el plebiscito. *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 28). O diagnóstico era basicamente o seguinte: estava-se diante de umas das piores crises da história do país e, por isso, era necessário algum tipo de ação no sentido de criar mecanismos audazes para sair da crise. O Congresso não podia levar a cabo as reformas, pois a ideia era a de que ele também fosse reformado. Finalmente, uma sentença do dia 9 de junho de 1987 indicou um principio de autonomia: o povo era o constituinte primário e, por conseguinte, nenhuma norma constitucional podia impedir que ele expressasse sua vontade. “Cuando existe consenso de que hay crisis se entrelazan, hasta el punto de confundirse, los argumentos políticos con los jurídicos. Es precisamente lo que se está viendo en la situación actual” (Golpe a golpe. *Semana*, Bogotá, 9 fev. 1988, p. 31).

³⁴² La narco-guerra. *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 26.

³⁴³ Isso aumentou, rapidamente, o prestígio de Virgilio Barco, na medida em que ele estava, de fato, exercendo uma liderança. Alguns diriam que ele a estava exercendo pela primeira vez desde o início do seu mandato.

No entanto, era necessário chegar a um acordo entre os diferentes setores políticos, pois entendia-se que o plebiscito era mais um ato político do que jurídico³⁴⁴. Assim, em fevereiro de 1988, chegou-se a um acordo: o chamado *Acuerdo de la Casa de Nariño*, o acerto político mais importante entre liberais e conservadores desde os pactos de Sitges e Benidorm³⁴⁵. O projeto incluía, ainda, a proposta de reformar a constituição via referendo, assim como criar uma Comissão de Estudos Constitucionais responsável por analisar o *temario* da reforma constitucional, e que seria composta por dois ministros, os cinco membros da Direção Nacional Liberal (DNL), os cinco da Direção Nacional Conservadora (DNC), o diretor do Novo Liberalismo (NL) e um membro da União Patriótica (UP)³⁴⁶. Por sua vez, a comissão escolheria os 50 membros de uma *Comision de reajuste institucional* (CRI), isto é, uma Assembleia Constituinte. No dia 9 de outubro, os colombianos deveriam aprovar ou reprovar o texto de reforma constitucional. Nesse cenário, a eleição popular de prefeitos passou a adquirir uma dimensão importante, pois a composição da assembleia seria um reflexo dessas eleições³⁴⁷ e determinaria a correlação de forças no seio da CRI. Além do consenso em torno da reforma judiciária³⁴⁸ e do Congresso, a ideia era ampliar, também, a democracia participativa por intermédio do estabelecimento do referendo e da iniciativa cidadã no nível nacional, do acesso dos trabalhadores à propriedade e administração dos fatores de produção e da democratização e modernização dos partidos políticos (artigos 2º, 16 e 47)³⁴⁹. Todavia, depois do acordo, não faltaram críticas. A União Patriótica considerava que o acordo não abria de fato os espaços políticos – ao contrário, os fechava completamente. Além disso, segundo a UP e Luis Carlos Galán, o desenho de uma eventual constituição devia contar com a participação das guerrilhas³⁵⁰.

³⁴⁴ “Al plebiscito se le puede anotar una victoria inicial: la de haberle dado al gobierno y a la oposición un pretexto para sentarse a conversar sobre algo concreto, así éste fuera un desacuerdo” (Dialogando. *Semana*, Bogotá, 16 fev. 1988, p. 23). Além do desacordo em relação à data do plebiscito, 13 de março, o partido conservador não concordou com o procedimento da reforma constitucional, o plebiscito, pois, para esse partido, tratava-se de algo claramente inconstitucional por ser um procedimento externo às disposições da constituição.

³⁴⁵ Os pactos que deram origem à Frente Nacional.

³⁴⁶ Histórico timonazo. *Semana*, Bogotá, 23 fev. 1988, p. 26.

³⁴⁷ “La fórmula también tiene un gran sabor democrático. Si bien el constituyente primario no será consultado directamente en la primera etapa del proceso, lo será indirectamente, **puesto que la elección de alcaldes ha quedado estrechamente vinculada con el proceso de reforma constitucional**” (Histórico timonazo. *Semana*, Bogotá, 23 fev. 1988, p. 27, grifo nosso).

³⁴⁸ Desde 1984 até agosto de 1989, na Colômbia, haviam sido assassinados: um ministro de justiça, um procurador geral, três magistrados, 11 funcionários de instrução criminal e mais de 20 juízes (La ley del monte. *Semana*, Bogotá, 8 ago. 1989, p. 34).

³⁴⁹ Los primeros “peros”. *Semana*, Bogotá, 1 mar. 1988, p. 25.

³⁵⁰ *Ibidem*.

O Acordo da Casa de Nariño encontrou, porém, dificuldades maiores. Em abril de 1988, o Conselho de Estado suspendeu temporariamente o *Acuerdo*³⁵¹. Restava a vontade política de fazer as reformas. Mas como? Havia que procurar um novo acordo político com a oposição, ou seja, aprovar a reforma nas duas casas legislativas do Congresso pelo mecanismo tradicional. Acontece que a oposição aproveitou para incluir uma série de medidas que, finalmente, foram aceitas. Depois da primeira tramitação do projeto, ele ficaria muito diferente da versão inicial. Tornou-se evidente, então, que os liberais não aceitariam o projeto na segunda tramitação. No entanto, com a derrota da reforma, a proposta inicial do governo ficou intacta³⁵², e os conservadores que, em um primeiro momento, estavam dispostos a colaborar com o governo, decidiram ficar à margem do processo.

Um mês depois, em maio de 1988, Galán liquidou o Novo Liberalismo (NL) como movimento independente – ele teve, assim, a possibilidade de ser candidato presidencial pelo Partido Liberal nas eleições de 1990³⁵³. O ingresso do *galanismo* no oficialismo acelerou a apresentação do primeiro rascunho do *temario*: entre outras coisas, retomava-se a reforma constitucional proposta no governo de Turbay em 1979. O *temario* do governo foi assinada por Galán, Durán e Gaviria³⁵⁴ no dia 20 de maio.

No dia 29 de maio de 1988, o Comando Jorge Eliécer Gaitán do M-19 sequestrou Álvaro Gómez Hurtado. A implicação política imediata dessa ação foi a necessidade de reformular o esquema governo-oposição. O presidente da Direção Nacional Liberal, Hernando Durán, apontou para a necessidade de constituir um gabinete bipartidário de salvação nacional³⁵⁵. A expressão *el palo no está para cucharas* resume o evidente paradoxo mencionado anteriormente. Não era esse o momento de incentivar a desunião usando o esquema governo-oposição; ao mesmo tempo, era justamente esse o motivo do sequestro de Álvaro Gómez e do surgimento da luta armada: a falta de canais de expressão e participação da oposição. Tal seria o paradoxo constante da vida política nacional durante os anos de crise política.

³⁵¹ O acordo constituía um ato administrativo e precisava do pronunciamento do Conselho de Estado, pois havia sido demandado pelo jurista Victor Velásquez Reyes (El apagón. *Semana*, Bogotá, 12 abr. 1988, p. 22).

³⁵² Assim: “Al morir el acuerdo, lo que se hundió no fue la reforma sino la propuesta pastranista dentro de esa misma reforma” (El muerto que vos matáis... *Semana*, Bogotá, 18 jul. 1989, p. 23).

³⁵³ “La unión se hizo alrededor de puntos importantes como reforma constitucional, plataforma legislativa, consulta popular para elegir candidato, apoyo al gobierno y cancelación de la personería jurídica del nuevo liberalismo” (El apretón. *Semana*, Bogotá, 24 maio 1988, p. 27). Galán seria o indiscutível ganhador nas enquetes de novembro de 1988.

³⁵⁴ “En realidad el eje de las reformas es el acto legislativo No. 1 de 1979, declarado inconstitucional por la corte suprema de justicia” (De cal y de arena. *Semana*, Bogotá, 31 maio 1988, p. 33).

³⁵⁵ Desaparecido. *Semana*, Bogotá, 7 jun. 1988, p. 29.

3.6. A *Iniciativa para la paz* e a recomposição do regime político colombiano

O sequestro de Álvaro Gomez foi um divisor de águas nesse período, na medida em que possibilitou que o governo e a sociedade civil em geral falassem novamente em diálogo e em uma solução negociada para o conflito³⁵⁶. Essa interpretação é unânime nos estudos sobre os processos de paz do período. No entanto, aqui queremos destacar, a partir da análise da dinâmica política nacional, que esses eventos não podem ser analisados sem, antes, levar em consideração o contexto no qual eles estão inscritos. Assim, vimos como, de maneira explícita, a política de paz de Barco esteve ligada não só ao Plano de Economia Social, mas também à reforma política com a eleição municipal e com a reforma constitucional. Justamente por isso, uma das primeiras reações da classe política depois do sequestro foi a supressão do esquema governo-oposição. O sequestro permitiu a união dos diferentes setores do estabelecimento em torno da adoção de uma nova política de controle da ordem pública³⁵⁷.

É neste momento que podemos ver a união entre a dinâmica política e as negociações. Mas, de que maneira o plebiscito foi vinculado à política de paz? Por intermédio de um memorando elaborado pelo *Consejero presidencial* Jesús Bejarano: tratava-se de um convite aos grupos armados para exporem suas propostas diante das “comissões preparatórias de reajuste institucional”, mas com a condição de discutir com o governo uma agenda para a desmobilização³⁵⁸ (PARDO, 1996).

Esse vínculo entre o plebiscito e a política de paz é fundamental para entender o início dos diálogos com o M-19 depois do sequestro de Álvaro Gomez. É possível dizer que o sequestro acelerou, de fato, o processo; no entanto, como dito anteriormente, seria redutor

³⁵⁶ “Diálogo: la palabra había estado *out* desde que el famoso diálogo nacional del proceso de paz del gobierno Betancur había terminado en la tragedia del Palacio de Justicia. Este gobierno prácticamente había proscrito este término del vocabulario de su política de mano tendida y pulso firme, a menos que fuera para la desmovilización de los grupos guerrilleros” (El hombre clave. *Semana*, Bogotá, 12 jul. 1988, p. 38).

³⁵⁷ ¿Qué quiere el M-19? *Semana*, Bogotá, 14 jun. 1988, p. 31. O episódio do sequestro demonstraria que mais importante do que os aspectos formais da política de paz (por exemplo, a “ressurreição” do diálogo), é o diagnóstico sobre a origem e a persistência da luta armada que, no momento do sequestro, e a despeito das mudanças conjunturais, continuava sendo a do fechamento do regime político. Consideramos que esse diagnóstico e todos os diagnósticos que antecedem o início de qualquer mesa de negociações são mais relevantes do que o inventário das mudanças dos aspectos procedimentais, metodológicos, etc., das próprias negociações.

³⁵⁸ Afirma Pardo: “El principio era muy simple. Si las guerrillas son, como decían, y aún dicen serlo, alzados en armas por razones políticas, entonces lo único que se les pedía es que pusieran a consideración su modelo de sociedad y de Estado ante el escenario de debate democrático con todos los sectores organizados del país. Se ofrecería un espacio de discusión con posibilidad de llegar a acuerdos, pero en un contexto democrático, o sea, sin exclusividad de unas propuestas frente a otras y sin que nadie, ni el establecimiento, ni tampoco la guerrilla pretendiera un papel hegemónico con respecto al resto de sectores. Se le daría a la guerrilla espacio de diálogo, pero no gratis, sino con el compromiso de su parte de examinar su futuro como grupo armado. Estos fundamentos serían la base de la nueva política de paz del gobierno Barco que se plasmaría meses después en el documento *Iniciativa para la paz*” (PARDO, 1996, p. 81).

demais afirmar que evento, em si, teria sido determinante para a redefinição da política de paz e para o posterior anúncio da *Iniciativa para la paz*, no dia 1º de setembro de 1988 – isso sem desconhecer a transcendência do acontecimento³⁵⁹. Como também mencionado, a conjuntura havia mudado e o governo, ou a *Consejería para la paz*, teve a possibilidade de vincular perfeitamente política de paz e “abertura democrática”, que, ao contrário do que aconteceu durante o governo Betancur, foi se convertendo em uma aspiração compartilhada por muitos setores da sociedade colombiana. Nenhum setor do estabelecimento, nenhuma das facções das elites, colocou-se contrário à necessidade de reformar e, inclusive em alguns casos, de superar a Constituição de 1886.

Foi, então, o Ministro de Governo de Barco, César Gaviria, quem se responsabilizou pelo assunto. A liberação desencadeou um processo de negociação iniciado na reunião do dia 14 de julho, realizada no Panamá, entre dirigentes colombianos e representantes do M-19, onde se decidiu pela liberação de Gómez Hurtado antes do dia 29 de julho, data da próxima reunião de cúpula (*cumbre*)³⁶⁰. No dia 20 de julho, seis dias depois da reunião no Panamá, Gómez Hurtado foi, portanto, liberado. No dia 29 de julho, ocorreu, de fato, a *Cumbre de Usaquén*³⁶¹ e, em seguida, instalou-se a comissão de convivência democrática, mais precisamente no dia 22 de agosto, por 30 dias³⁶².

Em agosto de 1988, o cenário político nacional mudou, pois Luis Carlos Galán foi acolhido oficialmente no Partido Liberal e Turbay foi nomeado chefe do partido na convenção liberal de agosto de 1988. Durante a convenção, Galán afirmou: “Hemos comprendido que por la gravedad de la crisis, el Nuevo Liberalismo no puede alcanzar sus objetivos si no se une al resto del partido [...] si el liberalismo no se reorganiza con el esfuerzo de todos, Colombia no encontrará una salida pacífica”³⁶³.

Finalmente, no dia 1º de setembro, Virgilio Barco apresentou a *Iniciativa para la paz*, composta por três fases: distensão, transição e incorporação³⁶⁴. Essa iniciativa não considerava o enraizamento de alguns grupos guerrilheiros em algumas regiões do país: “La

³⁵⁹ Essa é também a opinião de Pardo: “Mucha gente atribuye la elaboración de un plan de paz al secuestro de Gómez. La verdad es que en ese plan se había venido trabajando desde principios del año con la propuesta del plebiscito, varios meses antes del secuestro y por motivos diferentes a este hecho. Pero la pérdida de liderazgo político del gobierno, especialmente en el tema de la paz, le había restado mucho espacio y no le eran reconocidas ni siquiera sus iniciativas” (PARDO, 1996, p. 91).

³⁶⁰ Encuentro en Panamá. *Semana*, Bogotá, 19 jul. 1988, p. 22.

³⁶¹ Uma das condições para a liberação de Gómez Hurtado era levar a cabo essa cúpula.

³⁶² De la cumbre al llano. *Semana*, Bogotá, 2 ago. 1988, p. 37.

³⁶³ El hijo pródigo. *Semana*, Bogotá, 16 ago. 1988, p. 26.

³⁶⁴ A Iniciativa foi muito criticada pelos grupos guerrilheiros. Ramiro Lucio, do M-19, disse: “no es un plan de paz, sino un itinerario de desmovilización. El presidente, al haberlo querido enmarcar en el esquema gobierno-oposición, olvidó que el abc de la paz es el consenso. Hoy la paz es liberal, pero también lo es la guerra” (La última carta. *Semana*, Bogotá, 6 set. 1988, p. 28).

verdad es que grupos como las FARC-EP y el ELN dominan algunas zonas del territorio nacional en las que imponen su ley y su son como un estado dentro del estado”³⁶⁵.

A *Iniciativa para la Paz* foi resultado de uma análise cuidadosa do processo de paz anterior. Descartaram-se alguns elementos, assim integraram-se outros. O principal elemento foi o reconhecimento do principal obstáculo: a indefinição territorial de trégua (PARDO, 1996). A trégua, que havia sido estabelecida durante os diálogos de paz com o governo Betancur, não tinha nenhum limite temporal nem territorial, daí o problema com *Casa Verde* e a prorrogação indefinida da trégua com as FARC-EP, em março de 1986, que havia sido prorrogada quase “por inércia”. A partir dessa análise, chegou-se à conclusão da necessidade de estabelecer uma “trégua territorial”, por assim dizer, ou seja, definir os limites do território que deveria ser desmilitarizado, assim como definir limites temporais para que isso ocorresse. Para a redefinição da política de paz, também foi importante considerar um documento do Ministério de Defesa, elaborado em 1987, que, na verdade, era um manual de instruções para a desmobilização de um grupo armado (PARDO, 1996).

A *Iniciativa para la paz* sintetizava o desenvolvimento da política de reconciliação, normalização e reabilitação; mas, além de definir melhor os prazos anteriormente mencionados, seu objetivo final era a desmobilização dos grupos armados. A condição *sine qua non* para o início do diálogo foi, portanto, o fim das hostilidades.

García Durán (1992) também reconhece que o objetivo último da proposta foi a desmobilização dos grupos guerrilheiros. Sobre o vínculo entre a *Iniciativa para la paz* e a reforma constitucional, Durán afirma:

El objetivo de la propuesta gubernamental se limitaba a alcanzar la desmovilización y reincorporación a la vida civil de los alzados en armas; sólo de manera tangencial, y de ninguna forma como contenido de las negociaciones, consideraba la discusión sobre los temas políticos y sociales. Estos aspectos no se negociaban con la guerrilla; se partía de considerar que la Reforma Constitucional que hacía trámite en el Congreso lograba superar las estrecheces del régimen político colombiano, y por consiguiente bastaba con dicha reforma para ofrecer un marco político adecuado a la paz (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 108).

É interessante destacar, aqui, que Pardo reconhece um aspecto que será mencionado em outros escritos sobre o tema, a saber: a inflexibilidade da política de paz. Isto é, embora a política representasse um horizonte claro para o governo e para as guerrilhas, já que continha uma lista com as etapas do processo, bem como os prazos para cada uma das etapas, etc., ela

³⁶⁵ La última carta. *Semana*, Bogotá, 6 set. 1988, p. 28.

não se adaptava facilmente às circunstâncias que pudessem eventualmente surgir e que implicassem uma reformulação no caminho dos acontecimentos³⁶⁶.

Ao mesmo tempo, cabe destacar o reconhecimento por parte de Pardo da capacidade da *Iniciativa para la paz* de “atender las particularidades de los grupos por separado”. Para dizer de outra forma, a iniciativa havia sido desenhada para negociar, tanto de maneira conjunta, no caso de uma negociação direta com a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB), quanto de forma separada (PARDO, 1996). No desenho da *Iniciativa*, haviam sido consideradas, de fato, as diferenças e particularidades de cada um dos grupos. Então, qual foi a reação da insurgência? Já dissemos que, embora a CGSB fosse conformada pelas FARC-EP, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), o M-19, o *Ejército Popular de Liberación* (EPL), o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) e o *Movimiento Armado Quintín Lame* (MAQL), as manifestações em relação à iniciativa foram individuais – assim, por exemplo, as FARC-EP a consideraram um “ultimatum militar”.

Antes do início das negociações formais com o M-19, em janeiro de 1989, o governo havia conseguido apresentar um projeto de reforma constitucional; no entanto, faltava o aval do Partido Conservador que, depois do “hundimiento” do *Acuerdo de la Casa de Nariño*, em abril de 1988, havia decidido ficar à margem do processo. No final de setembro e início de outubro, Turbay, o novo chefe do partido liberal, foi quem conseguiu reiniciar o diálogo entre Barco e Pastrana, chefe da oposição. Foi decidido que a oposição se integraria às comissões de estudo da reforma e, juntamente com o governo, tentariam encontrar pontos em comum entre as duas propostas.

Finalmente, em outubro de 1988, com a frase “*Se acabó el Frente Nacional*” na maioria dos jornais, Barco, Turbay e Pastrana chegaram a um consenso para eliminar o parágrafo 1º do artigo 120 da constituição. A contraprestação seria um acordo sobre o estatuto da oposição:

Sin embargo, el éxito del desmonte del 120 no dependerá tanto de la aplicación de principios universales, como de la solución de un problema muy concreto: cómo se van a repartir los puestos. La razón por la cual hubo guerra entre liberales y conservadores en los años 40 y 50 no fue propiamente por diferencias ideológicas, sino por hegemonias burocráticas. Y el Frente Nacional, así como el 120, tenía como

³⁶⁶ “Era, de alguna manera, un riesgo que podía fácilmente terminar con un portazo en la cara por parte de la guerrilla, pero de otro lado era imposible reiniciar diálogos con algún grupo sin un esquema escrito y publicado pues, de lo contrario, nadie daría plena credibilidad al gobierno, o cada uno de los involucrados podría interpretar a su albedrío los objetivos finales de un proceso de paz” (PARDO, *op. cit.*, p. 101). Bejarano foi crítico dessa “inflexibilidade”; por isso, o “modelo Barco-Gaviria” é também conhecido como “modelo M-19”, já que foi esse o modelo que conseguiu a desmobilização do M-19 e que seria usado, também, com outras guerrilhas – como umas funcionou, mas com outras não. Por isso, alguns começaram a falar em “inflexibilidade” do modelo. Sobre isso, cf. Bejarano (2009, p. 77-80) e Pizarro (1996, p. 250).

principal objetivo solucionar este problema. El reto que se viene ahora es el de establecer un mecanismo para manejar el reparto de la piñata burocrática. El único es el de la carrera administrativa y todo el mundo está de acuerdo sobre este punto. Es decir, que los funcionarios públicos sean nombrados por concurso y no por recomendaciones. Esto suena fácil, pero en un país donde la estructura de poder está estrechamente ligada al poder burocrático, es casi imposible³⁶⁷.

Em dezembro de 1988, foi aprovada a reforma constitucional³⁶⁸, com muitas críticas, pois, se em um primeiro momento acreditou-se que seria a grande reforma do liberalismo, em um segundo momento ela acabou sendo uma minirreforma do bipartidarismo – por isso, falou-se tanto que se tratava de uma “entrega a Pastrana”³⁶⁹. Durante o ano de 1989, a reforma constitucional e as negociações com o M-19 estariam indissoluvelmente ligadas. Com efeito, embora os outros grupos não tenham se mostrado interessados na *Iniciativa*, o M-19, que vinha mantendo um cessar-fogo, mostrou-se interessado. Esse interesse se concretizou em um primeiro encontro com o M-19, formalizado pelo Presidente Barco na sessão de fechamento do Congresso, em 16 de dezembro de 1988: “el gobierno estima ahora conveniente iniciar diálogos formales con el M-19, organización que en un plazo prudencial ha demostrado voluntad de explorar caminos hacia la reconciliación” (PARDO, 1996, p. 117; GARCÍA DURÁN, 1992, p. 107). O M-19 não havia tomado nenhuma iniciativa militar desde o sequestro de Álvaro Gomez, seis meses antes.

3.7. A virada governamental no tratamento da insurgência

Enquanto o governo estabelecia uma aproximação com o M-19, lançava, também, uma ofensiva militar e mediática dirigida às outras guerrilhas reunidas na CGSB. Ao mesmo tempo, a guerra suja também recrudescia. Assim, como acontecia com a UP, os sindicatos também seriam associados à guerrilha. Isso explica, em parte, o fracasso do *paro nacional* do dia 27 de outubro de 1988³⁷⁰. O governo apresentou a greve como subversiva. Dessa maneira, em função dos assassinatos de membros da UP, não seria estranho que alguns dos dirigentes políticos dessa organização, como Braulio Herrera e Iván Márquez, renunciassem à atividade política e retomassem à ação armada:

³⁶⁷ Fin de una era. *Semana*, Bogotá, 25 out. 1988, p. 35.

³⁶⁸ Ainda teria que passar novamente pelas duas casas legislativas.

³⁶⁹ Rasgando, rasgando. *Semana*, Bogotá, 20 dez. 1988, p. 27. “Lo que no se puede desconocer es que, según el acuerdo de la casa de Nariño y las posteriores modificaciones inspiradas en éste, el social conservatismo logró introducir un verdadero paquete frentenacionalista como contraprestación a la abolición del artículo 120”.

³⁷⁰ Como cualquier domingo. *Semana*, Bogotá, 1 nov. 1988, p. 27.

Semana: Pero entonces estamos en un círculo vicioso: los matan en la UP porque no han roto su cordón umbilical con la guerrilla, y como los están matando, prefieren regresar al monte. ¿Cómo romper ese círculo?

Bernardo Jaramillo: Para mí ese es el círculo de la falta de pluralismo y de democracia en el país. No es la voluntad política de las personas que se ven precisadas a alzarse en armas. ¿Por qué en Venezuela los ex guerrilleros hoy son dirigentes políticos? Porque allá, los sectores dominantes aceptaron el pluralismo político, han respetado las ideas ajenas. En Colombia, hasta para acordar unos puntos de una reforma a la constitución, se excluyen a quienes disienten del pensamiento oficial³⁷¹.

Em novembro de 1988, ocorreu o massacre de Segovia, em Antioquia, o que resultou em 40 mortos. Ali, claramente, houve intenções políticas, pois a prefeita era militante da UP, assim como sete dos treze conselheiros municipais. Nesse massacre, descobriu-se que a polícia não fez nada para impedir as mortes³⁷². Seria reconhecido, abertamente, que os grupos paramilitares não foram criados para combater, e sim para atacar a população³⁷³.

Nesse mesmo mês de novembro de 1988, o Ministro de Defesa, Rafael Samudio Molina³⁷⁴, forte crítico do processo de paz, foi destituído. Vinte dias depois, o novo Ministro de Defesa, Manuel Jaime Guerrero Paz, foi alvo de um atentado: havia chegado o momento de usar a *mano dura*. A partir desse período, final de 1988 e início de 1989, a guerrilha seria assimilada cada vez mais a uma organização criminoso³⁷⁵. Há um verdadeiro ponto de inflexão nas notícias analisadas. Nessa medida, ocorreu a transição da primeira acepção do termo *narcoguerrilla* – descrita no capítulo anterior – à segunda acepção. Tal mudança coincidiu com um intenso desprestígio mediático das guerrilhas que continuaram em luta – todas, menos o M-19 – e que começariam a serem tratadas como criminosas. Um documento do diretor do DAS, Miguel Maza Márquez, em uma palestra proferida em um congresso de

³⁷¹ Bernardo Jaramillo foi um importante dirigente da UP. Foi eleito presidente da UP depois do assassinato de Jaime Pardo Leal, em outubro de 1987 (“La izquierda está en crisis”. Entrevista a Bernardo Jaramillo. *Semana*, Bogotá, 1º nov. 1988, p. 30).

³⁷² Um mês mais tarde, o procurador delegado para as forças militares, Manuel Salvador Betancur, *formuló pliego de cargos* contra os comandantes da polícia e do exército. No mesmo artigo, explicam como, no momento do massacre, o comandante da polícia disse que estavam sendo objeto de um assalto guerrilheiro e que o estavam repelindo com *rockets*. O artigo é, no mínimo, surpreendente (La vista gorda. *Semana*, Bogotá, 13 dez. 1988, p. 36).

³⁷³ “Lo más grave de todo es que estos grupos, sólo en casos excepcionales, como el del rescate de manos del ELN de dos funcionarios de la Defensa Civil el sábado pasado, se enfrentan directamente con la guerrilla, pues hasta ahora lo que han hecho es descargar sus iras en la indefensa población civil, cuyo único pecado ha sido militar en movimientos o partidos distintos del liberal y el conservador” (La masacre de Segovia. *Semana*, Bogotá, 15 nov. 1988, p. 105).

³⁷⁴ Quem, pouco antes de deixar o cargo, afirmaria: “hay que acabar con el mito de Casa Verde” (¡Aquí mando yo! *Semana*, Bogotá, 8 nov. 1988, p. 53).

³⁷⁵ “La guerrilla colombiana, que nació soñando con convertirse en un ejército popular como el de Mao, o en un foco guerrillero como el de Fidel Castro, ha cambiado de modelo y ha pasado a emular a las organizaciones terroristas del mundo como la ETA de España, las Brigadas Rojas de Italia o la Baader-Meinhof de Alemania. Su *modus operandi* no tiene nada que ver con impulsar un proceso revolucionario de masas. Hoy en día los otrora románticos del poder han terminado adoptando la teoría del ‘blanco’, utilizada por los antiguos anarquistas y por los modernos terroristas” (El general en su laberinto. *Semana*, Bogotá, 29 nov. 1988, p. 32).

criminalística, em dezembro de 1988, é uma clara evidencia de tal mudança. Nela, se faz referência explicita à guerrilha tal qual um cartel, isto é, uma guerrilha que decidiu cultivar, processar e distribuir a droga.

Em janeiro de 1989, foi encontrado um carregamento de armas em Kingston, Jamaica, com destino às FARC-EP. No dia 5 de janeiro, foram capturados alguns dos implicados nesse tráfico de armas³⁷⁶. A pergunta que se fez a revista *Semana*, em sua edição de 14 de fevereiro de 1989, foi justamente esta: são as FARC-EP o terceiro cartel? Nesse artigo, retomavam a história do termo: o descobrimento de *Tranquilandia*; os laboratórios de processamento de cocaína custodiados pelas FARC-EP; a ideia de uma aliança entre a guerrilha e o narcotráfico, etc. Nesse número, explicavam que, na realidade, quem difundiu o termo foi o próprio Ministro de Defesa da época, o geral Gustavo Matamoros, quando disse, depois do descobrimento de *Tranquilandia*, que: “la narcoguerrilla es la nueva amenaza que debe afrontar la democracia”³⁷⁷. No entanto, o artigo reconhecia que, cinco anos depois, essa aliança ainda não havia sido comprovada; mas isso não importava, já que nesse momento entrava em vigor a segunda acepção do termo.

Sin embargo, el hecho de que no haya existido ni exista una alianza de los carteles y los guerrilleros, no implica que el termino narcoguerrilla carezca totalmente de significado en Colombia. La verdad es que si bien no hay pruebas de esa conexión, sí han ido apareciendo otras que tienen que ver con algo si se quiere más grave: que las FARC están dedicadas desde hace algunos años a financiar su funcionamiento con la siembra, producción e, incluso, exportación de cocaína³⁷⁸.

No entanto, dizia o artigo, ainda não havia provas disso. Ali ficou estabelecido o “deslizamento semântico” ao qual ninguém faz referência na Colômbia, o que, de certa forma, naturaliza a origem e persistência do termo. Mas essa não era a única “confusão semântica”: o fenômeno do paramilitarismo gerou uma confusão que o mesmo presidente chamaria de semântica. Enquanto os grupos de autodefesa eram legais, os paramilitares não³⁷⁹. Os numerosos assassinatos de líderes populares e militantes da UP evidenciavam que o

³⁷⁶ “Hay suficientes datos para asegurar que las FARC se han constituido prácticamente en el tercer cartel de cocaína del país, con sus extensos sembrados y sus gigantescos laboratorios en las selvas del suroriente del país” (¡Pillaos! *Semana*, Bogotá, 17 jan. 1989, p. 26).

³⁷⁷ Las FARC ¿El tercer cartel? *Semana*, Bogotá, 14 fev. 1989, p. 22.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 23. Cf. a resposta de Jacobo Arenas às acusações nesse sentido (nota 139).

³⁷⁹ O Presidente Virgilio Barco, perguntado sobre se o governo estimulava os “grupos de autodefesa”, respondeu: “El gobierno no está estimulando la creación de grupos armados de autodefensa. La polémica sobre ese tema ha sido, más bien de carácter semántico y sólo en cuanto a la interpretación de una ley sobre defensa nacional que no sólo no fue promulgada por este gobierno, sino que tiene más de 20 años de vigencia” (“No estoy casando pelas”. Entrevista al presidente Virgilio Barco. *Semana*, Bogotá, 4 ago. 1987, p. 24). Ele está se referindo à Lei 48 de 1968, que definiu a defesa civil como atividade “permanente e obrigatória de todos os colombianos”. A lei permitia, ainda, criar organizações de defesa civil e “exércitos privados”.

paramilitarismo era força real e em permanente expansão. No entanto, o Estado foi incapaz de descobrir e punir os autores materiais e intelectuais destes assassinatos. A situação chegou a um ponto crítico no momento do massacre de *La Rochela*³⁸⁰ no dia 18 de janeiro de 1989, dando início à crise da investigação judicial. O Estado percebeu que o paramilitarismo era um fenômeno independente do narcotráfico e estava atuando como uma nova frente de guerra. Nesse massacre foram assassinados: dois juízes, dois secretários, nove investigadores da Direção Nacional de Instrução Criminal e dois motoristas por parte do grupo paramilitar de Puerto Boyacá³⁸¹. No entanto, a única explicação que dava a revista era a seguinte, repetida *ad infinitum* ao longo do período analisado:

[...] el *boom* paramilitar comenzó a darse como respuesta a las cada vez más asfixiantes prácticas del boleteo, secuestro y extorsión ejecutadas tradicionalmente por la guerrilla en vastas regiones del territorio nacional. Para los ganaderos de Urabá, Córdoba, Sucre, Cesar, el Magdalena Medio, los llanos, Huila, llegó el momento en que resultó mas práctico pasar de la “vacuna” guerrillera al “impuesto de seguridad”³⁸².

O artigo ressaltava o salto qualitativo da extrema direita armada e mostrava como o fenômeno paramilitar havia sido uma necessidade para os pecuaristas, como acontecia no departamento de Córdoba³⁸³. É nesse contexto que a revista publica o “*Dossier paramilitar*”, uma edição dedicada à análise do fenômeno paramilitar e geralmente citada nos trabalhos acadêmicos, pois trata-se de uma das primeiras publicações sobre o surgimento do paramilitarismo em Puerto Boyacá e sobre as primeiras alianças entre narcotraficantes e paramilitares³⁸⁴. Puerto Boyacá ficou conhecida como a “república independente paramilitar” ou “capital anti-subversiva da Colômbia”. Os paramilitares haviam chegado nas zonas onde já havia presença guerrilheira³⁸⁵.

³⁸⁰ La Rochela situa-se no *corregimiento* El Centro, jurisdição do município de Barrancabermeja, região do *Magdalena medio*. Um *corregimiento* é uma população que não alcança as características de um município.

³⁸¹ Se creció el monstruo. *Semana*, Bogotá, 24 jan. 1989, p. 22.

³⁸² *Ibid.*, p. 23.

³⁸³ El drama cordobés. *Semana*, Bogotá, 31 jan. 1989, p. 23.

³⁸⁴ Em maio de 1989, comprovou-se a coexistência de laços entre alguns comandantes militares e grupos paramilitares, com o traslado do coronel Luis Bohorquez, comandante do Batallón Bárbula de Puerto Boyacá. “Los mismos reglamentos internos del ejército aprueban la conformación de estos grupos: ‘organizar, instruir y apoyar las juntas de autodefensa debe ser un objeto permanente de la Fuerza Militar donde la población es leal y se manifiesta agresiva contra el enemigo’, aparece consignado en un memorando enviado por el ministro de la defensa a todos sus subalternos en agosto de 1987” (La oveja negra. *Semana*, Bogotá, 2 maio. 1989, p. 35).

³⁸⁵ Segundo Fernando Uricoechea, em uma entrevista sobre o fenômeno: “la violencia de hoy se está dando en zonas atrasadas y en áreas de economía de enclave, como en el Urabá. En estas regiones, los narcos tienen intereses. En estas regiones se desarrollan formas de capitalismo salvaje, lo que traducido a las relaciones laborales origina una sobreexplotación de la fuerza de trabajo y ninguna garantía” (El “dossier” paramilitar. *Semana*, Bogotá, 11 abr. 1989, p. 33).

Figura 8. Puerto Boyacá



Fonte: *Informe ¡BASTA YA!*, p. 141

3.8. As negociações com o M-19 e a arremetida contra o paramilitarismo

A revista *Semana* não relata muito detalhadamente as negociações de paz com o M-19. Ela afirmava que o sucesso das negociações dependia do difícil momento que estava vivendo a guerrilha de Pizarro³⁸⁶, máximo comandante do M-19. O início das negociações não foi recebido com muito otimismo, principalmente porque se estava negociando com apenas 8% da força guerrilheira colombiana³⁸⁷.

A primeira reunião com o M-19 foi em Ibagué, Tolima, no dia 6 de janeiro de 1989. Analisando os termos da negociação da reunião, cabe destacar como a reformulação da política de paz não se fez no vazio; a ideia era não repetir os erros dos Acordos de *El Hobo* ou de Corinto, firmados durante o governo de Betancur (PARDO, 1996). Também é importante destacar a reticência do M-19 em negociar individualmente, pois ela ainda fazia parte da *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB)*³⁸⁸. A solução foi, então, pensar em uma

³⁸⁶ La paz sea con vosotros. *Semana*, Bogotá, 10 jan. 1989, p. 29.

³⁸⁷ La esperanza es lo último... *Semana*, Bogotá, 17 jan. 1989, p. 29.

³⁸⁸ Diante de tal reticência, Pardo respondeu: “que la Iniciativa para la paz no era rígida, que preveía acomodarse a las particularidades de cada grupo y que, por lo tanto, estábamos dispuestos a movernos en ese terreno, pero siempre y cuando hubiera compromiso por parte de ellos de aceptar dos premisas centrales: que el dialogo debía

formula que, mesmo negociando com o M-19 de forma individual, convidava-se que as outras guerrilhas deveriam fazer parte do processo de diálogo³⁸⁹. A resposta das FARC-EP saiu através de um comunicado no dia 2 de fevereiro de 1989. Nessa carta, afirmavam que o M-19 não podia ser um interlocutor válido, na medida em que o único interlocutor somente podia ser a CGSB, criticando, assim, o “modelo de paz parcelada”³⁹⁰. Se, por um lado, o governo iniciava as negociações com o M-19, por outro, ele combatia fortemente as outras guerrilhas reunidas na CGSB. Assim, não seria estranho que, no início de 1989, na primeira edição desse ano, o título da capa fosse: “Como ganhar a guerra?”. Existia, sobretudo, a necessidade de uma mudança tática no seio das Forças Armadas a partir da mudança no “modo de operar” da guerrilha. Houve, em consequência disso, uma multiplicação das frentes das FARC-EP, não necessariamente porque tivesse existido um maior ingresso de pessoas, mas sim porque diminuiu o número de homens e mulheres por unidade. A isso ainda se somou uma grande mobilidade que permitiu a concentração de um grande número de guerrilheiros na realização de ataques militares³⁹¹. A partir desse momento, qualquer política de paz devia estar acompanhada de uma ofensiva militar sem precedentes³⁹².

As reuniões seguintes foram usadas para definir o lugar de concentração da guerrilha. Foi decidido que Santo Domingo, no Cauca, seria a sede do acampamento principal e a sede dos diálogos durante todo o processo. No dia 17 de março de 1989, assinou-se o acordo em Santo Domingo, Cauca³⁹³. No dia 3 de abril, e até julho de 1989, foram instaladas as *Mesas de Trabajo por la Paz y la Reconciliación Nacional*, com a participação, além do M-19 e do Governo – do Partido Liberal –, o Partido Social Conservador, a União Patriótica e a Igreja.

terminar en la desmovilización y que estábamos hablando con el M-19, que había cumplido una tregua unilateral, y no con la Coordinadora que no había mostrado ningún interés real en la paz” (PARDO, 1996, p. 130).

³⁸⁹ Cf. a primeira declaração conjunta (Tolima, 10 de janeiro de 1989).

³⁹⁰ Na carta, as FARC-EP afirmavam: “Desdeñar a un interlocutor de tal naturaleza será hacer política, pero jamás una política nacional de paz” (PARDO, 1996, p. 136). A expressão “paz parcelada” seria outro *leitmotiv* desse período.

³⁹¹ Isso mudaria no final dos anos 1990, a partir do uso intensivo da aviação por parte das Forças Armadas que, no final dos anos 1980, ainda era subutilizada. A aviação foi decisiva para atacar as concentrações de guerrilheiros, causando, com efeito, muitas baixas à guerrilha e forçando-a a voltar à antiga guerra de guerrilhas.

³⁹² “Mejor dicho, que en las actuales circunstancias que vive Colombia, la política de paz no puede tener éxito si el Estado y la sociedad no desencadenan y respaldan una ofensiva militar de grandes proporciones, para bajarle los humos a la guerrilla” (¿Cómo ganar la guerra? *Semana*, Bogotá, 10 jan. 1989, p. 22).

³⁹³ “Si los hombres del M-19 no terminan como los de la Unión Patriótica asesinados a la vuelta de la esquina, se podrá cantar victoria. Hasta ahora, todo el proceso de paz se ha estancado principalmente por un problema: la guerra sucia. Si no hay garantía de la supervivencia de los ex guerrilleros pasados a la legalidad, no podrá avanzar ningún proceso de paz” (Adiós a las armas. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 22).

No entanto, a UP retirou-se da mesa em protesto pelos assassinatos de seus militantes, em particular o assassinato de José Antequera³⁹⁴ (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 110).

Com efeito, frente à violência sistemática e ao fenômeno do paramilitarismo em expansão, no final de abril de 1989, o presidente decidiu *tomar el toro por los cuernos*, criando um plano integral antiterrorista, uma força especial de elite e, ainda, decidindo-se por suspender “normas vigentes desde hace varios años, que daban piso jurídico a los grupos de autodefensa”³⁹⁵.

Aqui, podemos perceber também um deslizamento, já não semântico e sim interpretativo: pouco a pouco, a ideia do fechamento do sistema político como fator explicativo da violência seria substituído pela ideia do combate à guerra suja; isto é, no momento que Virgilio Barco começou a tomar uma atitude em relação ao fenômeno paramilitar, as guerrilhas pouco a pouco perdiam qualquer justificado³⁹⁶. A solução era fortalecer a justiça e lutar contra a impunidade. Assim acabou o problema semântico:

[...] lo que más peso tiene en este momento para el gobierno es el hecho de que ya no se puede establecer una diferencia entre autodefensas y paramilitares, porque si bien las autodefensas nacieron con propósito autodefensivo y con una sana intención de colaborar con las Fuerzas Armadas contra la subversión, poco a poco fueron degenerando en el paramilitarismo, que ya no sólo enfrenta a la subversión, sino que desafía al estado³⁹⁷.

No cenário internacional é interessante destacar que esse deslizamento interpretativo coincidiu com um ponto de inflexão na política externa dos EUA: o discurso de luta contra as drogas³⁹⁸, substituía, paulatinamente, o discurso anticomunista.

Em julho de 1989, foram apresentadas as conclusões das *Mesas de análisis y concertación* acertadas com o M-19. No dia 18 de setembro de 1989, o conselheiro presidencial Rafael Pardo viajou a Santo Domingo para finalizar os detalhes, visando a desmobilização do M-19. No dia 26 de setembro, depois de 9 meses de diálogo, houve uma

³⁹⁴ No dia 3 de março de 1989, no aeroporto *El Dorado*, em Bogotá, foi assassinado José Antequera, dirigente da UP, e ferido Ernesto Samper. Em uma entrevista a Mauricio Vargas, quatro horas antes de ser assassinado, Antequera disse: “nosotros, la UP, somos un partido político legalmente inscrito. El tercero en votos. Y no podemos hacer campaña para las elecciones del 90 porque nos matan. Luego, en ese orden de ideas, las elecciones del 90 no pueden ser legítimas, pues uno de los tres partidos más grandes no cuenta con las garantías suficientes para hacer la campaña” (¡Carajo, no más! *Semana*, Bogotá, 7 mar. 1989, p. 25). Antequera calculava que as vítimas da UP, desde 1985, já teriam sido mais de 700.

³⁹⁵ El que ríe de último. *Semana*, Bogotá, 25 abr. 1989, p. 27.

³⁹⁶ “Lo que parece no tener en cuenta esta apreciación es que el único argumento de fondo que le queda a la guerrilla en Colombia para no desmovilizarse es la impotencia que había demostrado el estado frente a las actividades de los paramilitares” (El que ríe de último. *Semana*, Bogotá, 25 abr. 1989, p. 27).

³⁹⁷ Quién manda a quien. *Semana*, Bogotá, 4 jul. 1989, p. 23.

³⁹⁸ Desde meados de 1989, falava-se no fracasso da guerra às drogas inaugurada por Nixon, precisamente em 20 de julho de 1969.

declaração conjunta, na qual o governo comprometia-se a convocar um referendo antes do dia 16 de dezembro de 1989 e, com isso, a aprovar a lei do indulto – por sua vez, consolidava-se a desmobilização do M-19.

No dia 5 de outubro, na X Conferencia, 227 delegados do M-19 aprovaram a transformação da organização armada em partido político³⁹⁹ (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 113). No dia 2 de novembro de 1989, o governo e o M-19 acordaram um pacto político. Nesse pacto, havia um ponto polêmico: o sistema de “facilitação política” ou a chamada “circunscrição nacional especial para a paz”⁴⁰⁰ (PARDO, 1996). Tratava-se, na verdade, de um sistema de quocientes eleitorais para que o eventual partido político criado a partir da desmobilização do M-19 pudesse entrar no Congresso mais facilmente. A data da desmobilização do M-19 havia sido determinada para o dia 19 de dezembro. No entanto, cabe destacar novamente a necessidade de considerar a conjuntura política. Como vimos, o governo tinha várias frentes de luta, sendo a principal delas a luta contra o narcoterrorismo e o narcotráfico. Isso influenciou muito nos termos de convocação do referendo, já que para o governo era indispensável incluir no referendo temas relacionados à guerra contra o narcotráfico. Mas para o M-19, não. Essa situação ultrapassaria os limites impostos por uma análise que privilegiasse o modelo de negociação, da agenda e dos termos da negociação. Há uma conjuntura que precisa ser entendida e analisada aqui:

Después de intensas jornadas de trabajo que se prolongaron en total seis días, el gobierno no dio su brazo a torcer. Si bien podía comprometerse a incluir dentro del referéndum la circunscripción especial por la cual los grupos guerrilleros que se desmovilicen (léase el M-19) tendrían derecho por una sola vez a llegar al Congreso por una circunscripción nacional especial, los delegados presidenciales tenían claro que un instrumento como el referéndum no podía nacer cercenado. Especialmente dado que, en las nuevas circunstancias, puede significar para el gobierno su única posibilidad de consolidar los instrumentos del Estado para enfrentar la violencia⁴⁰¹.

No início de novembro de 1989, o Congresso aprovou, na reforma constitucional, o referendo como mecanismo para modificar a constituição. Uma das propostas que a UP colocaria sobre a mesa seria, então, a de convocar uma ANC por meio do referendo⁴⁰². A reforma constitucional consistia em:

³⁹⁹ A proclamação oficial do M-9 como partido político se fez em um ato político no dia 30 de novembro de 1989: a ADM-19 (Alianza Democrática M-19).

⁴⁰⁰ Ela seria, depois, incorporada à Constituição de 1991, pensando em um futuro processo de paz.

⁴⁰¹ El hombre del sombrero blanco. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 41.

⁴⁰² A ANC estaria: “integrada por los distintos sectores políticos y sociales para que realice una reforma constitucional más amplia que la que actualmente se estudia en el Congreso [...] plantea como integrantes de la constituyente a todas las organizaciones sociales, incluyendo la iglesia, las fuerzas armadas y las fuerzas insurgentes. Respaldata por el M-19, aunque no hace parte de los acuerdos con el gobierno, y por un grupo de estudiantes universitarios que promueve el referendo”. Uma das primeiras menções, na revista *Semana*, ao

84 artículos del proyecto de acto legislativo, incluido el desmonte de la paridad en la justicia y el referendo y la asamblea nacional constituyente como nuevo procedimiento para reformar la constitución. Para el jueves quedaba pendiente únicamente la aprobación del párrafo transitorio dentro del cual se especificaban los términos en los cuales se llevaría a cabo el próximo referendo, convocado para el 21 de enero del año entrante⁴⁰³.

No entanto, no dia 30 de novembro, durante a sessão na Câmara de representantes, onde seria discutido o texto da reforma constitucional, um grupo de parlamentários encabeçado pelo deputado conservador Carlos Pineda Chillán, decidiu incluir no texto do referendo a seguinte cláusula: “no se concederá la extradición de colombianos”⁴⁰⁴. O governo, em cabeça do Ministro de Governo Lemos Simonds afirmaria: “eso es una monstruosidad, una vergüenza, si se aprueba la proposición, ustedes estarán invitando al pueblo colombiano no a unas elecciones sino a una carnicería”. Isso provava que o Congresso não era o espaço propício para se fazer a reforma, o que impulsionou propostas que diziam respeito à necessidade de convocar uma ANC, como a de Jaime Castro, ex-ministro de Governo, no jornal *El Tiempo*.

Mas não se tratava apenas de um problema de extradição; as críticas estavam relacionadas, inclusive, ao enfraquecimento do executivo e ao enorme poder dado aos congressistas: moção de censura, iniciativa no gasto público, politização da carreira administrativa, politização da justiça, eleição do procuradoria, vice presidência e faculdades ao presidente⁴⁰⁵, etc.

Cabe ressaltar como, depois do atentado às instalações do *Departamento Administrativo de Seguridad (DAS)*⁴⁰⁶, destacou-se o fato do presidente Barco não ter o respaldo da classe política, o que contrasta com a visão preponderante que afirma que essa seria uma diferença importante entre o governo de Betancur e o governo de Barco, assim como um dos fatores explicativos do *fracasso* da política de paz *belisarista*⁴⁰⁷

movimento da *Séptima papeleta* (Referendo, ¿para qué? *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 40). O movimento da *séptima papeleta* foi uma iniciativa estudantil que coletou mais de 30.000 assinaturas para que o governo Barco pudesse convocar um plebiscito. A “sétima papeleta” significava a adição de uma “papeleta” nas eleições legislativas do dia 11 de março de 1990, na qual perguntava-se aos colombianos se eles concordavam ou não com a convocação de uma Assembleia Constituinte.

⁴⁰³ Pelea de novios. *Semana*, Bogotá, 7 nov. 1989, p. 23.

⁴⁰⁴ ¿Herida de muerte? *Semana*, Bogotá, 5 dez. 1989, p. 32.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ No dia 6 de dezembro de 1989, foi posto um bus-bomba na frente da sede do DAS, em Paloquemao, Bogotá (o que resultou em 50 mortos e 600 feridos). Uns dias antes, um furgão carregado com 150 quilos de dinamite havia explodido na frente da sede do jornal *El Espectador*, também em Bogotá (Por ahora no. *Semana*, Bogotá, 5 set. 1989, p. 25).

⁴⁰⁷ Bejarano (1990a;1990b) reconhece essa diferença.

El gobierno, a pesar de que sigue demostrando decisión en esta lucha, no las ha tenido todas consigo. Su ofensiva no sólo ha cojeado en el frente militar, en el que aún los cercos más firmes han fracasado, sino también en el político. Barco no parece contar con un partido que lo respalde. Todo lo contrario, los bochornos hechos en la Cámara han demostrado que el grueso de la clase política, no sólo del partido de gobierno sino de la oposición, se ha movido presionado entre el miedo y la complicidad. Esto ha derivado en un sabotaje sistemático a la gestión del Ejecutivo, no sólo en el terreno mismo de la lucha contra el narcotráfico, sino en el diseño de una solución para superar la crisis institucional y política por la que atraviesa el país⁴⁰⁸.

Portanto, no dia 14 de dezembro, o governo pediria à presidência do Congresso que adiasse a discussão da reforma constitucional, “enterrando”, definitivamente, a reforma⁴⁰⁹. E enterrada a reforma, o governo devia procurar uma nova fórmula para que o M-19 pudesse reincorporar-se à vida civil e política depois do fracasso do referendo e da circunscrição especial. Foi uma grave derrota, pois muitos dos pontos que haviam sido acordados com o M-19 estavam, de alguma maneira, atrelados ao sistema de “facilitação política”. Mesmo assim, o M-19 decidiu continuar o processo para poder participar nas eleições de março de 1990; porém, já sem a circunscrição especial para a paz⁴¹⁰, a solução proposta pelo governo foi a de antecipar o indulto para os dois mais destacados líderes do M-19: Carlos Pizarro e Antonio Navarro Wolff⁴¹¹, que chegaram a Bogotá no dia 25 de janeiro para conversar com os líderes nacionais dos diferentes partidos políticos. Um dos principais temas da discussão foi a convocação de uma Assembleia Constituinte.

A prioridade do governo, na época, foi fazer frente à violência vinda dos cartéis do narcotráfico: o narcoterrorismo, cujo ápice foram as últimas cinco semanas de 1989 (PARDO, 1996, p. 201). Segundo Pardo (1996, p. 211): “[e]n 1989 y a principios de 1990, la estabilidad del sistema político estuvo en real e inminente peligro de colapsar”. Assim, a luta contra o narcotráfico começaria a mostrar resultados: no dia 15 dezembro de 1989, foi assassinado Rodríguez Gacha⁴¹². Depois da morte de *el Mexicano*, começou a recuperação do Magdalena

⁴⁰⁸ El coletazo. *Semana*, Bogotá, 12 dez. 1989, p. 57.

⁴⁰⁹ “Pero el final semifeliz que tuvo uno de los más enredados episodios de la historia política reciente no impide que muchos, dentro y fuera del gobierno, se lamenten de que haya fracasado el tercer intento en quince años por reformar una Constitución que necesita adecuarse a un país que poco o nada se parece al de 1886, o al de los tiempos de las dos reformas más famosas, las de 1936 y 1968. Se han perdido dos legislaturas completas con un proyecto que, después de haber sido presentado como carta de salvación nacional, recibió exequias de tercera” (Eutanasia. *Semana*, Bogotá, 19 dez. 1989, p. 33).

⁴¹⁰ “Sin circunscripción especial, el M-19 sale ahora a la arena política en las mismas condiciones de cualquier hijo de vecino” (Corbatas nuevas. *Semana*, Bogotá, 30 jan. 1990, p. 40).

⁴¹¹ “Siempre habíamos considerado que el indulto debía ser para todo el conjunto del grupo y simultáneo con la dejación de las armas. Eran dos actos complementarios y de alguna manera uno compensaba el otro. Sólo al dejar las armas, el Estado les podía dar la condición de ciudadanos plenos. Por lo tanto, adelantar el indulto de los dos jefes era, de alguna manera, quebrantar la lógica política del proceso de paz. Pero la caída de la reforma constitucional nos obligó a admitir esta nueva situación” (PARDO, 1996, p. 165).

⁴¹² Foi um dos fundadores, junto com Pablo Escobar, do Cartel de Medellín.

Medio por parte das FARC-EP⁴¹³, no momento em que a CGSB enviava uma proposta de diálogo ao governo. Nesse documento, a necessidade de uma nova Constituição seria o tema principal⁴¹⁴.

Cinco dias depois da morte de Gacha, os “Extraditáveis” sequestraram 18 pessoas, entre elas Diego Montoya Escobar, filho de Germán Montoya, Secretário Geral da Presidência⁴¹⁵. No início de janeiro, mais precisamente no dia 7, os “Extraditáveis” liberaram três reféns. No dia 15 de janeiro, apareceu o documento de “Los Notables” (os ex-presidentes Alfonso López, Julio Cesar Turbay, Misael Pastrana, o diretor da UP, Diego Montaña e o cardeal Mario Revollo), em que pediam a liberação de todos os reféns. Diante dessa petição – ou do “patriótico convite” –, Pablo Escobar começou a liberar os reféns a conta-gotas. No dia 17 de janeiro, conheceu-se o comunicado de rendição dos “Extraditáveis” aceitando o triunfo do Estado e das instituições colombianas. Os “Extraditáveis” estavam dispostos a submeter-se à justiça colombiana em troca da não extradição e, também, de serem tratados como delinquentes políticos e, assim, ampararem-se às fórmulas do indulto e da anistia⁴¹⁶. A extradição era um evidente sintoma da crise da justiça colombiana. Os “Extraditáveis” entregaram o mais poderoso laboratório de processamento de cocaína localizado nas selvas do Chocó, construído depois do descobrimento de *Tranquilandia*, em 1984. No lugar, se produziam entre 12 a 20 mil toneladas do alcaloide.

Segundo as autoridades, o Cartel de Medellín tinha dois braços armados: o urbano, com os sicários de Medellín, e o rural, com os paramilitares. Fidel Castaño havia herdado a organização de Gacha quando ele morreu, em novembro de 1989. Acreditava-se que, com a morte de Gacha, a ofensiva anticomunista havia acabado.

La conclusion de que la organización paramilitar no desapareció con la muerte de El Mexicano y de que, mermada o no, ésta tiene una nueva cabeza en la persona de Fidel Castaño, quien además se habría convertido en una rueda suelta del cartel de Medellín implica que el país, que se había acostumbrado a hablar de dos enemigos, la guerrilla y el narcotráfico y su brazo armado paramilitar, tiene que empezar a hablar de tres, siendo el tercero, el grupo de Castaño, tanto o más peligroso que los anteriores. Y si librar una guerra en dos frentes era ya bastante difícil, hacerlo en tres parece casi imposible⁴¹⁷.

⁴¹³ La voz de las armas. *Semana*, Bogotá, 16 jan. 1990, p. 22.

⁴¹⁴ Cf. Villarraga Sarmiento (1990, p. 357-359).

⁴¹⁵ O sequestro e a posterior liberação do filho do secretário da Presidência geraram, no final do mandato de Barco, uma crise, pois a férrea decisão do governo em não negociar com os narcotraficantes se viu afetada pelo descobrimento, alguns meses depois, de um possível *narcodiálogo* no contexto da liberação de Diego Montoya. Houve, de fato, aproximações entre o governo e os narcotraficantes; porém, o governo havia negado qualquer aproximação (¿Dónde está el piloto? *Semana*, Bogotá, 3 abr. 1990, p. 22).

⁴¹⁶ ¿Cumplirá Pablo Escobar? *Semana*, Bogotá, 23 jan. 1990, p. 24.

⁴¹⁷ ¿Quién mató a Jaramillo? *Semana*, Bogotá, 27 mar. 1990, p. 28.

Portanto, junto a Pablo Escobar, Fidel Castaño seria a nova “obsessão” das autoridades colombianas. Finalmente, no dia 8 e 9 de março de 1990, o M-19 levou a cabo o abandono (*dejación*) das armas⁴¹⁸, que foram entregues à Comissão Técnica da Internacional Socialista⁴¹⁹. Assinou-se, assim, o pacto político com o presidente Barco.

Figura 9. Carlos Pizarro entrega as armas



Fonte: *Informe ¡BASTA YA!*, p. 147

Con una firma, cada uno protocolizó el llamado pacto político mediante el cual el gobierno – después del fracaso de la reforma constitucional – se comprometió nuevamente a promover la realización de un plebiscito, la aprobación de la circunscripción especial para unas elecciones que ya no serán estas, apoyar la reincorporación económica de los guerrilleros a través del fondo para la paz e incentivar a los partidos para que mantengan el respeto a los acuerdos. El gobierno y el M-19 habían cumplido. Lo que sigue de ahora en adelante será ya parte de otra historia: la que el M-19 pueda construir sin las armas y con votos, en su lucha por el poder⁴²⁰.

Esse seria o primeiro acordo de paz assinado na história contemporânea colombiana. Dos dias depois, deram-se as eleições legislativas⁴²¹, em que o M-19 apresentou seus candidatos⁴²².

⁴¹⁸ Não se falou em termos de “entrega” mas de *dejación de armas*.

⁴¹⁹ Se fundieron las armas. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 45.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 46.

⁴²¹ Senado, Câmara de Deputados, assembleias departamentais, conselhos municipais e prefeitos.

3.9. As eleições presidências de 1990 e as negociações com as outras guerrilhas

Dentro do Partido Liberal, a discussão durante o ano de 1989, com vistas às eleições presidenciais de 1990, pautou-se na questão da consulta popular – uma *papeleta* durante as eleições parlamentares do dia 11 de março –, pois essa era uma das condições que Galán havia colocado para fazer parte, novamente, do Partido Liberal⁴²³. Eram as regras do jogo acordadas. Assim, o debate no interior do liberalismo seria justamente esse: fazer ou não fazer a consulta popular para escolher o candidato para as eleições presidenciais e garantir, assim, um candidato único. Enquanto isso, o Partido Conservador ia se dividindo cada vez mais em duas tendências: *pastranistas* e *alvaristas*⁴²⁴. Com essa divisão, no seio do Partido Conservador, estava claro que o próximo presidente seria um liberal⁴²⁵.

Em maio de 1989, César Gaviria, que havia renunciado ao Ministério de Governo em fevereiro de 1989, decidiu ser chefe de debate da campanha de Galán⁴²⁶. Porém, alguns meses mais tarde, no dia 18 de agosto de 1989, Galán foi assassinado⁴²⁷. Esse evento foi um verdadeiro divisor de águas na luta contra o narcotráfico no país, pois, já no dia seguinte ao assassinato, o governo ditou severas medidas de estado de sitio contra o narcotráfico, entre elas treze decretos legislativos de estado de sitio – a mais severa legislação anti-máfia da história colombiana⁴²⁸: extradição por via administrativa⁴²⁹ (Decreto 1860); confisco ou

⁴²² No dia 11 de março, “el M-19 obtuvo una votación total nacional de 31.149 votos. Con ella logró una curul en la Cámara de representantes para la ex guerrillera Vera Grabe. El M-19 como grupo armado, había concluido su existencia y empezaba ahora una nueva era en la política colombiana” (PARDO, 1996, p. 169).

⁴²³ Por meio desse mecanismo, seria indiscutível a vitória de Galán nas eleições presidenciais de 1990.

⁴²⁴ “La tradicional división entre ospinistas [Mariano Ospina Pérez] y laureanistas [Laureano Gómez] se ha perpetuado hasta la fecha a través de [Miguel] Pastrana y [Álvaro] Gómez, sin que se haya alterado en forma sustancial la correlación de fuerzas: más brillo del lado alvarista y más votos del lado pastranista” (El batallón suicida. *Semana*, Bogotá, 2 maio 1989, p. 27).

⁴²⁵ “En 1981, Pastrana y Enrique Gómez acordaron en París una fórmula de unión para garantizar un candidato único a la presidencia en 1982 (Belisario Betancur) y otro en 1986 (Álvaro Gómez) [...] para los pastranistas la derrota de Gómez frente a Barco en el 86 debía significar el entierro político definitivo del hijo de Laureano”. Assim, Pastrana, além de ser o chefe natural do Partido Conservador, aproveitou para consolidar o *pastranismo* dentro do partido; no entanto, a ressurreição política de Álvaro Gómez, depois de seu sequestro, em maio de 1988, fez com que os *alvaristas* não se sentissem absolutamente derrotados (Q.e.p.d. *Semana*, Bogotá, 25 jul. 1989, p. 31).

⁴²⁶ El gato Galán. *Semana*, Bogotá, 30 maio 1989, p. 26.

⁴²⁷ “Cuando mataron a Rodrigo Lara Bonilla, la redacción de SEMANA escogió como título de carátula ‘Muerte anunciada’. Cuando asesinaron a Guillermo Cano, el encabezado fue ‘¡De piel!’. Cuando le llegó el turno a Jaime Pardo Leal, el título fue ‘Al país se lo llevó el diablo’. Y cuando José Antequera cayó y Ernesto Samper fue herido, las palabras escogidas fueron ‘Carajo, no más!’. El viernes 18 de agosto, a las 11:30 de la noche, cuando tocaba tomar la decisión sobre el encabezado de la carátula del asesinato de Luis Carlos Galán, los mismos periodistas no pudieron encontrar palabras. Había un sentimiento de frustración que no se podía expresar. Por lo tanto, se decidió publicar sobre la foto del líder desaparecido su nombre y las fechas de su nacimiento y muerte” (La guerra es total. *Semana*, Bogotá, 22 ago. 1989, p. 22).

⁴²⁸ Um segundo grupo de decretos foi expedido no dia 24 de agosto (¿Se hará justicia? *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 36).

ocupação de bens (Decreto 1856); fundo de segurança da rama jurisdiccional (Decreto 1855); prática de invasão por parte dos juízes militares (Decreto 1863); aumento das penas aplicáveis aos delitos políticos (Decreto 1857); proscrição do proselitismo armado (Decreto 1858)⁴³⁰.

No dia 20 de agosto, no enterro de Galán, seu filho mais velho, Juan Manuel Galán, pronunciou as seguintes palavras:

Quiero pedirle al doctor César Gaviria, en nombre del pueblo y en nombre de mi familia, que en sus manos encomendamos las banderas de mi padre y que cuente con nuestro respaldo para que sea usted el Presidente que Colombia quería y necesitaba. ¡Salve usted a Colombia!⁴³¹

Foi assim que Gaviria substituiu Galán como candidato presidencial⁴³². Já sobre a extradição, a opinião pública também mudou, em setembro de 1989: “El mismo país que en marzo del año pasado se mostró en un 65% en contra de la extradición de nacionales, hoy está en la posición totalmente opuesta. Según la encuesta, el 63.2% de los colombianos son ahora partidarios de la extradición”⁴³³. Essa mudança na luta contra o narcoterrorismo coincidiu com uma virada na luta contra as drogas no EUA⁴³⁴: “El reconocimiento de que es necesario atacar de raíz el consumo de cocaína y el giro estratégico para poner el foco de la lucha más en las calles de las ciudades que en las fronteras del país”⁴³⁵. Os EUA eram o maior país consumidor do mundo – tal situação se configurou como a maior ameaça à nação estadunidense. Nesse sentido, foi desenhado um plano pela administração Bush, que incluía: incrementar o pressuposto da repressão policial interna e aplicar penas mais severas; aumentar a ajuda econômica aos países produtores⁴³⁶, sobretudo Colômbia, Peru e Bolívia; criar mais centros de assistência para os viciados; e aumentar os fundos para programas escolares.

⁴²⁹ Ou seja: “[...] al restablecer la discutida figura por esa vía el gobierno colombiano insiste en ser uno de los pocos en el mundo que extradita a sus nacionales y reconoce a la vez que su justicia penal es incompetente para castigar a quienes violan la ley en su propio territorio [...] el problema más grave que afronta Colombia en este campo es la completa incapacidad de su sistema judicial para procesar en forma civilizada y eficiente el múltiple conflicto que tiraniza a los colombianos” (¿Se hará justicia? *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 36).

⁴³⁰ La guerra es total. *Semana*, Bogotá, 22 ago. 1989, p. 22

⁴³¹ Y ahora, ¿qué? *Semana*, Bogotá, 29 ago. 1989, p. 50.

⁴³² Na semana seguinte ao assassinato, em uma enquete, 60-65% das pessoas que teriam votado por Galán nas quatro principais cidades (Bogotá, Cali, Medellín e Barranquilla) disseram que votariam por Gaviria (*Ibidem*).

⁴³³ Visa USA. *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 32.

⁴³⁴ “Esta coincidencia de hechos, así como la ‘guerra’ desatada por Washington contra el régimen de Noriega y su acusación de estar vinculado con el narcotráfico, hicieron que Colombia cambiara de imagen y que hoy se le tenga como un país digno y respetable en medio del fuego cruzado que lo azota” (Los asesores gringos de Barco. *Semana*, Bogotá, 26 set. 1989, p. 25). *Nuestra guerra no es de palabras*: essa foi a frase da campanha, veiculada na TV e em alguns avisos na imprensa, para mudar a percepção que os EUA e o mundo tinham sobre o governo colombiano e sua luta contra o narcotráfico (“La guerra es de todos”. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 31).

⁴³⁵ La guerra del fin de siglo. *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 46. O problema das drogas era visto como problema de oferta e demanda.

⁴³⁶ “En lo segundo, el frente internacional, el plan triplica, para llegar a US\$261 millones, el monto de ayuda militar y policial para los países productores, en primer lugar Colombia. Ese, sin embargo, será sólo el comienzo

Depois do assassinato de Galán, a palavra *guerra* seria pronunciada cada vez mais. Já que se estava em guerra, era preciso, então, entender exatamente: qual a natureza dessa guerra?

Para empezar, no es una guerra de territorios con bandos claramente establecidos. No es una guerra convencional, ni siquiera es una guerra subversiva como la del Salvador. Se parece más bien a las guerras terroristas del IRA o de la ETA, con la diferencia de que, quizás nunca antes, tan pocas personas con tantos recursos para operar habían puesto en jaque a un Estado⁴³⁷.

Considerando o cenário político e social que descrevemos ao longo destas páginas, fica evidente que as eleições presidenciais de 1990 estariam permeadas pela insegurança, sob a permanente ameaça do narcotráfico. Mesmo o ex-presidente Misael Pastrana afirmaria: “Yo siempre he sido amigo de hacer las campañas en las plazas públicas, pero yo creo que esta vez, con ambulancia y sangre al lado, eso no es campaña electoral. Yo creo que lo que va a limitar mucho la campaña es que eso así no es democracia”⁴³⁸.

No dia 9 de novembro de 1989, ocorreu a Convenção Conservadora. Rodrigo Lloreda⁴³⁹ seria, na ocasião, proclamado candidato social conservador à presidência. O Partido estava passando por um dos momentos mais críticos de sua história; o fato da candidatura de Lloreda ter sido oficial, mas não ter tido o respaldo de Álvaro Gómez, foi um sintoma dessa crise. E a crise piorou ainda mais, pois, em março de 1990, Álvaro Gómez se lançou como candidato não oficial do Partido Conservador⁴⁴⁰. Enquanto isso, no Partido Liberal, Gaviria ia consolidando-se como o inegável ganhador na corrida pela presidência⁴⁴¹.

de un programa quinquenal de US\$2 mil millones, ‘para contrarrestar a los productores, los traficantes y los contrabandistas’. En un aparte especialmente significativo, Bush mencionó el asesinato de un estadista – en clara alusión a Luis Carlos Galán – y de más de 200 jueces en Colombia. ‘Ustedes y yo, dijo, estamos de acuerdo con el valiente presidente Virgilio Barco, quien dijo que, si los norteamericanos consumen cocaína, están pagando por los asesinatos. Los usuarios norteamericanos de cocaína necesitan entender que nuestra nación tiene cero tolerancias para el uso eventual de la droga. Tenemos la responsabilidad de no dejar a nuestros bravos amigos colombianos solos en la lucha’”. Com uma clara priorização das políticas repressivas, o plano Bush não seria muito diferente da política de Reagan, só que interviria muito mais diretamente nos assuntos dos países que pedissem ajuda econômica. Por sua vez, a crítica dos democratas e de alguns acadêmicos ia precisamente em direção ao reconhecimento dos problemas estruturais da sociedade estadunidense que teriam contribuído para a estigmatização dos consumidores de drogas (La guerra del fin de siglo. *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 46).

⁴³⁷ ¿Hacia dónde va esta guerra? *Semana*, Bogotá, 19 set. 1989, p. 26.

⁴³⁸ “Con ambulancia y sangre no hay campaña”. Entrevista a Misael Pastrana Borrero. *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 38.

⁴³⁹ Ministro de Relaciones Exteriores entre 1982 e 1984, considerado um dos ministros “estrela” do governo de Betancur e um dos criadores do grupo de Contadora (Al que madruga... *Semana*, Bogotá, 14 nov. 1989, p. 27).

⁴⁴⁰ El candidato del tarjetón. *Semana*, Bogotá, 20 mar. 1990, p. 36.

⁴⁴¹ Na Figura 10, observamos a imagem e o slogan da campanha de Gaviria: *Con Gaviria habrá futuro*. A ideia do *futuro* é recorrente nessa época. Dizia-se que, com a morte de Galán, haviam assassinado o *futuro*. Depois da consulta popular de março de 1990, Gaviria afirmou: “La consulta, sueño y logro de Galán, seguirá en el futuro” (“La democracia ganó espacio”. Entrevista a César Gaviria. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 32). A colunista Maria Isabel Rueda afirmou, ainda: “los colombianos, que no creen en nada, estan absolutamente convencidos

As eleições legislativas previam um amplo triunfo do Partido Liberal. E assim foi, no dia 11 de março de 1990, o liberalismo arrasou nas urnas. O Partido Conservador perdeu cadeiras na Câmara, assim como várias prefeituras. O Partido Liberal teve uma votação total no Senado de 58.1% e o Partido Conservador, de 32.4%⁴⁴². De 83 deputados que o Partido Conservador tinha conseguido nas eleições de 1986 – e mantido desde 1978 – passou a 72. E a consulta popular, prevista para eleger o candidato oficial do liberalismo para as eleições de maio, deu um surpreendente triunfo a César Gaviria⁴⁴³.

Figura 10. *Con Gaviria habrá futuro*



Fonte: *Princeton University Digital Library*

Pela primeira vez desde 1974, o Partido Liberal chegou verdadeiramente unido às eleições presidenciais. As eleições legislativas foram consideradas históricas, pois havia ganhado o voto independente.

de que no existe futuro sin reforma constitucional. Su ánimo, sus expectativas y hasta su tendencia de voto estarán determinadas por quien ofrezca cambiar lo que hay” (RUEDA, María Isabel. El AEIOU de la constituyente. *Semana*, Bogotá, 24 abr. 1990, p. 38). Gaviria personificava esse *futuro* que foi truncado. Cabe destacar, também, a frase *Bienvenidos al futuro*, pronunciada por Gaviria quando concluíram as sessões da ANC, em 1991. É interessante destacar, por último, que, a despeito da guerra vivida nesse momento, nenhuma das imagens das campanhas trazia a ideia de recuperação da segurança nacional.

⁴⁴² Cómo les fue a los godos. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 29.

⁴⁴³ A revista *Semana* o descrevia como alguém “frio como un tempaño y bastante de derecha”.

La maquinaria liberal, que desde 1930 había manejado los destinos políticos del país, no sólo fue derrotada por César Gaviria a nivel nacional, sino por decenas de dirigentes locales. El pueblo votó por quien se le dio la gana y no por quien le señalaron los caciques [...] La elección popular de alcaldes, la consulta popular para la selección de precandidatos de los partidos y la introducción del tarjetón electoral para la elección de Presidente, están haciendo que la democracia en Colombia, que siempre había sido formal, haya comenzado a ser real⁴⁴⁴.

Depois da eleição popular de prefeitos, a consulta popular foi considerada a maior conquista da democracia colombiana. Essas eleições também foram consideradas um respaldo popular à realização da reforma constitucional via mecanismos extra-constitucionais.

Com Gaviria como futuro presidente previa-se que, além de uma política econômica conservadora, ao país lhe esperariam quatro anos de *pulso firme*, e não de *mano tendida*, como havia demonstrado durante sua permanência no Ministério de Governo.

Enquanto isso, o extermínio contra a UP continuava; no dia 22 de março de 1990, foi assassinado Bernardo Jaramillo, candidato presidencial da UP. O assassinato foi atribuído a Pablo Escobar, como a maioria dos assassinatos políticos daquela época⁴⁴⁵. Um mês depois, no dia 26 de abril, o ex-comandante do M-19 e também candidato presidencial, Carlos Pizarro, foi assassinado no interior de um avião que tinha como destino a cidade de Barranquilla. Antonio Navarro Wolff assumiu a candidatura.

Nesse contexto de crise, a ideia e a necessidade de uma Assembleia Constituinte dominou o cenário político nacional:

Pocas veces en la historia del país tanta gente, tantos sectores políticos y de opinión se habían mostrado tan de acuerdo en algo. El milagro lo ha hecho una pareja de palabras con sabor a varita mágica: Asamblea Constituyente [...] Lo menos que puede producir la Constituyente es un poco de esperanza para el pueblo colombiano. Y en estos días, un poco de esperanza puede ser mucho⁴⁴⁶.

No dia 3 de maio de 1990, alguns dias antes das eleições, foi lançado o Decreto de Estado de Sítio nº 927, que autorizava à *Registraduría* a contar os votos para uma Assembleia Constituinte nas eleições presidências do dia 27 de maio. O governo usou a figura do Estado de Sítio, pois afirmava que o objetivo da reforma constitucional era fortalecer as instituições e, com efeito, solucionar a grave crise de legitimidade⁴⁴⁷. Finalmente, no dia 27 de maio, César Gaviria foi eleito presidente⁴⁴⁸.

⁴⁴⁴ La revolución de marzo. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 23.

⁴⁴⁵ Alguns dias antes do assassinato, o Ministro de Governo Carlos Lemos Simmonds havia afirmado, em uma entrevista, que a UP era o braço político das FARC-EP. Lemos se viu obrigado a renunciar (¿Quién mató a Jaramillo? *Semana*, Bogotá, 27 mar. 1990, p. 25).

⁴⁴⁶ La varita mágica. *Semana*, Bogotá, 1º maio. 1990, p. 44.

⁴⁴⁷ “Un pueblo que se autoconvoca y un estado de sitio que se puede utilizar para crear las bases políticas e institucionales de la paz: en esas dos frases se resume la teoría constitucional construida para abrirle camino a la

Figura 11. *Más escoltas que seguidores cerca del candidato*



Fonte: *Semana*, Bogotá, 27 mar. 1990, p. 25

Nessas eleições presidenciais, consideradas as mais “sangrentas e pavorosas” da história colombiana, a abstenção foi uma protagonista. Esperava-se que a participação eleitoral fosse a mesma das eleições legislativas; no entanto, houve a maior abstenção dos últimos 20 anos (58%). A revista *Semana* deu duas razões para isso: a primeira era a da intimidação do terrorismo; a segunda, um corolário da primeira, haja vista que os candidatos não puderam fazer suas campanhas no espaço público e, por isso, tiveram que usar as emissões televisivas, o que empobreceu o debate e homogeneizou ambas as candidaturas. Antonio Navarro, da ADM-19, posicionou-se como a terceira força eleitoral, duplicando a votação mais alta que havia obtido a esquerda na Colômbia, a de Jaime Pardo Leal, nas eleições presidenciais de 1986.

Cabe destacar, ademais, que poucos dias antes das eleições, uma das principais bandeiras do governo Barco – o esquema governo-oposição – estava sendo criticada

Asamblea dentro del orden jurídico” (CEPEDA, 1993, p. 179). A sentença da Corte declarando a constitucionalidade do Decreto de estado de sítio dizia: “Los hechos mencionados demuestran a las claras que las instituciones tal como se encuentran diseñadas no son suficientes para enfrentar las diversas formas de violencia a las que tienen que encarar” (*Ibidem*).

⁴⁴⁸ César Gaviria (Partido Liberal): 2.891.000 (47,8%). Álvaro Gómez Hurtado (MSN): 1.434.000 (23,7%). Rodrigo Lloreda (Partido Conservador): 735.000 (12,1%). Antonio Navarro Wolf (ADM-19): 754.900 (12,4%). 5.095.631 de colombianos, 89% dos votantes, pronunciaram-se a favor da convocatória de uma ANC (*Ibidem*).

abertamente, pois nesse contexto de luta contra o *narcoterrorismo*: “son muy pocos los colombianos que creen en la conveniencia de mantener el experimento⁴⁴⁹”.

Nesse mesmo mês, o governo iniciou as negociações com outros grupos guerrilheiros: o PRT, o MAQL e o EPL. As negociações continuariam no governo de Gaviria. A importância de tais processos de paz para a política de paz de Barco era grande, pois demonstrava, como já mencionado, que a política servia para qualquer grupo guerrilheiro. Os críticos dessa política de paz diziam que a desmobilização do M-19 havia sido possível devido ao fato dessa guerrilha encontrar-se derrotada militarmente. Entretanto, o EPL não estava derrotado militarmente e sua orientação era maoísta⁴⁵⁰. Assim, ao contrário da maioria dos acadêmicos, Pardo considerava que “[c]on el Epl, el Quintín Lame y el Prt se comprobó que la política de paz podía adaptarse a diversas particularidades e incluso a las organizaciones marxistas más radicales” (PARDO, 1996, p. 249). No entanto, vale ressaltar, ainda, que, mais do que a discussão em torno das capacidades inerentes à política de paz, o contexto político – ou seja, as expectativas suscitadas pela convocação de uma ANC – foi muito importante para que essas guerrilhas decidissem iniciar uma negociação.

Em 1990, as Forças Armadas recuperariam a iniciativa no combate. Depois de 1988, o ano dos piores resultados em termos militares para as Forças Armadas, houve um aumento do pressuposto e do treinamento. Em abril de 1990, foi criada a primeira *Brigada Móvil*. Com o objetivo específico de combater a guerrilha, ela foi composta de três batalhões de soldados profissionais. Mas não foi somente isso: o governo conseguiu mudar a tendência na opinião pública que, desde a época de Turbay, considerava as guerrilhas legítimas e, de alguma maneira, vítimas da repressão *turbayista*. No entanto, as violações à trégua *belisarista*, além das práticas de sequestro e extorsão, fizeram com que as guerrilhas perdessem terreno político, credibilidade e apoio popular. Acabaram, então, sendo consideradas simples grupos de delinquentes comuns⁴⁵¹. Por isso, no início de 1990, o Conselheiro Presidencial afirmou

⁴⁴⁹ Atentado a la historia. *Semana*, Bogotá, 1º maio. 1990, p. 31.

⁴⁵⁰ “El camino a la Constituyente, aunque todavía incipiente, era un fuerte estímulo. Pero sin duda el agotamiento general de la lucha guerrillera, la caída del socialismo en Europa oriental (para ese momento aun substituía la Unión Soviética), la evaluación de los dirigentes del Epl respecto al espacio político que tendrían como movimiento legal y, sobre todo, su audacia y decisión personal, fueron los elementos que determinaron este paso hacia la paz” (PARDO, 1996, p. 236).

⁴⁵¹ Às vezes, esquecemos que o celebre ataque à *Casa Verde*, em dezembro de 1991, repetido *ad infinitum* e símbolo da guerra integral de César Gaviria, não foi somente um evento gerador; ele foi também um “ponto de chegada”, antecipado por todo esse trabalho de estigmatização descrito durante o governo Barco (tanto mediático, quanto terrivelmente material). O ataque não teria sido possível, nessa medida, sem o trabalho prévio de criminalização da luta armada.

que não havia nenhuma razão objetiva, tampouco política, econômica ou social, que justificasse a existência dos grupos guerrilheiros⁴⁵².

Ao mesmo tempo, o contexto internacional, mais precisamente o fim da Guerra Fria⁴⁵³, começou a incidir no discurso contra-insurgente, como se o pano de fundo mais global tivesse tido influência maior do que as condições materiais vividas pelos diferentes grupos armados em cada uma das regiões⁴⁵⁴. O governo Barco conseguiu, assim, produzir esse ponto de inflexão e marcar um rumo que seria seguido pelos governos seguintes com bastante sucesso.

⁴⁵² Embora não exploremos as negociações de Caracas e Tlaxcala neste trabalho, gostaríamos de lembrar que esse foi o diagnóstico a partir do qual o governo iniciaria as negociações, em 1991: as condições objetivas do surgimento da luta armada seriam tão e somente uma lembrança do passado (“La guerrilla: en decadencia” Entrevista a Rafael Pardo. *Semana*, Bogotá, 16 jan. 1990, p. 26).

⁴⁵³ A reunião em Malta, no início de dezembro de 1989, marcou o fim da Guerra Fria. Gorbachov acordou com Bush que “las características de la guerra fría debían ser abandonadas. La carrera armamentista, la desconfianza y la lucha psicológica e ideológica deben ser cosas del pasado”. Bush afirmou: “Con las reformas que se llevan a cabo en la URSS, estamos en el umbral de una nueva era de las relaciones soviético-norteamericanas. Está dentro de nuestro alcance contribuir, cada uno a su manera, a superar la división de Europa y terminar la confrontación allí” (La isla de la fantasía. *Semana*, Bogotá, 12 dez. 1989, p. 78). No dia 9 de novembro de 1989, caiu, então, o muro de Berlim.

⁴⁵⁴ “[...] para no mencionár que el ideal por el cual supuestamente luchan estos movimientos guerrilleros parece haberse hecho trizas con el efecto dominó que Mijail Gorbachov puso en marcha y que terminó derribando la cortina de hierro [...] La guerrilla colombiana parece hoy un dinosaurio”. Este seria o enterro definitivo do discurso das “condições objetivas” – entre elas, a exclusão produzida pela FN – como motivo do surgimento da luta armada (Cuando el Ejército ataca. *Semana*, Bogotá, 6 fev. 1990, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto na introdução, o objetivo desta pesquisa foi levar a cabo uma análise comparativa entre as políticas de paz dos governos de Betancur e Barco. O recorte temporal escolhido nos permitiu comparar duas políticas de paz diferentes, uma bem sucedida e a outra não, em dois contextos políticos bastante distintos, tanto do ponto de vista interno quanto externo. Tal comparação nos permitiu, também, lançar luz sobre as razões da persistência do conflito armado na Colômbia.

Em um primeiro momento, foi selecionada uma literatura que contemplasse a análise dessas duas políticas de paz, quer de forma comparativa, quer de forma independente. A revisão bibliográfica, nesse sentido, nos permitiu identificar os pontos mais importantes, reiterados por todos os autores, assim como identificar as limitações ou insuficiências da mesma literatura. A principal limitação diz respeito às razões explicativas sobre o sucesso ou fracasso das políticas de paz – sucesso e fracasso considerados, aqui, em termos do “potencial de desmobilização” de cada uma das políticas e do “potencial de negociação” de cada um dos atores armados. Embora os autores tenham assinalado vários “fatores explicativos”, em particular durante o governo Barco, o sucesso da sua política deveu-se, em última instância, à reavaliação da luta armada por parte dos grupos guerrilheiros que, finalmente, optaram por deixar essa luta e iniciar um processo de transformação política. Por isso, tais análises são insatisfatórias, sobretudo as mais recentes, pois, em vez de descrever o contexto mais amplo no qual as negociações estavam inscritas na época, elas se limitaram a apresentar as negociações em termos de sucessão de acontecimentos ou em termos do “modelo de negociação” com suas respectivas variáveis.

A principal conclusão acerca da revisão da literatura feita neste trabalho é a de que tal análise naturalizou o regime político e cada uma das organizações armadas. Uma análise dessa natureza, focada apenas nas decisões dos atores armados, influenciados por um contexto internacional, ele também naturalizado, não permite identificar as variações e mudanças do regime político colombiano durante os anos 1980 – variações que acabaram desembocando na Constituição de 1991. Dizendo de outra forma, o processo de mudança institucional foi, de alguma forma, apagado, visto que o enfoque esteve mais concentrado nas variáveis internas das organizações ou no governo, considerado, ele também, de forma pouco dinâmica.

Esse primeiro diagnóstico nos permitiu definir o recorte temporal da pesquisa, assim como a metodologia usada. Considerando que o processo de paz do presidente Betancur tem sido mais estudado do que o de Barco – e, sobretudo, estudado com mais rigorosidade –,

decidimos reconstituir o período histórico correspondente ao governo Betancur, usando, para tanto, a literatura sobre as negociações previamente examinadas, assim como incluindo análises sobre o contexto internacional e a dinâmica política interna da Colômbia. Para a reconstituição do governo Barco, fizemos uso, portanto, do principal semanário colombiano, a revista *Semana*, começando um ano e meio antes do início desse governo para, assim, entender o contexto político, econômico e social herdado pelo governo Barco. Por razões de tempo – e também por razões da conjuntura política atual colombiana –, não foi possível concretizar algumas das entrevistas que complementaríamos a pesquisa empírica.

De qualquer forma, com esses dados, fez-se necessário entender por que o governo Betancur decidira-se por negociar com as guerrilhas, mediante uma tentativa pioneira – inclusive, no contexto latino-americano –, ainda que sem alcançar os objetivos propostos. Entender o caráter precursor dessa tentativa significava entender a origem, ou parte da origem, da crise política dos anos 1980. A partir dessa constatação, procuramos traçar, no Capítulo 1, a evolução do regime político colombiano, desde o início do século XX: a democracia oligárquica, o período de *la Violencia*, o estabelecimento da Frente Nacional, o surgimento das guerrilhas revolucionárias e os antecedentes imediatos da crise política e de legitimidade vivenciadas durante o governo Betancur.

No Capítulo 2, tentamos entender a tentativa de negociação anteriormente mencionada, não só como decisão individual de um presidente de um país em crise, mas também como a continuação de um processo de transformação institucional iniciado com o fim formal da Frente Nacional, em 1974. A tentativa de “abertura democrática” do regime aparecia, assim, como uma necessidade constatada por todos os setores políticos e sociais. No entanto, embora tal constatação fosse compartilhada, as maneiras de levá-la a cabo diferiam. A escolha do presidente Betancur e seu governo partia do reconhecimento do abandono estatal em algumas regiões do país; esse abandono teria sido suprido pelas guerrilhas comunistas, surgidas antes dos anos 1960, e pelos movimentos de esquerda próximos a elas. Assim, a reforma política foi um aspecto central das negociações, já que permitiu que as guerrilhas enraizadas nessas regiões pudessem participar legalmente no cenário político nacional, regional e local. A primeira eleição popular de prefeitos, por exemplo, em março de 1988, teria sido uma das maiores conquistas desse processo de reforma política, assim como um dos resultados tangíveis do processo de paz do governo Betancur.

Mostramos, também, já no Capítulo 3, como a disseminação da *guerra sucia* esteve estreitamente ligada a essas eleições. Como afirmamos, embora a política de paz anterior tenha sido “infrutífera” – vista desde o ângulo do “potencial de desmobilização” ou da

capacidade do “modelo de negociação” –, é difícil não afirmar que ela não subverteu, de alguma maneira, os fundamentos da política colombiana. Não tanto pela eleição popular de prefeito, pois essa estava inscrita no processo de descentralização política e fiscal do Estado colombiano dos anos 1980, mas, sobretudo, devido à União Patriótica, partido político criado pelas FARC-EP no processo de negociação com o governo Betancur.

Nessa medida, o Capítulo 3 evidenciou os resultados desse processo com maior clareza. Partimos de duas hipóteses para nortear nossa análise: as razões do governo Barco para dar início às negociações; e as razões do grupo guerrilheiro M-19 em aceitar a negociação proposta. No primeiro caso, concordamos com os demais autores, no sentido desse governo ter mudado a política de paz do governo anterior; no entanto, nos afastamos um pouco desse relato *événementiel*, que relacionaria o evento do sequestro de uma importante personalidade política colombiana ao início das negociações com o M-19. Embora reconheçamos que existem, de fato, eventos que podem propiciar inflexões no curso dos acontecimentos, não deixa de ser igualmente importante entender o contexto ou, melhor, o processo mais amplo no qual esse evento se insere. Isso, claramente, não com o propósito de reconhecer no governo uma iniciativa anterior à que lhe foi, de fato, atribuída; mas para salientar o processo de mudança institucional que, no governo Barco, se encaminhava na direção de uma importante reforma constitucional. Então, se no governo Betancur as reformas políticas foram concertadas, em parte, com a insurgência, no governo Barco essas reformas seriam concertadas com a “oposição”.

Por isso, foi importante salientar um dos acordos políticos mais importantes desse quadriênio, o chamado *Acuerdo de la Casa de Nariño* – subscrito entre o governo e o Partido Social Conservador, em fevereiro de 1988, e que fundamentalmente dava aval à proposta do governo de realizar um referendo para derrogar o artigo 13 do plebiscito de 1957 que, por sua vez, impedia realizar novos plebiscitos para reformar a constituição. Esse acordo permitiu criar uma comissão para se discutir os temas da reforma constitucional. Logo, foi essa nova conjuntura política, em janeiro de 1988, que levou o governo a vincular a reforma constitucional às negociações de paz. Todavia, dois meses depois, esse acordo seria suspenso, temporariamente, pela providência do Conselho de Estado, no dia 4 de abril de 1988. Essa suspensão temporal levou o presidente Barco a desenvolver uma estratégia de paz e, por conseguinte, decidir negociar com as guerrilhas.

No segundo caso, esse processo de reforma institucional também foi fundamental para que o M-19 aceitasse a *Iniciativa para la paz* ou, pelo menos, os termos da negociação propostos por Barco. Esse também foi o caso das três guerrilhas que negociariam já no final

do mandato de Barco, quando a possibilidade de participar diretamente da redação da Constituição de 1991 era já um fato. Nós consideramos, nesse sentido, que a proposta do presidente Barco, no início de 1988, interessou a todas as guerrilhas. O acordo entre o governo e o Partido Conservador deu um sustento real à possibilidade de modificar as instituições. Não foram, exclusivamente, as diferenças entre as organizações armadas o fato que explicaria as diferentes atitudes frente à iniciativa: flexibilidade do projeto político; fortaleza vs. debilidade militar; incapacidade ou capacidade de reavaliar a luta armada, etc. O contexto político, também nesse caso, cumpriu um papel importante, se não determinante.

Portanto, o Capítulo 3 também procurou mostrar – e essa talvez seja a contribuição mais importante desta dissertação – que, ao contrário de todas as análises apresentadas na revisão da literatura, a variável externa durante o governo Barco é fundamental para entender a virada governamental no tratamento da insurgência – reunida sob a sigla CGSB –, que não acolheu-se à *Iniciativa para la paz*. Se os analistas reconhecem a importância do contexto internacional, em particular a distância que o governo Betancur estabeleceu em relação às políticas dos EUA, eles não fazem o mesmo com o governo Barco. Acreditamos que essa relação ajuda a entender dois deslocamentos simultâneos: o abandono do discurso anticomunista pelo discurso de luta contra as drogas por parte dos EUA, e a mudança na natureza das guerrilhas anteriormente mencionada. Isso abriu caminho para que mostrássemos, já ao final do capítulo, como o termo *narcoguerrilla*, cunhado pelo embaixador dos EUA, Lewis Tambs, teve, em realidade, duas acepções, sendo que a segunda delas fora elaborada em um contexto diferente, cumprindo totalmente seu propósito.

Com o presente trabalho, tentamos mostrar a realidade colombiana do período de maneira um pouco mais dinâmica do que ela, de fato, foi descrita nas análises sobre as negociações de paz na Colômbia. Conhecendo a impossibilidade da língua escrita e falada em descrever e apresentar a realidade social tal como ela é, em toda a sua complexidade, pretendemos remediar, em parte, essa limitação. Isso pode ser observado nas seguintes estratégias em termos metodológicos: identificação de alguns deslocamentos interpretativos; identificação dos processos de naturalização dos diferentes fenômenos sociais, em particular do fenômeno paramilitar e do fenômeno guerrilheiro; e identificação dos processos interpretativos que subjazem à instalação de qualquer negociação, como o diagnóstico do conflito, uma determinada interpretação da natureza do fenômeno guerrilheiro e certa maneira de solucionar o conflito.

Por último, queremos apontar para um aspecto que mereceria maior espaço no trabalho de análise. Consideramos que menosprezar o enraizamento das organizações guerrilheiras em

seus territórios foi uma das razões que contribuíram para o prolongamento da luta armada. A recuperação por parte do Estado de alguns territórios foi feita desconsiderando essa presença espacial. O grande desafio, e de grande atualidade, da sociedade colombiana é a de aceitar a presença do *outro*, isto é, das guerrilhas que, por mais de cinquenta anos, têm sido *desumanizadas* pelas oficialidades nacionais, convertidas em empresas criminosas e mafiosas. O estudo das negociações, que é parte fundamental do processo político colombiano desde os anos 1980, permite salientar o caráter eminentemente político dessas organizações, na medida em que parece ser somente no âmbito de tais circunstâncias que *outras* demandas e propostas, sejam elas econômicas, sociais ou políticas, vêm à tona.

REFERÊNCIAS

Sobre as negociações

BEJARANO, Ana María. Estrategias de paz y apertura democrática: un balance de las administraciones Betancur y Barco. In: LEAL BUITRAGO, Francisco; ZAMOSCO, León (Eds.). *Al filo del caos: crisis política en la Colombia de los años 80*. Bogotá: Tercer Mundo Editores; IEPRI, 1990a. p. 57-124.

_____. La paz en la administración Barco: de la rehabilitación social a la negociación política, *Análisis Político*, n. 9, jan.-abr. 1990b.

_____. Protracted conflict, multiple protagonists, and staggered negotiations: Colombia, 1982-2002. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 28, n. 55-56, 2003, p. 223-247.

BEJARANO, Jesús Antonio. *Una agenda para la paz: aproximaciones desde la teoría de la resolución de conflictos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1995.

_____. *Antología Jesús Antonio Bejarano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011. v. 2: Estudios de paz.

_____. Entre los laberintos de la paz y las anchas avenidas de la democracia: reflexiones sobre los procesos de paz en Colombia y El Salvador. In: _____. *Antología Jesús Antonio Bejarano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2011 [1992]. v. 2: Estudios de paz.

_____. Los diálogos de Caracas: un examen de las incompatibilidades básicas. In: _____. *Antología Jesús Antonio Bejarano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2011 [1993]. v. 2: Estudios de paz.

_____. La política de paz durante la administración Barco. In: _____. *Antología Jesús Antonio Bejarano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2011 [1994]. v. 2: Estudios de paz.

_____. La política de paz durante la administración Gaviria (1998). In: VILLARRAGA, Álvaro (Comp.) *Gobierno del Presidente César Gaviria 1990-1994: acuerdos con el EPL, PRT, MAQL y CRS. Diálogos con la CGSB*. Bogotá: Fundación Cultura Democrática, 2009. pp. 69-86.

CHERNICK, Mark W. Negotiated Settlement to Armed Conflict: Lessons from the Colombian Peace Process, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 30, n. 4, Winter 1988- 1989, p. 53-88.

_____. *Insurgency and negotiations: defining the boundaries of the political regime in Colombia*. 1991. 339 p. Ph. D. Thesis (Philosophy) - Columbia University, New York. 1991.

_____. Aprender del pasado: Breve historia de los procesos de Paz en Colombia 1982-1996, *Colombia Internacional*, n. 36, p. 4-8. Out.-dez. 1996.

_____. Negotiating Peace amid Multiple Forms of Violence: The Protracted Search for a

Settlement to the Armed Conflicts in Colombia. In: ARNISON, Cynthia J. (Ed.) *Comparative Peace Processes in Latin America*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 1999. p. 159-204.

_____. Las FARC y los diálogos de paz: de Marquetalia hasta el gobierno de Uribe. In: BOUVIER, Virginia M. (Ed.) *Colombia: la construcción de la paz en tiempos de guerra*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2014. p. 97-133.

GARCÍA DURÁN, Mauricio. *De la Uribe a Tlaxcala: procesos de paz*. Bogotá: CINEP, 1992.

_____. De Turbay a Uribe: sin política de paz pero con conflicto armado. In: LEAL BUITRAGO, Francisco (Ed.) *En la encrucijada: Colombia en el siglo XXI*. Bogotá: Grupo Editorial Norma. 2006.

GARIBAY, David. *Des armes aux urnes. Processus de paix et réinsertion politique des anciennes guérillas en Colombie et en Salvador*. 2003. 706 p. Thèse (Doctorat en Sciences Politiques), Institut d'Études Politiques, Paris. 2003.

GUTIÉRREZ LOAIZA, Alderid. Negociaciones de paz en Colombia, 1982-2009. Un estado del arte, *Estudios Políticos*, Instituto de Estudios Políticos de la Universidad de Antioquia, n. 40, p. 175-200, jan.-jun. 2012

LÓPEZ GUTIÉRREZ, William. Las políticas de paz y los procesos de negociación en Colombia: breve balance y perspectivas. *Convergencia*, n. 19, p. 245-274, maio-ago. 1999.

NASI, Carlo. *Peace accords in Colombia, El Salvador, and Guatemala: a comparative study*. 2002, 502 p. Ph. D. Thesis (Philosophy) - University of Notre Dame, Indiana, 2002

_____. *Cuando callan los fusiles: impacto de la paz negociada en Colombia y Centroamérica*. Bogotá: Editorial Norma, 2007. 347 p.

_____. Saboteadores de los procesos de paz en Colombia. Los actores y sus estrategias. In: RETTBERG, Angelika (Comp.) *Conflicto armado, seguridad y construcción de paz en Colombia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010. p. 97-129.

_____. Los procesos de paz en Colombia, 1982-2002. Condiciones, estrategias y resultados. In: BOUVIER, Virginia M. (Ed.) *Colombia: la construcción de la paz en tiempos de guerra*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2014. p. 97-133.

_____; RETTBERG, Angelika. Los estudios sobre conflicto armado y paz: un campo en evolución permanente, *Colombia Internacional*, n. 62, p. 64-85, jul-dic 2005.

PALACIOS, Marco. La solución política al conflicto armado, 1982-1997. In: CAMACHO, Álvaro; LEAL, Francisco (Comp.) *Armar la paz es desarmar la guerra: herramientas para lograr la paz*. Bogotá: IEPRI, 1999. p. 345-401.

_____. Una revisión histórica de los procesos de paz en Colombia: ¿el proceso o la paz? In: CEPEDA ULLOA, Fernando (Coord.) *Haciendo paz. Reflexiones y perspectivas del proceso de paz en Colombia*. Bogotá: El Áncora, 2001. p. 41-50.

_____. Paz Cuatrienal. In: _____. *Violencia pública en Colombia, 1958-2010*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2012. Cap. 4, p. 137-183.

PARDO, Rafael. *De primera mano. Colombia 1986-1994: Entre conflictos y esperanzas*. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

_____. 10 años de acuerdo, 20 años de procesos de paz, 40 años de conflictos. In: CEPEDA ULLOA, Fernando (Coord.). *Haciendo paz. Reflexiones y perspectivas del proceso de paz en Colombia*. Bogotá: El Áncora, 2001. p. 75-86.

PIZARRO LEONGÓMEZ, Eduardo. Elementos para una sociología de la guerrilla en Colombia, *Análisis Político*, n. 12, p. 4-23, jan.-abr. 1991

RAMÍREZ, Socorro; RESTREPO, Luis Alberto. *Actores en conflicto por la paz. El proceso de paz durante el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986)*. Bogotá: CINEP; Siglo Veintiuno Editores, 1989.

RAMÍREZ TOBÓN, William. Desarrollo y subversión política: un marco evaluativo sobre el proceso de paz en el gobierno de Virgilio Barco. In: _____. *Estado, violencia y democracia. Ensayos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores; IEPRI, 1990. p. 145-284.

Outros

ALAPE, Arturo. *La paz, la violencia: testigos de excepción*. Bogotá: Editorial Planeta. 1985.

AGUDELO RÍOS, John. Como negociamos. In: BEHAR, Olga. *Las guerras de la paz*. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 1985. p. 319-326.

ARENAS, Jacobo. *Cese al fuego: una historia política de las Farc*. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1985.

BAGLEY, Bruce M. *Political Power, Public Policy and the State in Colombia: Case Studies of the Urban and Agrarian Reforms during the National Front, 1958-1974*. 1979. 2 v. PhD. Thesis (Political Science) - University of California, Los Angeles, 1979.

_____. Colombia: National Front and Economic Development. In: WESSON, Robert G (Ed.) *Politics, Policies, and Economic Development in Latin America*. Stanford, Calif.: Hoover Institution Press, Stanford University, 1984. p. 124-160.

_____; TOKATLIAN, Juan Gabriel. La política exterior de Colombia durante la década de los 80: los límites de un poder regional. In: HIRST, Monica (Comp.) *Continuidad y cambio en las relaciones América Latina-Estados Unidos*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1987. p. 151-209.

BARCO VARGAS, Virgilio. *Hacia una Colombia nueva: liberalismo, democracia social y cambio*. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1986.

BARCZAK, Monica. Representation by Consultation? The Rise of Direct Democracy in Latin America, *Latin American Politics and Society*, v. 43, n. 3, p. 37-59, Autumn 2001.

BEHAR, Olga. *Las guerras de la paz*. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 1985.

BEJARANO, Jesús Antonio. Campesinado, luchas agrarias e historia social en Colombia: notas para un balance historiográfico. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.). *Historia política de los campesinos latinoamericanos*. Vol. 3. México: Siglo XXI Editores, 1985. p. 9-72.

_____. Historiografía de la violencia en Colombia. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: Centro Gaitán; Fondo Editorial CEREC, 1985. p. 297-324.

_____. Guía de perplejos: una mirada a la historiografía colombiana, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 24, pp. 283-329, 1997.

BOUDON, Lawrence. Colombia's M-19 Democratic Alliance: A Case Study in New-Party Self-Destruction, *Latin American Perspectives*, vol. 28, n.1, p. 73-92, Jan. 2001.

BOURGOIS, Philippe. *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BRINKLEY, Joel. *The New York Times*. An ex-ambassador says U.S. ordered aid for Contras. May 3rd 1987.

BRITTO CAMBRIDGE, Lina. "La historia de Colombia no es la de Cuba": Charles Bergquist. *El Espectador*, Bogotá, 1º jun. 2014. Disponible em: <<http://www.elespectador.com/noticias/politica/historia-de-colombia-no-de-cuba-charles-bergquist-articulo-495950>>. Acceso em: 15 fev. 2015.

CABALLERO, Antonio. Los patriarcas de La Uribe. *Semana*, Bogotá, 17 jun. 1986a, p. 22-23.

_____. "Sobre todo eso le puedo decir lo siguiente". Entrevista a Manuel Marulanda Vélez "Tirofijo". *Semana*, Bogotá, 17 jun. 1986b, p. 24-27.

_____. "La plata de la rehabilitación sí existe". Entrevista a Carlos Ossa Escobar. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986c, p. 28-34.

_____. "Las FARC no quieren la paz". Entrevista a Carlos Ossa Escobar. *Semana*, Bogotá, 18 ago. 1987, p. 24.

CABALLERO, Carlos A. La economía de la cocaína, algunos estimativos para 1988. *Coyuntura Económica* 18, n. 3, p. 179-184, 1988.

CABALLERO ARGAÉZ, Carlos; PACHÓN BUITRAGO, Mónica; POSADA CARBÓ, Eduardo (Comps.). *Cincuenta años de regreso a la democracia: nuevas miradas a la relevancia histórica del Frente Nacional*. Bogotá: Universidad de los Andes, Escuela de Gobierno Alberto Lleras Camargo: Ediciones Uniandes, 2012.

CAMACHO, Álvaro. 2002. Credo, necesidad y codicia: Los alimentos de la guerra, *Análisis Político*, n. 46, p. 137-150, maio-ago. 2002.

CARDOSO, Fernando H. Sobre las caracterizaciones de los regímenes autoritarios em América Latina. In: COLLIER, David (Comp.) *El nuevo autoritarismo en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica. 1984 [1979]. pp. 39-62.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. *Silenciar la democracia. Las masacres de Remedios y Segovia, 1982 – 1997*. 2ª Edição. Bogotá: CNMH, 2014.

CEPEDA ESPINOSA, Manuel José. ¿Cómo se hizo la Asamblea Constituyente? In: _____. *Introducción a la Constitución de 1991: hacia un nuevo constitucionalismo*. Santa Fe de Bogotá: Presidencia de la República, Consejería para el desarrollo de la Constitución, 1993. p. 173-198.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economic Papers*, v. 56, n. 4, p. 563-595, 2004.

DÁVILA LADRÓN DE GUEVARA, Andrés. *Democracia pactada. El Frente Nacional y el proceso constituyente del 91*. Bogotá: Universidad de los Andes, CESO, Departamento de Ciencia Política: Alfaomega Colombiana, 2002.

_____. Para una historiografía del Frente Nacional. In: CABALLERO ARGAEZ, Carlos; PACHÓN BUITRAGO, Mónica; POSADA CARBÓ, Eduardo (Comps.). *Cincuenta años de regreso a la democracia: nuevas miradas a la relevancia histórica del Frente Nacional*. Bogotá: Universidad de los Andes, Escuela de Gobierno Alberto Lleras Camargo: Ediciones Uniandes, 2012. pp. 25-44.

DEAS, Malcolm. El Proceso de Paz Colombiano, 1982-1985 y sus Implicaciones para Centroamérica. In: DEAS, Malcolm; CHERNICK, Marc. *Colombia durante el gobierno del presidente Betancur: las relaciones entre política exterior, crisis centroamericana y proceso de paz nacional. Dos enfoques*, set.-out., 1988.

DE LA TORRE, Cristina (Ed.). *Reformas políticas. Apertura democrática*. Bogotá: Editorial Nikos: Editorial La Oveja Negra, 1.985.

DIAZ JARAMILLO, José Abelardo. *El Movimiento Obrero Estudiantil Campesino 7 de enero y los orígenes de la nueva izquierda en Colombia 1959-1969*. 2010. 196 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2010.

DIX, Robert H. Consociational Democracy: The Case of Colombia, *Comparative Politics*, n.12, p. 303-321, Apr. 1980.

DUGAS, John (Comp.). *La constitución de 1991: ¿Un pacto político viable?* Bogotá: Universidad de los Andes. Departamento de Ciencia Política, 1993.

_____. The Conservative Party and the Crisis of Political Legitimacy in Colombia. In: MIDDLEBROOK, Kevin J. (Ed.) *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000. p. 80-109.

EL PAÍS. Los países deudores piden un dialogo directo con los presidentes de los países desarrollados. *El País*, Espanha, 23 jun. 1984.

_____. ¿‘Narcoguerrilla’ en Colombia? *El País*, Espanha, 24 nov. 1985.

FAJARDO MONTAÑA, Darío. El campo, las políticas agrarias y los conflictos sociales en Colombia. In: PALOU, Juan Carlos. *Aproximación a la cuestión agraria: elementos para una reforma institucional*. Informes FIP, ago. 2008. Disponível em: <http://archive.ideaspaz.org/images/tierras_web.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. In: VARIOS AUTORES. *Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ensayos críticos*. Bogotá: Gentes del Común, 2015. pp. 95-149.

FIGUEROA, José Antonio. *Realismo mágico, vallenato y violencia política en el caribe colombiano*. 2007. v. 1. 352 p. Ph. D. (Spanish) – Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington, 2007. Disponível em: <https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/553237/figueroajose.pdf?sequence=1>

_____. *Realismo mágico, vallenato y violencia política en el Caribe colombiano*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2009.

GAITÁN PAVÍA, Pilar. Algunas consideraciones acerca del debate sobre la democracia, *Análisis Político*, n. 20, p. 53-64, set.-dez. 1993.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cien años de Soledad*. Edición conmemorativa. Bogotá: Real Academia Española: Asociación de Academias de la Lengua Española: Alfaguara, 2007 [1967].

GARIBAY, David. De la lutte armée à la lutte électorale, itinéraires divergents d’une trajectoire insolite. Une comparaison à partir des cas centraméricains et colombien, *Revue internationale de politique comparée*, v. 12, n° 3, p. 283-297, 2005.

GILHODÈS, Pierre. Colombia. In: BERNARD, Jean Pierre *et al.* *Guide to the political parties of South America*. Middlesex: Penguin Books, 1973. p. 277-329

_____. *La cuestión agraria en Colombia, 1958-1971: politique et violence*. Paris: Armand Colin, 1974.

GÓMEZ-SUÁREZ, Andrei. La coyuntura geopolítica genocida de la destrucción de la Unión Patriótica (1985-2010), *Estudios Políticos*, 43, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, p. 180-204, 2013.

_____. Bloques Perpetradores y Mentalidades Genocidas: El Caso de la Destrucción de la Unión Patriótica en Colombia, *Revista de Estudios sobre Genocidio*, ano 1, vol. 2, p. 42-55, 2008.

GONZÁLEZ, Fernán E. Poder y violencia en Colombia. Bogotá: Odecofi-CINEP-Colciencias, 2014.

GOTT, Richard. *Guerrilla Movements in Latin America*. London: Thomas Nelson and Sons, 1970.

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. *¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

GUILLÉN MARTÍNEZ, Fernando. *La Regeneración: primer Frente Nacional*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1986.

GUTIÉRREZ, Francisco. (Coord.). *Nuestra guerra sin nombre. Transformaciones del conflicto en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, IEPRI, Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. *Lo que el viento se llevó: democracia y partidos políticos en Colombia 1958-2006*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2007.

_____; GUATAQUI, Juan Carlos. The Colombian case: Pace-Making and Power Sharing. The National Front (1958-1974) and New Constitution (1991-2002) experiences, 2009. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTCONFLICT/Resources/ColombiaFinal.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. ¿Una historia simple? In: *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, 2015. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GUZMÁN CAMPOS, Germán; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA, Eduardo. *La violencia en Colombia: estudio de un proceso social*. Bogotá: Punta de Lanza, 1977 [1964]. 8ª ed. Tomo I.

HARTLYN, Jonathan. Producer Associations, the Political Regime, and Policy Processes in Contemporary Colombia, *Latin American Research Review*, vol. 20, n. 3, 1985, pp. 118-138.

_____. La democratización colombiana: reflexiones sobre el impacto del Frente Nacional. In: CABALLERO ARGAÉZ, Carlos; PACHÓN BUITRAGO, Mónica; POSADA CARBÓ, Eduardo (Comps.). *Cincuenta años de regreso a la democracia: nuevas miradas a la relevancia histórica del Frente Nacional*. Bogotá: Universidad de los Andes, Escuela de Gobierno Alberto Lleras Camargo: Ediciones Uniandes, 2012. pp. 93-116.

_____; MORLEY, Samuel A. Political Regimes and Economic Performance in Latin America. In: _____; _____ (Eds.). *Latin American Political Economy: Financial Crisis and Political Change*. Boulder: Westview Press, 1986.

HEPPLE, Leslie W. *Lewis Tambs, Latin American Geopolitics and the American New Right*. School of Geographical Sciences, University of Bristol, 2011. Disponível em: <<http://www.ggy.bris.ac.uk/personal/LesHepple/lewis.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

JARAMILLO, Carlos E. La Guerra de los Mil Días: aspectos estructurales de la organización guerrillera. In: SÁNCHEZ, Gonzalo & PEÑARANDA, Ricardo (Comp.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 [1986], pp. 90-127.

JARAMILLO MARÍN, Jefferson. El libro *La Violência en Colombia* (1962-1964). Radiografía emblemática de una época tristemente célebre, *Revista Colombiana de Sociología*, vol. 35, n. 2, jul.-dez. 2012, pp. 35-64.

_____. *Pasados y presentes de la violencia en Colombia: estudios sobre las comisiones de investigación* (1958-2011). Bogotá: Editorial Pontifica Universidad Javeriana, 2014.

KALDOR, Mary. *Las nuevas guerras: violencia organizada en la era global*. Barcelona: Tusquest Editores, 2001.

KALYVAS, Stathis. “New” and “Old” Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*, v. 54, n. 1, p. 99-118, oct. 2001.

_____. *The logic of violence in Civil War*. New York: Cambridge University Press, 2006.

_____. El carácter cambiante de las guerras civiles. 1800-2009, *Colombia Internacional*, n. 70, p. 193-214, jul.-dic. 2009.

LEAL BUITRAGO, Francisco; ZAMOSC, León (Eds.). *Al filo del caos: crisis política en la Colombia de los años 80*. Bogotá: Tercer Mundo Editores; IEPRI, 1990.

_____; DÁVILA LADRÓN DE GUEVARA, Andrés. *Clientelismo: el sistema político y su expresión regional*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2009 [1990].

LEGRAND, Catherine. De las tierras públicas a las propiedades privadas: acaparamiento de tierras y conflictos agrarios en Colombia, 1870-1936, *Revista Lecturas de Economía*, n. 13, jan.-abr. 1984, pp. 13-50.

_____. Los antecedentes agrarios de la violencia: el conflicto social en la frontera colombiana, 1850-1936. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo (Comp.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 [1986], pp. 128-151.

_____. Comentario al estudio de historiografía sobre la violencia. In: Bernardo Tovar Zambrano (Comp.). *La historia al final del milenio: ensayos de historiografía colombiana y latinoamericana*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Historia, 1994. v. 1, p. 425-431.

_____. La política y la violencia en Colombia (1946-1965): interpretaciones en la década de los ochenta, *Memoria y Sociedad*, Universidad Javeriana, vol. 2, n. 4, nov. 1997, pp. 79-110.

LIJPHART, Arend. Consociational Democracy, *World Politics* 21, n. 2, p. 207-25, jan. 1969.

LINZ, Juan J. *La quiebra de las democracias*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

MAINWARING, Scott *et al.* Clasificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.

MEDINA, Medófilo. La resistencia campesina en el sur del Tolima. In: SÁNCHEZ, Gonzalo & PEÑARANDA, Ricardo (Comp.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 [1986], pp. 90-127.

_____. La política del régimen de coalición, la experiencia del Frente Nacional en Colombia de Jonathan Hartlyn. Resenha. *Análisis Político*, n. 20, p. 106-108, set.-dez. 1993.

MEDINA GALLEGU, Carlos. *Notas para una historia política 1958-2008*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2009. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Medina_Gallego-Notas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MOLANO, Alfredo. *Selva adentro: una historia oral de la colonización del Guaviare*. Bogotá: El Ancora Editores, 1987.

_____. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010). In: VARIOS AUTORES. *Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ensayos críticos*. Bogotá: Gentes del Común, 2015. pp. 151-203.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

NOIRIEL, Gérard. L'immigration: naissance d'un « problème » (1881-1883), *Revue Agone*, n. 40, 2008.

OQUIST, Paul. *Violencia, conflicto y política en Colombia*. Bogotá: Instituto de Estudios Colombianos, 1978.

ORTIZ SARMIENTO, Carlos Miguel. Historiografía de la violencia. In: Bernardo Tovar Zambrano (Comp.). *La historia al final del milenio: ensayos de historiografía colombiana y latinoamericana*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Historia, 1994, p. 371-424. Vol. 1.

PALACIOS, Marco. El café en la formación del capitalismo colombiano: notas. In: REVEIZ, Edgar (Comp.). *La cuestión cafetera: su impacto económico, social y político, Colombia, Costa Rica, Costa de Marfil*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo; Universidad de los Andes, 1980.

_____. *Entre la legitimidad y la violencia: Colombia 1865-1994*. Bogotá: Editorial Norma, 1995.

PÉCAUT, Daniel. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión, *Análisis Político*, n. 63, p. 22-50, maio-ago. 2008.

_____. Una lucha armada al servicio del statu quo social y político. In: *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, 2015. Disponível em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PETRAS, James. El programa de Reagan para la Cuenca del Caribe. *Anuario de Estudios*

Centroamericanos, v. 8, p. 79-83. 1982.

PIZARRO LEONGÓMEZ, Eduardo. *Insurgencia sin revolución: la guerrilla en Colombia en una perspectiva comparada*. Bogotá: Tercer Mundo Editores; IEPRI, 1996.

_____. Una democracia asediada: balance y perspectivas del conflicto armado en Colombia. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

_____. *Las Farc (1949-2011): de guerrilla campesina a máquina de guerra*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2011.

_____. Una lectura múltiple y pluralista de la historia. In: *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*. Febrero 2015. Disponible en: <<http://www.altocomisionado.paralapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>>. Acceso en: 20 fev. 2015.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia en el movimiento de países no alineados. In: _____; RESTREPO, Luis Alberto (Ed.) *Colombia: entre la inserción y el aislamiento, la política exterior colombiana en los años noventa*. Bogotá: Siglo del Hombre, 1997. p. 152-178.

RAMÍREZ TOBÓN, William. La guerrilla rural en Colombia: ¿una vía hacia la colonización armada? In: _____. *Estado, violencia y democracia. Ensayos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores; IEPRI, 1990. p. 57-71

RAMSEY, Russell W. *Peasant Revolution 1950-1954*. New York: Carlton Press, Inc., 1969.

_____. Critical Bibliography on *La Violencia* in Colombia, *Latin American Research Review*, vol. 8, n. 1, p. 3-44, spring 1973.

RESTREPO PIEDRAHÍTA, Carlos. La reforma constitucional de 1968 y los mecanismos de desmonte del Frente Nacional. In: GIL VALDIVIA, Gerardo; CHÁVEZ TAPIA, Jorge (Coords.). *Evolución de la organización político-constitucional en América Latina (1950-1975)*. Vol. II, Sudamérica y España, México, UNAM, Instituto de Investigaciones jurídicas, 1979, pp. 81-105.

REVÉIZ, Édgar; PÉREZ, María José. Colombia: Moderate Economic Growth, Political Stability, and Social Welfare. In: HARTLYN, Jonathan; MORLEY, Samuel A. (Eds.). *Latin American Political Economy: Financial Crisis and Political Change*. Boulder: Westview Press, 1986. p. 265-287.

ROJAS PUYO, Alberto. De la guerra a la democracia política. In: DE LA TORRE, Cristina (Ed.). *Reformas políticas. Apertura democrática*. Bogotá: Editorial Nikos; Editorial La Oveja Negra, 1985. p. 65-82.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

RUEDA, María Isabel. El AEIOU de la constituyente. *Semana*, Bogotá, 24 abr. 1990, p. 38.

SAMPER, María Elvira. Habla Gabo. *Semana*, 7 maio 1985, p. 26-27.

SÁNCHEZ, Fabio; CHACÓN, Mario. Conflicto, Estado y descentralización: del progreso social a la disputa armada por el control local, 1974-2002. In: GUTIÉRREZ, Francisco. (Coord.). *Nuestra guerra sin nombre. Transformaciones del conflicto en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, IEPRI, Grupo Editorial Norma, 2006. p. 347-403.

SÁNCHEZ, Gonzalo. Los estudios sobre la violencia. Balance y perspectivas. In: _____; PEÑARANDA, Ricardo (Comp.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 [1986]. 2ª ed.

_____; PEÑARANDA, Ricardo (Comp.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 [1986].

SÁNCHEZ BAUTE, Alonso. *Libranos del bien*. Bogotá: Punto de Lectura, 2010.

SANTAMARÍA, Ricardo; SILVA, Gabriel. *Proceso político en Colombia: del Frente Nacional a la Apertura Democrática*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1984.

SANTOS CALDERÓN, Enrique. *Así empezó todo*. Bogotá: Intermedio Editores, 2014.

SERJE, Margarita. *El revés de la nación. Territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2005.

_____. El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia, *Cahiers des Amériques latines*, n. 71, p. 95-117, 2013.

SIMONS, Marlise. Love and Age: a Talk with García Márquez. *The New York Times*, New York, 7 abr. 1985, n. 1, p. 18-19.

VÁSQUEZ, Teófilo *et al.* *Una vieja guerra en un nuevo contexto: conflicto y territorio en el sur de Colombia*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2011.

THE NEW YORK TIMES. Colombia Frowns On Rebel Aid Leader Says He Misread U.s. On Nicaragua Plan. *The New York Times*, New York, 16 abr. 1985.

_____. Oil slump delays ‘Baker Plan’. *The New York Times*, New York, 25 feb. 1986.

_____. The Iran-Contra Report; Key Sections of Document: The Making of a Political Crisis. *The New York Times*, New York, 19 nov. 1987.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. ¿Vecinos y amigos? *Semana*, Bogotá, 29 nov. 1989, p. 70.

UPRIMNY, Rodrigo. Las transformaciones constitucionales recientes en América Latina: tendencias y desafíos. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César (Coord). *El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 109-137.

VALENCIA GUTIÉRREZ, Alberto. *La Violencia en Colombia* de M. Guzmán, O. Fals y E. Umaña y las trasgresiones al Frente Nacional, *Revista Colombiana de Sociología*, vol. 35, n. 2, jul.-dez. 2012, pp. 15-33.

VALENCIA VILLA, Hernando. *Cartas de batalla: una crítica del constitucionalismo colombiano*. Bogotá: Panamericana Editorial, 2010 [1986].

VALENZUELA, Samuel J. El Frente Nacional colombiano y la redemocratización: una reflexión teórica y comparativa. In: CABALLERO ARGAÉZ, Carlos; PACHÓN BUITRAGO, Monica; POSADA CARBÓ, Eduardo (Comps.) *Cincuenta años de regreso a la democracia: nuevas miradas a la relevancia histórica del Frente Nacional*. Bogotá: Universidad de los Andes, Escuela de Gobierno Alberto Lleras Camargo: Ediciones Uniandes, 2012. pp. 45-92.

VARIOS AUTORES. *Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ensayos críticos*. Bogotá: Gentes del Común, 2015. 443 pp.

VÁSQUEZ CARRIZOSA, Alfredo. El modelo de paz de 1982 y algunas soluciones para reactivar la apertura democrática. In: DE LA TORRE, Cristina (Ed.). *Reformas políticas. Apertura democrática*. Bogotá: Editorial Nikos; Editorial La Oveja Negra, 1.985. p. 45-64.

VEGA CANTOR, Renán. La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia. La injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de estado. In: *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, 2015. Disponible em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>>. Acceso em: 20 fev. 2015.

VELÁSQUEZ, Mauricio. The battle of Bogotá, *New Left Review*, n. 91, 2015, pp. 103-125.

VELÁSQUEZ R., Carlos A. La dirección Política de lo Militar: una necesidad estratégica, *Análisis Político*, n. 38, 1999.

VILLARRAGA SARMIENTO, Álvaro (Comp.). *Se inician acuerdos parciales: pacto político con el M-19; Gobierno del presidente Virgilio Barco, 1986-1990: Tomo II*. Bogotá: Fundación Cultura Democrática, 2009.

WACQUANT, Loïc. *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État. Una sociologie comparée de la marginalité sociale*. Paris: La Découverte, 2007.

WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. Winners, Losers, and Also-Rans: Toward a Comparative Sociology of Latin American Guerrilla Movements. In: ECKSTEIN, Susan. (Ed.) *Power and Popular Protest: Latin American Social Movements*. Berkeley: University of California Press, 1989.

_____. *Guerrillas and Revolution in Latin America: A Comparative Study of Insurgents and Regimes since 1956*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

WILDE, Alexander W. Conversations among Gentlemen: Oligarchical Democracy in Colombia. In: LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred (Eds.) *The Breakdown of Democratic Regimes: Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. p. 28-81.

_____. *La quiebra de la democracia en Colombia: conversaciones de caballeros*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1982.

WILLS OBREGÓN, María Emma. Los tres nudos de la guerra colombiana: Un campesinado sin representación política, una polarización social en el marco de una institucionalidad fracturada, y unas articulaciones perversas entre regiones y centro. In: *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, 2015. Disponible em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>>. Acceso em: 20 fev. 2015.

WOLF, Eric D. Fases de la protesta rural en América Latina. In: FEDER, Ernest (Comp.). *La lucha de clases en el campo: análisis estructural de la economía agrícola latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. p. 260-271.

ZAMOSC, León. *La cuestión agraria y el movimiento campesino en Colombia: luchas de la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), 1967-1981*. París: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social; CINEP, 1987.

Revista Semana

SEMANA. ¡Los ministros también lloran! *Semana*, Bogotá, 27 nov. 1984, p. 22.

_____. En cámara lenta. *Semana*, Bogotá, 4 dez. 1984.

_____. Gavilán o Paloma. *Semana*, Bogotá, 11 dez. 1984, p. 33.

_____. Ven no tardes tanto. *Semana*, Bogotá, 18 dez. 1984.

_____. 1984: saldo en rojo. *Semana*, Bogotá, 25 dez. 1984, p. 46.

_____. Cuota de incertidumbre. *Semana*, Bogotá, 8 jan. 1985, p. 35.

_____. La metamorfosis de Vega Uribe. *Semana*, Bogotá, 15 jan. 1985, p. 25.

_____. Bojote arma un despelote. *Semana*, Bogotá, 28 jan. 1985, p. 23.

_____. Sacándose el clavo. *Semana*, Bogotá, 5 fev. 1985, p. 32.

_____. Rejas y regaños. *Semana*, Bogotá, 12 fev. 1985, p. 23.

_____. Se va el carbón, se va el carbón. *Semana*, Bogotá, 26 fev. 1985, p. 34.

_____. El tire y afloje de los fusiles. *Semana*, Bogotá, 5 mar. 1985, p. 27.

_____. Se rompió la tregua. *Semana*, Bogotá, 19 mar. 1985, p. 24.

_____. Entrevista al candidato liberal Virgilio Barco. *Semana*, Bogotá, 26 mar. 1985.

_____. La pasión según el FMI. *Semana*, Bogotá, 2 abr. 1985.

_____. Betancur vs. Reagan. *Semana*, Bogotá, 9 abr. 1985, p. 23.

- _____. Los *gremlins* de la guerrilla. *Semana*, Bogotá, 16 abr. 1985, p. 25
- _____. Valle de lágrimas. *Semana*, Bogotá, 23 abr. 1985, p. 25.
- _____. La “embarrada” de Belisario. *Semana*, Bogotá, 23 abr. 1985, p. 35.
- _____. La guerra llega a los barrios. *Semana*, Bogotá, 21 maio 1985, p. 28.
- _____. Carta secreta del M-19 al Papa. *Semana*, Bogotá, 4 jun. 1985, p. 30.
- _____. Acampando o escampando. *Semana*, Bogotá, 11 jun. 1985, p. 22.
- _____. El binomio del oro negro. *Semana*, Bogotá, 11 jun. 1985, p. 35.
- _____. ¿Misión imposible? *Semana*, Bogotá, 18 jun. 1985, p. 35.
- _____. Con los fierros otra vez. *Semana*, Bogotá, 2 jul. 1985, p. 24.
- _____. Vega Uribe en el banquillo. *Semana*, Bogotá, 9 jul. 1985, p. 23.
- _____. Los chicos malos. *Semana*, Bogotá, 16 jul. 1985, p. 35.
- _____. Las 100 empresas. *Semana*, Bogotá, 23 jul. 1985, p. 33.
- _____. El reto de Galán. *Semana*, Bogotá, 6 ago. 1985.
- _____. Paz o guerra, o lo contrario. *Semana*, Bogotá, 10 set. 1985, p. 24.
- _____. Un paso adelante, dos atrás. *Semana*, Bogotá, 17 set. 1985, p. 35.
- _____. El show de Fidel. *Semana*, Bogotá, 15 out. 1985, p. 57
- _____. Alcaldes: populares, pero impotentes. *Semana*, Bogotá, 5 nov. 1985.
- _____. 28 horas de terror. *Semana*, Bogotá, 12 nov. 1985.
- _____. 1985: regular, gracias. *Semana*, Bogotá, 31 dez. 1985, p. 50.
- _____. Dime con quien andas... *Semana*, Bogotá, 28 jan. 1986, p. 24.
- _____. 1986: ¿guerra total? *Semana*, Bogotá, 4 fev. 1986, p. 24.
- _____. Jaime Pardo Leal. *Semana*, Bogotá, 18 fev. 1986, p. 32.
- _____. Barco a toda maquinaria. *Semana*, Bogotá, 11 mar. 1986, p. 32.
- _____. La gran ofensiva. *Semana*, Bogotá, 1 abr. 1986, p. 22.
- _____. Barco superstar. *Semana*, Bogotá, 13 maio 1986, p. 22

- _____. Las dos caras de la verdad. *Semana*, Bogotá, 20 maio 1986.
- _____. Barco tiene la palabra. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 23-27.
- _____. Quien es el verdadero Barco. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 28.
- _____. Los hombres del Presidente. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 39.
- _____. ¿Los godos a la oposición? *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 22-23.
- _____. Negro futuro. *Semana*, Bogotá, 3 jun. 1986, p. 32.
- _____. Todos están a la espera. *Semana*, Bogotá, 10 jun. 1986, p. 28.
- _____. Acta de defunción. *Semana*, Bogotá, 10 jun. 1986, p. 40.
- _____. Los asesinos de la grúa. *Semana*, Bogotá, 24 jun. 1986, p. 36.
- _____. El día que me quieras. *Semana*, Bogotá, 1 jul. 1986, p. 22.
- _____. La constancia vence... *Semana*, Bogotá, 1 jul. 1986, p. 42.
- _____. Guerra es guerra. *Semana*, Bogotá, 15 jul. 1986.
- _____. La historia lo juzgará. *Semana*, Bogotá, 22 jul. 1986, p. 23.
- _____. Misión difícil. *Semana*, Bogotá, 22 jul. 1986, p. 28.
- _____. Crecer o morir. *Semana*, Bogotá, 29 jul. 1986, p. 34.
- _____. ¡Dáale, rojo, dáale! *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 34
- _____. Las brisas de pamplonita. *Semana*, Bogotá, 12 ago. 1986, p. 47.
- _____. Comienza la luna de miel. *Semana*, Bogotá, 19 ago. 1986, p. 23.
- _____. Los Andes al poder. *Semana*, Bogotá, 2 set. 1986, p. 24.
- _____. La guerra sucia. *Semana*, Bogotá, 9 set. 1986, p. 26.
- _____. Empalme en La Uribe. *Semana*, Bogotá, 23 set. 1986, p. 29
- _____. De Colombia viene un Barco... *Semana*, Bogotá, 23 set. 1986, p. 39
- _____. Auxilio, socorro. *Semana*, Bogotá, 14 out. 1986, p. 39
- _____. ¿Qué es el Sanedrín? *Semana*, Bogotá, 21 out. 1986, p. 35
- _____. A César lo que es de César. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 37.

- _____. “Estamos en plan de simplificar”. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 43
- _____. Todos los caminos conducen a Washington. *Semana*, Bogotá, 28 out. 1986, p. 68.
- _____. Un año de silencio. *Semana*, Bogotá, 4 nov. 1986, p. 50.
- _____. Alcaldes a paso de tortuga. *Semana*, Bogotá, 11 nov. 1986, p. 33.
- _____. Confidencial. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 25.
- _____. Re-tiros. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 26.
- _____. “La reforma colombiana es más ambiciosa que la norteamericana” Entrevista a Richard Musgrave. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 51.
- _____. El crimen sí paga. *Semana*, Bogotá, 18 nov. 1986, p. 111
- _____. La guerra es a muerte. *Semana*, Bogotá, 25 nov. 1986, p. 31.
- _____. El vil metal. *Semana*, Bogotá, 25 nov. 1986, p. 58.
- _____. Empieza Cristo a padecer. *Semana*, Bogotá, 25 nov. 1986, p. 60.
- _____. La papa caliente. *Semana*, Bogotá, 2 dez. 1986, p. 27
- _____. El ‘milagro alemán’ del ELN. *Semana*, Bogotá, 2 dez. 1986, p. 36.
- _____. La embarrada de Reagan. *Semana*, Bogotá, 2 dez. 1986, p. 53.
- _____. Cómo se cayó la extradición. *Semana*, Bogotá, 16 dez. 1986, p. 34.
- _____. ¡De pie! *Semana*, Bogotá, 23 dez. 1986, p. 31.
- _____. Las otras muertes. *Semana*, Bogotá, 23 dic. 1986, p. 35.
- _____. Mucho ruido y poco ‘capo’. *Semana*, Bogotá, 13 jan. 1987, p. 26.
- _____. La guerra llega a Budapest. *Semana*, Bogotá, 20 jan. 1987, p. 24.
- _____. El dossier de Medellín. *Semana*, Bogotá, 27 jan. 1987, p. 26.
- _____. Contacto en San José. *Semana*, Bogotá, 27 jan. 1987, p. 30.
- _____. Tanto va el cántaro al agua... *Semana*, Bogotá, 3 fev. 1987, p. 31.
- _____. Cara y sello de las FARC. *Semana*, Bogotá, 10 fev. 1987, p. 33.
- _____. Los carteles de la coca. *Semana*, Bogotá, 17 fev. 1987, p. 28.
- _____. Ni paz ni guerra, sino todo lo contrario. *Semana*, Bogotá, 24 fev. 1987, p. 22.

- _____. Independencia grita. *Semana*, Bogotá, 3 mar. 1987, p. 24.
- _____. Haciéndose el tonto. *Semana*, Bogotá, 3 mar. 1987, p. 38.
- _____. Jacobo Arenas habla sobre Lehder. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 22.
- _____. El porrazo. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 27.
- _____. La olleta del café. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 34.
- _____. Gorbachev destapa sus cartas. *Semana*, Bogotá, 10 mar. 1987, p. 38.
- _____. Las mil y una guerras. *Semana*, Bogotá, 17 jun. 1987, p. 22.
- _____. Mano de Piedra vs. Bojote. *Semana*, Bogotá, 14 abr. 1987, p. 23.
- _____. El coca-gate. *Semana*, Bogotá, 14 abr. 1987, p. 28.
- _____. Banana republic. *Semana*, Bogotá, 21 abr. 1987, p. 22.
- _____. ¿Adiós a las armas? *Semana*, Bogotá, 21 abr. 1987, p. 32.
- _____. ¿La desunión hace la fuerza? *Semana*, Bogotá, 28 abr. 1987, p. 26.
- _____. La desbarrancada. *Semana*, Bogotá, 28 abr. 1987, p. 28.
- _____. El juicio final. *Semana*, Bogotá, 28 abr. 1987, p. 31.
- _____. Un tribunal muy especial. *Semana*, Bogotá, 5 maio 1987, p. 22.
- _____. Haciendo las paces. *Semana*, Bogotá, 5 maio 1987, p. 30.
- _____. Nadie se salva. *Semana*, Bogotá, 12 maio 1987, p. 22.
- _____. Todos a una. *Semana*, Bogotá, 12 maio. 1987, p. 34.
- _____. El tête-à-tête. *Semana*, Bogotá, 19 maio 1987, p. 22.
- _____. Barco en el golfo. *Semana*, Bogotá, 19 maio. 1987, p. 27.
- _____. Civilización viene de civil. *Semana*, Bogotá, 26 maio. 1987, p. 27.
- _____. Pólvora en gallinazos. *Semana*, Bogotá, 26 maio. 1987, p. 130.
- _____. Yo paro, tú paras. *Semana*, Bogotá, 9 jun. 1987, p. 27.
- _____. Justicia Privada. *Semana*, Bogotá, 16 jun. 1987, p. 27.
- _____. El paro-caidismo. *Semana*, Bogotá, 16 jun. 1987, p. 34.

- _____. Vientos de guerra. *Semana*, Bogotá, 23 jun. 1987, p. 31.
- _____. Los narco-minifundios. *Semana*, Bogotá, 23 jun. 1987, p. 34.
- _____. El pulso de la nación. *Semana*, Bogotá, 30 jun. 1987, p. 22
- _____. La revolución minera. *Semana*, Bogotá, 7 jul. 1987, p. 33.
- _____. Don Manuel es muy zorro. *Semana*, Bogotá, 14 jul. 1987, p. 22.
- _____. Hablan las FARC. *Semana*, Bogotá, 21 jul. 1987, p. 22.
- _____. Se salvó Reagan. *Semana*, Bogotá, 21 jul. 1987, p. 38.
- _____. Más Concorde que Jumbo. *Semana*, Bogotá, 28 jul. 1987, p. 47.
- _____. “No estoy casando pelas”. Entrevista a Virgilio Barco. *Semana*, Bogotá, 4 ago. 1987, p. 24.
- _____. A dónde va la plata. *Semana*, Bogotá, 11 ago. 1987, p. 37.
- _____. Reforma godita. *Semana*, Bogotá, 18 ago. 1987, p. 30.
- _____. Dos tumbas más. *Semana*, Bogotá, 25 ago. 1987, p. 49.
- _____. “El país perdió sus reservas morales. *Semana*, Bogotá, 1 set. 1987, p. 28.
- _____. En el mismo Plan. *Semana*, Bogotá, 1 set. 1987, p. 34.
- _____. Regreso a casa. *Semana*, Bogotá, 8 set. 1987, p. 38.
- _____. Fabio, el optimista. *Semana*, Bogotá, 22 set. 1987, p. 24.
- _____. Por la gracia de Dios. *Semana*, Bogotá, 22 set. 1987, p. 39.
- _____. Política y busetas. *Semana*, Bogotá, 29 set. 1987, p. 33.
- _____. Reunión para la guerra. *Semana*, Bogotá, 6 out. 1987, p. 24.
- _____. El “Pacto SAGASA”. *Semana*, Bogotá, 13 out. 1987, p. 22.
- _____. Coffee Delight. *Semana*, Bogotá, 13 out. 1987, p. 30.
- _____. Así fue el asesinato de Pardo. *Semana*, Bogotá, 20 out. 1987, p. 27.
- _____. Barco tiende la mano. *Semana*, Bogotá, 3 nov. 1987, p. 22.
- _____. Creció la Nena. *Semana*, Bogotá, 3 nov. 1987, p. 27.
- _____. Gorbachov a la Casa Blanca. *Semana*, Bogotá, 3 nov. 1987, p. 40.

- _____. A la caza de votos. *Semana*, Bogotá, 17 nov. 1987, p. 37.
- _____. “Terror revolucionario”. *Semana*, Bogotá, 24 nov. 1987, p. 36.
- _____. Cero y van dos. *Semana*, Bogotá, 24 nov. 1987, p. 38.
- _____. Sancocho Consteño. *Semana*, Bogotá, 24 nov. 1987, p. 41.
- _____. ¿Tocó fondo? *Semana*, Bogotá, 1 dez. 1987, p. 38.
- _____. Conteo regresivo. *Semana*, Bogotá, 1 dez. 1987, p. 50.
- _____. Tirado al ruedo. *Semana*, Bogotá, 8 dez. 1987, p. 41.
- _____. Aterrizó el “Concorde”. *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 44
- _____. El Gorbashow. *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 52.
- _____. ¡¡Tierra, tierra...!! *Semana*, Bogotá, 15 dez. 1987, p. 48.
- _____. Pistola al aire. *Semana*, Bogotá, 22 dez. 1987, p. 26.
- _____. Balance 1987. *Semana*, Bogotá, 29 dez. 1987, p. 27.
- _____. De poder a poder. *Semana*, Bogotá, 19 jan. 1988, p. 28.
- _____. El reto de la máfia. *Semana*, Bogotá, 26 jan. 1988, p. 22.
- _____. Un país en jaque. *Semana*, Bogotá, 26 jan. 1988, p. 34
- _____. La narco-guerra. *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 26.
- _____. Mingobierno explica el plebiscito. *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 28.
- _____. ¡A la carga! *Semana*, Bogotá, 2 fev. 1988, p. 30.
- _____. “Plebiscito come plebiscito”. *Semana*, Bogotá, 9 fev. 1988, p. 25.
- _____. Golpe a golpe. *Semana*, Bogotá, 9 fev. 1988, p. 28
- _____. Dialogando. *Semana*, Bogotá, 16 fev. 1988, p. 23.
- _____. Histórico timonazo. *Semana*, Bogotá, 23 fev. 1988, p. 26.
- _____. Los primeros “peros”. *Semana*, Bogotá, 1 mar. 1988, p. 25.
- _____. La masacre de Urabá. *Semana*, Bogotá, 8 mar. 1988, p. 23.
- _____. La guerrilla y la CRI. *Semana*, Bogotá, 15 mar. 1988, p. 21.

- _____. Quién ganó y quién perdió. *Semana*, Bogotá, 15 mar. 1988, p. 22.
- _____. Historia de nunca acabar. *Semana*, Bogotá, 22 mar. 1988, p. 33.
- _____. Victoria o derrota. *Semana*, Bogotá, 22 mar. 1988, p. 34.
- _____. La generacion del fin de siglo. *Semana*, Bogotá, 29 mar. 1988, p. 28.
- _____. El cepedín. *Semana*, Bogotá, 5 abr. 1988, p. 22
- _____. El apagón. *Semana*, Bogotá, 12 abr. 1988, p. 22.
- _____. Masacre. *Semana*, Bogotá, 12 abr. 1988, p. 36.
- _____. Jorge Child: “El país se está libanizando”. *Semana*, Bogotá, 19 abr. 1988, p. 24.
- _____. Pura sangre. *Semana*, Bogotá, 19 abr. 1988, p. 28
- _____. Opinión de un “violéntologo” de la nueva generación. *Semana*, Bogotá, 3 maio 1988, p. 42.
- _____. En pocas palabras: ¿Victimas conservadoras? *Semana*, Bogotá, 10 maio 1988, p. 3
- _____. La contrarevolución en Urabá. *Semana*, Bogotá, 17 maio 1988, p. 30
- _____. El apretón. *Semana*, Bogotá, 24 maio 1988, p. 27.
- _____. Sigue el Gorbashow. *Semana*, Bogotá, 24 maio 1988, p. 41.
- _____. De cal y de arena. *Semana*, Bogotá, 31 maio 1988, p. 33.
- _____. Desaparecido. *Semana*, Bogotá, 7 jun. 1988, p. 29.
- _____. ¿Qué quiere el M-19? *Semana*, Bogotá, 14 jun. 1988, p. 31.
- _____. ¿Es posible legalizar la droga? *Semana*, Bogotá, 28 jun. 1988, p. 23.
- _____. El gobierno dijo no. *Semana*, Bogotá, 28 jun. 1988, p. 49.
- _____. A machete. *Semana*, Bogotá, 28 jun. 1988, p. 52.
- _____. El hombre clave. *Semana*, Bogotá, 12 jul. 1988, p. 38
- _____. Encuentro en Panamá. *Semana*, Bogotá, 19 jul. 1988, p. 22.
- _____. Río revuelto. *Semana*, Bogotá, 26 jul. 1988, p. 38.
- _____. Con el sol a la espalda. *Semana*, Bogotá, 2 ago. 1988, p. 31.
- _____. De la cumbre al llano. *Semana*, Bogotá, 2 ago. 1988, p. 37.

- _____. El hijo pródigo. *Semana*, Bogotá, 16 ago. 1988, p. 26.
- _____. Turbosocialismo. *Semana*, Bogotá, 23 ago. 1988, p. 41.
- _____. La última carta. *Semana*, Bogotá, 6 set. 1988, p. 28.
- _____. El jefe. *Semana*, Bogotá, 20 set. 1988, p. 24
- _____. La nueva Colombia. *Semana*, Bogotá, 27 set. 1988, p. 36.
- _____. Semana de pasión. *Semana*, Bogotá, 27 set. 1988, p. 57
- _____. Mr. Coffee III. *Semana*, Bogotá, 18 out. 1988, p. 37.
- _____. Fin de una era. *Semana*, Bogotá, 25 out. 1988, p. 34.
- _____. Como cualquier domingo. *Semana*, Bogotá, 1 nov. 1988, p. 27.
- _____. “La izquierda está en crisis”. Entrevista a Bernardo Jaramillo. *Semana*, Bogotá, 1º nov. 1988, p. 30.
- _____. ¡Aquí mando yo! *Semana*, Bogotá, 8 nov. 1988, p. 53
- _____. Bush presidente. ¿Cómo lo hizo? *Semana*, Bogotá, 8 nov. 1988, p. 60
- _____. La masacre de Segovia. *Semana*, Bogotá, 15 nov. 1988, p. 105.
- _____. El oro maldito. *Semana*, Bogotá, 22 nov. 1988, p. 34.
- _____. El general en su laberinto. *Semana*, Bogotá, 29 nov. 1988, p. 32.
- _____. La vista gorda. *Semana*, Bogotá, 13 dez. 1988, p. 36.
- _____. Grupos de autodefensa y sicarios. *Semana*, Bogotá, 13 dez. 1988, p. 38.
- _____. Raspando, raspando. *Semana*, Bogotá, 20 dez. 1988, p. 27.
- _____. El concurso del super-modelo. *Semana*, Bogotá, 20 dez. 1988, p. 35.
- _____. ¿Cómo ganar la guerra? *Semana*, Bogotá, 10 jan. 1989, p. 22
- _____. La paz sea con vosotros. *Semana*, Bogotá, 10 jan. 1989, p. 29.
- _____. ¡Pillaos! *Semana*, Bogotá, 17 jan. 1989, p. 26.
- _____. La esperanza es lo último... *Semana*, Bogotá, 17 jan. 1989, p. 29.
- _____. Se creció el monstruo. *Semana*, Bogotá, 24 jan. 1989, p. 22.
- _____. El drama cordobés. *Semana*, Bogotá, 31 jan. 1989, p. 23.

- _____. Las FARC ¿El tercer cartel? *Semana*, Bogotá, 14 fev. 1989, p. 22.
- _____. El recetario de Santa Fe. *Semana*, Bogotá, 28 fev. 1989, p. 28.
- _____. ¡Carajo, no más! *Semana*, Bogotá, 7 mar. 1989, p. 25.
- _____. Adiós a las armas. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 22.
- _____. El atlas de la violència. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 28.
- _____. El camino es culebrero. *Semana*, Bogotá, 21 mar. 1989, p. 36.
- _____. “El Plan Brady no es un regalo de navidad”. Entrevista a Rudiger Dornbusch. *Semana*, Bogotá, 4 abr. 1989, p. 42.
- _____. El “dossier” paramilitar. *Semana*, Bogotá, 11 abr. 1989, p. 33.
- _____. El que ríe de último. *Semana*, Bogotá, 25 abr. 1989, p. 27.
- _____. La locura del cura. *Semana*, Bogotá, 25 abr. 1989, p. 38.
- _____. El batallón suicida. *Semana*, Bogotá, 2 maio 1989, p. 27.
- _____. La oveja negra. *Semana*, Bogotá, 2 maio. 1989, p. 35.
- _____. El Barco-boy. *Semana*, Bogotá, 16 maio 1989, p. 40.
- _____. El gato Galán. *Semana*, Bogotá, 30 maio. 1989, p. 26.
- _____. El complot. *Semana*, Bogotá, 6 jun. 1989, p. 24.
- _____. El modelo del año. *Semana*, Bogotá, 6 jun. 1989, p. 40.
- _____. El pacto está quebrado. *Semana*, Bogotá, 20 jun. 1989, p. 23.
- _____. Quién manda a quien. *Semana*, Bogotá, 4 jul. 1989, p. 23.
- _____. ¿Quién mató al gobernador? *Semana*, Bogotá, 11 jul. 1989, p. 23.
- _____. Todo está consumado. *Semana*, Bogotá, 11 jul. 1989, p. 34.
- _____. El muerto que vos matáis... *Semana*, Bogotá, 18 jul. 1989, p. 23
- _____. Q.e.p.d. *Semana*, Bogotá, 25 jul. 1989, p. 31.
- _____. El embajador de la coca. *Semana*, Bogotá, 25 jul. 1989, p. 40.
- _____. La ley del monte. *Semana*, Bogotá, 8 ago. 1989, p. 34.
- _____. “Morena” se destapa. *Semana*, Bogotá, 15 ago. 1989, p. 22.

- _____. Los últimos días de la contra. *Semana*, Bogotá, 15 ago. 1989.
- _____. La guerra es total. *Semana*, Bogotá, 22 ago. 1989, p. 22.
- _____. Y ahora, ¿qué? *Semana*, Bogotá, 29 ago. 1989, p. 50.
- _____. Por ahora no. *Semana*, Bogotá, 5 set. 1989, p. 25.
- _____. Visa USA. *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 32.
- _____. ¿Se hará justicia? *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 36
- _____. La guerra del fin de siglo. *Semana*, Bogotá, 12 set. 1989, p. 46.
- _____. ¿Hacia dónde va esta guerra? *Semana*, Bogotá, 19 set. 1989, p. 26.
- _____. Los asesores gringos de Barco. *Semana*, Bogotá, 26 set. 1989, p. 25.
- _____. Alarcón goes to Washington. *Semana*, Bogotá, 26 set. 1989, p. 36.
- _____. “La guerra es de todos”. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 31.
- _____. Carta abierta de Friedman. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 34.
- _____. El hombre del sombrero blanco. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 41.
- _____. El canal de la discordia. *Semana*, Bogotá, 3 out. 1989, p. 64.
- _____. La bomba del dialogo. *Semana*, Bogotá, 10 out. 1989, p. 26.
- _____. Sombras de recesión. *Semana*, Bogotá, 24 out. 1989, p. 38.
- _____. “La crisis cambiaria está descartada”. Entrevista al Ministro de Hacienda. *Semana*, Bogotá, 24 out. 1989, p. 43.
- _____. “Con ambulancia y sangre no hay campaña”. Entrevista a Misael Pastrana Borrero. *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 38.
- _____. Referendo, ¿para qué? *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 40.
- _____. Detrás de la puerta. *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 44.
- _____. Diez años de soledad. *Semana*, Bogotá, 31 out. 1989, p. 46.
- _____. Pelea de novios. *Semana*, Bogotá, 7 nov. 1989, p. 23.
- _____. Al que madruga... *Semana*, Bogotá, 14 nov. 1989, p. 27.
- _____. ¿Herida de muerte? *Semana*, Bogotá, 5 dez. 1989, p. 32.

- _____. La isla de la fantasía. *Semana*, Bogotá, 12 dez. 1989, p. 78.
- _____. Eutanasia. *Semana*, Bogotá, 19 dez. 1989, p. 33.
- _____. El coletazo. *Semana*, Bogotá, 12 dez. 1989, p. 57.
- _____. ¡Invasión! *Semana*, Bogotá, 26 dez. 1989, p. 22.
- _____. Mamertos vs. Perestroikos. *Semana*, Bogotá, 26 dez. 1989, p. 41.
- _____. La voz de las armas. *Semana*, Bogotá, 16 jan. 1990, p. 22.
- _____. “La guerrilla: en decadencia” Entrevista a Rafael Pardo. *Semana*, Bogotá, 16 jan. 1990, p. 26.
- _____. ¿Cumplirá Pablo Escobar? *Semana*, Bogotá, 23 jan. 1990, p. 24.
- _____. Corbatas nuevas. *Semana*, Bogotá, 30 jan. 1990, p. 40.
- _____. Cuando el Ejército ataca. *Semana*, Bogotá, 6 fev. 1990, p. 33.
- _____. Con la bendición del Fondo. *Semana*, Bogotá, 13 fev. 1990, p. 32.
- _____. Abrete sésamo *Semana*, Bogotá, 20 fev. 1990, p. 33.
- _____. Cambio y fuera. *Semana*, Bogotá, 27 fev. 1990, p. 46.
- _____. La revolución de marzo. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 23.
- _____. “La democracia ganó espacio”. Entrevista a César Gaviria. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 32.
- _____. Se fundieron las armas. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 45.
- _____. Cómo les fue a los godos. *Semana*, Bogotá, 13 mar. 1990, p. 29.
- _____. ¿Quién mató a Jaramillo? *Semana*, Bogotá, 27 mar. 1990, p. 25.
- _____. ¿Dónde está el piloto? *Semana*, Bogotá, 3 abr. 1990, p. 22.
- _____. La torre de marfil. *Semana*, Bogotá, 3 abr. 1990, p. 28.
- _____. Atentado a la historia. *Semana*, Bogotá, 1º maio. 1990, p. 31.
- _____. La varita mágica. *Semana*, Bogotá, 1º maio. 1990, p. 44.

ANEXO 1

AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ NOS ANOS 1980: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Este balanço bibliográfico é constituído por algumas investidas de pesquisa que, a partir de uma perspectiva comparada, analisam as políticas de paz e as negociações⁴⁵⁵ durante o governo Betancur (1982-1986) e o governo Barco (1986-1990). Embora haja um número considerável de trabalhos que abordem os processos de paz na Colômbia, são poucos os que abordam comparativamente essas duas negociações. Por isso, optamos por incluir um número de trabalhos que analisam cada uma dessas negociações de forma independente e que, por sua relevância, merecem serem incluídos neste balanço.

Na verdade, o único trabalho incluído neste balanço que aborda ambas as negociações é o artigo de Ana María Bejarano, “Estrategia de paz y apertura democrática: un balance de las administraciones Betancur y Barco”⁴⁵⁶, escrito em 1990. Um segundo trabalho, o artigo de Mark Chernick⁴⁵⁷ “Negotiated Settlement to Armed Conflict: Lessons from the Colombian Peace Process”, publicado no final de 1988 e início de 1989, é baseado em sua tese de doutorado sobre o processo de paz durante o governo de Betancur. Por sua vez, o trabalho pioneiro de Mauricio García Durán, “De la Uribe a Tlaxcala: Procesos de paz”, aborda as negociações de Barco e Gaviria (1990-1994). Esta última é a análise mais completa sobre essas duas negociações, sobretudo a do governo Barco, escrita no final das negociações no

⁴⁵⁵ Ainda que existam diferenças – algumas delas sutis – entre as noções plano de paz, política de paz, estratégia de paz, modelo de paz, política de pacificação, metodologia de pacificação, etc., decidimos usar essas categorias de forma intercambiável, assim como o fazem todos os autores estudados.

⁴⁵⁶ O trabalho é o segundo capítulo do livro organizado por Leal Buitrago (1990). Vale ressaltar que, da mesma forma que Socorro Ramírez na sua tese de mestrado, Ana María Bejarano fez um trabalho de conclusão de curso de graduação sobre o processo de paz durante o governo de Betancur. No entanto, ele não foi considerado para o presente trabalho. Sobre isso, ver: BEJARANO SANDOVAL, Ana María. *El proceso de paz durante la administración Betancur (1982-1986). Resultados de un esfuerzo para ampliar el espacio de participación política en Colombia*. Trabajo de grado, Universidad de los Andes, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Departamento de Ciencia Política, Bogotá, 1987. O trabalho é citado uma vez por Ramírez e Restrepo. Já em relação ao capítulo analisado, embora seja uma análise comparativa dos dois modelos de paz, sem nenhuma pretensão teórica, como afirma a autora, a ênfase é colocada no processo de paz durante o governo Barco (em um trabalho de 67 páginas, somente as primeiras 12 fazem referência à política de paz durante o governo de Belisario Betancur). O capítulo é uma versão ampliada de um artigo publicado na revista *Análisis Político* (jan.-abr., 1990) sob o título: “La paz en la administración Barco: de la rehabilitación social a la negociación política”. O artigo foi escrito no dia 12 de março de 1990 e, portanto, não inclui os dados finais sobre as eleições legislativas de 1990 – que o capítulo, sim, incorpora. Assim, salvo esses dados, algumas variações estilísticas e a supressão das páginas sobre a política de paz durante o governo de Belisario Betancur, o artigo e o capítulo são muito parecidos.

⁴⁵⁷ Quiçá, o *colombianista* estadunidense mais citado nos estudos sobre processos de paz na Colômbia.

governo de Gaviria, em junho de 1992⁴⁵⁸. Já em relação ao processo de paz de Betancur, analisado de forma independente, consideramos importante introduzir a indiscutível referência sobre essas negociações, retomada por todos os que escreveram e escrevem sobre o assunto: o livro de Socorro Ramírez e Luis Alberto Restrepo *Actores en conflicto por la paz. El proceso de paz durante el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986)*⁴⁵⁹, escrito em 1989, durante o governo Barco.

Além desses quatro trabalhos acadêmicos que – exceto o trabalho de García Durán – têm alguma pretensão interpretativa, identificamos, também, alguns trabalhos mais próximos à perspectiva governamental ou à uma “versão oficial” das negociações, escritos justamente por dois conselheiros de paz que participaram ativamente dos governos de Barco e Gaviria: o livro *De primera mano. Colombia 1986-1994: Entre conflictos y esperanzas*, de Rafael Pardo⁴⁶⁰, conselheiro de paz durante o governo de Barco, e o artigo “La política de paz durante la administración Barco”, de Jesús Antonio Bejarano⁴⁶¹, conselheiro de paz durante o

⁴⁵⁸ Embora a análise das negociações de Gaviria não esteja incluída no presente trabalho, destacamos o trabalho de García Durán por ser o único que aborda as negociações durante o governo Barco de forma exaustiva. Além disso, como algumas das negociações iniciadas durante o governo Barco continuariam no governo Gaviria, usando, inclusive, o mesmo modelo do governo precedente, é quase inevitável não fazer referência ao governo Gaviria. Por sua vez, García Durán, em seu trabalho, cita os trabalhos de Bejarano (1990), Ramírez e Restrepo (1989) e Ramírez Tobón (1990).

⁴⁵⁹ Cabe destacar que Socorro Ramírez foi membro da comissão de paz durante o processo de Betancur, assim como candidata presidencial, pelos setores trotskistas, nas eleições de 1978 (Barco tiene la palabra. *Semana*, Bogotá, 27 maio 1986, p. 27). O livro foi elaborado a partir da tese de mestrado, de mesmo título, de Socorro Ramírez, defendida em junho de 1988. Tanto o trabalho de García Durán, quanto o trabalho de Socorro Ramírez foram editados pelo CINEP, e ambos contêm uma apresentação do reconhecido historiador jesuíta colombiano Fernán González.

⁴⁶⁰ Rafael Pardo se formou como economista na *Universidad de los Andes*, em 1977. Em 1978, estudou Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Estudos Sociais da Haia, nos Países Baixos. Quando voltou ao país, foi professor e pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento da *Universidad de los Andes* e seu diretor entre 1982 e 1986. Da vida acadêmica, passou à vida política no início do governo Barco. Nesse período, Pardo ocupou as seguintes funções: primeiro, foi secretário de Integração Popular da Presidência da República, no início do governo Barco; no dia 14 de dezembro de 1987, foi designado *Consejero Presidencial para la Reconciliación, Normalización y Rehabilitación* – o anterior *Consejero Presidencial*, Carlos Ossa Escobar, havia renunciado para apresentar sua candidatura à prefeitura de Bogotá. No início do governo de Gaviria, em 1990, foi nomeado *Consejero de Seguridad* na recém criada *Consejería para la Seguridad y Defensa Nacional*. Um ano depois, em agosto de 1991, foi nomeado Ministro de Defesa – desde 1953 não havia, na Colômbia, Ministro de Defesa Civil. Participou nas eleições para a prefeitura de Bogotá, em outubro de 2015. Ficou em segundo lugar. Alguns dias depois, em novembro, o presidente Juan Manuel Santos o nomearia Ministro para o pós-conflito devido à sua experiência e participação nas negociações com o M-19. Será o encarregado de gerar as condições para a implementação do acordo final das atuais negociações com as FARC-EP, em Cuba.

⁴⁶¹ Jesús Antonio Bejarano foi um reconhecido pesquisador, ensaísta e economista colombiano, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da *Universidad Nacional de Colombia*. Foi, também, assessor da *Consejería de Paz* durante o governo de Barco (1986-1990); ou seja, em um primeiro momento, foi assessor de Pardo e, em seguida, foi *Consejero Presidencial de Paz* durante o governo de Gaviria, entre 1990 e 1992. Foi substituído por Horacio Serpa, em 1992, passando a ser Embaixador da Colômbia em El Salvador, até 1993, e em Guatemala, entre 1993 e 1994. Foi presidente da *Sociedad de Agricultores de Colombia*, entre 1998 e junho de 1999. Foi assassinado no dia 15 de setembro de 1999, dentro da *Universidad Nacional de Colombia*, enquanto saía do edifício onde ministrava suas aulas. O motivo do seu assassinato ainda permanece desconhecido. Seu assassinato

governo Gaviria. Embora funcionários do governo, ambos são oriundos da academia; Jesús Antonio Bejarano, em particular, deixou uma obra prolífica⁴⁶² antes de ser assassinado em 1999. As análises de Bejarano em torno ao tema da paz estão inscritas no quadro da teoria da resolução de conflitos, a partir de onde ele tentou estabelecer um diálogo, e ao mesmo tempo uma crítica, com a obra dos *violentólogos* ou especialistas sobre o conflito armado colombiano; trata-se de uma crítica a essa corrente teórica denominada assim a partir do relatório “Colombia: violência y democracia”, publicado em 1987, como vimos no terceiro capítulo desta dissertação. Já o trabalho de Rafael Pardo inscreve-se no âmbito da literatura testemunhal, pois, mais do que propor marcos interpretativos inovadores ou alimentar discussões acadêmicas, trata-se de um relato pessoal sobre os eventos que marcaram as administrações de Barco e Gaviria; ao privilegiar alguns acontecimentos em detrimento de outros, constitui uma “memoria oficial” bastante detalhada desse período particularmente crítico e violento da história colombiana. Ademais, além de utilizar a revista *Semana*, fizemos uso, também, do livro de Pardo a fim de reconstituir o período que é objeto da nossa análise.

Esse constitui um primeiro conjunto de trabalhos que consideramos relevantes, na medida em que foram escritos no final da década de 1980 e início dos anos 1990 – com exceção do livro de Pardo, publicado em 1996 e os ensaios de Bejarano, isto é, no final do governo Barco ou durante os dois primeiros anos do governo Gaviria (1990-1992), um recorte temporal que vai nos permitir esboçar algumas conclusões no final deste anexo, que são também importantes para dimensionar a pesquisa de mestrado.

Entre 1992 e 1998, foram escritos poucos estudos relevantes sobre as negociações⁴⁶³. Já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, durante as *negociaciones del Caguán*, entre o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) e as FARC-EP, e em geral durante a década dos anos 2000, surgiram novos estudos que levaram a cabo um balanço mais geral dessas negociações e retomaram, ao mesmo tempo, as negociações anteriores, as de Betancur e Barco. A partir desse momento, encontramos análises comparativas mais superficiais: algumas centradas exclusivamente no “modelo de negociação” ou nos aspectos procedimentais da mesma; outras análises comparativas entre as negociações colombianas e

ocorreu um mês depois do assassinato, por parte dos paramilitares, de Jaime Garzón, reconhecido como o maior humorista político que o país já teve.

⁴⁶² Recentemente, em 2011, a *Universidad Nacional de Colombia* publicou uma antologia da obra de Bejarano, constituída de 4 volumes e 6 tomos. A antologia reúne ensaio sobre diversas áreas: historia agrária colombiana, história econômica, teoria econômica e das instituições, desenvolvimento e crescimento econômico, estudos de paz, entre outros temas. Humberto Vergara Portela afirma, no prólogo do volume dedicado aos Estudos de Paz, que Bejarano foi o grande teórico das negociações de paz na Colômbia (BEJARANO, 2011, p. 11).

⁴⁶³ Vale ressaltar, aqui, que não incluímos nem a literatura testemunhal nem as memórias que foram escritas sobre as negociações pelos guerrilheiros que se desmobilizaram durante o governo Barco e o governo Gaviria.

as centro-americanas⁴⁶⁴; estudos que tentam descrever as trajetórias dos partidos políticos que surgiram das guerrilhas desmobilizadas no início dos anos 1990⁴⁶⁵; diagnósticos que destacam algumas variáveis em detrimento de outras, mas que, ao mesmo tempo, esboçam hipóteses sobre o surgimento ou causas do conflito, bem como os fatores que permitiram sua prolongação – pois as *negociaciones del Caguán*, assim como as anteriores, não conseguiram por fim ao conflito, ou melhor, não conseguiram desativar a guerra com as guerrilhas mais antigas, sobretudo com as FARC-EP e o ELN. Assim, já nos anos 2000, depois do “fracasso” dessas negociações, e considerando as controvérsias e deslocamentos interpretativos sobre o conflito surgidos nos anos 1990, assim como as mudanças no contexto internacional, as análises tomariam um matiz fortemente político, pois a guerra reiniciou-se de forma ainda mais brutal e, por isso, fazia-se necessário entender, depois de quase uma década de negociações, o *porquê* de não se ter chegado a um acordo negociado com essas guerrilhas.

Em algumas análises, no caso das guerrilhas, destacou-se sua natureza eminentemente criminal e terrorista, inscrita no quadro dessa mudança conceitual pós-Guerra Fria, esvaziando-as, assim, de qualquer natureza ou intencionalidade política. No caso do governo, a solução militar se impôs sobre a solução política, e esta última seria justificada a partir de uma certa leitura naturalizada e desumanizada da guerrilha colombiana. Sem mencionar, ainda, os trabalhos que apenas retomam, acriticamente, as já conhecidas formulações em torno do tema, de modo a não formular novas interpretações. Nesse sentido, percebemos que análises que inscrevem as negociações em um contexto maior de disputas do poder político tendem a desaparecer com o tempo⁴⁶⁶.

Um segundo conjunto de trabalhos está constituído por artigos escritos a partir dos anos 1990, cujos autores, embora não tão citados como os precedentes, começam a ser incorporados nos “estados da arte” sobre o assunto⁴⁶⁷.

⁴⁶⁴ Sobre isso, cf: Garibay (2003) e Nasi (2007).

⁴⁶⁵ Entre 1990, com a desmobilização do M-19, e 1994, com a desmobilização da *Corriente de Renovación Socialista* (CRS) do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Cf. Garibay (2005) e Boudon (2001).

⁴⁶⁶ É muito provável que, com o fim dessas negociações e a possível participação política das FARC-EP e, esperamos, do ELN, apareçam análises que reumanizem as guerrilhas e, o que é mais importante ainda, surjam histórias políticas e análises de negociações escritas pelas próprias organizações; assim, estamos cientes das limitações e da parcialidade do presente trabalho. Sem mencionar que a literatura sobre as negociações é muito extensa e, embora pensemos que nesta dissertação estejam incluídos os trabalhos mais relevantes, é provável que existam outros de igual relevância, em particular as teses de mestrado e doutorado escritas em universidades estrangeiras – só disponíveis, portanto, nessas universidades.

⁴⁶⁷ Chernick e sua produção acadêmica durante os anos 1990 e 2000, bem como Marco Palacios e Carlo Nasi. Cf. GUTIÉRREZ LOAIZA, Alderid. *Negociaciones de paz en Colombia, 1982-2009. Un estado del arte*, *Estudios Políticos*, Instituto de Estudios Políticos de la Universidad de Antioquia, n. 40, p. 175-200, jan.-jun. 2012. Neste estado da arte, não estão incluídos alguns dos trabalhos que escolhemos para o balanço.

1. A produção acadêmica e governamental em torno das negociações durante os anos 1980 e início dos anos 1990

Com o objetivo de conseguir a maior clareza possível, gostaríamos de partir para a análise da obra de Socorro Ramírez e Luis Alberto Restrepo. Eles esboçam um diagnóstico mais ou menos compartilhado por todos os autores da época, a saber: o presidente conservador Belisario Betancur teria iniciado seu governo no contexto de uma profunda crise de legitimidade do próprio regime, que fora aprofundada pelo governo anterior – crise explicada no primeiro capítulo desta dissertação –, e, portanto, o diálogo constituía-se como uma necessidade imperiosa do regime. Porém, isso teria levado à “legitimação” da subversão por parte do governo e por meio da tese das “causas objetivas e subjetivas” da violência⁴⁶⁸. Entretanto, as “causas objetivas e subjetivas” da violência não teriam se tornado assunto tão importante no plano interno se Ramírez e Restrepo não tivessem destacado a transcendental virada na política externa do presidente Betancur em relação ao seu antecessor; pois seria essa a virada que teria permitido analisar o fenômeno guerrilheiro como assunto interno, criando, ao mesmo tempo, a necessidade de olhar de forma crítica para o regime político. Logo, foi esse deslocamento analítico que permitiu ligar a crise política da época com a questão do surgimento das guerrilhas, uma questão eminentemente interna e não uma simples importação da confrontação Leste-Oeste, como havia sido considerada o fenômeno até o momento. Nesse sentido, acreditamos que ali reside a grande fortaleza do trabalho de Ramírez e Restrepo.

Em termos da política de paz, se, em um primeiro momento, ela esteve ligada à abertura democrática ou à ampliação do espaço político, em um segundo momento, ela foi vinculada à simples desmobilização das guerrilhas, concepção retomada pelo governo liberal seguinte, de Barco, que – por medidas claramente definidas e reiteradas por todos os autores – tentou *desbetancurizar* a paz, isto é, pensar a paz em termos do simples desarme da insurgência.

Assim, a política de paz do governo Betancur pode ser dividida em duas fases: a do diálogo e das reformas, de agosto de 1982 até meados de 1984, quando foram assinados os acordos de trégua com algumas guerrilhas; e a da desmobilização, a partir de junho de 1984, com a nomeação de Jaime Castro como novo Ministro de Governo, até o fim do próprio

⁴⁶⁸ Reconhecer que a crise política devia-se, entre outras coisas, ao fechamento do regime político instaurado pela Frente Nacional, nesse sentido fazia-se necessária a ampliação do regime, por isso o governo de Betancur foi conhecido como um governo de abertura democrática.

governo, em agosto de 1986, sendo o ataque ao Palácio de Justiça, em novembro de 1985, o ponto de máxima tensão e, digamos, um acelerador da crise dessa política de paz.

As guerrilhas também atravessaram diferentes fases. É largamente conhecido o fato da tomada da embaixada da República Dominicana por parte do M-19, em fevereiro de 1980, quando o governo de Turbay (1978-1982); isso marcou o início da aplicação da fórmula dos acordos negociados na Colômbia, sobretudo por intermédio das demandas esboçadas nessa ação: a partir da tese de “anistia geral e diálogo nacional”, o governo Turbay, governo claramente repressivo, decidiu, já no final do seu mandato, em maio de 1981, decretar uma lei de anistia e, em junho de 1982, levantar o estado de sítio; ou seja, a iniciativa da paz foi impulsionada pelo M-19. Nesse contexto, foi inevitável que a paz e o diálogo fossem o tema central durante as campanhas e as eleições de 1982. Portanto, o governo eleito, do conservador Belisario Betancur, começou seu mandato retomando as bandeiras da insurgência, sancionando, em novembro de 1982, a lei de anistia. O M-19 que, supostamente, devia ser o principal destinatário da anistia, a rejeitou, enquanto outras guerrilhas se mostraram favoráveis. Em 1983, O M-19 decidiu incrementar as ações militares, ao mesmo tempo em que o governo começava as aproximações com as FARC-EP. Em julho de 1983, as FARC-EP deram a conhecer a “*Fórmula de cese al fuego, trégua y paz*” e, em março de 1984, foi assinado o “*Acuerdo de Cese al fuego, trégua y paz*” entre o governo e as FARC-EP. Em maio de 1984, iniciou-se o cessar-fogo das FARC-EP e, em agosto do mesmo ano, o governo iniciou a trégua com o M-19, o EPL e a ADO. A partir de uma série de pressões contra os acordos por parte das Forças Armadas, das associações patronais, de alguns setores da classe política, etc., o governo, em junho de 1984, nomeou Jaime Castro como novo ministro de governo, que reorientou o processo de paz em setembro do mesmo ano e, com isso, começou a insistir na desmobilização das guerrilhas. Assim, já no final de 1984, era evidente a deteriorização do processo de paz. No ano seguinte, em junho de 1985, o M-19 rompeu a trégua, assim como também o fez o EPL; em novembro desse mesmo ano, o M-19 atacou o Palácio de Justiça. Esse foi o fim formal do processo, pelo menos com o M-19. As FARC-EP, no entanto, chegaram ao governo de Barco mediante uma trégua que havia sido prorrogada, indefinitivamente, antes do fim do governo Betancur, em março de 1986.

A partir do reconhecimento da heterogeneidade de todos os atores envolvidos e das diferentes temporalidades que contornam os eventos, Ramírez e Restrepo destacam o seguinte: todos os atores acabaram tendo leituras equivocadas acerca das ações umas dos outros. O M-19, por exemplo, teve “una evidente sobrevaloración de sus fuerzas y [...] una deformada percepción de la realidad nacional” (GONZÁLEZ *apud* RAMÍREZ; RESTREPO,

1989, p. 17; p. 22). Ademais, segundo os autores, nem as Forças Armadas, nem os partidos políticos, nem as associações patronais, nem as guerrilhas, souberam entender e interpretar a nova oportunidade histórica iniciada com o governo de Betancur. As características estruturais do regime teriam impossibilitado a solução da crise, sendo que a “solidão” do presidente Betancur foi um fator que determinou o “fracasso” das negociações⁴⁶⁹. O problema, então, esteve calcado na incapacidade do presidente Betancur em estabelecer um consenso em torno do projeto histórico da paz.

Do ponto de vista interpretativo, os autores inscrevem o processo de paz em um contexto mais amplo, na complementariedade entre consenso e coerção (RAMÍREZ; RESTREPO, 1989, p. 27), além de inscrevê-lo na própria dinâmica da luta de classes. Na Colômbia, a “clase beneficiaria del proceso de acumulación” nunca foi uma verdadeira classe dirigente e, também, nunca soube conquistar o consenso das outras classes sociais. Essa desconfiguração da classe dirigente em simples classe dominante teria impedido a configuração das classes subalternas e, com isso, teria possibilitado o surgimento de “minorias urbanas ilustradas” com a intenção de representá-las. Assim, os autores esboçam a hipótese do surgimento da violência na ausência de classes bem conformadas e em permanente confrontação.

Nesse primeiro grupo de trabalhos, encontramos também o texto de Ana Maria Bejarano, o único estudo considerado neste balanço que leva a cabo uma comparação entre as duas políticas de paz, objeto desta dissertação. Em relação à primeira administração, ela retoma as ideias principais já citadas: toma como ponto de partida a tomada da embaixada da República Dominicana por parte do M-19, em fevereiro de 1980, e como ponto de chegada a participação do já desmobilizado M-19, transformado em ADM-19⁴⁷⁰, nas eleições

⁴⁶⁹ A “solidão” do presidente Betancur é um aspecto destacado por todos os autores. Por exemplo, nas palavras de Ana María Bejarano (1990, p. 71): “Fuerzas Armadas y Congreso, cada uno a su manera, dejaron en claro que la estrategia de paz de Betancur no era una política de Estado, ni siquiera una política de gobierno; era más bien el proyecto solitario de una sola persona, el Presidente”. Nas palavras de Fernán González, na apresentação do livro de Ramírez e Restrepo (1989, p. 13): “Esto sería el preludio de la soledad del presidente en su proyecto de paz, que sería siempre su proyecto personal, sin mayor apoyo de los partidos”. E os mesmos Ramírez e Restrepo dizem: “El presidente podía tener su estrategia de paz, pero no era una plataforma definida por su partido, ni mucho menos el resultado de un acuerdo entre los directorios políticos, como era la costumbre desde el Frente Nacional. Tampoco era, por lo tanto, la estrategia del congreso, que por lo demás no presentó ninguna. Era producto de la iniciativa de un conservador, de una persona con cierta ‘autonomía de vuelo’: Belisario Betancur” (*Ibid.*, p. 25). Ou, ainda: “Como la estrategia de paz no era programa del Estado colombiano, y ni siquiera de un partido, sino de una persona, de Belisario Betancur, este se veía obligado a no comprometerse demasiado con ninguna solución específica sugerida por estas comisiones para poder mediar todavía en caso de agudos conflictos inesperados” (*Ibid.*, p. 180). Mais adiante, acrescentam: “el proceso de paz emprendido durante la administración Betancur fue básicamente iniciativa de una sola persona, de Belisario Betancur, y no proyecto de un partido, y mucho menos del Estado colombiano” (*Ibid.*, p. 274).

⁴⁷⁰ A *Alianza Democrática Movimiento 19 de Abril* (ADM-19) foi um partido criado em abril de 1990, a partir da desmobilização do M-19. A organização era constituída por doze grupos de esquerda. “En Colômbia, la ADM-

legislativas e presidenciais de 1990. Assim o fazendo, ela amplia o campo de análise, em termos históricos, do trabalho de Ramírez e Restrepo e acrescenta a análise do fenômeno da desmobilização ou *dejación de armas*, de antigos combatentes e sua posterior participação em um cenário político legal, assim como o início do diálogo com algumas guerrilhas no final do governo Barco.

Em termos analíticos, a reflexão que a autora faz é de menor fôlego que a dos autores anteriores. Ana Maria Bejarano começa explicitando as categorias que serão encontradas ao longo de seu trabalho: crise, solução negociada ao conflito e abertura política. A nosso ver, em termos da interpretação da crise, a autora enfatiza a debilidade do Estado, além da perda de legitimidade do regime político. Isto é, ao contrário do trabalho anterior, a decisão de alguns indivíduos de atuar por fora dos marcos institucionais não está inscrita no contexto da conformação das classes sociais e da luta de classes, e sim no “enfraquecimento de alguns aparatos estatais” (BEJARANO, 1990b, p. 59). No entanto, sua conclusão é a mesma: a abertura do regime político é uma condição *sine qua non* para a solução negociada do conflito. Isto é, nesses dois trabalhos, há um vínculo indissolúvel entre resolução política do conflito e abertura democrática.

Em relação ao processo de negociação de Betancur, um dos erros mais importantes, segundo a autora, teriam sido as falhas no desenho da estratégia de paz (BEJARANO, 1990b, p. 69). Ela reconhece, no entanto, e é importante mencionar isso, que a possibilidade do sucesso das negociações estaria ligada à solução da crise política. Há um diagnóstico sobre a crise política ligada às características estruturais do regime que bloquearam qualquer possibilidade de saída da crise. Nessa medida, a análise da autora reconhece que o sucesso das negociações estaria ligado à solução da crise política; embora destaque as características das guerrilhas, essas não são tão relevantes quanto os fatores mais estruturais. No entanto, embora ela própria reconheça as falhas estruturais de regime político colombiano, o sucesso do processo de paz com o M-19 se deveu, em última instância, a uma decisão do movimento guerrilheiro, decisão essa baseada no diagnóstico de fatores próprios da organização guerrilheira, no panorama nacional e nas “drásticas transformações que tem vivido o mundo socialista” (BEJARANO, 1990b, p. 95).

19 connaît un succès aussi fulgurant qu'éphémère. Elle obtient 12,5% à la présidentielle de mai 1990, et 26,7% lors de l'élection de décembre 1990 pour l'Assemblée constituante. Mais en octobre 1991, elle ne rallie plus que 9,4% des voix aux élections législatives, puis 3,8% à la présidentielle de mai 1994 scrutin qui marque quasiment la fin de l'organisation” (GARIBAY, 2005, p. 285). Sobre isso, cf., também: BOUDON, Lawrence. Colombia's M-19 Democratic Alliance: A Case Study in New-Party Self-Destruction, *Latin American Perspectives*, vol. 28, n.1, p. 73-92, Jan. 2001.

Em relação à política de paz do governo Barco, é possível dizer que ela foi uma combinação entre a estratégia de Betancur e a estratégia de Turbay: uma primeira fase, entre 1986 e 1988, durante a qual a negociação esteve ausente da estratégia de paz e na qual Barco tentou “tirar protagonismo⁴⁷¹” das guerrilhas, substituindo a noção de paz pelas noções de reabilitação, normalização e reconciliação; e uma segunda fase, de 1988 a 1990, a partir do sequestro de Álvaro Gómez, em maio de 1988, durante o qual, em uma importante virada, a administração Barco iniciou as negociações com o M-19 e, no final do mandato, com outros grupos guerrilheiros. Nesta última fase, a negociação foi reduzida ao tema do desarmamento, da desmobilização e da reincorporação das guerrilhas na vida civil e política nacional.

Assim, a política de paz durante o governo Barco teve três componentes estruturantes: a reabilitação, a normalização e a reconciliação. O *Plan Nacional de Rehabilitación* (PNR), que havia começado no governo Betancur como solução às “condições objetivas da violência” nas regiões marginalizadas e periféricas, no governo Barco não só seria parte de uma estratégia social como também parte do Programa de Economia Social (PES). No âmbito político: “El gobierno de Barco redujo el debate acerca de las transformaciones del régimen político a la implementación del esquema gobierno-oposición” (BEJARANO, 1990b, p. 82).

A guerra suja, o negócio do narcotráfico – importante obstáculo para qualquer transformação do regime –, o genocídio da UP e o abandono do tema das reformas por parte do governo Barco, já na segunda fase, desestimulou a participação das FARC-EP no processo; mas não a do M-19:

Fueron entonces, tanto las circunstancias internas del Movimiento como este conflictivo panorama nacional, las razones que llevaron al M-19 a ingresar en el proceso de concertación planteado por el gobierno a través de su Iniciativa de Paz. Gracias a esta decisión del movimiento guerrillero y no a la generosidad gubernamental, se reabrieron en Colombia las posibilidades de pensar el problema de la violencia y la paz en términos políticos y no solo en términos militares o de rehabilitación, como se venía haciendo desde 1986 (BEJARANO, 1990b, p. 96).

Assim, a limitação fundamental de ambos os modelos teria sido a falta de representatividade dos diferentes atores, assim como a falta de respaldo dos partidos políticos.

Mark Chernick é outro autor que pode ser analisado. Na introdução de sua tese de doutorado, publicada em 1991⁴⁷², ele narra a história de quando ele próprio chegou à Colômbia como estudante durante os diálogos de paz de Betancur. Apesar de ser estrangeiro, ele teve a oportunidade de estudar os diálogos *in situ*, o que lhe permitiu realizar

⁴⁷¹ Ou, então, “quitarle piso político a las guerrillas”.

⁴⁷² CHERNICK, Marc W. *Insurgency and negotiations: defining the boundaries of the political regime in Colombia*. 1991. 339 p. Thesis (Doctor of Philosophy), Columbia University, New York.

várias entrevistas com os diferentes protagonistas envolvidos no processo, assim como vivenciar pessoalmente o processo de paz. Em um artigo de 1989, “Negotiated Settlement to Armed Conflict: Lessons from the Colombian Peace Process”, o autor faz um balanço dessas negociações. Ao contrário dos outros autores, Chernick introduz a questão, ou pelo menos a delimita, sobre a caracterização da Frente Nacional (FN), isto é, concorda com Bagley (1984) sobre a ideia de que a FN, mais do que uma “democracia restrita”, foi um regime autoritário, mais exatamente um *inclusionary authoritarian regime*, como apontado brevemente no primeiro capítulo. Assim, tal análise destaca a natureza do regime, a estrutura de poder e os processos de decisão política, fornecendo uma explicação do início das negociações do governo Betancur estreitamente ligada à natureza da FN. O governo anterior, o de Turbay, acelerou as tendências repressivas desse regime autoritário, e o M-19, por sua vez, contribuiu a minar a legitimidade do mesmo.

A segunda contribuição da análise de Chernick, e que será retomada por Pizarro (1991), é a de constatar que, nessa época, a natureza do conflito colombiano não era a de uma *undeclared civil war*, mas sim a de uma *invicta minority armed insurgency*. Isso incidiria, segundo Chernick, na natureza, no alcance e, sobretudo, no sucesso das negociações. Nesse sentido, em um contexto de guerra civil como em El Salvador, as negociações deveriam girar em torno da possível redistribuição do poder do Estado. Entretanto, na Colômbia e até mesmo na Guatemala, em um contexto de insurgência armada minoritária, as negociações deveriam estar ligadas a um quadro mais amplo de abertura democrática. Isto é, a negociação deveria estar centrada nos processos políticos que regulavam o acesso ao poder do Estado e não propriamente em torno da repartição direta do poder do Estado.

Pizarro (1991; 1996) acrescentaria, nessa medida, o aspecto temporal, a permanência ou o caráter crônico do processo, e proporia a noção de “insurgência permanente”, que foi esboçada em seu artigo (1991) e desenvolvida, posteriormente, em seu livro *Insurgencia sin revolución: la guerrilla en Colombia en una perspectiva comparada*, publicado alguns anos depois, em 1996, em uma tentativa de construção de uma sociologia da guerrilha colombiana. A ideia de “insurgência permanente” remete à análise sobre a natureza das guerrilhas e às razões pelas quais, na Colômbia, as guerrilhas não se constituíram como fator de poder, como em Cuba ou na Nicarágua. A reflexão sobre a natureza das guerrilhas, bem como a identificação das características de cada uma delas, contribuiria para o entendimento do *porquê* na Colômbia deu-se uma “paz parcelada” e, portanto, diferentes tipos de modelos de negociação.

Por último, na parte final do artigo, Chernick acrescenta cerca de cinco parágrafos sob o título: “Uma nota sobre o governo Barco”. O autor explica, aqui, que o governo Barco, desde seu início, tirou da agenda das negociações a questão das reformas sociais, eliminando o estímulo para as guerrilhas participarem e se aproximando, assim, do último período do governo Turbay. Ainda que o presidente Barco tenha instaurado o esquema governo-oposição e tenha aprendido algumas das lições do processo de paz anterior, o autor constata que a sociedade, durante o governo Barco, estaria sendo menos democrática e menos segura. Ele conclui, então, dizendo que a estratégia de Betancur deveria ser retomada – claramente, o autor está se referindo à primeira fase da política de paz do governo Barco.

Como dissemos anteriormente, a constatação desenvolvida por Chernick foi retomada pelo sociólogo e pesquisador do IEPRI, Eduardo Pizarro⁴⁷³, em seu artigo “Elementos para una sociología de la guerrilla en Colombia⁴⁷⁴”. Para um melhor entendimento do marco analítico do trabalho de García Durán, que será exposto na sequência, acreditamos que pode ser necessário introduzir alguns elementos esclarecedores contidos nesse artigo.

Antes de tudo, o objetivo de Eduardo Pizarro é entender o fenômeno de *insurgência crônica*. O conceito é aplicado no caso colombiano para explicar a dificuldade do projeto insurgente em tomar o poder na Colômbia⁴⁷⁵. Ao contrário da ideia de crise de legitimidade, Pizarro vai enfatizar outro aspecto, tomando essa dificuldade como fator explicativo para entender a “saída negociada ao conflito político” como solução proposta pelas elites colombianas ao fenômeno da violência política. A preocupação de Pizarro, nesse artigo, não é o regime político em si, mas o “potencial de negociação” dos diferentes grupos guerrilheiros. Cada potencial vai ser explicado a partir das características de cada um dos grupos. A ideia de “paz parcelada” contrapõe-se, assim, à ideia de “paz unificada”. O governo optou por uma paz parcelada em função da diversidade e heterogeneidade das guerrilhas. Ele também introduz o conceito de “empate militar negativo”, conceito criticado por Jesús Antonio Bejarano, como será explicado mais adiante.

⁴⁷³ Eduardo Pizarro é um reconhecido sociólogo colombiano. Ele é irmão de Carlos Pizarro, comandante do M-19, assassinado em 1990. Depois de sua trajetória acadêmica, ele foi Embaixador da Colômbia nos Países Baixos, de 2011 a 2015.

⁴⁷⁴ PIZARRO, Eduardo. Elementos para una sociología de la guerrilla en Colombia, *Análisis Político*, n. 12, jan.-abr. 1991, pp. 4-23. O terceiro capítulo, “Fundamentos para una sociología de la guerrilla” (pp. 41-88), do livro *Insurgencia sin revolución*, publicado em 1996, é uma versão ampliada do artigo de 1991.

⁴⁷⁵ “Cuando decimos ‘insurgencia crónica’, entendemos que se trata de un movimiento o conjunto de movimientos insurgentes que, habiendo sobrepasado el estadio inicial de surgimiento, logran expandirse y consolidarse, sin que ello signifique una capacidad real para derrocar el poder institucional y consolidar un nuevo régimen. Ésta es, a todas luces, la situación que ha caracterizado al conjunto del movimiento guerrillero colombiano” (PIZARRO, 1996, p. 210).

Para levar adiante sua análise, Pizarro lança mão dos estudos sobre revoluções e processos revolucionários na América Latina que chegaram a analisar os fatores que possibilitaram uma revolução. Um artigo de Wickham-Crowley (1989), por exemplo, é tomado como referência para explicar porque na Colômbia as três condições para o triunfo de uma guerrilha não foram cumpridas:

[F]uerte y sostenido apoyo campesino; mantenimiento de un suficiente poder militar para soportar ataques armados y sostener campañas militares; y capacidad para socavarle al Estado toda su legitimidad y reemplazarla por la de su propio movimiento, como una alternativa revolucionaria legítima a los ojos de la población (PIZARRO, 1991, p. 5).

Assim, dessa impossibilidade, surgiu no país o fenômeno de “insurgência crônica” ou “permanente”. Se as três condições não foram cumpridas por parte das organizações guerrilheiras colombianas, foi, principalmente, devido a quatro fatores. Primeiro, por conta da já mencionada diversidade ou “enorme dispersão” da guerrilha colombiana, que produziu configurações sociológicas diferentes. É sabido e já foi mostrado neste trabalho que a unificação da guerrilha nos anos 1980 em torno de uma *Coordinadora Guerrillera* trouxe muitas dificuldades e acabou evidenciando as importantes diferenças entre os distintos projetos insurgentes. Um segundo fator é que, na Colômbia, ao contrário de Cuba ou da Nicarágua – únicos países que conheceram revoluções triunfantes –, não havia uma ditadura, mas um processo de democracia “adjetivada”. Em terceiro lugar, a fraca capacidade organizativa dos movimentos populares permitiu uma “temprana militarización de los proyectos de izquierda” (PIZARRO, 1991, p. 6). Por último, encontramos a tese da multiplicidade das violências, surgida na segunda metade dos anos 1980, que reduziu a importância e o interesse na violência de natureza política.

Para entender a diversidade dos projetos insurgentes, Pizarro constrói uma tipologia dos grupos guerrilheiros com a pretensão de fundamentar uma sociologia da guerrilha na Colômbia. O tipo ideal de guerrilha seria aquele que reúne as três características de maneira conjunta: societária ou *partisana*; militar e política ou partidária. Um “contra-Estado”, nas palavras de Pizarro. Na Colômbia, cada uma das guerrilhas parece reunir uma ou duas características, mas nunca as três de forma simultânea.

O tipo ideal da guerrilha societária seria o MAQL; o da guerrilha militar seria o ELN; e o da guerrilha política seriam as FARC e o EPL; e o M-19 seria uma guerrilha societária ou *partisana sui generis*. Cada tipo de guerrilha estaria conformado por duas dimensões: a dimensão relativa ao projeto político, e a dimensão relativa ao projeto militar. Por sua vez,

cada uma dessas dimensões estaria conformada por vários outros itens: na primeira dimensão, teríamos a origem histórica, o projeto político, a relação social e o papel do aspecto militar, bem como a definição do inimigo; na segunda dimensão, estariam compostos outros fatores, como as modalidades de legitimação frente aos que habitam o mesmo território, a relação com o território e a construção de aparelhos de poder e legalidade alternativos.

Pizarro afirma que a tipologia fora elaborada em 1988, e seu objetivo era identificar o potencial de negociação dos grupos guerrilheiros naquela época. Assim, ele constata que outras variáveis, tais como a fortaleza ou debilidade militar de cada um dos grupos e as características dos conflitos locais em que operavam esses grupos, foram excluídas deliberadamente da análise, sobretudo por não ser o objetivo do trabalho – logo, somente foram tomados em consideração as particularidades de cada um dos grupos. Segundo o sociólogo, partindo de duas hipóteses complementárias, os fatores que determinavam esse potencial eram dois: a natureza dos objetivos finais e o papel da violência na consecução desses objetivos. A segunda hipótese era a existência de uma estreita “relação entre o grau de representatividade de um grupo armado e suas margens de negociabilidade” (PIZARRO, 1991, p. 18). Segundo as hipóteses mencionadas, a proximidade de uma organização guerrilheira de comunidades ou movimentos sociais e populares determinaria a natureza de suas reivindicações. A maleabilidade dessas reivindicações contrastaria com a rigidez das reivindicações de uma organização “meramente” militar, com escassa margem de negociação.

Em relação ao M-19, uma guerrilha *sui generis*, existia uma tensão entre seu projeto ideológico de “democracia em armas” (PIZARRO, 1991, p. 19) e os métodos empregados em suas ações militares. Mas, finalmente, a tensão foi resolvida graças, em parte, à “lucidez” de seus dirigentes, sua capacidade de perceber a importância do momento histórico e de transformar-se em movimento político propriamente dito.

O autor que, de alguma maneira, retoma as reflexões que acabamos de expor é Mauricio García Durán, em seu trabalho pioneiro, *De la Uribe a Tlaxcala: procesos de paz*, importante contribuição para a análise das negociações de paz na Colômbia durante os governos de Barco e Gaviria e, em geral, para a área de estudos sobre os processos de paz. Seu texto foi publicado, originalmente, em 1992, e é o resultado de uma pesquisa de dois anos sobre os diálogos entre o governo e as guerrilhas. O marco temporal do trabalho é de agosto de 1986 a junho de 1992⁴⁷⁶. Trata-se de um diagnóstico descritivo, em que o autor afirma que, por isso mesmo, faltaria fazer um trabalho mais compreensivo, de interpretação. É o único

⁴⁷⁶ A parte sobre as negociações em Tlaxcala, de março a junho de 1992, foi acrescentada posteriormente, já no final do trabalho.

trabalho que reúne todas as informações sobre as negociações daquela época, incluindo dados empíricos, gráficos estatísticos e quadros com os acordos finais. Com escassa bibliografia secundária, o livro contém muitos dados e estatísticas importantes para entender o período abarcado. Mediante pesquisa em arquivos do CINEP, em particular no Arquivo de imprensa microfilmado do CINEP⁴⁷⁷, que contém os artigos mais relevantes dos principais jornais do país relativos a temas específicos, o autor reconstituiu as negociações e elabora cinco anexos: as estatísticas do conflito armado com os diferentes grupos guerrilheiros (1986-1991); um esquema sintético da estratégia usada contra a violência do presidente Gaviria; quatorze quadros que mostram a evolução das exigências do M-19, desde o início das negociações com o governo até os acordos finais⁴⁷⁸; uma síntese do conteúdo das declarações conjuntas e dos pactos entre o governo e o M-19 ao longo do processo de paz e, por último, as zonas de distensão propostas pelo governo (60 zonas em 18 departamentos).

Nesse sentido, qual a tese do autor? A tese implícita, como afirma o historiador Fernán González na apresentação do livro, é a do “esgotamento” do modelo de negociação usado no governo de Barco e continuado no governo de Gaviria, bem como a do reconhecimento da importância dos projetos e objetivos políticos-militares de cada uma das organizações guerrilheiras para explicar ou entender o sucesso ou fracasso de uma negociação. Assim,

[...] el modelo de negociación emprendido por el gobierno tiene éxito cuando existe de antemano una decisión política de desmovilización y una convicción del agotamiento de la lucha armada como alternativa real de cambio en el país. El modelo de discusión fracasa cuando los objetivos de los grupos armados son totalizantes, dentro de un proyecto global de transformación estructural de la sociedad y de toma del poder del Estado, con cierto apoyo local y regional, así sea en zonas relativamente periféricas (GONZÁLEZ *apud* GARCÍA DURÁN, 1992, p. 14).

García Durán retomará essa tese implícita dizendo, por exemplo, que as negociações com o M-19 foram, na verdade, um sucesso muito mais em razão da vontade política dessa organização ou de sua “lucidez”, na medida em que soube interpretar o momento histórico-político, tanto nacional quanto internacional, tomando, assim, a decisão de abandonar a luta armada (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 68). E mais adiante:

El punto central que está en juego es la posición frente a la validez de la lucha armada como vía para llegar al poder. Como se ha visto en el proceso, la negociación con el gobierno no es posible mientras los grupos armados no cuestionen seriamente esta vía de hacer política (caso del M-19, del EPL y del PRT).

⁴⁷⁷ Códigos BC0707, “Partidos e Grupos político-militar”, e DI0101.

⁴⁷⁸ São quatro momentos: a proposta do M-19, em 3 de abril de 1989; as mesas de trabalho, em 13 de julho de 1989; o pacto político, em 2 de novembro de 1989; e o acordo final, em 9 de março de 1990.

Mientras la lógica con que se llegue a la negociación sea la de la guerra, la negociación se hace imposible (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 79).

E, ainda:

Fue necesario que con el paso del tiempo y por las exigencias de las circunstancias se viviera un replanteamiento político tanto el interior de esta organización guerrillera como del Gobierno. El M-19 necesitó constatar la sinsalida de la lucha armada para decidirse a construir su relación con los sectores populares y democráticos desde la legalidad. El Gobierno necesitó constatar el fracaso con las FARC y sentir que se estaba metiendo en otra guerra, la del narcotráfico, lo que lo obligaba a cambiar de estrategia, para alcanzar la paz con uno de sus enemigos (GARCÍA DURÁN, 1992, p. 103).

Essa é a tese voluntarista e subjetiva que vai predominar no trabalho. Mas, como é que o M-19 conseguiria “constatar la sinsalida da luta armada”, enquanto que outras organizações não? García Durán se apoia no artigo de Pizarro anteriormente mencionado para responder à pergunta. Partindo da análise da experiência do M-19, considerando fundamentalmente seu aspecto subjetivo, isto é, a percepção por parte do M-19 do fracasso da luta armada e o início do caminho à sua reinserção na vida civil, Pizarro explica o porquê de o governo ter optado por uma “paz parcelada”. A obra, ao elaborar uma análise comparativa dos dois modelos de paz, toma como sustentação teórica a tipologia dos grupos armados construída por Pizarro para dar conta do “potencial de negociação” de cada um deles. Sua conclusão seria a necessidade de alterar o “esquema de negociação”, tendo em vista a diferença na natureza dos grupos guerrilheiros que ainda não haviam abandonado a luta armada. O livro todo de García Duran põe maior ênfase nessa natureza diferenciada das guerrilhas, mais do que na natureza do regime político ou na análise da conjuntura política⁴⁷⁹.

Já em relação aos trabalhos escritos por funcionários do governo, temos as memórias de Rafael Pardo que poderiam ser constitutivas de uma “historia oficial”⁴⁸⁰ desses anos⁴⁸¹; o autor afirma que se trata de uma visão pessoal, mas que não deixa de ser imparcial: afinal, o livro pode ser lido como compêndio de todas as justificações das ações do governo durante o período. Encontramos o caso da “Operação Colômbia”, também conhecida como assalto à *Casa Verde*, em dezembro de 1990⁴⁸²; ou o caso da entrega e posterior fuga de Pablo Escobar

⁴⁷⁹ Isso não significa que ele não mencione os acontecimentos políticos mais importantes que ocorreram durante as negociações; aliás, existe um consenso geral em torno desses acontecimentos.

⁴⁸⁰ Nós falamos em “história oficial” porque, embora Rafael Pardo reconheça que a sua não seja a única maneira de contar a história desses anos, ela não deixa de ser uma das versões mais citadas para dar conta desse período, como percebemos nos textos analisados.

⁴⁸¹ As reflexões de Pardo estão expostas de forma cronológica: desde 1986, até o final da administração Gaviria, em 1994.

⁴⁸² *Casa Verde* ou *La Uribe* era o nome de uma área de 500 km² que havia sido desmilitarizada durante os diálogos com o governo de Belisario Betancur sem um acordo ou uma definição de seus limites. Isto é, o lugar

de *La Catedral*, no dia 22 de julho de 1992⁴⁸³ – ambas as ações desenvolvidas durante o governo de Gaviria.

Em termos interpretativos, o livro não fornece nenhuma contribuição significativa para o estudo das negociações desse período. Na realidade, trata-se de uma análise detalhada dos acontecimentos desse período desde o ponto de vista governamental⁴⁸⁴; nesse sentido, é interessante, considerando que os trabalhos analisados tendem a privilegiar a perspectiva das organizações guerrilheiras. Da mesma maneira, o trabalho nos permite entender as justificativas e interpretações do governo antes e depois de cada um dos acontecimentos mais importantes do período. Desde o início do governo Barco, Pardo foi testemunha ocular da maneira como esse governo tomou distância da política de paz do governo anterior, de Betancur, e foi, assim, uma das figuras-chaves na sua reformulação.

Cabe destacar, no entanto, que desde o ponto de vista sociológico, talvez o aspecto mais interessante do livro seja a idéia da exacerbação da violência dos anos 1980 por parte dos narcotraficantes como luta pelo reconhecimento social⁴⁸⁵. Essa é uma questão instigante, pois, ao mesmo tempo que os narcotraficantes eram considerados como classe em ascensão e, por conseguinte, lhe era outorgada uma representatividade, a guerrilha estava sendo desprovida da mesma legitimidade e sendo tratada como criminosa e mafiosa.

O trabalho seguinte que podemos lançar luz é um conjunto de ensaios escritos por Jesús Antonio Bejarano, durante os anos 1990 – na verdade, entre 1992 e 1998⁴⁸⁶. Seu trabalho combina elementos acadêmicos – como a aplicação da teoria da resolução de

havia sido a sede do Secretariado das FARC-EP durante sete anos. Sobre a versão oficial da operação, os móveis do ataque e suas implicações, cf. o capítulo 12 do livro de Rafael Pardo. Considerada um “enclave”, era uma casa camponesa localizada na “ladera del río Duda”, no sudoeste do departamento de Meta.

⁴⁸³ Pablo Escobar, líder do Cartel de Medellín, havia se entregado no marco da política chamada de “sometimiento a la justicia”. As condições de sua entrega geraram uma grande polêmica, em parte devido à reclusão de Pablo Escobar em uma prisão que, em realidade, assemelhava-se mais a um Clube do que a uma cadeia. O lugar, conhecido como *La Catedral*, continuou sendo o centro desde onde Pablo Escobar levava a cabo suas operações. Sobre a entrega de Pablo Escobar e a crítica que o governo recebeu pelos termos da entrega – as negociações teriam sido sob a mesa –, Pardo (1996, p. 305) afirma: “Finalmente, en cuanto al gobierno, en cuyo juicio no pretendo ser imparcial pero sí registrar en mi condición especial de partícipe una perspectiva amplia de los hechos, considero que en general hizo lo que le tocaba”.

⁴⁸⁴ Por ser um dos trabalhos mais detalhados, optamos por complementar a pesquisa empírica com o livro de Pardo.

⁴⁸⁵ “Más que la lucha de un grupo de delincuentes contra la posibilidad de ser enviados a otro país para ser juzgados por delitos cometidos allí, el narcoterrorismo fue la expresión más violenta del intento de una clase social por ser reconocida y por encontrar un lugar en la sociedad colombiana” (PARDO, *op. cit.*, p. 193).

⁴⁸⁶ Com o objetivo de ter uma visão mais aprofundada das formulações de Bejarano sobre a paz e as negociações, além do ensaio “La política de paz durante la administración Barco” (1994), destacamos, também, os seguintes textos reunidos no livro *Una agenda para la paz. Aproximaciones desde la teoría de la resolución de conflictos* e reproduzidos na *Antología Jesús Antonio Bejarano*: “Los diálogos de Caracas: un examen de las incompatibilidades básicas” (palestra proferida em outubro de 1993) e “Entre los laberintos de la paz y las anchas avenidas de la democracia. Reflexiones sobre los procesos de paz en Colombia y El Salvador” (Novembro de 1992), assim como o artigo “La política de paz durante la administración Gaviria” (1998).

conflitos ao caso colombiano e a revisão de alguns dos conceitos mais usados pelos especialistas no estudo da violência na Colômbia, conhecidos como *violentólogos* – e elementos políticos, como as duras críticas lançadas aos grupos insurgentes. É, também, um trabalho pioneiro na área, na medida em que sustenta que, sobre os diálogos de Caracas, é a primeira vez que um participante direto, em qualidade de acadêmico e não como *cronista memorioso* – como Pardo –, analisa as negociações⁴⁸⁷ (BEJARANO, 2011, p. 243).

Do primeiro ensaio, “A construção da paz”⁴⁸⁸, podemos destacar algumas ideias fundamentais para a compreensão dos trabalhos posteriores. Em primeiro lugar, pode-se destacar a crítica de Bejarano à *violentología*⁴⁸⁹, paradigma usado para investigar as causas e consequências da violência; para o autor, a *violentología* estaria se esgotando porque não permite determinar as possibilidades de uma eventual negociação. Bejarano considera que a dificuldade em sustentar tal paradigma é sua incapacidade de elaborar uma teoria substantiva sobre a construção da paz, além de cair na ambiguidade na definição das variáveis dependentes e dos conceitos usados – por exemplo, um desses conceitos é o de “empate militar negativo”⁴⁹⁰. Há um caso em que Bejarano (2011, p. 248) afirma que, como resultado da Comissão de Especialistas de 1987⁴⁹¹,

⁴⁸⁷ Ele está se referindo ao ensaio “Los diálogos de Caracas: un examen de las incompatibilidades básicas” (palestra proferida em outubro de 1993).

⁴⁸⁸ Primeiro ensaio do livro: “Una agenda para la paz. Aproximaciones desde la teoría de la resolución de conflictos” (publicado pela primeira vez em 1995).

⁴⁸⁹ Bejarano considera que, na Colômbia, os estudos sobre a violência têm sido mais numerosos do que os estudos sobre a solução de conflitos. A mesma ideia seria veiculada por Chernick (1999, p. 195) quatro anos mais tarde: “There is a rich and thriving field of study of political violence in Colombia, popularly referred to as ‘violentology’. Yet curiously, only a small body of literature on Colombia’s peace processes exists. Most, although not all, are reflections by one or another of the participants, either as governmental or guerrilla negotiator”. Chernick cita como referências: Bejarano (1995), García Durán (1992), Pardo (1996) e Ramírez e Restrepo (1989).

⁴⁹⁰ O conceito aparece no livro de García Durán (1992, p. 32), sem maiores explicações. Ele será desenvolvido em Pizarro (1996). “El concepto se refiere a la imposibilidad de cada una de las partes de derrotar a su oponente, lo que conduce a una sinsalida política, y hace por tanto obligatoria la negociación para ambas partes” (BEJARANO, 2011, p. 314). As críticas de Bejarano dizem respeito à difícil aplicação do conceito no caso colombiano, pois ele faz referência a enfrentamentos internacionais e não a enfrentamentos de guerra de guerrilhas. Poderia ser aplicado no caso da *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN), guerrilha salvadorenha, mas isso somente depois de uma forte ofensiva militar. Isto é, no caso colombiano, uma negociação política não seria fruto de nenhum “empate militar negativo”. Nasi (2014, p. 68), por sua vez, afirma: “Para que se entienda la dimensión del contraste, piénsese que la sola ‘ofensiva final’ del FMLN de noviembre de 1989 y la subsecuente contraofensiva del Ejército salvadoreño produjeron más de mil muertos en combates, lo que generó la percepción de que se había llegado a un empate mutuamente doloroso. Dicha ofensiva (y contraofensiva) en El Salvador produjo más muertos que la guerra en Colombia durante 1988 y 1989, años en los que el gobierno y las organizaciones guerrilleras comenzaron las negociaciones de paz [...] Lo anterior muestra que la existencia de un ‘empate mutuamente doloroso’ no fue un factor decisivo para llegar a acuerdos de paz exitosos en Colombia”.

⁴⁹¹ Também chamada de “Comissão de *violentólogos*” (1987). Tratou-se de uma comissão de acadêmicos designada por Virgílio Barco, em 1987, que teve como objetivo estabelecer um diagnóstico e propor recomendações em relação às diferentes manifestações de violência daquele período. As informações sobre a comissão encontram-se no terceiro capítulo desta dissertação.

[...] la subsunción del conflicto armado en el concepto más amplio de violencia, se va deslizando, vía la multiplicidad de las violencias en las que se solazan los violentólogos, hacia la armazón de un saco informe que se ha dado en llamar violencia estructural, indicando con ello, a veces, que la violencia es elemento integrante de las estructuras sociales.

Bejarano critica tal enfoque, pois ele não permite dar conta da violência intencional, isto é, das motivações dos atores ou das condições subjetivas que ativam os conflitos. Só entendendo essa violência e, mais, só distinguindo-a da violência estrutural que será possível construir uma teoria substantiva para a solução negociada dos conflitos. No entanto, ele estabelece uma dicotomia que, já dissemos, é fundamental nesta dissertação: a dicotomia entre estrutura e agencia. A teoria da resolução de conflitos era percebida, nessa época, como inovadora, no sentido de que podia – e ainda pode – contribuir para a análise das tentativas de construção de paz: a identificação das incompatibilidades básicas e os diferentes elementos da negociação, do processo, do contexto e da estrutura. A ideia de incompatibilidade básica é fundamental para Bejarano, pois, em uma negociação, é indispensável identificá-la e abrir caminhos para que ela seja superada. Esse trabalho, segundo Bejarano, é principalmente subjetivo: trata-se de deixar de lado a literatura sobre a origem do conflito e pesquisar melhor as estratégias internas das organizações guerrilheiras. Um outro nível seria o de identificar as incompatibilidades, “un concepto que alude a los intereses u objetivos contrapuestos y mutuamente excluyentes de actores antagónicos” (BEJARANO, 2011, p. 251). Bejarano constata, com isso, que faltaria um estudo da evolução de três variáveis ao longo da história do conflito armado na Colômbia: a intensidade do confronto, a correlação de forças (militares, sociais e políticas) e os objetivos estratégicos de cada uma das partes envolvidas. Para ele:

[...] esas variables cambian en el tiempo, lo que significa transformar, en el tiempo, tanto los objetivos estratégicos como los contenidos de las incompatibilidades [...] y, finalmente, para descongelar la imagen de los propósitos estratégicos de la insurgencia – en particular la de inclinación marxista – por lo general asumidos por la opinión pública y por los sectores del establecimiento como inmutables en el tiempo, cualquiera que sean los cambios del contexto nacional e internacional y los cambios en la correlación de fuerzas social y política (y no solo militar), cuya modificación por lo demás resulta casi siempre de la existencia o inexistencia de proyectos sociopolíticos alternativos del propio establecimiento y no de las acciones político-militares de la insurgencia (BEJARANO, 2011, p. 255).

Já em relação à política de paz durante o governo Barco, o autor vai apontar para as “restrições” que o governo Betancur e seu “ingênuo esquema de negociação” teriam propiciado, bem como para a deslealdade e a má fé da guerrilha, que teria se aproveitado da

trégua para, com isso, expandir-se em todo o território nacional. Com efeito tais restrições reduziram a margem de manobra do governo Barco.

Um dos aspectos mais interessantes é o processo de reformulação do *Plan Nacional de Rehabilitación* (PNR) no início do governo Barco, pois requereu uma nova “compreensão do significado social das zonas marginais” (BEJARANO, 1994, p. 60). Ele também aponta para a “audaz decisão” dos dirigentes do M-19 em se desmobilizarem, apesar das circunstâncias adversas em relação à não aprovação da reforma constitucional no Senado.

Este hecho que pudo haberse convertido en un severo obstáculo para la consolidación de la paz con el M-19, pudo superarse gracias al favorable clima de opinión creado por las expectativas de la negociación y a una decisión audaz de la dirigencia del M-19, lo que permitió que, pese a los términos de una negociación, al final francamente restringida [...] pudiera culminarse exitosamente esta fase del proceso de paz, permitiéndole al M-19, pese al poco alcance final de los acuerdos, obtener los mayores logros políticos alcanzados por movimientos guerrilleros no victoriosos en América Latina (BEJARANO, 1994, p. 73).

Todos os trabalhos supracitados e discutidos neste anexo, acreditamos, conformam o arcabouço conceitual e interpretativo a partir do qual foram analisadas as políticas de paz e as negociações dos governos de Betancur e de Barco. Veremos, agora, como os trabalhos posteriores tomarão certa distância, introduzindo outras análises e se afastando, assim, da interpretação mais hegemônica que vigeu durante os anos 1980, mas que, no entanto, não necessariamente ofereceram análises mais precisas sobre o conflito.

2. A produção acadêmica em torno das negociações durante os anos 1990 e 2000

Depois de sua tese de doutorado e do seu artigo sobre o processo de paz durante o governo de Betancur, Chernick continuou publicando artigos sobre as negociações colombianas, em particular a partir das *Negociaciones del Caguán*, entre o governo Pastrana (1998-2002) e as FARC-EP, tornando-se, com isso, um dos maiores especialistas estrangeiros nas negociações de paz na Colômbia. Em um de seus artigos, Chernick (1999) leva a cabo uma comparação entre os processos de paz de Betancur (1982-1986), Barco (1986-1990), Gaviria (1990-1994) e Samper (1994-1998). Coerente com sua tese, o autor afirma que o motivo pelo qual as negociações dos anos 1980 foram “parcialmente exitosas”, isto é, lograram alcançar a desmobilização de alguns grupos, mas não de outros, foi por conta da *limited-agenda model*. Assim, ante a evidencia dessa dificuldade, o autor – e, em geral, todos

os autores que estudaram as negociações e escreveram a partir do final dos anos 1990 – retoma o debate em torno da questão das causas ou das origens da violência política, referindo-se ao período conhecido como *La Violencia*.

Talvez o aspecto mais interessante do artigo – talvez algo que deveria ser mais aprofundado – diz respeito à mudança no paradigma sobre o entendimento da violência política na Colômbia. O autor começa estabelecendo, primeiro, as seguintes periodizações: *la Violencia*, a Frente Nacional, o período pós-Frente Nacional e o período pós-Guerra Fria. Embora os atores tenham se transformado, assim como transformaram-se seus objetivos, existiria uma continuidade entre ambos os períodos de violência. O autor afirma, então, que as primeiras e principais análises para explicar a violência do segundo período dizia respeito ao fechamento do sistema político da Frente Nacional e à debilidade do Estado, sobretudo nos anos 1980, e como essas análises se converteram nas análises dominantes do Estado na formulação de políticas públicas – elas começaram a ser questionadas. Nesse processo, houve, segundo o autor, um deslocamento de paradigma: de uma concepção teórica tillyana, digamos, a uma formulação mais próxima das análises da escola francesa sobre as revoluções e os movimentos sociais; em suma, de Charles Tilly a Alain Touraine.

Uma análise tillyana ponderaria que existe um *continuum* entre o protesto popular e a luta armada; nessa medida, a violência exercida durante o período da Frente Nacional poderia ser interpretada como decisão por parte de alguns setores sociais de tomar as armas, considerando a falta de canais de participação política. No entanto, afirma o autor, o conflito continuou, e, por isso, foi necessário procurar outras explicações, uma delas dizendo que a guerrilha foi um impedimento para o florescimento dos movimentos sociais na Colômbia. Trata-se de uma tese discutível, porém interessante⁴⁹². Chernick é o único autor que aponta para essa questão no conjunto dos autores analisados.

No mesmo artigo, Chernick leva a cabo um balanço das negociações no governo de Betancur, Barco, Gaviria e Samper. Tal comparação vai se centrar, exclusivamente, no modelo de negociação, sem, contudo, mostrar as variações no regime político que ocorreram entre o governo de Betancur e o de Samper. O mesmo ocorre em seu mais recente artigo, “Las

⁴⁹² A tese precisaria ser matizada, pois essa ideia da guerrilha ter impedido a expansão dos movimentos sociais na Colômbia irá aparecer com maior força depois da escola francesa e seus discípulos terem deixado uma vasta produção teórica sobre o assunto. Isto é, consideramos que esse deslocamento teórico foi anterior ao deslocamento interpretativo, devendo, portanto, ser feita uma análise mais aprofundada sobre a evolução conceitual no interior do próprio paradigma, junto com uma análise do contexto histórico nacional e internacional. Em todo caso, esse não deixa de ser um interessante objeto de pesquisa.

FARC y los diálogos de paz: de Marquetalia hasta el gobierno de Uribe⁴⁹³”. Embora seja um artigo centrado mais no caso das FARC-EP⁴⁹⁴, o autor não deixa de retomar a ideia do modelo de negociação e de destacar a dicotomia entre uma agenda restrita e uma agenda mais ampla: “En Colombia el asunto consiste en saber si la agenda de negociaciones debe enfocarse en temas políticos, económicos y sociales amplios o si debe restringirse a acuerdos de cese al fuego, desarme y reincorporación” (CHERNICK, 2014, p. 107).

Outro autor analisado é o conhecido historiador Marco Palacios (1999; 2001; 2012), que, embora as negociações de paz não seja seu principal tema de pesquisa, tem uma extensa obra que abarca a história dos partidos políticos na Colômbia, bem como as estruturas socioeconômicas das sociedades agrárias, o mercado do café, a violência, etc. Em relação às negociações, da mesma forma que os trabalhos anteriores, ele acaba focando nos aspectos procedimentais das negociações e nos acontecimentos que se repetiram uma e outra vez. Em um dos capítulos de seu último livro (PALACIOS, 2012, p. 142), o autor introduz a questão das percepções no contexto de uma negociação, dizendo que as atitudes dos negociadores são susceptíveis de mudarem de acordo com a mutação das percepções públicas induzidas pelos meios de comunicação. Com isso, afasta-se da negociação propriamente dita e volta seu olhar analítico para outros aspectos que, de fato, incidiram e ainda incidem bastante sobre qualquer processo de paz.

O último autor que gostaria de citar é Carlo Nasi. Sua tese de doutorado “Peace accords in Colombia, El Salvador, and Guatemala: a comparative study” foi traduzida para o espanhol e publicada em 2006, sob o título *Cuando callan los fusiles: impacto de la paz negociada en Colombia y Centroamérica*; no entanto, na versão em espanhol foram omitidos os capítulos sobre as negociações. Para este balanço, usamos, portanto, o capítulo 8 da segunda parte da tese de Nasi. O objetivo do capítulo é, justamente, comparar as políticas de paz de Betancur, Barco e Gaviria com a ênfase no processo de desmobilização do M-19. Mas, antes de abordar as negociações, o autor trata de algumas das complexidades do conflito colombiano, começando com os antecedentes do conflito propriamente armado: a democracia oligárquica, *la Violencia*, a Frente Nacional, o surgimento das guerrilhas revolucionárias e o período pós-Frente Nacional. Em relação aos anos 1980, o autor aponta para alguns fatores que permitiram a expansão das organizações guerrilheiras.

⁴⁹³ Uma primeira versão foi escrita em inglês, em 2009, e uma segunda em espanhol, em 2014, o que lhe permitiu acrescentar algumas reflexões sobre as atuais negociações em Cuba.

⁴⁹⁴ Isso, porque ele aponta para alguns aspectos interessantes na evolução desse grupo, contradizendo a tese já mencionada da transformação dessa organização em uma empresa criminoso; com isso, reivindica suas origens e demandas profundamente rurais, demandas incluídas nas diferentes agendas de negociação.

Para o estudo das negociações, ele toma como referência os trabalhos de Bejarano (1995), García Durán (1992), Ramírez Tobón (1990) e Chernick (1999). Isto é, em relação ao desenvolvimento das negociações, Nasi não acrescenta muita informação nova; ao contrário, trata-se de um dos relatos menos detalhados sobre as negociações. A novidade, todavia, reside na parte metodológica da análise, visto que ele inclui algumas entrevistas com ex-conselheiros de paz, ex-combatentes do M-19 e, sobretudo, com militares, todas elas realizadas no ano 2000, durante as *negociaciones del Caguán*. Em uma das entrevistas com um coronel, por exemplo, há a descrição da relação do presidente Betancur com os militares: o presidente não os apoiava economicamente, e isso teria gerado profundas divisões, na medida em que os militares detinham incentivos para sabotar as negociações.

Para a análise das negociações durante o governo Barco, Nasi retoma, também, o trabalho de Bejarano (1990). Em relação a essas negociações, o autor se concentra em ressaltar duas mudanças: a substituição das comissões pela *Consejería*, com um conselheiro de paz e seus assistentes, o que permitiu uma continuidade entre as negociações de Barco e as de Gaviria; e a demanda de um cessar-fogo a partir da *Iniciativa para la Paz*, em setembro de 1988, bem como a concentração de guerrilheiros nas zonas de distensão.

No entanto, surge uma questão: afinal, quais fatores permitiram o sucesso das negociações durante o governo Barco? Nasi destaca três incentivos que foram determinantes: o fim da Guerra Fria, os altos custos políticos e militares e a Assembleia Nacional Constituinte. Para os grupos guerrilheiros que se desmobilizaram no governo de Gaviria, a trajetória da desmobilização do M-19 e a possibilidade de participar da ANC foi muito importante. Os ex-guerrilheiros entrevistados diriam que o abandono das armas era, inclusive, uma opção política desde pelo menos 1981, com o sequestro de Marta Nieves Ochoa⁴⁹⁵.

Em seguida, Nasi analisa os *trust-building efforts* entre as diferentes partes. No entanto, afirma que o reconhecimento desses esforços de construção de confiança não é suficiente para entender as motivações da insurgência em abandonar a lutar armada

One may agree that the destruction of the rebels' weapons constitutes the ultimate proof of the sincere decision of the M-19 to demobilize. However, I would not argue that this was the only significant trust-generating factor, but rather, the culmination of a series of cumulative gestures that concluded with the disarmament and demobilization of the rebels. Otherwise, one would search in vain for any useful lessons from the negotiations. Furthermore, one risks arriving at the obvious conclusion that 'a guerrilla organization that has sincere political will to sign peace agreement disarms', which provides no clues about the conditions under which such political will is produced (NASI, 2002, p. 314).

⁴⁹⁵ Irmã dos irmãos Ochoa, reconhecidos narcotraficantes. Esse sequestro propiciou a criação do MAS (*Muerte a Secuestradores*), em dezembro de 1981.

Assim, para entender tais condições, Nasi analisa *the selling the outcome of the negotiation to the constituencies*. É nessa parte, mais precisamente, em que o autor olha para a dinâmica política do período: o congresso, os militares, os partidos, etc. Nesse quadro, Nasi destaca a importância da ANC, como pode ser visto nas palavras de um antigo comandante do M-19, entrevistado em julho do ano 2000:

[...] we were heroes in this country. The political success that we obtained was so important, even the FARC, EPL, and ELN, after the attack on Casa Verde (the FARC's headquarters) in February of 1991, were negotiating with the government of president Gaviria, who had just bombed (Casa Verde). Why? Because the attractive thing was that a Constituent Assembly was taking place (...) I believe that at some point the FARC, ELN, and EPL, proposed to president Gaviria that they would sign a peace accord in exchange for thirty seats in the National Constituent Assembly (NASI, 2002, p. 324).

Nas análises que acabamos de mostrar, parece que tudo dependia de simples vontade política das guerrilhas, em particular a do M-19. Pelo menos, o trabalho de Nasi e as entrevistas sugerem isso. Mas o que falar da mudança institucional que desembocaria na constituinte? Não seria essa um estímulo antes mesmo do início das negociações com o M-19, em 1988? Esta dissertação tentou, justamente, mostrar que, embora as características históricas da insurgência tenham sido fatos importantes, elas não podem ser consideradas imutáveis; muito pelo contrário, elas foram, e continuam sendo, moldadas pelas circunstâncias históricas.

ANEXO 2

EL CASO DEL GUAVIARE⁴⁹⁶

A negociar con la marcha campesina de diciembre fue Carlos Ossa Escobar, consejero presidencial para la Rehabilitación. Y prometió todo lo que el Estado no ha hecho jamás en el Guaviare. Porque la culpa es del Estado. Esas “*tierras de promisión*” que cantaba hace medio siglo José Eustasio Rivera, con sus garzas y sus tigres y sus ríos amarillos sombreados por ceibas de cincuenta metros, se han convertido en zonas de violencia y de miseria por la acción y la omisión del Estado, bajo todos los sucesivos gobiernos. Por no tener que hacer Reforma Agraria el Estado decidió que era mejor que los colonos se fueran a tumbar monte. Y al Guaviare llegaron de Boyacá y de los Santanderes de Antioquia y del Huila, de Cundinamarca y del Cesar. Abrieron selva, armaron rancho, sembraron cacao y plátano, yuca y maíz. Cuando llegó el momento de sacar las cosechas, nadie se las compró. Los depósitos del Idema en San José permanecían vacíos mientras los campesinos echaban la comida a la corriente del río. Y entre tanto las guerrillas habían bajado de la cordillera hacia el Guayabero y el Duda, expulsadas de Marquetalia por los bombardeos del Ejército. Luego a esos territorios olvidados, sin vías ni escuelas ni hospitales, llegaron los narcotraficantes. Traían semilla de coca – de la amarga, de la dulce, de la peruana – y los insumos para el cultivo y el procesamiento, desde el abono hasta las canecas para batir el basuco con el ácido sulfúrico. Y el billete. Fue la bonanza: el kilo de base se cotizaba en un millón doscientos mil pesos a la orilla del Guayabero. Con la caída del precio (por el exceso de oferta el kilo está en 200 mil⁴⁹⁷) y las guerras de las mafias (hace tres meses la mafia de los Plata mató a Javier Guzmán, “el Costeño”, que era el comprador exclusivo aguas arriba de El Raudal y Puerto Arturo) vino la crisis. Y con la crisis, la marcha campesina. Y con la marcha, el Plan de Rehabilitación. Pero desde el punto de vista del sistema ya es tarde. Ahora lo que el Estado ofrece – a través por ejemplo, del Fondo Nacional Hospitalario, que la semana pasada estuvo recorriendo la zona representado por su director, Eduardo Díaz entregando centros de salud y ampliando hospitales – tiene que negociarlo con las comunidades organizadas por la Unión Patriótica y las FARC: con las juntas de acción comunal y las asociaciones de padres de familia. En ellas no hay un conservador ni un liberal ni para un remedio. Y la gente se siente simplemente ejerciendo un derecho, cobrando el fruto de su propia conquista. Sabe que sin la

⁴⁹⁶ Fuente: Cara y sello de las FARC. *Semana*, Bogotá, 10 fev. 1986, p. 33; cf. también Molano (1987).

⁴⁹⁷ Cf. también: Las mil y una guerras. *Semana*, Bogotá, 17 jun. 1987, p. 24.

organización de la UP no hubiera habido marcha campesina, y sin marcha no habría ahora los centros de salud ni las escuelas ni las carreteras prometidas.

¿Y el narcotráfico? Dice un colono de Cachicamo: *"Que empiecen a perseguir a los grandes de arriba, en Medellín y en Bogotá. Y mientras tanto que a nosotros nos dejen en paz"*.

ANEXO 3

MAPA POLÍTICO DA COLÔMBIA



Fonte: <http://www.lahistoriaconmapas.com/atlas/colombia-maps/atlas-de-colombia-maps.htm>

ANEXO 4

REGIÕES DA COLÔMBIA



Fonte: VELÁSQUEZ, Mauricio. The battle of Bogotá, *New Left Review*, n. 91, jan.-fev. 2015, pp. 103-125.